

RELATÓRIO ANUAL
DO PROGRAMA

2018

REDD EARLY MOVERS

REM Acre Fase II

ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS
AMBIENTAIS - IMC

RELATÓRIO ANUAL DO
PROGRAMA REDD EARLY MOVERS (REM) ACRE FASE II

Relatório das atividades realizadas no âmbito do Programa Redd Early Movers (REM) Acre Fase II relativo ao período de Janeiro a Dezembro de 2018

Rio Branco - Acre
Dezembro 2018

Sumário

1. Resumo Executivo.....	7
2. Apresentação.....	8
3. Contexto.....	9
3.1. Atualização do contexto político-institucional no Acre e em relação às políticas públicas relevantes para o Programa (REDD+, PPCDAM entre outras).....	9
3.2. Sugestões de respostas adequadas do Programa em relação as referidas políticas públicas.	10
3.3. Análise dos avanços/mudanças na implementação da ENREDD+ e sugestões de respostas adequadas do Programa em relação a implementação da ENREDD+.....	10
3.4. Análise do contexto das ações de monitoramento e de controle da taxa de desmatamento.....	11
4. Avanços na implementação do Programa.....	14
4.1 Concepção do Programa REM Acre Fase II	14
4.2 Remuneração de resultados de REDD+	14
4.3 Atividades, avanços, resultados e impactos dos subprogramas	17
4.3.1 Subprograma Território Indígenas.....	19
4.3.2 Subprograma Território de Produção Familiar Sustentável	24
4.3.3 Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável	28
4.3.4. Componente Mecanismos de REDD+ e Fortalecimento do SISA.....	31
4.3.4.1. Ações desenvolvidas no âmbito dos Mecanismos de REDD+ - Monitoramento de Base Comunitária	34
4.3.4.2 Monitoramento da Implementação das Ações do SISA/REM	34
4.3.4.3 Formação e Comunicação.....	35
4.3.4.4 Estruturação Tecnológica e Operacional do IMC.....	36
4.3.4.5 Assessorias de Governança, Comunicação e Coordenação.....	36
4.3.4.6 Estudos, Geração e Gestão do Conhecimento	36
4.3.4.7 Estudos Jurídicos do SISA.....	37
4.3.4.8 Atuação do Comitê Científico	37
4.4. Ações desenvolvidas no âmbito do Fortalecimento do SISA	39
4.5. Descrição dos desafios/gargalos identificados na implementação	45
5. Avanços e avaliação da gestão e governança do Programa.....	46
5.1. Descrição dos avanços na gestão e governança do Programa.....	46
5.2. Caracterização e avaliação dos processos de governança do Programa	51
6. Abordagem dos temas transversais do Programa.....	55
6.1. Ouvidoria.....	55
6.1.1. Estruturação da ouvidoria.....	55
6.2. Gestão de riscos sócio ambientais, ligados à implementação do Programa	56

Descrição breve do sistema e do funcionamento	56
6.2.1. Resumo dos riscos e medidas de mitigação implementadas	57
6.2.2. Desafios encontrados na implementação e na gestão do SGRSA.....	59
6.4. Salvaguardas socioambientais do SISA.....	60
6.5. Monitoramento, avaliação e aprendizagem obtidas (MEL, por sigla em inglês).....	62
7. Prioridades para o próximo período de implementação: Resumo das principais prioridades operativas, técnicas e estratégicas para a implementação no ano 2019	63
8. Anexos.....	64

Sistematização: Janio Nascimento de Aquino/SEPLAG

Colaboração: Equipe UCP/REM/SEPLAG

Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do
Estado do Acre – IMC
Equipe técnica dos órgãos subexecutores

Lista de tabelas, figuras e Quadros

Lista de Tabelas

Tabela 1	Proporções previstas para repartição de benefícios por subprogramas.....	11
Tabela 2	Remuneração de resultados de REDD+ do Programa REM Acre Fase II.....	16
Tabela 3	Valores do PDI 01 em cada subprograma e valores do PDI 02 planejadas	17
Tabela 4	Resumo de desembolsos Programa REM Acre Fase II.....	19
Tabela 5	Convênios efetivados no âmbito do subprograma Territórios indígenas de responsabilidade do órgão subexecutora SEMA	21
Tabela 6	Execução geral do Subprograma Territórios Indígenas.....	22
Tabela 7	Resumo dos investimentos do Subprograma Território Indígenas.....	23
Tabela 8	Execução geral do Subprograma Produção Familiar Sustentável.....	25
Tabela 9	Convênios SEAPROF.....	26
Tabela 10	Execução geral do Subprograma: Território da Pecuária Diversificada Sustentável.....	28
Tabela 11	Termos de Fomento firmados pela SEDENS.....	30
Tabela 12	Ações, gastos e saldos aplicados para as ações de Fortalecimento do SISA, governança e mecanismos de REDD+.....	31
Tabela 13	Integração das salvaguardas no monitoramento do Programa REM	61
Tabela 14	Indicadores e metas do Programa REM Acre Fase II	62

Lista de Figuras

Figura 1	Tendência do desmatamento no estado do Acre, de 2004 a 2018.....	09
Figura 2	Distribuição percentual do desmatamento nos municípios acreanos, em 2018.....	10
Figura 3	Taxas anuais de desmatamento (km2/ano) no Acre e na Amazônia, no período de 1988 a 2018.....	11
Figura 4	Escolas indígenas em relação ao atendimento após 04 etapas	22
Figura 5	Percentual de atendimento às escolas indígenas por municipal	23
Figura 6	Percentuais obtidos do fluxo de gastos da área Territórios da Produção Familiar Sustentável.....	26
Figura 7	Percentuais obtidos do fluxo de gastos da área Territórios da Pecuária Diversificada Sustentável.....	30
Figura 8	Percentuais obtidos do fluxo de gastos do Fortalecimento do SISA e Instrumentos de REDD+.....	33
Figura 9	Modelo de Gestão Operacional do Programa REM Acre (fase II).....	47
Figura 10	Estrutura de governança do SISA e do Programa REM Acre (fase II).....	48

Lista de quadros

Quadro 1	Órgãos, atividades e resultados alcançados no subprograma Produção Familiar Sustentável.....	27
Quadro 2	Atividades e resultados do subprograma Pecuária Diversificada.....	31
Quadro 3	Ações realizadas no âmbito do fortalecimento do SISA.....	39
Quadro 4	Ações dos processos de governança do Programa.....	51
Quadro 5	Principais riscos do programa e possíveis medidas de mitigação.....	57
Quadro 6	Prioridades operativas, técnicas e estratégicas a ser implementada no ano de 2019.....	63

1. Resumo Executivo

O presente documento se refere as atividades realizadas no ano de 2018 no âmbito do Programa Global REDD+ para Early Movers (Programa REM) viabilizado por meio de Contrato com o Governo do Estado do Acre. O Programa consiste na remuneração ou “premiação” sobre resultados (ex-post) de reduções de emissões de gases de efeito estufa oriundos do desmatamento, com recursos do BMZ (Ministério para Cooperação Econômica e Desenvolvimento) no âmbito da Cooperação Financeira Alemã e agora, com a parceria do Reino Unido/BEIS.

O principal objetivo do Programa REM no Estado do Acre é a Redução de Emissões oriundas do Desmatamento e da Degradação florestal, considerando a conservação florestal, o manejo sustentável de florestas e o aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+).

Desta forma o documento traz o relato das atividades desenvolvidas iniciando com uma breve abordagem do contexto político-institucional que envolve as políticas públicas relevantes em relação ao Programa REM, assim como sugestões e respostas que o Programa pode trazer como agregação de resultados a estas políticas. Inerente a isso foi registrado o contexto do monitoramento e controle em torno da temática de desmatamento no Acre e na Amazônia.

Outro ponto abordado são os avanços obtidos mediante a implementação das atividades previstas no planejamento e que em grande medida contribuirão para futura análise das lições aprendidas. Destaca-se neste processo a implementação de atividades vinculadas aos serviços ambientais como o pagamento do subsídio aos produtores de borracha natural, bolsa para os agentes agroflorestais indígenas, investimentos em ações relacionadas a sistemas agroflorestais, formação de diversos beneficiários tanto indígenas como não indígenas e em temáticas voltadas para boas práticas, assim como relacionadas as cadeias produtivas sustentáveis.

Tais aspectos possuem importante relação com a estratégia de repartição de benefícios por meio do comparativo entre as atividades planejadas e realizadas levando em consideração os respectivos custos disponibilizados, resultados e impactos gerados pelo Programa.

No campo da governança do Programa, os espaços constituídos, CEVA e suas Câmaras Temáticas Mulher e Câmara Temática Indígena, também a Comissão Executiva, foram acionados sempre que necessário mediante as prerrogativas de cada instância e com isso atuaram no processo decisório e de acompanhamento e interação entre o SISA e o Programa REM.

Sob outra abordagem e considerando a abrangência regional, como também o envolvimento de diversos órgãos na execução, descreve-se de forma sintética os gargalos presentes na implementação e por conseguinte deve-se analisar os desafios e avanços inerentes ao processos de gestão e governança em todos os níveis previstos no escopo do Programa REM.

Os temas transversais que remetem aos temas como ouvidoria, gestão de riscos socioambientais, salvaguardas de REDD, monitoramento, avaliação e aprendizagem obtidas, estão descritas mediante desafios superados e outros que ainda requerem aprimoramento que será vislumbrado a partir do próximo período de execução das atividades planejadas.

Por fim as prioridades do Programa para o próximo período de execução que exigiu da nova gestão do Governo do Acre a apropriação de todas as informações relativa ao Programa REM e que isso possibilitou traçar prioridades de ordem estratégica, operacional e técnica de todo o Programa.

2. Apresentação

O presente relatório anual constitui uma responsabilidade do Estado do Acre conforme estabelecido no Contrato de Contribuição Financeira (2016 69 092 recursos BMZ) e no Contrato Financeiro de Implementação (recursos BEIS).

As informações aqui descritas representam uma sistematização de atividades e resultados realizados pelas subexecutoras (Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais – CDSA; Corpo de Bombeiros Militar do Acre – CBMAC; Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC; Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC; Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC; Instituto de Terras do Acre – ITERACRE; Polícia Militar do Estado do Acre – PMAC; Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária – SEAP; Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis – SEDENS; Secretaria de Estado de Educação e Esporte – SEE; Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF; Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA; Secretaria de Estado de Pequenos Negócios – SEPN; Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN).

As atividades realizadas no âmbito do Programa REM Acre Fase II, no período de janeiro a dezembro de 2018, seguem direcionamento conforme prevista da Nota Técnica de Repartição de Benefícios do Programa que obedece uma abordagem programática de conservação do estoque e redução do fluxo do carbono florestal, utilizando políticas públicas que beneficiam populações de florestas e de áreas abertas e que promovam o fortalecimento

do Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais – SISA, visando a redução do desmatamento e degradação florestal no Acre.

Assim, este documento cumpre o papel de informar e tornar ainda mais transparente o processo de implementação do Programa Rem Acre Fase II.

Este relatório se inspira em grande medida nos aprendizados da primeira fase do programa já concluída e aborda atividades desenvolvidas, desafios e superações inerentes ao complexo processo de implementação de uma estratégia pioneira como o Programa REM.

3. Contexto

3.1. Atualização do contexto político-institucional no Acre e em relação às políticas públicas relevantes para o Programa (REDD+, PPCDAM entre outras).

Na atual 4ª fase da implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAm) 2016-2020 continua a meta para a redução do desmatamento na Amazônia Legal até 2020 de 80%, relativo à média da taxa de desmatamento no período de 1996-2005. A interlocução entre governo federal e estados segue sendo necessária para otimizar os esforços de implementação das ações, especialmente nas áreas críticas de desmatamento.

No Acre, as políticas públicas para o controle do desmatamento e redução das queimadas e incêndios florestais no estado, são orientadas por: (a) Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), e (b) o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Acre - PPCDQ, atualizado para o período 2017-2020, ambos sob coordenação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). O Plano define três eixos de atuação: Produção sustentável; Ordenamento fundiário e; Controle ambiental, com a meta principal de redução do desmatamento em 80%, alinhada com o PPCDAm.

O Programa de REDD+ do Acre está inserido no Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 (Lei Nº 3.100 de 29 de dezembro de 2015) e constitui como uma de suas diretrizes a integração de um projeto estadual de desenvolvimento sustentável.

Após o início da nova gestão do Governo do Acre, houve uma redução no ritmo de implementação de seus projetos e programas para as devidas avaliações e replanejamento de acordo com as estratégias do novo governo.

O processo de transição da gestão anterior do Governo do Acre para a nova gestão, gerou impactos na execução das atividades planejadas do Programa REM. Inerente a isso, houve a necessidade de apropriação de todos projetos e programas gerenciados pelo Estado, onde o Programa REM é um destes, e por conseguinte, também passou por ações internas de internalização pela nova equipe de governo, o que de certa forma produziu a redução significativa na implementação de suas ações.

3.2. Sugestões de respostas adequadas do Programa em relação as referidas políticas públicas.

Com base no aprendizado da fase I do Programa REM foi possível identificar iniciativas exitosas com potencial de valorização das florestas, redução do desmatamento e maior inclusão das comunidades. Estas iniciativas estão sendo replicadas na fase II, destacando a implementação de sistemas agroflorestais, pagamento por serviços ambientais, apoio aos indígenas, assistência técnica, formação de agentes em sistemas agroflorestais e fomento à cadeias produtivas sustentáveis.

A Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (UCEGEO) auxilia no monitoramento com base em imagens de satélite discriminado por áreas geográficas, contribuindo para melhor direcionamento das políticas públicas do estado.

No contexto das estratégias de comando e controle ambiental, através do aprimoramento da fiscalização, regularização fundiária e destinação dos vazios fundiários, são realizadas pelas subexecutoras – Instituto de Terras do Acre (ITERACRE), Centro Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER), Corpo de Bombeiros Militar (CBM), SEMA e Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA), coordenadas pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), contribuindo de forma complementar, com o fortalecimento do SISA e a governança e gestão do Programa REM.

3.3. Análise dos avanços/mudanças na implementação da ENREDD+ e sugestões de respostas adequadas do Programa em relação a implementação da ENREDD+.

Para o cumprimento dos objetivos, a ENREDD+ definiu três eixos de ação sob competência de Câmaras Consultivas Temáticas: i) coordenação de políticas públicas de mudança do clima, biodiversidade e florestas, incluindo salvaguardas; ii) mensuração, relato e verificação de resultados (MRV); e iii) captação e distribuição de recursos de “pagamento por resultados” de REDD+.

Os avanços no âmbito da CONAREDD+ no período, relevantes para o Programa REM foram:

- Definição dos limites de captação descentralizada de recursos de REDD+ através da Resolução nº 6;
- Definição das regras de elegibilidade de Estados amazônicos e entidades federais para acesso e captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia através da Resolução nº 7.

- Aprovação da Resolução nº 8, que define as diretrizes para uso dos recursos e o monitoramento dos acordos de pagamentos por resultados de REDD+; Resolução nº 9, que adotou a interpretação das salvaguardas de Cancun no contexto brasileiro e deu as providências à CCT salvaguardas, a Resolução nº 10, que aprovou a elegibilidade de entidade federal e entidades estaduais para acesso e captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia, a Resolução nº 11 que prorrogou o prazo de funcionamento da Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas - CCT- Salvaguardas e restabeleceu a Câmara Consultiva Temática sobre Pacto Federativo - CCT-Pacto Federativo.
- Admissão do Programa REM ACRE FASE II, no âmbito da CONAREDD+, com base nas Resoluções 06 e 07 aprovadas por todos.
- Alinhamento do SISA desde 2016 com o Nível de Referência de Emissões Florestais, FREL, e com a Resolução 6 da CONAREDD+. Desta forma, foi atribuído ao Estado do Acre para o período de 2011-2015 um limite de captação de 63.090.034,54 tCO₂e, correspondendo a 12.618.006,91 tCO₂e média anual.

3.4. Análise do contexto das ações de monitoramento e de controle da taxa de desmatamento.

Segundo dados do Sistema de Monitoramento da Amazônia Brasileira por Satélite – PRODES a taxa de desmatamento no estado do Acre em 2018 foi de 470 km², representando um aumento de 83% em relação ao ano anterior (INPE, 2019). Apesar da excepcionalidade observada na taxa de desmatamento, a tendência do desmatamento no período de 2004 a 2018, em média, apresentou uma redução linear de 11,8 km² por ano, conforme pode ser observado na Figura 1 a seguir.

Figura 1. Tendência do desmatamento no estado do Acre, de 2004 a 2018.

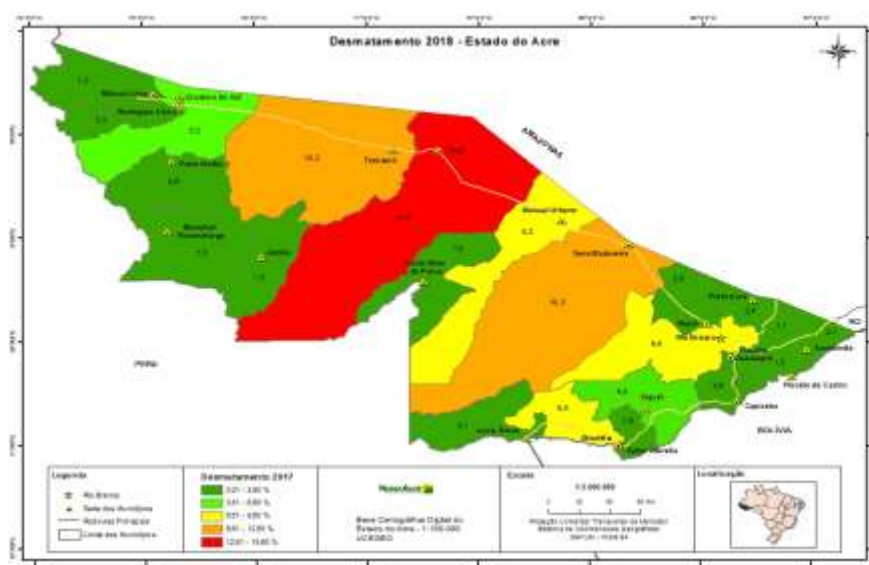


Fonte: Inpe, 2018

Análises realizadas na Unidade Central de Geoprocessamento (Ucegeo) mostram que, ponto de vista fundiário em 2018, nas propriedades particulares o desmatamento representou 25,4 %, seguidas pelos Projetos de Assentamento (24,4 %). Nas áreas discriminadas o desmatamento alcançou 21 %, nas Unidades de Conservação 14,1%, nas áreas sem estudo discriminatório chegou a 10,3 %, nas áreas Arrecadadas 4,3% e nas Terras Indígenas apenas 0,6% do desmatamento no estado. Por outro lado, verificou-se que ainda há uma concentração do desmate em pequenos polígonos com 70% da extensão desmatadas em polígonos >10 ha e 25,2% em polígonos de 10,1 a 60 ha.

Em termos percentuais, o desmatamento no município de Feijó representou 15,2 % da área desmatada no estado em 2018, seguido por Sena Madureira com 10,3 % e Tarauacá - 10,2%, Rio Branco - 9,6 %, Brasileira - 8,5 % e Manoel Urbano - 8,2 %, conforme (Figura 2), a seguir.

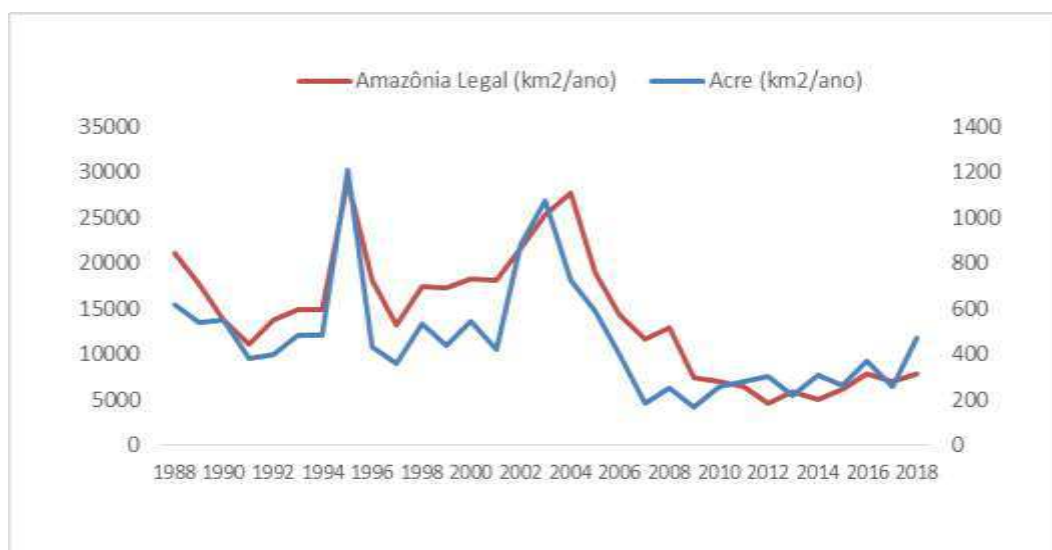
Figura 2. Distribuição percentual do desmatamento nos municípios acreanos, em 2018.



Fonte: Ucegeo, 2018

Historicamente os índices de desmatamento na Amazônia e no Acre apresentam tendências similares (Figura 3) e costumam acompanhar os grandes ciclos da política (eleições) e da economia do país, considerando que são econômicas as motivações para o corte raso da floresta, para o comércio de madeira, expansão da agricultura e da pecuária, dentre outros fatores.

Figura 3. Taxas anuais de desmatamento (km²/ano) no Acre e na Amazônia, no período de 1988 a 2018



Fonte: Inpe, 2018

No Acre, a grande extensão de floresta – aproximadamente 86% do território, tem atraído brasileiros de outros estados, especialmente de Rondônia, e uma nova dinâmica do desmatamento tem se instalado, com distribuição pulverizada dentro da floresta em função de invasões de terras, especialmente nas áreas naturais protegidas e isso tem sido o maior desafio do atual Governo do Estado em termos de comando e controle.

Nesse processo de transição, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Sema tem trabalhado para sanear o passivo encontrado, especialmente nas Florestas Públicas, com ações integradas das instituições do Sistema de Meio Ambiente (Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC e Instituto de Terras do Acre – Iteracre), em parceria com o Batalhão de Policiamento Ambiental - BPA, Secretaria de Produção e Agronegócio – Sepa e apoio das instituições federais como o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Exército Brasileiro – 4º. BIS, para as ações de Comando e Controle, Educação Ambiental, bem como para a implantação do Programa de Regularização Ambiental – PRA. Através de mutirões integrados a Sema tem levado o Cadastro Ambiental Rural – CAR para os não cadastrados e o PRA para produtores com até quatro módulos fiscais, ofertando um cardápio de 10 modelos de Sistemas agroflorestais com fins econômicos, a partir de várias outras fontes de recursos além do REM/KfW, como o Projeto Paisagens Sustentáveis e o PROSER/BIRD. Para as Florestas Públicas, recursos de operação de crédito (PDSA II/BID) tem permitido o desenvolvimento

de projetos de manejo comunitário madeireiro e não madeireiro, envolvendo as comunidades dentro e fora das Unidades, no sentido da dissuasão do desmatamento na região.

4. Avanços na implementação do Programa

4.1 Concepção do Programa REM Acre Fase II

O Programa REM é uma iniciativa de pagamento por resultados de REDD+. Sua implementação está orientada pela estratégia de repartição de benefícios, pelo Plano de Investimento (PDI 1) e pelos Planos Operativos Anuais (POA), elaborados pelas subexecutoras sob coordenação de SEPLAN e IMC.

A repartição de benefícios segue a abordagem "estoque e fluxo programática", que apoia a implementação de políticas e programas existentes, que contribuem tanto para conservação de florestas (atividades do Subprograma Indígena e parte florestal do Subprograma Territórios de Produção Familiar Sustentável), quanto para redução do desmatamento (atividades em áreas abertas dos subprogramas Territórios de Produção Familiar Sustentável e Pecuária Diversificada Sustentável).

A contribuição financeira apoia com até 30% dos recursos o fortalecimento e consolidação do SISA e de mecanismos inovadores de REDD+. Cerca de 70% dos recursos são destinados para a implementação de atividades que contribuem para conservação do estoque e redução do fluxo do carbono florestal, fazendo os recursos chegarem aos provedores dos serviços ambientais e torná-los beneficiários do programa.

Tabela 1: Proporções previstas para repartição de benefícios por subprogramas

Subprogramas	Percentual
Territórios Indígenas	12%
Territórios de Produção Familiar Sustentável	33%
Pecuária Diversificada Sustentável	25%
Fortalecimento do SISA e Mecanismos de REDD+	30%
Total	100%

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

4.2 Remuneração de resultados de REDD+

As estimativas da redução de emissões no Acre foram realizadas com base nas taxas de desmatamento do PRODES (km²/ano) de 2011 até 2015, comparadas com taxas históricas (média dos dez anos anteriores). A partir de 2016, a redução de emissões é definida nos limites de captação para o Estado do Acre estabelecidos no âmbito da CONAREDD+ (tCO₂e/ano).

Para uma implementação mais ambiciosa da fase II, ficou acordado entre o Estado do Acre, o KfW e BEIS o limite para a taxa do desmatamento de 330 km²/ano em caráter condicionante para efetivar a remuneração das parcelas de desembolso do Programa REM, com o propósito de manter a taxa em patamar baixo.

O Estado do Acre recebeu, no âmbito da execução do Programa REM Acre Fase II, dois pagamentos na primeira parcela equivalente à USD 5.900.000,00 (recursos de BMZ de EUR 5 milhões, desembolso de aproximadamente R\$ 19,6 milhões) pela redução de emissões de 1.180.000 tCO₂e e na segunda parcela equivalente à USD 9.436.224,00 (recursos de BEIS - Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial do Reino Unido de GBP 7,14 milhões, desembolso de aproximadamente R\$ 35.4 milhões) pela redução de emissões de 1.887.244,8 tCO₂e, ambos resultados do ano florestal 2014-2015.

Conforme estabelecem os contratos de contribuição financeira (CCF) e de implementação financeira (CFI), o Estado do Acre se compromete solicitar que sejam registrados como mecanismo de gestão de riscos os montantes iguais, de 1.180.000 tCO₂e e de 1.887.244,8 tCO₂e, também no ano florestal 2014-2015 (conforme tabela 1).

Tabela 2: Remuneração de resultados de REDD+ do Programa REM Acre Fase II

Ano florestal	*Taxa de desmatamento km²/ano	**Limite de captação tCO ₂ e	Resultado de RE tCO ₂ e	RE de gestão de riscos tCO ₂ e	Unidades de RE utilizadas tCO ₂ e	Unidades de RE disponíveis tCO ₂ e	***Pagamento por resultados EUR	***Valor equivalente GBP	Data do desembolso	Taxa de câmbio BRL/EUR	Valor recebido BRL	Taxa de câmbio USD/EUR	***Valor equivalente USD	Programa /Fonte
2014-2015	264	12.405.905,24	3.387.244,80	3.957.244,80	7.344.489,60	5.061.415,64							16.926.244,00	Total
			320.000,00	320.000,00			1.500.000,00		02/02/2017	3,3830	5.074.500,00	1,0600	1.590.000,00	REM I/BMZ
			1.180.000,00	.180.000,00			5.000.000,00		26/12/2017	3,9330	19.665.000,00	1,1800	5.900.000,00	REM II/BMZ
			1.887.244,80	1.887.244,80			7.937.756,44	7.140.000,00	26/12/2018	4,4660	35.450.020,26	1,1888	9.436.244,00	REM II/BEIS
				570.000,00										
2015-2016	372	7.237.604,60			0	7.237.604,60								
2016-2017	257	7.572.749,57	570.000,00		570.000,00	7.002.749,57	2.499.925,00		26/12/2018	4,4660	11.164.665,05	1,1400	2.850.000,00	REM II/BMZ

*Dados oficiais do PRODES (INPE)

**Limite de captação para o Estado do Acre conforme resoluções da CONAREDD+

***Pagamento em EUR ou GBP por resultados de redução de emissões RE calculado com base em USD 5 / tCO₂e e as respectivas taxas de câmbio

4.3 Atividades, avanços, resultados e impactos dos subprogramas

As atividades aqui descritas com seus respectivos volumes de recursos utilizados foram implementadas tendo como fonte os recursos alemães por meio do Banco KfW repassados ao Governo do Acre e relativo ao primeiro desembolso (na tabela 3 de forma detalhadas e na tabela 4 de forma resumida). Porém, as atividades aqui descritas referem-se apenas aos valores utilizados do primeiro desembolso (recursos alemães), uma vez que os recursos referente ao segundo desembolso foram repassados ao Governo do Acre em dezembro de 2018 e o mesmo é de origem do Reino Unido. A tabela abaixo demonstra as atividades previstas no PDI com seus respectivos recursos disponibilizados no âmbito dos subprogramas do Programa REM Acre Fase II.

Tabela 3. Valores do PDI 01 em cada subprograma e valores do PDI 02 planejados

Programa REDD para Early Movers (REM) Fase 2			
Plano de Investimento Consolidado 1 e 2 - Referente ao Uso dos Recursos do Primeiro e Segundo Pagamento por Resultados de Desmatamento Reduzido do Programa			
Programa Global REDD+ para Early Movers – Programa REM Acre, Fase II	Secretaria	Valor Planejado PDI 01 (R\$)	Valor Planejado PDI 02 (R\$)
I. ATIVIDADES EM NÍVEL LOCAL (70%)		R\$ 33.126.579,55	R\$ 17.288.549,46
SUBPROGRAMA 01: Subprograma Territórios Indígenas		R\$ 5.679.653,59	R\$ 2.963.751,34
1.1 Gestão Territorial Indígena		R\$ 5.679.653,59	R\$ 2.963.751,34
1.1.1 Bolsa dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI's)	SEMA	R\$ 2.110.467,11	R\$ 1.602.598,86
1.1.2 Formação e Capacitação de AAFI's	SEMA	R\$ 643.559,99	R\$ 353.700,00
1.1.3 Implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTI's)	SEMA	R\$ 2.310.958,64	R\$ 586.101,34
1.1.4 Formação Intercultural Diferenciada Indígena (clima, floresta, associativismo, cooperativismo, gestão de projetos)	SEE	R\$ 614.667,85	R\$ 421.351,14
SUBPROGRAMA 02: Subprograma Produção Familiar Sustentável		R\$ 15.619.047,36	R\$ 8.150.316,17
2.1 Cadeias Produtivas Extrativistas (Produtos Florestais Não Madeireiros e da Agricultura Familiar)		R\$ 13.447.597,71	R\$ 6.936.768,64
"2.1.1 CADEIAS PRODUTIVAS CONSOLIDADAS Borracha a. Incentivos aos Serviços Ambientais: Lei Chico Mendes (CVP, FDL, látex líquido) b. Fortalecimento da produção de preservativos (logística e insumos)"	SEPA	R\$ 2.707.207,00	R\$ 1.886.400,00
"2.1.2 Murmuru a. Incentivos aos Serviços Ambientais: Lei Chico Mendes"	SEPA	R\$ 505.224,42	R\$ 539.458,80
"2.1.3 Mel a. Fortalecimento da cadeia (logística e insumos)"	SEPA	R\$ 397.065,93	R\$ 278.899,80

"2.1.4 CADEIAS PRODUTIVAS A ESTRUTURAR Óleos florestais a. Fomento à estruturação, em processos de coleta, pré-beneficiamento e desenvolvimento tecnológico, garantindo produção sustentável e qualidade da produção b. Formação (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para juventude e gênero"	FUNTAC	R\$ 829.824,17	R\$ 746.700,00
2.1.5 Assistência técnica agroflorestal para comunidades extrativistas das florestas públicas estaduais, incluindo a gestão das UGAIs	SEMA	R\$ 823.210,39	R\$ 707.400,00
2.1.6 Apoio Logístico de Coleta e Transporte do Látex e Fabrica de Preservativos	FUNTAC	R\$ 1.000.000,00	R\$ -
2.1.7 Manejo Florestal	SEMA	R\$ 496.571,75	R\$ 314.400,00
"2.1.8 Florestas Plantadas em SAFs (Fruticultura: açaí, abacaxi, coco, cupuaçu, pupunha) e não madeireiros (seringa e castanha) a. Incentivos à recuperação de áreas degradadas b. Produção de mudas c. Apoio à comercialização d. Capacitação (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para Juventude e Gênero"	SEPA	R\$ 2.463.610,05	R\$ 1.385.471,75
2.1.9 Apoio ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)	SEMA	R\$ 4.224.884,00	R\$ 1.078.038,30
2.2 Economia Criativa	SEET	R\$ 2.171.449,65	R\$ 1.213.547,53
SUBPROGRAMA 03: Subprograma Território da Pecuária Diversificada Sustentável		R\$ 11.827.878,60	R\$ 6.174.481,95
3.1 Cadeias Produtivas da Pecuária Diversificada		R\$ 11.827.878,60	R\$ 6.174.481,95
3.1.1 Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Corte e Leite (Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF))	SEPA	R\$ 4.252.714,24	R\$ 2.905.124,03
3.1.2 Cadeia Produtiva da Piscicultura (Fomento às atividades da Piscicultura (ração, tanques, alevinos, assistência técnica e extensão rural, etc.) e capacitação (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para Juventude e Gênero)	SEMA	R\$ 6.800.000,00	R\$ 3.269.357,92
3.1.3 Agroenergia	SEMA	R\$ 775.164,36	R\$ -
II. ATIVIDADES DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL/POLÍTICAS PÚBLICAS (30%)			
4: Fortalecimento do SISA e Instrumentos de REDD+		R\$ 14.199.133,97	R\$ 7.409.378,34
4.1 Mecanismos de REDD+		R\$ 6.141.458,15	R\$ 1.199.978,34
4.2 Fortalecimento do SISA		R\$ 5.375.509,18	R\$ 3.340.500,00
4.3 Gestão Operacional (Técnica, Administrativa e Financeira) do Programa		R\$ 2.682.166,64	R\$ 2.868.900,00
TOTAL		R\$ 47.325.713,52	R\$ 24.697.927,80

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

Os valores previstos no Plano de Investimento - PDI 01 do Programa REM em sua fase II, estão sendo utilizados desde o ano de 2018 com os respectivos subprogramas e eixos, em relação ao PDI 2, este se refere aos valores planejados.

Tabela 4: Resumo de desembolsos Programa REM Acre Fase II

DESEMBOLSOS PDI 1		
1º DESEMBOLSO	€ 5.000.000,00	R\$ 19.665.000,00
2º DESEMBOLSO	€ 7.937.756,44	R\$ 35.450.020,26
TOTAL	€ 12.937.756,44	R\$ 55.115.020,26

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

4.3.1 Subprograma Território Indígenas. Este Subprograma tem como objetivo central fortalecer em cada Território e Zona definidos pelo ZEE, projetos produtivos sustentáveis desenvolvidos por produtores tradicionais. Os órgãos subexecutores SEMA e SEE são os órgãos responsáveis pelas seguintes atividades: a) bolsa para atuação dos agentes agroflorestais; b) formação e capacitação dos agentes agroflorestais; c) implementação dos Planos de Gestão de TIs; d) formação intercultural diferenciada indígena.

a) Bolsa para atuação dos agentes agroflorestais:

As ações demonstradas no quadro de convênios, (tabela 5), destina-se ao pagamento de Agentes Agroflorestais indígenas, onde 145 Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFs) receberam bolsas.

b) Formação e capacitação dos agentes agroflorestais

Importante destacar o fato de que com recursos do Programa REM/KfW o Governo do Estado investiu em atividades de assistência técnica, por meio do processo de formação dos AAF's onde suas ações incidem diretamente na produção agroflorestal, na criação de pequenos animais, peixes e beneficiamento e escoamento dessa produção, visando garantir a segurança alimentar, melhorar as condições de vida e de saúde nas aldeias e abrir alternativas de geração de renda, por meio da venda dos excedentes nas cidades e aos programas públicos de aquisição de alimentos.

c) Implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTIs)

Para a implementação das ações prioritárias dos Planos de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PGTIs), a SEMA lançou em junho de 2018 o Edital de Chamamento Público nº 001/2018, que resultou na classificação de 27 projetos distribuídos em três linhas temáticas: Apoio à Implementação de Ações Prioritárias de Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTIs), Protagonismo e Empoderamento de Mulheres Indígenas e Fortalecimento Institucional de Organizações voltado ao Fortalecimento da Gestão Territorial. No entanto, com a mudança de governo e a ausência de orçamento para

o Programa REM Fase II, ocasionaram atraso na execução dos processos que haviam iniciados no ano de 2018, principalmente os chamamentos públicos do Programa REM. Ainda não foram firmados os Termos de Fomento com as Associações Indígenas que tiveram seus projetos aprovados, em decorrência da identificação de uma falha na etapa de análise para classificação dos projetos apresentadas no respectivo Edital. A SEMA solicitou a Comissão de Avaliação uma reanálise das propostas apresentadas, visando sanar algumas inconsistências para posterior andamento do processo.

Em junho de 2018, após a não objeção do Banco KfW foi realizado um Aditivo de Valor ao Convênio nº 001/2014 da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAIAC no valor de R\$ 1.247.720,00, para pagamento das bolsas dos AAFIs que estavam em atraso referentes a dois períodos – agosto a novembro de 2017 e de dezembro 2017 a junho de 2018.

d) Formação intercultural diferenciada indígena.

Importante destacar as atividades oriundas da formação intercultural indígena, coordenada pela Secretaria de Estado de Educação, com 247 indígenas envolvidos em 30 escolas da rede estadual de ensino localizada na regionais do Tarauacá/Envira e Vale do Juruá. Os indígenas participaram em temáticas voltadas para a gestão ambiental indígena e agentes agroflorestais distribuídas conforme figuras abaixo. A meta é alcançar 132 escolas da rede estadual de ensino. Para além das questões operacionais, torna-se de grande relevância potencializar a cooperação interinstitucionais em torno da temática e a refinada articulação entre a formação intercultural diferenciada dirigida aos docentes indígenas e o programa de formação dos agentes agroflorestais indígenas.

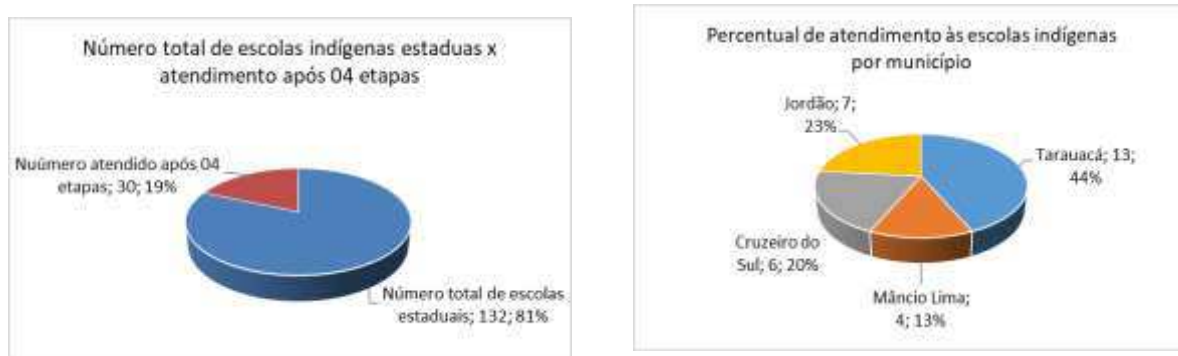
Tabela 5: Convênios efetivados no âmbito do subprograma Territórios indígenas de responsabilidade do órgão subexecutor SEMA.

Objeto	Instituição	Convênio	R\$ Planejado/ PDI	R\$ Contratado	R\$ Gasto	R\$ Saldo	% R\$ alocados foi contratado	% R\$ contratados foi gasto
Implementação do componente do sub programa indígena no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo a Serviços ambientais – SISA, visando fortalecimento do Sistema Agroflorestais (SAFs) e Viveiros localizados nas terras indígenas com a participação direta dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFs).	Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIAC	Convênio nº 001/2014	2.304.884,00	2.010.340,00	2.010.340,00	-	87,22%	100,00%
Apoio as estratégias e iniciativas para incentivar a manutenção dos serviços ambientais, a redução e prevenção do desmatamento e fortalecer a gestão ambiental em terras indígenas no Estado do Acre, por meio do apoio à formação de agentes agroflorestais indígenas.	Comissão Pró-Índio do Acre - *CPI/AC	Termo de Fomento nº 002/2018	643.560,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%

Fonte: UCP/REM/SEPLAF

*Termo de Fomento firmado com a CPI, porém sem execução no período deste relatório. Após mudança de governo, foi demandado tempo para nova gestão se apropriar do Programa, momento em que o Termo de Fomento expirou. Neste momento está em trâmite, a renovação do Termo de Fomento. Para isso foi solicitado a CPI um novo Plano de Trabalho e um cronograma de execução para que as ações sejam retomadas. Atividade coordenada pela SEMA.

Figura 4 – Escolas indígenas em relação ao atendimento após 04 etapas



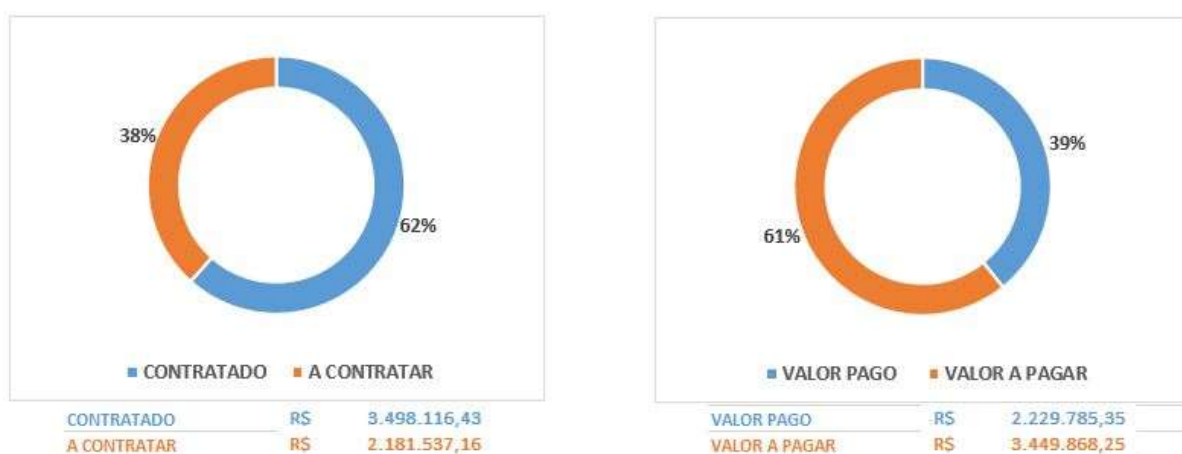
Fonte: UCP/REM/SEPLAG

Tabela 6: Execução geral do Subprograma Territórios Indígenas

Ações/Atividades	ÓRGÃO	VALOR PDI (R\$)	VALOR CONTRATADO (R\$)	VALOR PAGO (R\$)	SALDO DE CONTRATO (R\$)	SALDO A CONTRATAR (R\$)
Gestão Territorial Indígena	SEMA	5.679.653,59	3.498.116,43	1.476.110,54	2.022.005,89	2.181.537,16
Bolsa dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs)	SEMA	2.110.467,12	2.010.340,00	2.010.340,00	-	100.127,11
Formação e Capacitação dos AAFIs	SEMA	643.560,00	643.560,00	-	643.560,00	-
Implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTis)	SEMA	2.310.958,64	500.865,63	190.436,71	310.428,92	1.810.093,01
Formação Intercultural Diferenciada Indígena (clima, floresta, associativismo, cooperativismo, gestão de projetos)	SEE	614.667,85	343.350,80	29.008,64	314.342,16	271.317,05
TOTAL SUBPROGRAMA		5.679.653,59	3.498.116,43	2.229.785,35	1.268.331,08	2.181.537,17
TOTAL SUBPROGRAMA EM PERCENTUAL SOBRE 100%		12%				

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

Figura 5 – Percentual de atendimento às escolas indígenas por municípios



Fonte: UCP/REM/SEPLAG

Tabela 7: Resumo dos investimentos do Subprograma Território Indígenas

Programa REM Acre, Fase II					
Subprogramas	Valor Planejado PDI 01 (R\$)	Valor Contratado	Valor Pago	Saldo de Contrato	Saldo a contratar
Subprograma 1: Territórios Indígenas	5.679.653,59	3.498.116,43	2.229.785,35	1.268.331,08	2.181.537,17

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

Vale ressaltar o apoio administrativo e executivo das ações oriundas dos convênios. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, enquanto subexecutora do Programa REM Acre Fase II e, em atendimento as suas obrigações e responsabilidade descritas no Termo de Cooperação Técnica e Financeira, firmado com a Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, tem apoiado as organizações não governamentais e, em especial, as associações indígenas no acesso, gestão e execução dos recursos oriundos do Programa.

Por se tratar de beneficiários que se caracterizam por baixa capacidade técnica de execução de projetos, considerando a complexidade da legislação brasileira que orienta os processos licitatórios, a SEMA tem dedicado tempo e pessoal qualificado para prestar todo apoio técnico necessário para maior agilidade na execução de Convênio e Termo de Fomento firmado com essas Instituições.

No entanto, isso só foi possível com a implantação da Unidade de Gestão do Programa – UGP, durante a execução da Fase I via Fundo Estadual de Florestas – FEF. Esse acompanhamento técnico incluiu etapas que foram desde a divulgação dos Editais de Chamamento, apoio na elaboração do Plano de Trabalho, prestação de contas financeira e Relatório Técnico de execução, incluindo ainda o monitoramento das atividades junto as organizações.

Além da UGP do REM instalada nas dependências da SEMA, outro ponto de apoio bastante importante nessa estratégia de acompanhamento técnico durante a execução dos recursos do REM, é o núcleo da SEMA instalado na região do Vale do Juruá. A equipe de Cruzeiro do Sul estabelece o elo entre as Organizações instaladas nos municípios

daquela Regional e a Sede da SEMA em Rio Branco, como também acompanha todos os procedimentos necessários para aquisições e entregas de bens aos beneficiários.

Tais medidas implementadas no âmbito da relação com as representações indígenas na Fase I, são as mesmas para Fase II considerando todo aprendizado adquirido ao longo da execução do Programa para esses beneficiários, bem como os resultados exitosos que foram alcançados.

4.3.2 Subprograma Território de Produção Familiar Sustentável

O Território da Produção Familiar Sustentável possui como objetivo fortalecer em cada Território e Zonas definida pelo ZEE, projetos produtivos sustentáveis desenvolvidos por produtores tradicionais, extrativistas e agricultores familiares que possam receber pagamentos monetários pelos serviços ambientais na redução das emissões, manutenção ou aumento do estoque de carbono florestal. Este Subprograma é de responsabilidade das seguintes subexecutoras: SEAPROF – SEAP, SETUL, SEMA, FUNTAC, SEPN. Em relação às atividades inseridas no âmbito desse Subprograma, um conjunto de atividades foram implementadas, porém, no período aqui relatado, a maior quantidade de atividades estiveram em processo administrativo de licitação, conforme regras nacionais de utilização de gastos públicos. As ações efetivas de implementação das atividades do Programa estão previstas para reiniciar no segundo semestre de 2019.

Tabela 8: Execução geral do Subprograma Produção Familiar Sustentável

Ações/Atividades	ÓRGÃO	VALOR PLANEJADO (R\$)	VALOR CONTRATADO (R\$)	VALOR GASTO (R\$)	SALDO DE CONTRATO (R\$)	SALDO A CONTRATAR (R\$)
1. Incentivos aos Serviços Ambientais - Lei Chico Mendes - Borracha	SEAPROF	3.707.207,00	1.815.620,02	1.307.438,59	508.181,43	1.891.586,98
2. Incentivos aos Serviços Ambientais - Lei Chico Mendes – Mururu	SEAPROF	505.224,42	148.259,70	148.259,70	-	356.964,72
3. Fortalecimento da cadeia do Mel	SEAPROF	397.065,93	68.491,20	32.249,30	36.241,90	328.574,73
4. Florestas Plantadas em SAFs (Fruticultura: açaí, abacaxi, coco, cupuaçu, pupunha) e não madeireiros (seringa e castanha). a. Incentivos à recuperação de áreas degradadas, b. Produção de mudas, c. Apoio à comercialização, d. Geração e Gestão de Conhecimento (associativismo, cooperativismo, mercado,	SEAPROF	2.463.610,05	1.470.674,25	1.008.397,33	462.276,92	992.935,80

gestão de negócios), com destaque para Juventude e Gênero.						
5. Fomento à estruturação, em processos de coleta, pré-beneficiamento e desenvolvimento tecnológico, garantindo produção sustentável e qualidade da produção de Óleos florestais.	FUNTAC	504.683,63	79.016,63	67.377,53	11.639,10	425.667,00
6. Óleos florestais - Geração e gestão do conhecimento (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para juventude e gênero.	FUNTAC	325.140,54	92.523,63	36.131,35	56.392,28	232.616,91
8. Assistência técnica agroflorestal para comunidades extrativistas das florestas públicas estaduais, incluindo a gestão das UGAIs	SEMA	823.210,39	784.326,69	282.690,85	501.635,84	38.883,70
9. Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica para prestar serviços de apoio as ações de fortalecimento do setor de base florestal no estado do Acre	SEMA	496.571,75	-	-	-	496.571,75
10. Apoio ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)	SEMA	4.224.884,00	232.315,07	138.530,45	93.784,62	3.992.568,93
11. Turismo de Base Comunitária	SETUL	790.483,22	356.162,30	228.427,43	127.734,87	434.320,92
12. Designer em produtos madeireiros	SEPN	790.483,22	712.000,00	481.000,00	231.000,00	78.483,22
13. Artesanato Florestal	SEPN	590.483,21	122.461,76	117.733,18	4.728,58	468.021,45
TOTAL SUBPROGRAMA		15.619.047,36	5.881.851,25	3.848.235,71	2.033.615,54	9.737.196,11
TOTAL SUBPROGRAMA EM PERCENTUAL SOBRE 100 %		33%				

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

Figura 6 – Percentuais obtidos do fluxo de gastos da área Territórios da Produção Familiar Sustentável



Tabela 9. Convênios SEAPROF

Instituição	Convênio	R\$ Planejado/ PDI	R\$ Contratado	R\$ Gasto	R\$ Saldo	% R\$ alocados foi contratado	% R\$ contratados foi gasto
Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre - COOPERACRE	Convênio nº 030/2017	2.707.207,00	1.272.754,79	1.265.923,23	6.831,56	47,01%	99,46%
Cooperativa dos Produtos de Agricultura Familiar e Econômica Solidária de NOVA CINTRA	Convênio nº 02/2014	505.224,00	148.259,70	148.259,70	-	29,35%	100,00%

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

Os convênios de responsabilidade da SEAPROF, atual SEPA, foram firmados com a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre – Cooperacre e relativo ao pagamento de subvenção exclusivamente aos produtores de borracha natural, mediante a comercialização pela Cooperacre. Os resultados podem ser vistos na Tabela 9 acima. Ainda no mesmo quadro podemos ver o resultado do Convênio com a Cooperativa dos Produtos da Agricultura Familiar e Econômica Solidária de Nova Cintra, que possui como objetivo a concessão de subvenção econômica exclusivamente aos produtos do fruto/coco de Murmuru e demais produtos florestais.

Quadro 1- órgãos, atividades e resultados alcançados no subprograma Produção Familiar Sustentável.

Órgão Responsável	Atividades	Resultados
SEAPROF	Subsídio da borracha e murmuru	.963 famílias de extrativistas beneficiadas alcançando uma produção de 777.850,79 kg de borracha (CVP Nativo, Cultivo, FDL, FDL/Nativo, Látex Cultivo e Nativo) e 148.259,70 Kg de frutos de murmuru.
	Cadeia produtiva do mel	.55 criadores de todo o Estado envolvidos nas atividades de produção . 139 produtores capacitados em boas práticas
	Florestas plantadas	. Preparo de 662 hectares de áreas degradadas nas regionais do Baixo e Alto Acre, com benefícios direto há 242 famílias de produtores e produtoras . 1,5 milhões de mudas frutíferas e florestais foram adquiridas e plantadas em 150 hectares na região do Vale do Juruá visando a formação de Sistemas Agroflorestais-SAF's
FUNTAC	Produção de óleos vegetais e apoio logístico de coleta e transporte do látex e fábrica de preservativo	. Duas capacitações foram realizadas no processo de produção de fitoterápicos / fitocosméticos de produtos de higiene pessoal e sanitizantes na Saboaria Xapuri – Xapuri/AC e na Associação Igarapé Branco – Cruzeiro do Sul/AC; . Duas capacitações realizadas nas comunidade do Igarapé Branco, em Cruzeiro do Sul/AC em boas práticas de coleta e extração de óleos; .01 (um) portfólio de documentos técnicos elaborado para a Saboaria Xapuri, com vistas a atender ao registro na Vigilância Sanitária.
SETUL	Turismo de Base Comunitária	.Elaboração de 4 Planos de Turismo de Base Comunitária para as comunidades localizadas nas seguintes áreas: (a) Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema: Sena Madureira; (b) Parque Nacional da Serra do Divisor: Mâncio Lima; (c) Seringal Cachoeira: Xapuri; (d) Trilha Chico Mendes: Brasiléia. .Os Planos serão lançados até agosto de 2019 (faltando contratação dos serviços de diagramação e impressão dos Planos). . 1 diagnóstico na comunidade do CROA sendo realizado com o objetivo de analisar os resultados do Plano de Turismo de Base Comunitária implementados na Fase I do Programa.
SEPN	Artesanato Florestal	.1.123 artesãos foram capacitados em atividades vinculadas ao desenvolvimento de produtos artesanais com couro de peixes da Amazônia.

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

4.3.3 Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável

No âmbito da cadeia de Produção da Pecuária Diversificada Sustentável, o objetivo central é ampliar a oferta de proteína animal por meio do incremento da produtividade e diversificação da criação de animais, além de estimular a recuperação de áreas degradadas em todo o Estado do Acre.

a) Ação: Cadeias Produtivas da Pecuária Diversificada

As atividades de extensão, monitoramento, diagnóstico, assistência técnica da bovinocultura de corte, foram iniciadas com a apresentação do projeto Pecuária + Eficiente em 15 municípios envolvidos no projeto, onde 301 produtores estão sendo envolvidos. Foram implantadas 4 Unidades Demonstrativas (UD) em Plácido de Castro, Porto Acre, Manoel Urbano e Tarauacá. Foram entregues 600 cópias de Cronogramas Sanitários e Reprodutivo Bovino. Foi realizado pela equipe do Projeto Pecuária + Eficiente, treinamento em "Pecuária do Conhecimento" na APTA – Colina/SP (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios) com enfoque no conceito de produção boi engorda e/ou terminação).

O processo licitatório para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos já foi concluído. Nos próximos meses deve-se iniciar a contratação das empresas que irão fornecer os produtos demandados.

Tabela 10. Execução geral do Subprograma: Território da Pecuária Diversificada Sustentável

Ações/Atividades	ÓRGÃO	VALOR PLANEJADO (R\$)	VALOR CONTRATADO (R\$)	VALOR GASTO (R\$)	SALDO CONTRATADO (R\$)	SALDO A CONTRATAR (R\$)
Cadeia Produtiva da Pecuária Diversificada Sustentável		11.827.878,00	8.084.752,02	5.116.769,81	2.967.982,21	3.743.126,58
Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Corte e Leite (Integração Lavoura Pecuária Florestal (ILPF))		4.252.714,24	1.786.955,48	593.533,88	1.193.421,60	2.465.758,76
Extensão, monitoramento e diagnóstico da bovinocultura de corte	SEAP	940.193,21	585.436,59	212.210,84	373.225,75	354.756,62
Fortalecimento da infraestrutura e logística que promovam a eficiência da cadeia da bovinocultura	SEAP	932.556,16	14.128,10	14.128,10	-	918.428,06
Implantação de unidades demonstrativas em propriedades de referência e recuperação de pastagens degradadas em unidades produtivas familiares	SEAP	930.211,05	930.211,05	324.000,00	606.211,05	-

Formação de Atores e transparência	SEAP	276.000,00	34.943,20	34.943,20	-	241.056,80
Assistência Técnica para promoção de práticas sustentáveis na bovinocultura	SEAP	1.173.753,82	222.236,54	8.251,74	213.984,80	951.517,28
Cadeia Produtiva da Piscicultura		6.800.000,00	6.297.796,54	4.523.235,93	1.774.560,61	502.203,46
					82.373,80	722.482,65
Capacitação e assistência técnica aos produtores	SEDENS	2.161.895,20	1.359.973,04	675.546,23	684.426,81	801.922,16
Apoio à modernização dos sistemas produtivos (equipamentos e infraestrutura)	SEDENS	1.430.523,95	1.007.760,00	-	1.007.760,00	422.763,95
Agroenergia		775.164,36	-	-	-	775.164,36
Capacitação, Assistência e Monitoramento	SEDENS	200.000,00	-	-	-	200.000,00
Implantação e Modernização dos Sistemas de Agroenergia (equipamentos e infraestrutura)	SEDENS	575.164,36	-	-	-	575.164,36
TOTAL SUBPROGRAMA		11.827.878,60	8.084.752,02	5.116.769,81	2.967.982,21	3.743.126,58
TOTAL SUBPROGRAMA EM PERCENTUAL SOBRE 100%		25%				

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

Os Termos de Fomento (Tabela 11) a seguir são de responsabilidade da subexecutora SEDENS firmados com as Associação de Produtores e Produtoras Jóia Rara, Associação de Produtores Rurais do Pólo Agroflorestal Dom Moacir – APADOM, Central de Cooperativas dos Piscicultores do Acre – ACREPEIXE, Instituto Tecnológico Peixes do Brasil. Já o quadro 2 demonstra os resultados das atividades realizadas.

Figura 7 – Percentuais obtidos do fluxo de gastos da área Territórios da Pecuária Diversificada Sustentável



Os Termos de Fomento (Tabela 11) a seguir são de responsabilidade da subexecutora SEDENS firmados com as Associação de Produtores e Produtoras Jóia Rara, Associação de Produtores Rurais do Pólo Agroflorestal Dom Moacir – APADOM, Central de Cooperativas dos Piscicultores do Acre – ACREPEIXE, Instituto Tecnológico Peixes do Brasil. Já o quadro 2 demonstra os resultados das atividades realizadas.

Tabela 11 - Termos de Fomento firmados pela SEDENS

Objeto	Instituição	Convênio	R\$ Planejado/ PDI	R\$ Contratado	R\$ Gasto	R\$ Saldo	% contratado	% gasto
Selecionar projetos para estruturação da Cadeia Produtiva Sustentável da Piscicultura , apoiando estratégias para o fortalecimento da agricultura familiar, contemplando mulheres, jovens e comunidades tradicionais.	Associação de Produtores e Produtoras Jóia Rara	Termo de Fomento nº 004/2018	R\$ 5.483.925,74	R\$ 249.955,75	R\$ 156.963,23	R\$ 92.992,52	100,00%	62,80%
	Associação de Produtores Rurais do Pólo Agroflorestal Dom Moacir - APADOM	Termo de Fomento nº 003/2018		R\$ 249.674,49	R\$ 12.203,47	R\$ 237.471,02		4,89%
	Central de Cooperativas dos Piscicultores do Acre - ACREPEIXE	Termo de Fomento nº 002/2018		R\$ 4.086.510,00	R\$ 2.800.000,00	R\$ 1.286.510,00		68,52%
	Instituto Tecnológico Peixes do Brasil	Termo de Fomento nº 005/2018		R\$ 897.785,50	R\$ 878.523,00	R\$ 19.262,50		97,85%

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

Quadro-2 – Atividades e resultados do subprograma Pecuária Diversificada

Órgão Responsável	Atividade	Resultados
SEDENS/SEICT	Produção da Pecuária Diversificada	. Apresentação do projeto Pecuária + Eficiente em 15 municípios envolvidos no projeto com 301 produtores estão envolvidos nesta atividade . Foram implantadas 4 unidades demonstrativas em Plácido de Castro, Porto Acre, Manoel Urbano e Tarauacá . Foram entregues 600 cópias de Cronogramas Sanitários e Reprodutivo Bovino . Foi realizado pela equipe do Projeto Pecuária + Eficiente, um treinamento em “Pecuária do Conhecimento” na APTA – Colina/SP (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios) . As atividades vinculadas ao desenvolvimento de produtos artesanais com couro de peixes da Amazônia onde 1.123 artesãos foram capacitados.
	Ações de Piscicultura	.100 produtores receberam ração e alevinos entregues pela Associação Jóia Rara .50 produtores e técnicos capacitados em boas práticas de produção e comercialização pela Central de Cooperativa dos Piscicultores do Acre- Acrepeixe produtores .135 sacas de ração entregues aos produtores pela Acrepeixe . 2 Relatórios técnicos relativos ao assessoramento às ações de piscicultura elaborados e com recomendações técnicas com vistas a aplicação de boas práticas de produção.

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

4.3.4. Componente Mecanismos de REDD+ e Fortalecimento do SISA

Os recursos destinados no âmbito do Fortalecimento do SISA objetivam apoiar as ações e atividades que contribuam para o fortalecimento do arranjo institucional criado pela Lei do SISA. As atividades planejadas (Tabela 12), os respectivos órgãos responsáveis e todos os valores inerentes ao processo de execução das ações:

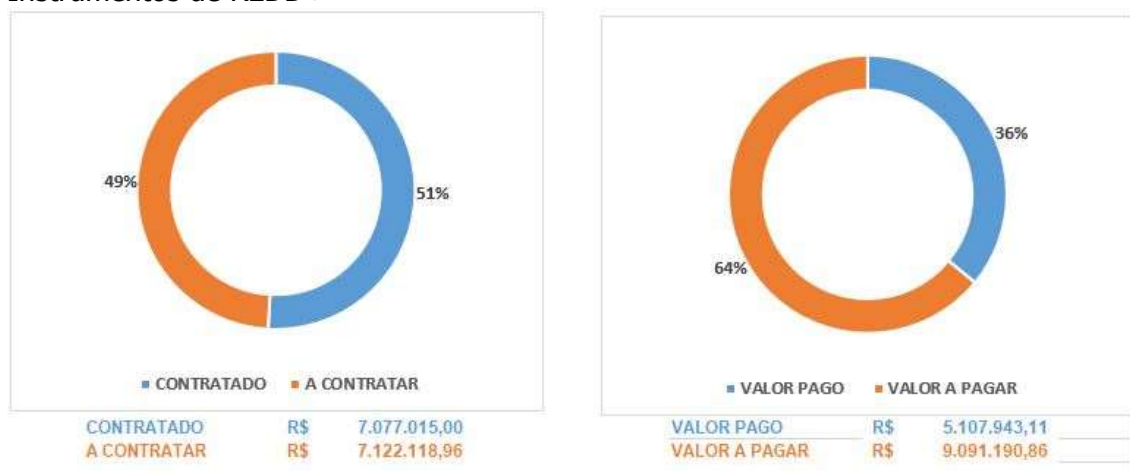
Tabela 12 – Ações, gastos e saldos aplicados para as ações de mecanismos de REDD+ e Fortalecimento do SISA.

Ações/Atividades	ÓRGÃO	VALOR PLANEJADO (R\$)	VALOR CONTRATADO (R\$)	VALOR GASTO (R\$)	SALDO DE CONTRATO(R\$)	SALDO A CONTRATAR
Mecanismos de REDD+		6.141.458,15	3.163.573,50	2.128.428,28	1.035.145,22	2.977.884,65
Monitoramento de Base Comunitária	IMC	432.754,47	195.775,00	116.635,93	79.139,07	236.979,47
Monitoramento da Implementação das Ações do SISA/REM	IMC	375.247,00	225.638,77	225.638,77	-	149.608,23
Formação, Comunicação, Salvaguardas	IMC	384.607,33	262.079,80	185.131,93	76.947,87	122.527,53

Estruturação Tecnológica Operacional do IMC e	IMC	655.790,04	433.971,88	356.684,75	77.287,13	221.818,16
Consultores (Governança, Comunicação Coordenação) e	IMC	639.134,47	145.330,95	27.569,70	117.761,25	493.803,52
Estudos, Geração e Gestão do Conhecimento	IMC	649.634,47	327.750,20	327.750,20	-	321.884,27
Pesquisas para setor florestal	SEMA	410.968,92	-	-	-	410.968,92
Revisão e Atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - ZEE/AC, Fase II	SEMA	899.134,45	851.425,82	686.092,06	165.333,76	47.708,63
Estudos Jurídicos do SISA	IMC	317.037,75	178.022,00	15.870,00	162.152,00	139.015,75
Fortalecimento e apoio a Comissão Estadual de Avaliação e Acompanhamento – CEVA	IMC	349.134,47	78.003,23	78.003,23	-	271.131,24
Fortalecimento e apoio ao Grupo de Trabalho Indígena	IMC	349.134,47	220.507,66	60.687,55	159.820,11	128.626,81
Fortalecimento e apoio ao Grupo de Trabalho Mulher	IMC	349.134,47	215.160,48	39.826,26	175.334,22	133.973,99
Ouvidoria do SISA	SEMA	280.611,37	27.826,41	6.456,60	21.369,81	252.784,96
Fortalecimento e apoio ao Comitê Científico	IMC	R\$ 49.134,47	2.081,30	2.081,30	-	47.053,17
Fortalecimento do SISA		5.375.509,18	2.720.756,18	2.302.796,42	417.959,76	2.654.753,00
Gestão de Ativos, Subprogramas e Finanças para Sustentabilidade	CDSA	599.134,47	131.256,85	131.256,85	-	467.877,62
Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimada	CBMA C	1.000.000,00	624.263,27	624.263,27	-	375.736,73
Fiscalização, Patrulhamento e Combate Aéreo	CIOPAR	760.000,00	651.543,39	621.019,92	30.523,47	108.456,61
Fiscalização, Prevenção e Patrulhamento Terrestre e Fluvial	BPA	500.000,00	370.492,09	261.688,25	108.803,84	129.507,91
Fiscalização, Combate e Controle Ambiental	IMAC	1.245.796,48	129.615,21	93.444,29	36.170,92	1.116.181,27

Promover a gestão e difusão das Unidades de Conservação Estaduais e o funcionamento do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP), visando potencializar os esforços de redução de desmatamento e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais	SEMA	555.338,80	292.643,37	155.065,18	137.578,19	262.695,43
Regularização Fundiária	ITERA CRE	715.239,43	520.942,00	416.058,66	104.883,34	194.297,43
Gestão Operacional (Técnica, Administrativa e Financeira) do Programa		2.682.166,64	1.344.389,53	676.718,41	667.671,12	1.337.777,11
Recursos humanos para UCP/REM	SEPLA N	989.134,47	751.200,00	186.521,56	564.678,44	237.934,47
Monitoramento e gestão do programa	SEPLA N	633.897,71	593.189,53	490.196,85	102.992,68	40.708,18
Auditorias Externas	SEPLA N	1.059.134,47	-	-	-	1.059.134,47
TOTAL SUBPROGRAMA		14.199.133,97	7.228.719,21	5.107.943,11	2.120.776,10	6.970.414,75
TOTAL SUBPROGRAMA EM PERCENTUAL SOBRE O 100%		30%				

Figura 8 – Percentuais obtidos do fluxo de gastos do Fortalecimento do SISA e Instrumentos de REDD+



Fonte: UCP/REM/SEPLAG

4.3.4.1. Ações desenvolvidas no âmbito dos Mecanismos de REDD+ - Monitoramento de Base Comunitária

A proposta de Monitoramento de Base Comunitária, teve como base a experiência do Projeto Sinal verde – 2015 (em anexo). A apresentação da proposta e a seleção de monitores no Alto Acre foi realizada durante a reunião do Conselho da RESEX Chico Mendes (no Seringal Icuriã, colocação Divisão, com participação de associados da AMOPREAB dos municípios de Assis Brasil, e Brasileia, totalizando aproximadamente 50 participantes mulheres, homens e jovens).

Por ocasião da reunião das associações do complexo das florestas estaduais Rio Gregório (realizada na UGAI do Rio Liberdade) foi apresentada a proposta de Monitoramento de Base Comunitária para aproximadamente 20 lideranças de associações e jovens. Foram identificados possíveis monitores para implementação da proposta.

O avanço das atividades, especificamente as capacitações previstas, foi prejudicado em função dos atrasos nos processos administrativos de licitação para contratação de produtos e serviços. Para isso está sendo previsto o estabelecimento de parcerias e/ou convênios para realização das capacitações.

4.3.4.2 Monitoramento da Implementação das Ações do SISA/REM

A equipe do IMC realizou visitas técnicas a entidades de governo e associações e cooperativas de beneficiários no Escritório da SEAP e na fábrica de saboaria em Xapuri, como também na sede da Coopergrãos em Brasileia para verificação in loco das ações do REM Acre Fase II e percepção dos beneficiários sobre as mesmas, bem como o cumprimento das salvaguardas do SISA, através de preenchimento de formulários e registro fotográfico. Ressaltando que as atividades estão em fase de implantação sendo os beneficiários mobilizados e informados sobre as ações previstas para as suas áreas.

No período aconteceram atividades complementares no âmbito do Termo de Cooperação Técnica entre IMC, Universidade de Colorado e UFAC para realização de treinamentos em Inventário Florestal nas Comunidades Boa Esperança e Filipinas. Nestas áreas ocorrerão as atividades de Manejo Florestal comunitário apoiado pelo Programa REM que serão incluídas no monitoramento de base comunitária. O Seminário de Integração de Metodologias de Monitoramento para o Programa ISA Carbono do SISA do Acre foi realizado em colaboração com UFAC, WWF, GIZ, e como resultado, houve o

entendimento de uma análise integrada, gerando sinergia e compatibilização de metodologias para Plataforma de Monitoramento do SISA.

4.3.4.3 Formação e Comunicação

Na área da formação e comunicação, foram realizadas atividades de capacitação de técnicos, gestores e beneficiários do programa. Foi intensificada a sensibilização da sociedade acreana sobre os objetivos e avanços do programa, como também a difusão em nível nacional e internacional das experiências e dos resultados do programa REM e do SISA.

Foram produzidos vários materiais impressos para Produtores Rurais e Extrativistas produtores em Projetos de Assentamento. Também foram produzidos Vídeo e boletins (em inglês) sobre Povos Indígenas, sobre a avaliação do SISA e do Programa REM de 2017 (lista em anexo).

A oficina de Construção do Programa de Conservação da Sociobiodiversidade do Acre, estabelecer a participação de diferentes setores da sociedade, PCTAFs, setor privado, setor financeiro, organizações não governamentais, dentre outras, na construção do Programa buscando subsídios para o processo de elaboração conjunta entre o governo e sociedade. Como resultado dessas oficinas foi possível a obtenção dos subsídios necessários, bem como o cumprimento das etapas necessárias para a aprovação da Lei nº3.462 de 26 de dezembro de 2018.

Foram produzidas também revistas em português e inglês sobre as lições aprendidas (Revista "Rewarding in a pioneer forest protection and sustainable livelihood. REDD+ in Acre State"; Revista "REDD+ no Estado do Acre: Premiando um pioneiro de conservação florestal e desenvolvimento sustentável"; Revista "Acre: Modelo para o mundo. O compromisso de valorizar a floresta e reduzir as emissões de CO₂ com inclusão social"). Com apoio de WWF foi produzida a publicação "Mecanismos Financeiros Inovadores para Conservação e Desenvolvimento Sustentável: Remuneração de Resultados de REDD+ no Acre".

O portal do SISA foi reformatado, alcançando uma linguagem visual mais atraente, com abordagem mais dinâmica, que a versão anterior. O conjunto das informações técnicas

e notícias atuais para todos os públicos está disponível no portal (<http://www.imc.ac.gov.br>).

O Plano de Comunicação do Programa REM Acre Fase II recebeu aprovação da Coordenação do Programa na Alemanha e precisa ainda o aval dos membros da CEVA para implementação.

4.3.4.4 Estruturação Tecnológica e Operacional do IMC

Com os recursos destinados a estruturação tecnológica e operacional do IMC foi possível adquirir novos equipamentos de informática (computadores, notebooks, impressoras) e veículo (caminhonete) para visitas de campo. Parte dos recursos foi destinada para a manutenção de máquinas e equipamentos existentes. Os recursos também possibilitaram a contratação de serviços de Terceiros (Pessoa Física e Jurídica) para o fortalecimento do SISA e da CEVA, assim como para realização das atividades de apoio ao monitoramento e a execução do Programa REM.

4.3.4.5 Assessorias de Governança, Comunicação e Coordenação

Houve atraso na contratação de serviços profissionais para assessorias de governança, comunicação e coordenação estratégica em função dos prazos estabelecidos pelos processos administrativos de licitação que o programa deve seguir. Em outubro foi contratada a assessoria estratégica por um período de 12 meses com opção de renovação por igual período. Os processos encontram-se em análise pela gestão atual, aguardando definição para prosseguimento.

4.3.4.6 Estudos, Geração e Gestão do Conhecimento

O objetivo deste componente é de aprimorar a geração e gestão do conhecimento envolvendo estudos, sistematização, e difusão das informações e dar mais transparência e visibilidade ao Programa. Também objetiva promover a formação de agentes multiplicadores do conhecimento em mudanças climáticas e serviços ambientais, incluindo a ampliação da difusão de informações acerca da política de Estado de incentivos a serviços ambientais do Acre, por meio de cursos de capacitação nas diferentes regionais do Estado para os beneficiários do SISA, Maior número de potenciais beneficiários do SISA, gestores e atores envolvidos participando ativamente da gestão e governança do SISA.

A equipe do IMC acompanhou a Oficina de construção do Plano de Turismo de Base Comunitária do Parque Nacional da Serra do Divisor com objetivo de apoiar a comunidade local, contribuindo com a integração de atividades do programa e

promovendo sinergias de forma transversal. O plano será disponibilizado aos comunitários.

Durante a visita da delegação de representantes de governo e parlamentares do Estado da Califórnia (EUA) foi apresentado o conceito e a implementação do SISA para consolidar a relação entre ambos estados a analisar uma possível cooperação no futuro.

No âmbito do Termo de Cooperação Técnica entre o IMC e a EMBRAPA (Código 23000.15/0046-8), foi elaborado e publicado o Inventário de Emissões Antrópicas e Sumidouros de Gases de Efeito Estufa do Estado do Acre: Ano-Base 2014 (disponível no <http://www.imc.ac.gov.br/publicacoes>).

Também foram mapeadas áreas de uso da TI Puyanawa, na regional do Juruá, no Município de Mâncio Lima a fim de subsidiar informações para o Programa de Conservação e Manejo de solos na regional do Juruá e entorno.

4.3.4.7 Estudos Jurídicos do SISA

Para os programas de Conservação da Sociobiodiversidade e Regulação do Clima do SISA foram elaboradas no âmbito da assessoria jurídica minutas dos documentos base. A Lei Estadual do Programa de Conservação da Sociobiodiversidade é um dos sete programas do SISA. Nesse contexto, a Lei Estadual nº 3.462, de 28 de dezembro de 2018, alterou o art. 29 da Lei 2.308, de 22 de outubro de 2010, e criou o Programa de Incentivo a Serviços Ambientais da Sociobiodiversidade – ISA Sociobiodiversidade, voltado para a integração, valoração dos serviços ambientais, bens e produtos da sociobiodiversidade, para que resultem em benefícios ambientais e sociais, bem como econômicos e financeiros para todas as populações que dela dependem. O diferencial aqui é a associação entre biodiversidade e cultura, bem como seu vínculo com o modo de vida sustentável das populações tradicionais.

4.3.4.8 Atuação do Comitê Científico

Com relação ao Comitê Científico, houve a participação de seus membros junto com a equipe técnica do IMC na oficina de metodologias de monitoramento para o Programa

REM Acre Fase II e também a apresentação de Palestras no Painel: Integração de Monitoramento de Políticas Públicas” na referida Oficina realizada em maio de 2018.

4.4. Ações desenvolvidas no âmbito do Fortalecimento do SISA

Quadro 3. Ações realizadas no âmbito do Fortalecimento do SISA

Órgão Responsável	Atividades	Resultados
Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais - CDSA	Gestão de Ativos, Subprogramas e Finanças para Sustentabilidade	No campo das ações de articulação de Governos Subnacionais: Força Tarefa de Governadores para Florestas e Clima - GCF Task Force. A CDSA participou de forma ativa da Força Tarefa dos Governadores para Floresta e Clima (GCF-Task force) com representação de uma das vagas dos dois delegados pelo estado do Acre. A participação ocorreu por meio de encontro presenciais e virtuais, sobretudo em articulação com todos os demais estados amazônicos brasileiros, num total de 9 membros. Descantam-se os seguintes momentos ao longo do ano: a) Participação na Reunião de Planejamento das estratégias e ações de 2018, em janeiro; b) Participação na Reunião de articulação e planejamento da elaboração de projetos para chamada da janela A aos estados membro do GCF ao edital lançado pelo PNUD na condição de gestor dos recursos de doação da NORAD ao GCF Task Force, em abril; c) Ballikpapan Framework, destaca-se que a CDSA tem participado da iniciativa Ballikpapan Framework, criada no âmbito da Força Tarefa do GCF com objetivo de fortalecer iniciativas de parcerias público e privada no âmbito das Finanças do Clima, bem como ampliação de mercados para produtos sustentáveis; Nas ações de articular programas e projetos para redução de desmatamento em parceria. a) Programa Sociobiodiversidade: a CDSA participou do processo de construção do Programa da Sociobiodiversidade no âmbito do SISA. Apoiou na estruturação dos mecanismos econômicos e financeiros do novo programa dialogando com o consultor responsável pela elaboração da proposta, bem como participação nos debates públicos acerca do novo programa; b) Câmara de Comercialização da Sociobiodiversidade: a convite da GIZ a CDSA apresentou as oportunidades de promoção dos ativos da sociobiodiversidade no estado do Acre, durante o encontro da referida câmara, em agosto; c) Reposicionamento da Fábrica de Preservativos Masculinos-NATEX: a CDSA participou de diversas reuniões sobre a reformulação do plano de negócios do referido empreendimento, com destaque para a valorização dos ativos socioambientais associados ao negócio. Dentre os resultados alcançados estão a repactuação do contrato entre a NATEX (gerenciada pela Fundação de Tecnologia do Acre-FUNTAC) e o Ministério da Saúde do governo Federal, com reposicionamento do preço do produto, bem como início dos estudos de estabelecimento de uma parceria público privada no âmbito do empreendimento, com participação da Agência de Negócios do Acre (ANAC);

		d) Marca Acre Made in Amazônia: a CDSA contribuiu em parceria com a Agência de Negócios do Acre (ANAC) na construção do Projeto de Lei para uso da referida marca no âmbito das iniciativas produtivas do estado do Acre. O papel da CDSA foi de incluir aspectos relativos sustentabilidade e a relevância dos ativos socioambientais associados as cadeias produtivas que pretendem fazer uso da referida marca. O Projeto de Lei foi aprovado na Assembleia Legislativa em novembro, e segue agora para processo de regulamentação.
Corpo de Bombeiros Militar do Acre - CBMAC	Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimada	Os principais objetivos do CBMAC forma de apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Acre, por meio de capacitação, aquisições de veículos e equipamentos de apoio para os Batalhões de Educação, Proteção e Combate a Incêndios Florestais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre. Nesta perspectiva as seguintes os seguintes resultados forma obtidos: -No ano de 2018, na capital e regiões metropolitanas, foram atendidas um total de 1.002 ocorrências de incêndios em vegetação, onde foram acionados os Batalhões de Bombeiros, com sede na Capital, 1º, 2º e 3º Batalhão de Educação e Proteção e Combate a Incêndio Florestal, com pessoal, viaturas e equipamentos; -Na regional do Alto Acre ocorreu a média de 60 atendimentos de fogo em vegetação, onde foram empregados o 5º e 8º BEPCIF. -Na regional do Purus, com média de 95 atendimentos, sendo empregados nas ações de combate e capacitações de comunidades o efetivo do 6º BEPCIF. -Na regional de Tarauacá/Envira com 120 atendimentos, sendo empregado o efetivo do 7º BEPCIF. -Na regional do Juruá com 75 atendimentos, todos relacionados a ocorrências de fogo em vegetação, sendo empregado o efetivo do 4º BEPCIF. - Além do combate às queimadas e aos incêndios florestais pelos Bombeiros e brigadas comunitárias (degradação), ocorreram ainda ações de capacitação de produtores rurais, comunidades indígenas e alunos das escolas públicas quanto à prevenção às queimadas e aos incêndios florestais.
Centro Integrado de Operações Aéreas- CIOPAER	Fiscalização, Patrulhamento e Combate Aéreo	- O Centro Integrado de Operações Aéreas – CIOPAER tem como finalidade maximizar o controle, a integração e a otimização dos meios aéreos disponíveis no Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil do Estado do Acre, seja em atividades policiais preventivas, repressivas ou de socorro à população. O grupamento aéreo foi criado através do Decreto Governamental 4.564, de 11 de setembro de 2009. O Centro Integrado de Operações Aéreas – CIOPAER, está dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP. - A partir do mês de fevereiro de 2018 a aeronave necessitou parar suas operações para a realização de manutenção corretiva nas pás do rotor principal. Esta intervenção foi realizada na oficina autorizada (Helibrás), localizada em Itajubá-MG, o que demandou um tempo considerável entre o deslocamento, e reparo. Devido a este fator não foi possível a execução das metas previstas no programa. Contudo,

		neste período realizou-se treinamento, capacitação e certificação dos integrantes do Ciopaer, além da manutenção e aquisição de peças.
Batalhão de Policiamento Ambiental - BPA	Fiscalização, Prevenção e Patrulhamento Terrestre e Fluvial	-O objetivo do BPA é realizar a atuação em todo o estado do Acre combatendo o desmatamento ilegal, dando prioridade para as populações que residem nas áreas que sofrem maior pressão de desmatamento, com foco para a conscientização ambiental, orientação quanto as práticas alternativas de uso do fogo e a repressão para aqueles que insistem em práticas ambientais ilegais. - As atividades de fiscalização neste período, foram direcionadas para as áreas com histórico de grande avanço de desmatamento. Sendo priorizado o entorno das Unidades de Conservação Estadual, sendo a Floresta Estadual do Antimary e o Complexo de Florestas do Rio Gregório. Os principais beneficiados foram as populações tradicionais que moram nas referidas unidades de conservação, assim como as que residem nos assentamentos da reforma agrária que ficam no entorno dessas unidades. Nesse primeiro momento não foi realizado o trabalho voltado para a educação ambiental, o que será intensificado para a partir do 2º semestre devido a logística operacional. - As apreensões de madeira por parte do BPA são oriundas apenas dos transportes ilegais. No ano de 2018 foram apreendidas 84,38 m³ de madeiras. No ano de 2017 a quantidade de madeiras apreendidas foi de 252,35 m³, ou seja houve uma redução de 65,5 % comparando os últimos dois anos.
Instituto de Meio Ambiente do Acre- IMAC	Fiscalização, Combate e Controle Ambiental	O Instituto do Meio Ambiente do Acre – IMAC, possui como principais atribuições o licenciamento, o monitoramento e a fiscalização ambiental de atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do meio ambiente e, ainda, daquelas que se utilizam dos recursos naturais. Neste período poucas ações foram desenvolvidas, limitando-se a questões burocráticas para aquisição de duas caminhonetes para apoiar nas ações de fiscalização.
Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA	Promover a gestão e difusão das Unidades de Conservação Estaduais e o funcionamento do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP), visando potencializar os esforços de redução de desmatamento e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais.	O fortalecimento entre órgãos gestores de Unidades de Conservação vem ocorrendo através do Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2016 (D.O.U nº 89, 11/5/2016) cujo objeto é a cooperação mútua na implantação de programas e projetos socioambientais e florestais, em especial para a cooperação na gestão das Unidades de conservação (UCs) e a consolidação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP no Estado do Acre nos três níveis de governo. As ações referentes ao objeto deste Acordo estão em consonância com as políticas e programas federais e estaduais voltados à gestão das UCs, fortalecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de conservação – SNUC (Lei nº 9.985/2000, Decreto nº 4.340/2002) e no Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP (Lei nº 1.426/2001, Lei nº 2.095/2008). Nesta perspectiva, as seguintes atividades foram realizadas no ano de 2018:

		. Realização do curso de ascensão e escalada de árvores para comunitários do Parque Estadual Chandless e Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema . Organização e realização do 3º Encontro de Gestores de Áreas Naturais Protegidas no Acre. . Participação nas reuniões do Conselho Gestor da APA Raimundo Irineu Serra . Participação nas reuniões do Conselho Gestor da Resex Chico Mendes . Participação nas reuniões do Conselho Gestor da Resex Riozinho da Liberdade . Participação nas reuniões do Conselho Gestor do Parque Nacional Serra do Divisor . Articulação para consolidação da <u>prática da observação de aves (Birdwatching)</u> e guiagem no Parque Nacional da Serra do Divisor . Monitoramento dos focos de calor através do "Relatório dos focos nas UCs Federais/Estaduais e Terras Indígenas", disponibilizado pelo INPE através de correio eletrônico (proarco@dpi.inpe.br) e do Relatório de Queimadas do Estado do Acre (http://imc.ac.gov.br/monitoramento/). . As atividades desenvolvidas nas Unidades de Conservação, que visam combater o desmatamento ilegal, não são somente realizadas com os recursos do Programa REM Fase II, outros Programas e Projetos são complementares, como: Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Programa ARPA, Programa Paisagens Sustentáveis na Amazônia (PSAM), Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA II).
Instituto de Terras do Acre - ITERACRE	Regularização Fundiária	O objetivo do ITERACRE é modernizar a infraestrutura de dados e comunicação interna para criação de base de dados única geoespacializada, a fim de permitir a integração com as bases de informações das políticas ambientais e agrárias e promover a regularização fundiária de áreas sem definição nas regionais do alto Acre e Baixo Acre, com a realização de trabalho de identificação, cadastro e georreferenciamento. As ações foram desenvolvidas no Município de Assis Brasil, Brasília, Xapuri e tiveram como objetivo propiciar a identificação, cadastramento e georreferenciamento de áreas sem definição de uso. . Município de Assis Brasil: A meta era alcançar 583,72 hectares de áreas cadastradas e georreferenciadas dos vazios demográficos identificados. Nesse caso a meta foi alcançada em sua totalidade atingindo 583,72 hectares. . Ainda em Assis Brasil 24 lotes encontrados dentro do perímetro da indefinição fundiária, somando 446,2566 ha. O restante dos hectares ficou dentro da malha urbana que em tempo passados era área rural 137,46134 há. . Ao analisar os Laudos de Identificação Fundiária do município de Assis Brasil, verificou-se que dentro da malha do "vazio", boa parte dele é Rural, e existe uma pequena parte dentro da malha Urbana devido ao recente crescimento dos lotes urbanos e do novo perímetro Urbano georreferenciada pelo Instituto de Terras do Acre em 2012.

		. As evidencias observadas, são suficientes para concluir que as áreas vazias dentro da malha urbana e que também está dentro do vazio fundiário rural em estudo, pertencem a Prefeitura Municipal de Assis Brasil e ao Governo do Estado do Acre segundo a SEMAMA (Secretária de Agricultura e Meio Ambiente de Assis Brasil), como mostra na figura abaixo em destaque. E algumas delas estão sendo ocupadas por alguns órgãos como o Comando da 12ª Região Militar (2º PEF- Assis Brasil), assim como a Alfândega uma repartição Governamental Oficial de controle de movimento de entradas (importações) e saídas (exportações) de mercadorias e pessoas.
		. Município de Brasiléia: a meta para este município era de atingir 94.538,26 hectares de áreas devidamente cadastradas e georreferenciadas. No entanto, foram alcançadas 3.239,973 hectares, ficando para o ano de 2019 a continuidade das ações para alcance da meta definida para este município. Destaca-se ainda que 46 posseiros foram encontrados no seringal Monte Videl e Etelve somente 44 estão aptas a darem entrada no processo de usucapião. A conclusão é de que nas 23 posses visitadas, observou-se que 21 estão aptas, a regularização, através de uso capião, por estarem mais de 20 anos nas suas posses em terras de domínio particular, verificou-se também que essas referidas posses, encontram-se dentro dos vazios fundiários, (no shape file de indefinições de terras) a qual é o grande mote desse convênio, e que a maioria das famílias visitadas a qual foram aplicadas o LIF, sobrevivem com a prática do Extrativismo, da agricultura familiar e da pecuária de pequeno porte. E por fim verificou-se também que a Reserva Extrativista Chico Mendes, Projeto de Assentamento Santa Quitéria – Gleba Quixadá e Fazenda Barreiros de propriedade particular, não estão georreferenciadas de acordo com a Lei 10.267 de 2001, que corresponde a Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais e suas edições
		Município de Xapuri: A meta para este município era atingir uma área de 80.12, 03 hectares. Porém foram alcançadas 24.224,09 hectares em função de dificuldades de logística e da própria definição de continuidade das ações por parte do órgão. Ainda assim foram identificados 114 propriedades em 24.224, 09 hectares, representando 30% da meta geral. . As evidencias observadas, são suficientes para concluir que as áreas vazias dentro da malha rural trabalhada são pertencentes a áreas particulares e que em uma próxima etapa serão identificados os referidos proprietários, bem como aplicado os Laudos de Identificação Fundiária – LIF. . As áreas visitadas não apresentam títulos definitivos, devido serem áreas particulares. Os moradores apresentam contrato de compra e venda e Termo de Autorização de Uso (SPU). Os proprietários na sua maioria já estão dando entrada no Usucapião e alguns já receberam o documento de posse pelo Juiz. Nas próximas visitas será realizado o Laudo de identificação Fundiária – LIF, bem como o quantitativo referente à situação fundiária.

		. As evidencias observadas, são suficientes para concluir que as áreas vazias dentro da malha rural trabalhada são pertencentes a áreas particulares e que em uma próxima etapa serão identificados os referidos proprietários, bem como aplicado os Laudos de Identificação Fundiária – LIF. . As áreas visitadas não apresentam títulos definitivos, devido serem áreas particulares. Os moradores apresentam contrato de compra e venda e Termo de Autorização de Uso (SPU). Os proprietários na sua maioria já estão dando entrada no Usucapião e alguns já receberam o documento de posse pelo Juiz. Nas próximas visitas será realizado o Laudo de identificação Fundiária – LIF, bem como o quantitativo referente à situação fundiária.
--	--	---

Fonte:UCP/REMSEPLAG

4.5. Descrição dos desafios/gargalos identificados na implementação

O Programa REM Acre Fase II iniciou a partir do ano de 2018, com as ações previstas nos instrumentos de planejamento PDI e POA das subexecutoras no âmbito dos subprogramas. As ações empreendidas estão em fase de execução ou fase de contratação como previstos na legislação brasileira de aquisições e licitações para pagamentos de serviços, aquisição de insumos, máquinas e equipamentos e demais despesas do Programa, o que requer o estabelecimento de etapas e prazos para contratação e pagamentos.

As ações do Programa REM Acre Fase II estão ancoradas na Unidade de Coordenação do Programa – UCP instalada na SEPLAN. Importante ressaltar que as atividades desenvolvidas até o mês de dezembro de 2018 contaram somente com a equipe de servidores da SEPLAN, uma vez que a equipe operacional e de gestão do Programa não havia sido contratada ainda. Neste caso foram identificados os seguintes desafios na implementação do Programa:

- Início das atividades do Programa em sua segunda fase, sem equipe técnica contratada, tendo para isso que utilizar a equipe técnica do quadro da SEPLAN o que gerou uma série de dificuldades operacionais e atrasos na dinâmica de realização das atividades;
- Demora na estruturação de um espaço físico de trabalho para gestão do Programa REM, o que somente ocorreu no mês de agosto de 2018 com a estruturação de uma sala com equipamentos e pessoal de apoio;
- Contratação de três profissionais para UCP REM somente ocorreu no mês de agosto de 2018 que a partir de então propiciou maior celeridade nas ações programadas. Em dezembro do mesmo ano, dois destes profissionais foram desligados do Programa;
- Dificuldades de compreensão do Programa REM tanto no nível conceitual, quanto metodológico por parte das unidades subexecutoras, tem sido um fator importante que precisa ser superado com certa urgência;
- Especificamente sobre a Câmara Temática Indígena, alguns desafios foram identificados tais como a ausência de ações de mobilização da CT o que prejudica no tocante a participação dos indígenas na discussão e encaminhamentos estratégicos para os mesmos. Esse desafio possui uma ligação direta com a falta de iniciativa da própria CEVA para mobilizar a CT indígena.
- No caso da Câmara Temática de Mulheres, ainda persiste em grande medida as dificuldades em entendimento sobre o SISA. Não é muito claro para o grupo de mulheres quais os passos para acesso aos recursos do Programa REM, ou mesmo como os benefícios chegarão para as mulheres que residem em comunidades mais afastadas. Outro desafio apontado gira em torno da ausência de eventos sistemáticos

de cursos e capacitações vinculadas às atividades práticas e com resultados que transforme efetivamente a vida das comunidades. Assim como a Câmara Temática Indígena, a Câmara de Mulheres também é atingida pela ausência de ações efetivas de mobilização, ao mesmo tempo em que a CEVA também não estimula os encontros necessários desta Câmara, para que esta inclusive possa estruturar sua própria pauta.

- Dificuldades por parte das subexecutoras com relação a elaboração e cumprimento dos prazos de envio do relatório semestral, o que prolonga e dificulta a análise dos resultados alcançados;
- Dificuldades de sistematização dos resultados do Programa sem um sistema informatizado de armazenamento e sistematização de dados;
- Resistência por parte da sociedade de entendimento de REDD+ e dos impactos positivos que pode ter para o clima, floresta e comunidades;
- Escassez de referências na temática de políticas públicas de REDD+, o que impulsionou o aprendizado mútuo, conjunto e contínuo da equipe engajada na prática;
- Críticas ideológicas de mercantilização da natureza contrapondo ao entendimento da estratégia de incentivos aos sistemas produtivos para a geração de renda e qualidade de vida da população envolvida;
- Atingir uma comunicação efetiva, clara e transparente a todos os atores envolvidos em diferentes níveis do programa;
- No segundo semestre se intensificou o processo das eleições nacionais e estaduais no Brasil, o que propiciou uma priorização de eventos eleitorais, principalmente por parte dos gestores;

Os desafios estão sendo tratados no âmbito no planejamento da SEPLAN e IMC a partir de algumas estratégias para superação dos desafios que envolve mecanismos de capacitação de todos os envolvidos com o Programa, aprimoramento dos fluxos operacionais e de comunicação, aplicação efetiva do SGRSA e do Plano MEL.

5. Avanços e avaliação da gestão e governança do Programa

5.1. Descrição dos avanços na gestão e governança do Programa

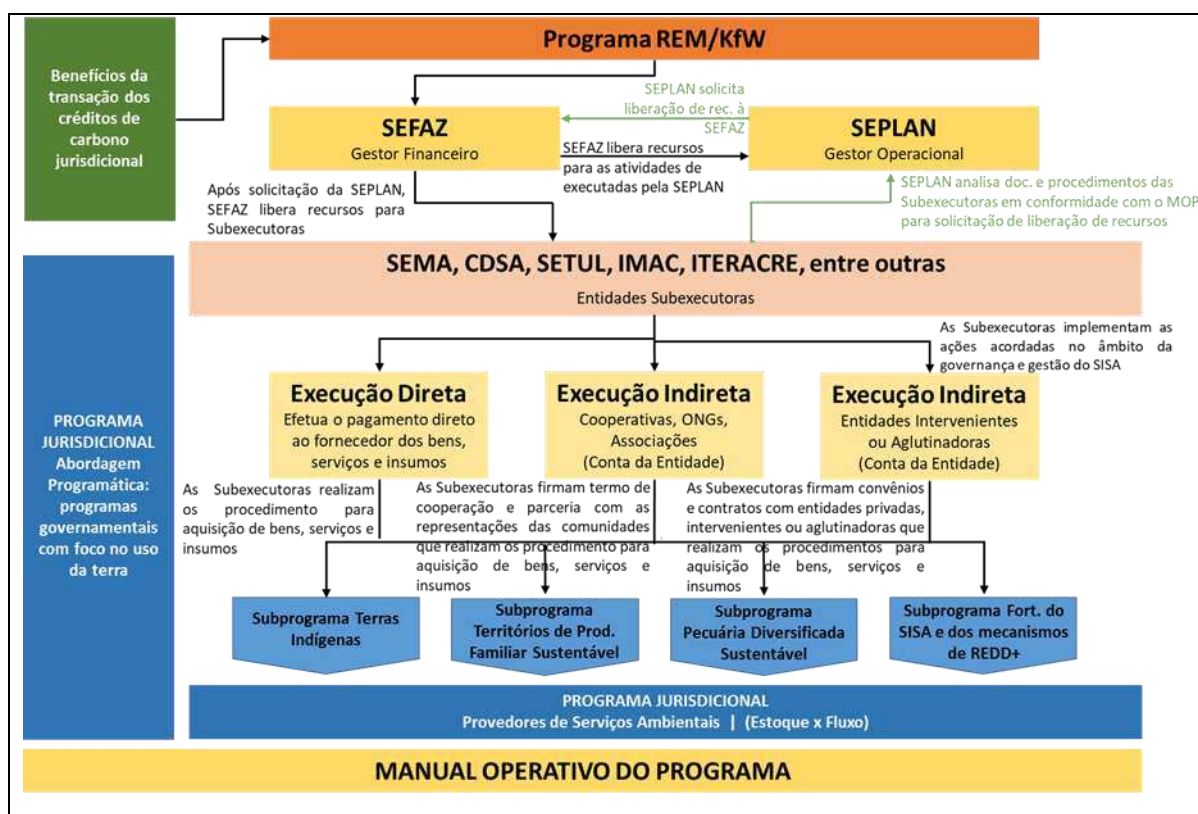
A governança do Programa está ancorada num arcabouço legal e na construção de um arranjo institucional, ambos legitimados por processos de ampla participação social. Esta condição contribui com a credibilidade e com a estabilidade frente situações de mudanças políticas e possibilita maior segurança e estabilidade ao Programa.

A governança estabelece as funções de mediação pública, participação e controle social, e investimentos privados, conforme previsto na Lei do SISA:

- Mediação Pública, através do Governo no seu papel de regulação, controle, monitoramento e registro das iniciativas;
- Controle Social, através das esferas de governança que garantem participação dos diferentes setores da sociedade acreana para manter diálogo e transparência na execução do SISA;

Sob esse enfoque o IMC coordena a implementação da governança do SISA e exerce a Secretaria Executiva da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (Ceva) e de seus Grupos de Trabalho (Câmara temática Indígena e Câmara Temática Mulheres), de acordo com o regimento interno. O apoio ao fortalecimento institucional envolve a participação de seus representantes em eventos locais, nacionais e internacionais, para troca de experiências e atividades de difusão do SISA/REM para comunitários, conselheiros estaduais, beneficiários, estados subnacionais, governo federal e doadores.

Figura 9: Modelo de Gestão Operacional do Programa REM Acre - Fase II

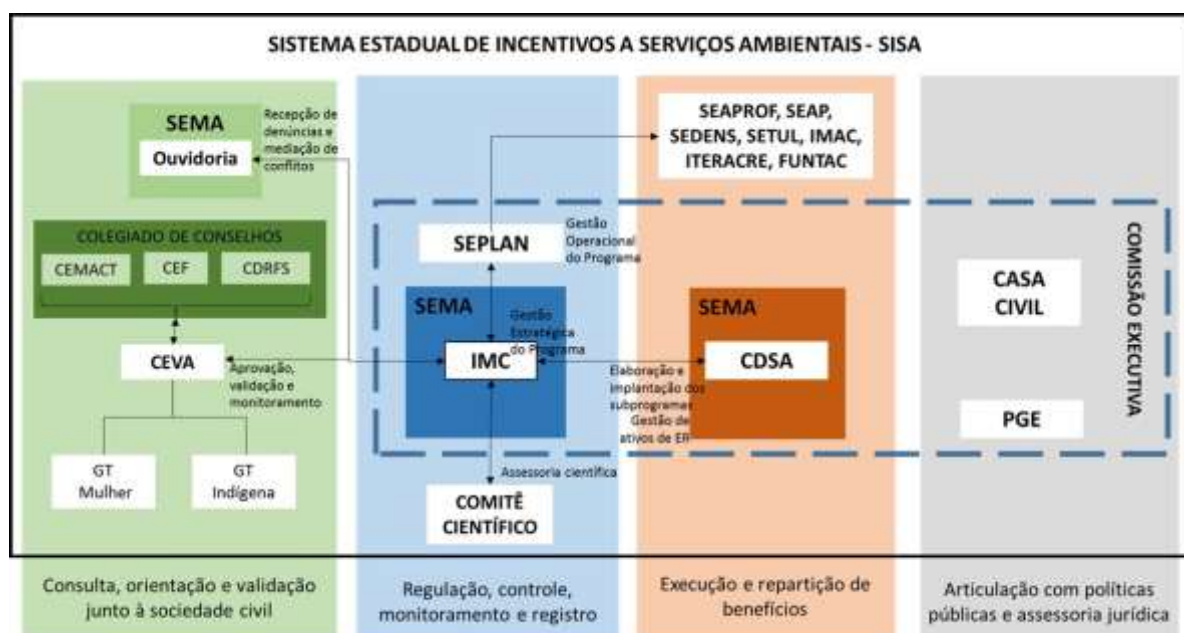


Fonte: MOP/REM/SEPLAG

Na Fase II do Programa REM, a estrutura de governança e gestão do SISA e do próprio Programa REM foi aprimorada, com a finalidade de garantir uma execução técnica e financeira articulada, eficiente e em conformidade com as diretrizes das políticas públicas

estaduais, os regulamentos do KfW e o arcabouço técnico e jurídico. A Comissão Executiva, formada pelos órgãos governamentais: Casa Civil, IMC, SEMA, SEPLAN, CDSA e PGE tem um papel crucial para agilizar a tomada de decisões e encaminhamentos, orientando a execução do SISA e seus programas. Seu trabalho aumenta a eficiência da execução do Programa REM, conferindo constante diálogo para a convergência de ações.

Figura 10: Estrutura de governança do SISA e do Programa REM Acre (fase II)



Fonte: MOP/REM/SEPLAG

Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento - CEVA

A Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento - CEVA durante o período implementou seu planejamento elaborado com apoio de GIZ. A integração entre instituições de governo, sociedade e movimentos sociais por intermédio da CEVA contribuiu para melhorar a transparência e ampliar a participação social, bem como a validar a definição da repartição de benefícios e os resultados do programa.

Os membros da CEVA realizaram seis reuniões no total, sendo duas reuniões ordinárias e quatro extraordinárias (as Atas se encontram no endereço eletrônico <http://www.imc.ac.gov.br/governanca>).

Essas reuniões tiveram como temas: o Planejamento Estratégico de 2018 da CEVA realizada através da parceria com GIZ; Criação das Câmaras Temáticas Indígenas e de Mulheres; a Elaboração do Plano Operativo Anual do Programa REM/ACRE Fase II para CEVA - Câmara Temática Indígena – CTI e Câmara Temática de Mulheres – CTM; Apresentação e aprovação da Plano de Investimentos do REM KfW/Fase II pela SEPLAN; Avaliação do Programa REM/ACRE Fase II na Missão de Monitoramento do KfW, em Maio 2018; Apresentação e

aprovação da Nota Técnica de Repartição de Benefícios pela CEVA; e Posse da Nova composição da CEVA para o Biênio 2018/2019.

Atuação do Grupo de Trabalho Indígena

A Criação das Câmaras Temáticas Indígenas (CTI) e de Mulheres (CTM) no lugar de GT fortaleceu a participação e importância no âmbito da estrutura de governança do SISA.

Os membros da CTI do SISA foram protagonistas da Oficina “Os caminhos para o Diálogo entre Povos Indígenas e Governos Subnacionais do GCF Brasil”, uma iniciativa do Earth Innovation Institute em colaboração com o IMC, OPIAC e CPI-AC, que contou com a participação de técnicos, pesquisadores, gestores e lideranças com atuação nos estados da Amazônia.

Membros da CTI têm assumido protagonismo na articulação de parcerias estratégicas, frente a conteúdos relevantes para o fortalecimento da participação dos Povos Indígenas em fóruns de discussão nacionais e internacionais. Em nível local participaram da construção do subprogramas e dos editais.

Integrantes da Comissão Pró-Índio do Acre e da Câmara Temática Indígena (CTI) realizaram a 1ª reunião ordinária do ano de 2018 com os objetivos discutir os resultados e avaliar o subprograma indígena do Programa REM Acre Fase I; conhecer o Programa REM Acre Fase II; coletar recomendações para os próximos passos.

Representantes da CTI participaram em Rio Branco, do Encontro articulado pela Rede de Cooperação Amazônica (RCA), junto à AMAAIAC e à CPI-AC, intitulado “A participação indígena na política estadual de mudanças climáticas do Acre e na Força Tarefa dos Governadores pelo Clima e Floresta: do local ao internacional”.

A equipe do IMC apoiou a realização do Encontro de Mulheres Indígenas do Rio Envira, visando a consolidação das Câmaras Temáticas Mulheres e Indígena.

Atuação do Grupo de Trabalho da Mulher

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre a incorporação do enfoque de gênero nas políticas públicas do SISA no Acre foram realizadas atividades de consolidação de conhecimento, de sustentabilidade dos sistemas de produção do estado e a conservação das florestas, com equidade e eficiência.

O Encontro de mulheres indígenas do Rio Envira, ocorreu na TI Katukina/Kaxinawá, Aldeia Boa União, Baixo Envira, localizada no Município de Feijó, fruto da parceria entre o IMC e a SEP Mulheres. Nesta ocasião foi realizada, em parceria com a GIZ, Assessoria Indígena e Comissão Pró Índio do Acre, a 1ª Reunião da Câmara Temática Indígena do SISA. Outro evento foi realizado para o envolvimento das mulheres na temática sobre mudanças

climáticas globais, florestas e sistema estadual de incentivos a serviços ambientais do Acre-SISA.

Os eventos são aproveitados para difusão do SISA, do Programa REM e das Políticas para Mulheres. Uma série de atividades complementares promovidas em cooperação com a SEP Mulheres e o Gabinete da Vice-Governadora, a fim de fortalecer a participação de mulheres na vida pública, foi realizada e aproveitada para difusão do SISA.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva do SISA é formada pelos órgãos governamentais: Casa Civil, IMC, SEMA, SEPLAN, CDSA e PGE, com a função de tomar decisões e encaminhamentos, orientando a execução do SISA e seus programas. Esta Comissão se reúne sempre que necessário.

5.2. Caracterização e avaliação dos processos de governança do Programa

Quadro 4 - Ações dos processos de governança do Programa

Área	Tema	Avanços / sucessos	Gargalos	Sugestões / Ações
Governança	Comissão executiva	Foram tomadas decisões importantes no âmbito desta Comissão vinculadas a alterações de planejamento propostas pelos órgãos subexecutores ou remanejamento de pequenos valores mediante pertinência do processo e que não comprometeu a execução das ações planejadas	Algumas dificuldades em reunir a Comissão em função da agenda de seus membros com outras pautas	IMC deverá elaborar uma agenda sistemática de encontros para discussão das ações do Programa
	CEVA	-A própria criação da CEVA é considerado um avanço relevante no processo decisório e de acompanhamento das ações do SISA - Contribuiu na construção dos princípios e critérios de REDD -Contribuição na elaboração do Manual de monitoramento das Salvaguardas - Realização de diversos eventos para construção das salvaguardas - Propicia a decisões compartilhadas sobre o SISA e o Programa REM - Criação do CT Indígena - Criação do CT Mulher -Contribuição na construção do Plano Estadual da Sociobiodiversidade.	-Operacionalização da Secretaria Executiva da CEVA; - Maior envolvimento da sociedade civil no programa; - Possibilidade de maior dinamismo ao CT Mulher; -Execução do plano de comunicação do SISA -Inexistência de uma CT de agricultura familiar e extrativismo -Pouca infraestrutura de funcionamento para CEVA.	Sob a coordenação do IMC serão tomadas as seguintes providências: - Fazer um debate na CEVA sobre o fortalecimento das CT apontando estratégias concretas. -Promover ações de envolvimento da CT em pautas específicas para este tema -Provocar eventos de capacitação de forma sistemática com grupos mulheres e indígenas para fortalecimento e definição de uma agenda específica sobre os temas. -Com base na agenda definida, promover momentos políticos e de articulação com entes governamentais e não governamentais para materialização dos objetivos definidos por ambas as câmaras temáticas - Fortalecer as ações de divulgação do SISA e do Programa REM
	CT-Indígena	- Participação da CT Indígena na 1ª reunião ordinária da CTI junto ao seu planejamento para o Programa REM Acre Fase II; - Formação de liderança para indígenas; - Membro da CT indígena participa da reunião do Conselho Yawanawa na Terra Indígena do Rio Gregório.	- Falta ações de mobilização da CT, mas sobretudo a tomada de iniciativa da própria CEVA para mobilizar a CT indígena - Definir pauta prioritária para esta Câmara - Definir formas mais ágil de acesso aos recursos do Programa para melhor atuação da CT	Sob a coordenação do IMC, este deverá estimular: -Debate na CEVA sobre o fortalecimento da CT -Promover ações de envolvimento da CT em pautas específicas para este tema -Promover momentos de formação da CT sobre temáticas de interesse dos indígenas - Estruturar uma agenda própria e que a partir de então seja utilizada como instrumento de interação com a CEVA, o Programa REM e outras iniciativas públicas.

				- Necessidade de dar uma atenção especial temática indígena, mas identificar ainda como dar esse passo.
	CT-Mulheres	Foram realizados vários eventos com o objetivo de contribuir para o debate sobre a incorporação do enfoque de gênero nas políticas públicas do SISA no Acre, e fortalecer o conhecimento e as ferramentas para implementar as atividades e ações futuras, visando melhorar a sustentabilidade dos sistemas de produção do estado e a conservação das florestas, com equidade e eficiência. - Encontros de mulheres indígenas do Rio Envira, ocorreu na TI Katukkina/Kaxinawá, Aldeia Boa União, Baixo Envira, localizada no Município de Feijó. As ações foram realizadas no âmbito da parceria entre o IMC e a SEPMulheres. - Envolvimento das mulheres na oficina sobre mudanças climáticas globais, florestas, serviços ambientais e sistema estadual de incentivos a serviços ambientais do Acre-SISA	-Ainda persistem as dificuldades em entendimento sobre o SISA - Como acessar os recursos do Programa -Não está muito claro para a CT como os benefícios chegarão para as comunidades mais afastadas - Ausência de eventos sistemáticos de cursos e capacitações focados vinculados a atividades práticas com resultados que transforme efetivamente a vida das comunidades - Necessidade também de inclusão de jovens em todos os processos -Ausência de ações efetivas de mobilização da CT, mas sobretudo a tomada de iniciativa da própria CEVA para mobilizar a CT	Sob a coordenação do IMC, este deverá estimular: -Fazer um debate na CEVA sobre o fortalecimento da CT -Promover ações de envolvimento da CT em pautas específicas para este tema -Propiciar o envolvimento das mulheres em debates políticos e de articulação de políticas públicas que beneficie coletivos locais de mulheres - Promover momentos sistemáticos de formação em temáticas como: políticas públicas, associativismo e cooperativismo, ATER, produção sustentável, REDD+, etc. - Promover mecanismos de eventos de troca de experiências em temas como mudanças climáticas e impacto nos trabalhos das mulheres - traçar estratégias de melhor entendimento sobre os pilares de uma boa governança e como o CT participa como mecanismo de governança do SISA
Implementação do Programa	Equipe de gestão e execução da UCP/SEPLAN	-Houve a contratação de 3 membros que propiciou maior dinamismo das ações do Programa, mesmo que ainda insuficiente, já que a previsão era contratar 8 pessoas.	- Das 3 pessoas inicialmente contratadas, somente uma pessoa permanece. Outras duas pessoas foram desligadas do Programa no início do ano de 2019. -Volume alto de demandas acumuladas -Demora na realização de procedimentos administrativos que são importantes para maior dinamismo das ações do Programa (análise de processos, encaminhamento de pagamentos, etc)	-Atualmente só há uma pessoa contratada pelo Programa, atuando na gestão de subprogramas. A SEPLAN publicará processo licitatório para contratação de uma empresa gerenciadora de capacidades técnicas para apoio ao Programa até outubro de 2019.

	Equipamento	-Os equipamentos até o presente momento adquiridos (veículos, computadores, mobiliário, etc) são suficientes para realização das atividades do Programa.	-Com a necessidade de recomposição da equipe de execução do Programa será igualmente necessário adquirir novos equipamentos: computadores, impressora, mobiliário, etc.	A SEPLAN coordenará as ações de recomposição de toda a equipe do Programa REM, será feita a identificação das necessidades em termos de equipamentos e as devidas tomadas de providencias para adequação quanto ao espaço de trabalho, equipamentos etc.
	Processos administrativos	Nesse período o fluxo administrativo garantiu boa fluência com trâmite de processos analisados, orientações aos órgãos subexecutores sobre os instrumentos administrativos previsto no MOP, o nº de processos analisados e enviados para pagamento ganharam maior dimensão	- Dificuldades por parte dos órgãos subexecutores na compreensão dos processos administrativos do Programa. - Cumprir a Lei 8.666/93 gera morosidade às ações do Programa mediante o fluxo administrativo financeiro para viabilizar as ações do Programa	- Ainda há necessidade de ampliação da equipe de administração e gestão do Programa -Eventos de capacitação já consta no planejamento da SEPLAN e IMC para propiciar alinhamento com relação aos temas administrativos, assim como objetivos, concepção e estratégias de execução do Programa.
	Coordenação do Programa	Com ampliação da equipe (contratação de 3 técnicos) houve avanços com o aumento de desempenho em relação as tarefas diárias e estratégicas do Programa, assim como maior apoio administrativo aos órgãos subexecutores, principalmente diante de muitas ações acumuladas ao longo do período de gestão do Programa.	Com início da nova gestão de governo, duas pessoas da equipe de gestão foram desligadas do Programa o que gerou atrasos em muitos processos administrativos e financeiros, aliados ao acúmulo de ações que a equipe de três pessoas ainda não havia sanada.	A SEPLAN coordena as ações para ampliar a equipe de gestão do Programa por meio da contratação de uma empresa gerenciadora até o ano de 2020.
	Formação, comunicação e salvaguardas	- iniciada as ações de transparência na implementação do SISA com a criação do departamento de formação, difusão e informação que garantirá a organização dos arquivos, reformulação do site do SISA e atualização do layout do site do IMC, elaboração de documentos de divulgação tais como cartilhas sobre o clima, recomendações para criação de revista sobre o Programa REM, aplicação do plano de mídias, etc.	-Demora na contratação de serviços de pessoa física e jurídica para realização dos serviços -Ampliar a divulgação dos demais programas do SISA -Implementação dos demais Programas contidos no SISA	- O IMC é responsável por estas ações. -Intensificar as ações de captação de recursos para viabilizar a implementação dos demais programas do SISA. -Finalizar com celeridade a contratação dos serviços necessários que darão maior dinamismo as ações do SISA.
	Estrutura tecnológica e operacional do IMC	-Contratação de STPJ para apoio ao fortalecimento do IMC e CEVA -Contratação de STPJ para apoio operacional e logístico para as atividades de gestão, monitoramento e execução Das ações pelo IMC -Contratação de STPJ para fornecimento e emissão de passagens aéreas e fretamento de	-Demora nos processos administrativos licitatórios para contratação dos serviços	- Que a equipe técnica do IMC contribua com uma montagem dos processos administrativos de acordo com todas as normas exigidas pelos padrões administrativos de licitação como preconizados na Lei 8.666/93. -Elaboração de manuais simplificados de procedimentos administrativos de licitação.

Gestão Técnica (IMC)		aeronaves para realização das ações de monitoramento		- Proceder com mais esclarecimentos sobre o fluxo de processos administrativos do Programa REM.
	Ações de articulação com CONAREDD+	-Participação do IMC em eventos nacionais promovidos pelo MMA e voltados para o desenvolvimento de metodologias de avaliação das salvaguardas de REDD+ (SISREDD+). -Participação NA 8º reunião da câmara consultiva do pacto federativo da Comissão Nacional de REDD+ (CONARREDD+). -Participação na reunião com BID, BNDES, MMA, SBIO, DCGEN onde foi tratado do Programa de Conservação da Sociobiodiversidade do Estado do Acre, cujo objetivo é estabelecer medidas consistentes de valorização dos ecossistemas e seus componentes e suas interações com o homem e suas expressões culturais.	-Pouco conhecimento de parte dos demais envolvidos no Programa REM sobre os conteúdos, encaminhamentos e resultados das articulações empreendidas. -Quais as lições de aprendizados e formas de reprodução das experiências positivas observadas podem ser agregadas localmente.	- Promover ações de alinhamento dos resultados da participação do IMC em muitos destes eventos importantes para com os demais envolvidos localmente com o programa REM. -Intensificar a produção de materiais de divulgação. - Promover debates no âmbito da CEVA acerca das agendas em que participa.
	Monitoramento da implementação das ações do SISA/REM	No período de 25/04 a 24/06 foram realizadas ações de monitoramento em campo com o objetivo de alinhamento acerca com os beneficiários e técnicos de instituições estaduais, representantes dos órgãos subexecutores do REM para apresentação do Programa REM Acre Fase II (objetivo, estratégia de atuação, repartição de benefícios, gestão e governança, etc). Os municípios visitados foram: Cruzeiro do Sul, Xapuri, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Brasília, Capixaba, Bujari, Plácido de Castro, Porto Acre, Sena Madureira, Acrelândia.	- Falta de documentos norteadores e orientação metodológicas para facilitar a sistematização de dados para uso do monitoramento; Dificuldade de acesso aos dados do monitoramento das instituições e subexecutoras; Falta de ação conjunta das instituições e subexecutoras no monitoramento.	-Capacitação para orientações metodológicas; -Aplicação do MEL (ainda em fase de elaboração); -Integração dos monitoramentos entre IMC, Seplan e Subexecutoras; -Compartilhamento periódico de dados entre as instituições , através de relatórios; Publicação dos dados do monitoramento em plataforma virtual; Exigência da inserção de dados de georreferenciamento nos convênios.

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

6. Abordagem dos temas transversais do Programa

6.1. Ouvidoria

6.1.1. Estruturação da ouvidoria

Na Fase II do Programa REM, a ouvidoria está funcionando na Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA e conta com um espaço físico implantado e com ouvidor Luiz Fernando da Silva Nogueira, nomeado via portaria nº 118 de 31 de Julho de 2018/SEMA – DOE.AC 01.08.2018 - Pg. 29 – Único/Diário Oficial do Estado do Acre.

Desta forma, inicialmente para a reestruturação da Ouvidoria, está sendo utilizada uma infraestrutura, que garante à sociedade o direito constitucional de acesso às informações como também é capaz de gerar informações confiáveis e que traduzem a qualidade dos serviços prestados pelo SISA com a possibilidade de nortear práticas mais resolutivas.

A ouvidoria está instalada na sede da SEMA em uma sala medindo 10m² equipada com toda estrutura necessária para seu funcionamento: mobiliário completo; equipamentos de informática; ar-condicionado; rede de internet e rede telefônica. Fotos em anexo.

Endereço: Rua Benjamim Constant, 856, Sala 306, Centro, CEP 69900-160 – Rio Branco – Acre.

3.Canais de Acesso:

- Correio Eletrônico: e-mail: ouvidoria.sisa@ac.gov.br
- Presencial: Ouvidoria SISA – Rua Benjamim Constant, 856, Sala 306, Centro, CEP 69900-160 – Rio Branco – Acre.

Ainda nesta fase de reestruturação da Ouvidoria, várias ações estão em andamento, como a seguir transcrevemos:

- Realização de reuniões com a equipe de TI da SEMA para oferecer os canais de comunicação para a sociedade como a disponibilidade de linha telefônica, internet e a criação do layout da página eletrônica da Sema/IMC/Ouvidoria (link/site);
- Processos de licitação para a formação da equipe chave com a contratação de profissionais com formação e experiência em áreas que possuem previsão de maiores incidências de solicitações.

- E ainda, estão sendo definidas as rotinas de procedimentos com os órgãos envolvidos, Diretrizes da Ouvidoria para o exercício de 2018/2019, revisão dos Normativos legais; elaboração de folhetos autoexplicativos com imagens e linguagem coloquial para fácil compreensão para dar publicidade a Ouvidoria do SISA.

No Período de realização das atividades a Ouvidoria não recebeu nenhum processo formalizado em razão da estruturação ora citada. No entanto, estão sendo adotadas providencias no sentido de divulgação e conscientização da importância desse importante canal de comunicação para o SISA e Programa REM.

6.2. Gestão de riscos sócio ambientais, ligados à implementação do Programa

Descrição breve do sistema e do funcionamento

Os riscos socioambientais foram abordados no período de transição entre fase I e fase II do programa através da observação das metas e dos objetivos do programa. A implementação do programa foi monitorada e avaliada em relação aos riscos identificados. Adicionalmente foi monitorado o cumprimento das salvaguardas socioambientais do SISA.

Com relação aos riscos operacionais, a nova gestão do Governo do Acre providenciou a organização de todo o banco de dados do Programa tanto no aspecto financeiro, quanto das atividades realizadas pelos órgãos subexecutores ao mesmo tempo em que foi possível reorganizar os instrumentos de planejamento (PDI, POA) visando preparar e qualificar o próximo período de execução. A estruturação da UCP para que haja compatibilidade entre as demandas do Programa e a resposta operacional a tais demandas também trata-se de uma medida em processo de tomada de providencias em curso. Vale ressaltar que não foi aplicado ainda a estratégia de gestão de riscos do Programa em função da mesma ter sido concluída no final do ano de 2018, onde coincidiu com a mudança de governo do Acre e com isso a necessidade de preparação de todos os envolvidos para que efetivamente a estratégia seja implementada.

Para que os subprogramas possam resultar em benefícios efetivos e justos para os beneficiários do SISREDD+, o SGRSA é um mecanismo para identificar, avaliar, mensurar, mitigar e monitorar os riscos socioambientais associados as atividades previstas nos subprogramas e no SISREDD+. O objetivo do mecanismo, entre outros é manter a segurança e garantir a qualidade da implementação do Programa REM em alinhamento com SISREDD+ e contribuindo para evitar o mau uso dos recursos aportados. O SGRSA inclui uma matriz de

riscos, adaptada de uma experiência da Colômbia, utilizada em projetos de REDD+, incluindo novos aspectos e critérios, com base na realidade brasileira e acreana, a partir da consulta aos atores relevantes e interessados no tema. O SGRSA será o mecanismo que auxilia no cumprimento das salvaguardas socioambientais de Cancun, as quais foram incorporadas tanto pelo Brasil como pelo Estado do Acre.

Outras medidas da gestão de riscos adotadas no âmbito do Programa REM foram tomadas. O processo de atualização do PPCDQ/AC sob coordenação da CEGdRA, envolveu as COMDEC municipais, fortaleceu integração institucional na fiscalização (missões de órgãos estaduais e federais e municipais) e no monitoramento do desmatamento com base no PRODES e no sistema próprio, incluindo monitoramento hidrometeorológico e de focos de calor.

Conforme os relatórios sobre queimadas, elaborados semanalmente no período de seca pela equipe da sala de situação, foram registrados déficit hídricos nas estações secas dos anos recentes que levando a situações de atenção. O Estado tem ainda uma baixa capacidade de resposta perante eventos extremos. Houve registros de aumento do risco de queimadas e detecção de focos de calor.

O monitoramento foi consolidado através da cooperação com SIPAM e CEMADEN e acesso e uso de fontes de dados de monitoramento nacionais (INPE, ANA) e internacionais (NASA, NOAA).

6.2.1. Resumo dos riscos e medidas de mitigação implementadas

Para realização das diversas ações administrativas e operacionais exigidas pelo Programa REM, se fazem também presentes os desafios e aprendizagens oriundas da operacionalização do Programa.

Quadro 5: Principais riscos do programa e possíveis medidas de mitigação

Causas	Efeitos	Medidas de mitigação
Mudança de governo	Reestruturação administrativa, extinção institucional, novas prioridades políticas	Resultados divulgados e reconhecidos por atores relevantes
Aumento do desmatamento	Perda de recursos e oportunidades, perda de imagem e credibilidade	Alternativas sustentáveis da produção, ATER, educação ambiental, fiscalização
Distanciamento da sociedade civil	Não cumprimento de metas ambientais, fragilidade de decisões autoritárias	Acesso a informação, espaços de articulação e participação social em decisões

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

Ainda existem desafios que requerem empenho coletivo de todos os envolvidos:

- O desmatamento é um processo dinâmico que muda de ocorrência em função das atividades produtivas realizadas. A abordagem e as medidas sobre como reduzir o desmatamento e conservar as florestas precisam ser constantemente revisadas e adaptadas;
- Para assegurar a eficiência da implementação do programa é importante não pulverizar os investimentos e aplicar os recursos com base em informações consolidadas e critérios estratégicos (áreas críticas, atividades prioritárias, organizações capacitadas), contribuindo tanto para conservação quanto para redução do desmatamento.
- Prover acompanhamento para organizações com fragilidade de gestão técnica e administrativa;
- A integração das aproximadamente 40 instituições, incluindo secretarias de estado, corpo de bombeiros e defesa civil, que compõem a Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais (CEGdRA) e a parceria e complementaridade com o Programa REM para antecipar conjuntamente a preparação perante eventos adversos relacionados com a variação e as mudanças do clima representam um desafio;
- Aumentar a cobertura do monitoramento aéreo de áreas críticas de desmatamento (cooperação com SESP / CIOPAER) para maior eficiência de fiscalização;
- Capacitar e orientar os responsáveis pelo monitoramento para melhor qualidade de dados;
- Ampliar o programa de regularização fundiária (cooperação com ITERACRE) para aumentar a segurança jurídica dos beneficiários e diminuir a vulnerabilidade perante o desmatamento;
- Fortalecimento das UCP da SEPLAN e do IMC e capacitação das equipes dos órgãos subexecutores para evitar dificuldades operacionais e atrasos na dinâmica da realização das atividades;
- Capacitação para superar as dificuldades de compreensão do Programa REM Acre Fase II, tanto no nível conceitual, quanto metodológico por parte dos órgãos subexecutores;
- Capacitação para superar as dificuldades por parte dos órgãos subexecutores com relação a agilidade dos processos administrativos, a elaboração dos relatórios e cumprimento dos prazos de envio;
- Rotatividade e mudanças políticas constituem um desafio para consolidação do programa e podem ser superadas através de bons resultados e boa comunicação;

- Essencial para o sucesso do programa é um banco de dados estruturado e atualizado. A SEPLAG ainda em fase de estruturação de um sistema e/ou adequação de sistema existente que poderá superar os desafios atuais da não existência dessa ferramenta;
- Continuidade do diálogo periódico, para, qualificar as ações e contribuir para o equilíbrio entre as ações planejadas e executadas, qualificando também o processo de tomadas de decisões com a equipe de coordenação do Banco KfW.
- A baixa execução do Programa no ano de 2018 foi uma dos desafios enfrentados tanto em função do número reduzido da equipe de gestão frente às demandas, como também em função da morosidade gerada no âmbito dos processos administrativos de licitação obrigatórios para aquisições e contratação de serviços. Medidas administrativas de planejamento e arranjos institucionais estão sendo providenciados para minimização dos impactos. As ações que podem alterar positivamente esse cenário estão voltadas para realização do planejamento estratégico das ações do Programa REM previsto para ser realizado no início do ano de 2020; Também é possível maior dinamismo por parte dos órgãos subexecutores com a realização das atividades do Programa de formação com abrangência em temáticas específicas que visam aprimorar o conhecimento e as regras do Programa, possibilitar maior domínio sobre os instrumentos de gestão e monitoramento e com isso espera-se maior agilidade na execução das ações; Ampliação da equipe técnica da UCP/REM/SEPLAG prevista para no ano de 2020 e a contratação dos serviços de consultoria internacional que serão contratados também em 2020 e que em grande medida integrarão esse processo dinamizador do Programa REM Acre Fase II.

6.2.2. Desafios encontrados na implementação e na gestão do SGRSA

O documento sobre o Sistema de Gestão de Riscos Socioambientais (SGRSA) foi elaborado de forma estruturada no final do ano 2018 por meio de uma consultoria. Portanto, nesse período de execução do Programa REM Acre Fase II, não foi possível utilizá-lo como planejado. Está previsto aprimorar e implementar o SGRSA em 2019.

No nível internacional, no âmbito de UNFCCC, o cumprimento das salvaguardas socioambientais em atividades e projetos de REDD+ ganhou nos últimos anos uma relevância cada vez maior, inclusive no condicionamento de medidas de compensação ou remuneração. O cumprimento precisa ser periodicamente monitorado e aprimorado.

A ideia é que o SGRSA atenda tanto os riscos endógenos como os riscos externos de contexto, e que seja integrado à gestão do programa REM em seus vários níveis de implementação.

Para que os subprogramas possam resultar em benefícios efetivos e justos para os beneficiários do SISREDD+, será necessário que o seu SGRSA seja capaz de identificar, avaliar, mensurar, mitigar e monitorar os prováveis riscos socioambientais oriundos das atividades previstas nos subprogramas REM e no SISREDD+. Do ponto de vista prático o SGRSA não foi ainda aplicado, uma vez que alguns desafios foram identificados, dentre os quais podemos citar: a) A finalização do documento do SGRSA ocorreu no final do ano de 2018. Com isso não houve tempo hábil para o planejamento e aplicação do Sistema nas atividades implementadas neste ano; b) Ausência de uma estratégia para implementação do Plano, além do desconhecimento por partes dos órgãos implementadores acerca do SGRSA. A previsão é que a partir do ano de 2020 sejam iniciadas as ações de planejamento e aplicação do Sistema.

6.4. Salvaguardas socioambientais do SISA

O MMA realizou oficinas regionais para a construção do Sistema de Informação sobre Salvaguardas para REDD+ (SISREDD+). A experiência das salvaguardas socioambientais do SISA foi apresentada e avaliada na primeira oficina regional em fevereiro no Acre.

Em julho MMA apresentou o segundo sumário do Brasil a UNFCCC, sobre como as salvaguardas socioambientais para REDD+ estão sendo respeitadas.

A participação de representantes do Acre nas outras oficinas para a construção do SISREDD+ contribuiu com o alinhamento do SISA com a ENREDD+ e com o aprimoramento do planejamento local a respeito as salvaguardas.

A participação efetiva da CEVA nos processos e nas tomadas de decisões e validação de documentos no âmbito do Programa REM/ACRE Fase II, identificando os riscos inerentes as medidas de mitigação, tendo como base o aprendizado da fase 1 do Programa REM. Em dezembro 2018 a composição da CEVA foi alterada, passando de oito para dez membros.

No nível nacional membros da CEVA participaram em cinco Oficinas e no Seminário para tratar do desenvolvimento do SISREDD+, que teve por objetivo o apoio técnico metodológico para o desenvolvimento de metodologias de Avaliação das Salvaguardas de REDD+ considerando: definição das bases conceituais dos Indicadores do SISREDD+; construção dos Indicadores do SISREDD+ e consolidação do conceito do SISREDD+.

O envolvimento de representantes da CEVA em Câmaras Consultivas Temáticas da CONAREDD+, possibilitou o fortalecimento do papel da CEVA na governança do SISA, enquanto instância de participação e controle social. Esse trabalho reforça também a atuação da CEVA na difusão de informações e socialização de conhecimentos sobre o SISA, gerando contribuições a novas iniciativas de REDD+ e de políticas jurisdicionais relacionadas à economia de baixas emissões, dentro e fora do Brasil. A atuação da CEVA nestas instâncias fortaleceu a integração e alinhamento entre as políticas de REDD+ subnacional e nacional e na implementação do programa.

As salvaguardas devem garantir que as iniciativas de REDD+ abordem de maneira adequada questões sensíveis como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, a participação social, a preservação de ecossistemas naturais, a permanência dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas. As salvaguardas ainda oferecem aos doadores, garantias de que a aplicação dos recursos transferidos a título de pagamento por resultados de REDD+ não proporcione impactos negativos.

Tabela 13: Integração das salvaguardas no monitoramento do Programa REM

Princípios e critérios das salvaguardas do SISA		Indicadores
Transparência e participação (Princípios 2, 4, 6 das salvaguardas do SISA)		
(7 indicadores)	2 Repartição de benefícios	Os beneficiários reconhecem o benefício recebido
	4 Transparência	De que forma os beneficiários acessam a informação
	6.1 Participação	Em quais programas participam os beneficiários
	6.2 Participação	Houve consulta sobre realização da atividade
	6.3 Participação	qual é sua opinião sobre realização da atividade e
	6.4 Participação	Em quais atividades e como participam mulheres (inclusive capacitação)
	6.5 Participação	Em quais atividades e como participam jovens (inclusive capacitação)
Segurança dos meios de vida (Princípio 3 das salvaguardas do SISA)		
(5 indicadores)	3.1 meios de vida	Principais atividades produtivas apoiadas
	3.2 meios de vida	Variação da produção
	3.3 meios de vida	Variação da renda por atividade
	3.4 meios de vida	Variação das condições ambientais da produção
	3.5 meios de vida	Evolução dos processos produtivos
Conservação da biodiversidade (Princípio 5 das salvaguardas do SISA)		
(2 indicadores)	5.1 biodiversidade	Variação da abundância de animais e plantas utilizadas
	5.2 Conservação	Quais medidas de controle
Direitos, legalidade (Princípios do SISA 1, 7 das salvaguardas do SISA)		
(2 indicadores)	7 Proteção dos direitos	Quais órgãos fiscalizadores, políticas e frequência de fiscalização
	1 Proteção dos direitos	Avanço da regularização fundiária e conflitos
Conhecimento tradicional Princípio 6 do SISA das salvaguardas do SISA)		
(1 indicador)	6.6 Respeito a Conhecimento tradicional	Quais medidas
Acesso a moradia, produção e mobilidade (Princípios 1, 3 das salvaguardas do SISA)		
(1 indicador)	3.6 Proteção dos direitos, meios de vida	Os beneficiários tem moradia, área de trabalho e via de acesso seguros e confortáveis
Total 18 indicadores		

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

6.5. Monitoramento, avaliação e aprendizagem obtidas (MEL, por sigla em inglês)

Não foi possível aplicar na prática o Plano MEL em função do mesmo ainda não está finalizado. Um Grupo de trabalho será definido até o primeiro semestre de 2019, onde uma das prioridades será a finalização e aplicação do Plano Mel.

Entretanto, a responsabilidade pelo monitoramento no âmbito do Programa REM é compartilhada entre a SEPLAN, com foco na execução financeira e operacional, os órgãos subexecutores, com foco no uso dos recursos, nos beneficiários e resultados das atividades, a SEMA e UCEGEO, com foco na dinâmica do desmatamento e das queimadas e o IMC, com foco nas salvaguardas socioambientais e nos objetivos do programa.

Para assegurar sua eficiência, o monitoramento deve abranger a observação antes, durante e depois das mudanças monitoradas (conhecimento de linha de base ou nível de referência, indicadores, metas e objetivos de desempenho, resultados e impactos).

Os contratos do Programa REM Acre fase II estabelecem as linhas de base, indicadores, metas e objetivos para o monitoramento do programa (tabela 14).

Considerando que o principal elemento que guia os investimentos dos recursos REM é a alocação de 70% para atividades em nível local, junto a comunidades locais de benefício direto para produtores familiares e protetores da floresta. Os demais 30% serão investidos em ações de fortalecimento institucional do SISA, na implementação de políticas públicas relacionadas com a redução do desmatamento, no aprimoramento de instrumentos de REDD+ e na gestão do Programa. Com base nessa forma de repartição de benefícios foram estabelecidos indicadores e metas. Ressaltando que o programa REM tem como base os resultados advindos das reduções de emissões e desmatamento evitado.

Tabela 14: Indicadores e metas do Programa REM Acre Fase II

Indicador			Referência	Meta
1	Unidades de redução de emissões remuneradas	<i>tCO2e</i>	0	7.200.000
2	Beneficiários do Subprograma Indígena	<i>Pessoas</i>	5.806	8.000
3	Beneficiários do Subprograma Territórios de Produção Sustentável	<i>Famílias</i>	9.509	15.000
4	Beneficiários do Subprograma Pecuária Diversificada	<i>Famílias</i>	4.278	5.500
5	Integração de contabilidade e salvaguardas	<i>Documentos</i>	0	2
6	Capacitações (seis por ano)	<i>Oficinas</i>	0	24
7	Intervenções de comando e controle	<i>Intervenções</i>	20	69

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

O Seminário de Integração de Metodologias de Monitoramento no âmbito do SISA de Acre, realizado em maio 2018 em colaboração com UFAC, WWF e GIZ, aproximou as instituições envolvidas na implementação do SISA (EMBRAPA, IBGE, CPI Acre entre outras) e as respectivas práticas e os conhecimentos referentes aos dados levantados nas diversas áreas temáticas. Ficou acordado entre os representantes das instituições de compartilhar métodos e dados e evitar duplicidades de monitoramento.

Em 2018 a equipe do IMC realizou visitas aos beneficiários do Programa REM e instituições locais com o objetivo de socializar os conceitos e as atividades previstas no Plano de Monitoramento da segunda fase do programa.

O monitoramento comunitário usará a tecnologia de smart phones para registrar a percepção local da efetividade de políticas públicas para comunidades distantes com foco em indicadores econômicos, sociais e ambientais. A metodologia está sendo adaptada para aplicação durante a segunda fase do Programa REM. O Plano MEL encontra-se em elaboração.

Em 2018 não houve coleta de dados em campo, isso se deu em virtude do período eleitoral por orientação governamental, como forma de garantir a integridade do processo em não ser associado a levantamento de dados para outros fins.

7. Prioridades para o próximo período de implementação: Resumo das principais prioridades operativas, técnicas e estratégicas para a implementação no ano 2019

Quadro 6 – Prioridades operativas, técnicas e estratégicas a ser implementada no ano de 2019

Instituições	Prioridades
SEPLAN	. Atualização e implementação do PDI 1 e PDI 2, assim como os Planos Operativos Anuais - POA dos órgãos subexecutores . Ampliar a capacidade de operação da SEPLAG com a contratação de uma empresa gerenciadora (até novembro de 2019) que disponibilizará equipe de gestão operacional para o Programa . Contratação de Consultoria Internacional. Encontra-se em processo administrativo de licitação para publicação de edital com previsão de início das ações da consultoria em março de 2020 . Contratação de auditoria técnica . Contratação de auditoria financeira . Padronização de modelos de relatórios de atividades para os órgãos subexecutores . Apoiar os órgãos subexecutores na definição de prioridades em relação aos processos administrativos licitatórios (bolsa indígena, subsídios, piscicultura)
SEMA	. Retomada do pagamento das Bolsas para os Agentes Agroflorestais Indígenas

	. Realização de breve diagnóstico e análise da situação para em seguida retomar a implementação das ações de piscicultura . Implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTis)
IMC	. Oficinas de capacitação com metodologia adequada ao público (quadro técnico do IMC, Seplag, subexecutores e beneficiários) . Oficinas de capacitação para qualificação da participação dos membros do sistema de governança (CEVA, CTI, CTM) . Estruturação da CTM com inclusão dos jovens . Aprimorar e implementar Plano de Monitoramento; . Implementação do plano de comunicação; . Implementação do MEL e SGRSA; . Nomeação dos membros do Governo na Comissão Executiva, CEVA. Já tomadas as providências para reestruturação e funcionamento conforme estrutura de gestão do Programa REM.
Subexecutores	. Monitorar e informar dados do monitoramento através dos documentos de referência fornecidos pela Seplag; . Elaborar planos de trabalho incluindo cronograma das atividades para subsidio do monitoramento destas, como também da Seplan e IMC; . Executar as atividades dentro dos prazos indicados para boa performance do Programa; . Elaboração de relatórios com resultados da implementação das ações, semestrais e anuais. . Retomada dos incentivos aos serviços ambientais (Lei Chico Mendes). Atividade coordenada pela SEAPROF que já encaminhou a SEPLAN um cronograma de retomada dos pagamentos destas atividades, estando previsto o reinício para os meses de outubro e novembro de 2019; . Prover ações que visem a redução do desmatamento no Acre, em resposta ao aumento identificado no ano de 2018.

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

8. Anexos

Anexo I – Salvaguardas e gestão de riscos sociais e ambientais no marco do SISA, incluindo gestão de riscos, relacionados as atividades financiadas com recursos do Programa.

(enviado)

Anexo II – Relatório financeiro anual (enviado)

Anexo III - Registro fotográfico (enviado)

Anexo IV – Lista de editais e chamamentos realizados (enviado)

Anexo V - Lista de Convênios do Programa REM Acre Fase II (enviado)

Anexo VI – Relatório Final do Projeto Sinal Verde

Anexo VII – Cópia do Decreto nº 7.896 – Estabelece a estrutura organizacional básica do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC, atribui-lhe competências e institui o Comitê Gestor de Mudanças Climáticas do Estado do Acre.

Anexo XVII – Cópia da Lei 3.462 – Cria o Programa Sociobiodiversidade



ANEXO I

SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E SALVAGUARDAS DO PROGRAMA REM NO MARCO DO SISTEMA DE INCENTIVOS AOS SERVIÇOS AMBIENTAIS DO ESTADO DO ACRE

Autoras: Silvia Brilhante, Ute Sonntag



Outubro 2018

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

AC	Acre
AMAAIAC	Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre
APL	Arranjos Produtivos Locais
ASIMMANEJO	Associação das Indústrias de Madeira de Manejo do Acre
BMZ	Ministério Federal de Cooperação Econômica e do Desenvolvimento
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCT-Salv	Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas
CDRFS	Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável
CDSA	Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEF	Conselho Estadual de Floresta
CEMACT	Conselho de Estado de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia
CEVA	Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento
CIOPAER	Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas
CIPA/CBMAC	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes / Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CONAREDD+	Comissão Nacional para REDD+
CT	Câmara Temática
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENREDD+	Estratégia Nacional de REDD+
ER	Emissões Reduzidas
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNCART	Fundo Especial para o Desenvolvimento da Produção e Comercialização do Artesanato Acreano
FUNTAC	Fundação de Tecnologia do Acre
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (Agência Alemã de Cooperação Internacional)
GTA	Rede Grupo de Trabalho Amazônico
IDM	Instituto de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr
ILPF	Sistemas Integrados de Lavoura, Pecuária e Floresta
IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Acre
IMC	Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais

IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ISA Carbono	Incentivo aos Serviços Ambientais do Carbono
ITERACRE	Instituto de Terras do Acre
KfW	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i> (Banco de Desenvolvimento Alemão)
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOP	Manual Operativo do Programa
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MRV	Monitoramento, Relatoria e Verificação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PGE	Procuradoria Geral do Estado do Acre
PGTIs	Planos de Gestão de Terras Indígenas
PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
PPCDQ/AC	Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimadas do Acre
PRA	Programa de Regularização Ambiental
PRA AC	Programa de Regularização Ambiental do Estado do Acre
REDD	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
REM	REDD <i>for Early Movers</i>
SAFs	Sistemas Agroflorestais
SEAP	Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária
SEAPROF	Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
SEDENS	Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis
SEFAZ	Secretaria de Estado de Fazenda
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento
SEPN	Secretaria de Estado de Pequenos Negócios
SES	<i>Social & Environmental Standards</i>
SETUL	Secretaria de Estado de Turismo e Lazer
SGRSA	Sistema de Gestão de Riscos Socioambientais
SICAR	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
SICAR AC	Sistema Estadual de Cadastro Ambiental Rural do Acre
SISA	Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais

SISREDD+	Sistema de Informações sobre Salvaguardas de REDD+
SPGP	Sistema de Planejamento e Gestão de Projeto
TEA	Tecido Emborrachado da Amazônia
UC	Unidade de Conservação
UCEGEO	Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto
UCP	Unidade de Coordenação de Projeto
UGAIs	Unidades de Gestão Ambiental
UNFCCC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
WWF-Brasil	Fundo Mundial para a Natureza no Brasil
ZEE/AC	Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre

LISTA DE FIGURAS

Pág.

Figura 1 - Estrutura de gestão e governança do SISA	7
Figura 2 - Fluxo da operacionalização dos recursos financeiros do Programa REM	12
Figura 3 - Estrutura de gestão operacional do Programa REM.....	13
Figura 4 - Plano de monitoramento das salvaguardas do SISA.....	18
Figura 5 - Plano de Ação para as propostas resultantes da avaliação das salvaguardas	19
Figura 6 - Três dimensões de abordagens necessárias à provisão de serviços ambientais do território	21
Figura 7 - Distribuição de benefícios pautada na estratégia de estoque-fluxo programático.....	22
Figura 8 – Fluxograma dos níveis de planejamento e de implementação do SGRSA do Programa REM	Erro! Indicador não definido.
Figura 9 – Processo de verificação de riscos e aprovação de medidas mitigadoras	51

LISTA DE TABELAS

Pág.

Tabela 1 - Adaptação aos padrões internacionais do processo de REDD+ SES no SISA.....	17
Tabela 2 - Resumo de Lacunas, Recomendações e Abordagens do Plano de Ação das Salvaguardas	19
Tabela 3 – Procedimentos organizacionais do SGRSA	37
Tabela 4 – Formulário de descrição da proposta	41
Tabela 5 - Critérios de Exclusão	42
Tabela 6 – Questionário que abrange critérios de exclusão das propostas	43
Tabela 7 – Priorização dos Riscos Identificados	49
Tabela 8 – Lista de Verificação de Riscos Específicos.....	50
Tabela 9 – Lista de medidas mitigadoras	54
Tabela 10 – Relatório Anual do SGRSA.....	57
Tabela 11 – Formulário de Alerta Ceda	60

SUMÁRIO

	Pág.
1 APRESENTAÇÃO	1
2 O CONCEITO DE RISCO E O SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROGRAMA REM	3
3.1 SGRSA: escopo e objetivos	5
3 INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA PARA REDD+ NO CONTEXTO DO SISA	6
4 ATORES RELEVANTES E SUAS VISÕES SOBRE ANÁLISE DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROGRAMA REM	14
5 SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS DE REDD+	15
6 CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA OS SUBPROGRAMAS/PROJETOS/ATIVIDADES DO PROGRAMA REM	21
7 REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DO PROGRAMA GLOBAL REDD PARA <i>EARLY MOVERS</i> PROGRAMA REM ACRE FASE 2	25
7.1 SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS	26
7.2 SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS DA PRODUÇÃO FAMILIAR SUSTENTÁVEL	27
7.3 SUBPROGRAMA PECUÁRIA DIVERSIFICADA SUSTENTÁVEL	30
7.4 ABORDAGEM DE FORTALECIMENTO DO SISA E MECANISMOS DE REDD+	31
8 Gestão de Riscos Socioambientais (SGRSA) do SisREDD+: fases da aplicação do Sistema.....	35
Fluxos, Papeis e Responsabilidades	Erro! Indicador não definido.
8.1 O SGRSA e suas fases fundamentais	40
Fase #1. Pré-seleção de projetos/atividades	40
Fase #2. Identificação e avaliação de riscos	46
Fase #3. Fase de Estabelecimento e Implementação das Medidas mitigadoras	51
Fase #4. Monitoramento	56

1 APRESENTAÇÃO

Este trabalho integra o apoio ao *Global Program REDD for Early Movers* (Programa REM), cuja segunda fase, será executada com os governos estaduais de Mato Grosso e do Acre, e ainda com o Governo Federal, por meio da Cooperação Financeira e Técnica Alemã entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) com o Ministério Federal de Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ), através do Banco de Desenvolvimento Alemão *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW) e a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) GmbH. Sendo a presente consultoria referente à análise de riscos socioambientais do Programa REM, visando o estabelecimento de um Sistema de Gestão de Riscos Socioambientais e avaliação e definição de Salvaguardas dos Subprogramas da Estratégia de Repartição de Benefícios do Programa REM no marco do Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais (SISA) no estado do Acre.

O SISA e o Programa REM estão em sintonia com a Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+) ao corroborar com seu objetivo específico de contribuir para a mobilização de recursos em escala compatível com o compromisso nacional voluntário de mitigar as emissões de gases do efeito estufa até 2020, estabelecido pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) - Lei nº 12.187/2009.

O estado do Acre tem alcançado avanços significativos na redução do desmatamento, e por consequência, o KfW premia este Estado, a partir de um contrato de pagamento por resultados. A Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ) oferece assessoria técnica visando que os beneficiários do Programa de REDD – os pioneiros – possam cumprir com os requisitos do KfW e receber os pagamentos pelos resultados alcançados.

No Acre, a repartição dos benefícios, nesta segunda fase, se dará por meio de duas linhas de apoio. A primeira, de até 30% do total dos recursos, se destina às ações de fortalecimento e consolidação do SISA e seus mecanismos de REDD. Para esta linha são contempladas as instituições que contribuem diretamente ou indiretamente com o funcionamento do SISA e ações de controle ambiental.

Os outros 70% são destinados aos beneficiários do Programa, seguindo as diretrizes de proteção florestal e apoio às cadeias produtivas sustentáveis por meio da implantação de três subprogramas: i) Subprograma territórios indígenas; ii) Subprograma territórios de produção familiar sustentável; e iii) Subprograma pecuária diversificada sustentável. Estes três subprogramas pretendem garantir a continuidade de emissões reduzidas (ER) no Estado do Acre, com ênfase àquelas apoiadas pelo Programa REM, visando promover a sustentabilidade do Programa de Incentivo aos Serviços Ambientais do Carbono (Programa ISA Carbono) do SISA.

Os objetivos estabelecidos no Programa ISA Carbono estão relacionados diretamente com a promoção, conservação, recuperação e incremento dos serviços ambientais, tais como redução progressiva, constante e de longo prazo das emissões de gases de efeito estufa e o sequestro de carbono, de forma integrada à estratégia de desenvolvimento de baixas emissões, buscando estabelecer ações de mitigação e adaptação às mu-

danças climáticas. Constitui-se assim, no marco legal de um Programa Jurisdicional Sub-nacional para redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, bem como do manejo florestal sustentável e da recuperação e aumento dos estoques de carbono através das atividades de sequestro pelo reflorestamento.

Nesse contexto, o presente documento constitui-se no **Produto 3 – Relatório Técnico contendo uma proposta para o sistema de gestão de riscos socioambientais e salvaguardas para o *Global Program Redd for Early Movers-AC***, já validada com os atores relevantes envolvidos com o SISA.

Este documento contém aspectos resumidos da Estratégia de Repartição de Benefícios e a Matriz de Análise de Riscos Socioambientais adaptada a partir da matriz elaborado pela Colômbia para o Programa de REDD+ daquele país e a partir da Matriz elaborada pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) (adaptada para o contexto do Acre), conforme os padrões, diretrizes e salvaguardas de Cancun, com as Salvaguardas REDD+ nacionais brasileiras, com as Salvaguardas REDD+ SES (Social & Environmental Standards) e aquelas estabelecidas ao nível estadual, e demais padrões internacionais, e ainda com base nas informações, análises existentes e entrevistas. Este relatório conta ainda com um capítulo que descreve o processo de gestão de riscos elaborado por Ute Sonntag da GIZ, o qual foi validado com atores relevantes do Programa.

2 O CONCEITO DE RISCO¹ E O SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROGRAMA REM

Embora seu uso seja diário em normas e políticas públicas, o significado do conceito de risco não é evidente. No texto de Klinke e Renn (2002)², a definição de risco foi adotada como a possibilidade de uma ação ou evento humano levar a consequências que afetem aspectos de coisas que os seres humanos valorizam.

Do mesmo modo, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, no relatório "Mudanças Climáticas 2014: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade", definiu como risco para este contexto:

"Potenciais consequências em que algo de valor está em perigo com um resultado incerto, reconhecendo a diversidade de valores. Muitas vezes, o risco é representado como a probabilidade de ocorrência de eventos ou tendências perigosas multiplicadas pelos impactos, no caso de tais eventos ou tendências ocorrerem. Os riscos resultam da interação de vulnerabilidade, exposição e perigo ...".

Consequentemente, um passo necessário para interpretar e concordar com as normas e medidas que foram aplicadas na Colômbia no caso do REDD+, foi a definição do que queriam proteger contra a implementação do REDD+ (O que valoramos? O que está em jogo?), quais são as ações que podem representar uma ameaça, para identificar mais tarde, quais são as medidas que devem ser implementadas para evitar esses possíveis danos.

É provável que o que se queria proteger da implementação do REDD+ já possuía medidas de salvaguardas e que o que é necessário fazer é aplicar os quadros normativos e institucionais existentes. Isto é o que uma análise de risco deve perseguir.

Ao considerar a avaliação de risco, existem duas correntes: uma que considera que o risco é uma realidade objetiva e universal que pode ser medida objetivamente por grupos profissionais (realismo); e outra, que considera que a percepção de risco muda com o contexto social: conhecimento, cultura dos agentes envolvidos e significado que eles atribuem a conceitos abstratos como vulnerabilidade, equidade e justiça (construtivista).

A avaliação do risco é então um processo pelo qual instituições sociais, como agências ou grupos sociais dentro da sociedade ou indivíduos, determinam a aceitabilidade de

¹ Documento elaborado como parte do apoio à consolidação da estratégia nacional de salvaguardas para Colômbia. (2016) *Enfoque de riesgos para la definición de salvaguardas sociales y ambientales de REDD+ en Colombia*. Disponível em: https://aurarobayo.wordpress.com/2016/03/08/enfoque-de-riesgos-en-la-definicion-de-salvaguardas-sociales-y-ambientales-de-redd-en-colombia/#_ftnref1 capturado em 20 de novembro de 2017.

² Klinke, A., & Renn, O. (2002). *A new approach to risk evaluation and management: Risk-based, precaution-based, and discourse-based strategies*. Risk analysis, 22(6), 1071-1094.

um determinado risco e as medidas para evitar ou mitigar (Renn, 2009)³. Dada a natureza dos riscos associados à implementação do REDD+, pode-se dizer que a identificação desses riscos é realizada principalmente de acordo com a abordagem construtivista.

Os riscos de REDD+, por outro lado, podem ser categorizados como riscos secundários, que se referem a riscos que existem ao aplicar certas medidas que buscam enfrentar outros riscos. Ou seja, diante do risco de mudança climática, o REDD+ é implementado, mas a implementação do mecanismo traz consigo outras possíveis consequências negativas.

Muitas, se não todas, ações humanas têm o potencial de causar danos às coisas que valorizamos. A identificação dos riscos ocorre quando esse dano excede o limiar do que estamos dispostos a tolerar.

De acordo com Beck (2006)⁴, o risco não significa necessariamente danos ou catástrofes, mas antecipação. O risco existe em um estado de virtualidade permanente e torna-se "comum" apenas na medida em que pode ser antecipado. O risco é um fenômeno socialmente construído.

Os riscos podem ser classificados como **riscos externos**, **riscos externos de contexto** que podem ser antecipados, ou **riscos internos**. No primeiro caso, estão associados a situações conjunturais e independentes do projeto, que não se podem prever como por exemplo uma catástrofe natural ou uma queda de preços no mercado internacional. No segundo caso, um exemplo de contexto relevante para o investimento exitoso dos recursos seriam fatores culturais ou sociais existentes, estruturas organizacionais já estabelecidas ou condições climáticas ou de mercados emergentes. Já os riscos internos (ou endógenos), são aqueles relacionados diretamente às atividades do projeto, ou seja, os riscos implicando possíveis impactos negativos que podem ser criados pelo projeto. **O espírito das salvaguardas de Cancun, abrange não só a minimização dos riscos internos de atividades REDD+, mas também a criação de benefícios múltiplos. Nesse sentido, a gerência dos riscos externos de contexto é essencial para atuar com prudência e êxito no contexto da distribuição de benefícios.**

Neste documento, de maneira geral, propõe-se um **Sistema de Gestão de Riscos socioambientais (SGRSA) que atende tanto os riscos endógenos como os riscos externos de contexto**, e que se integra na gestão do programa REM em vários níveis de implementação.

Para que os subprogramas possam resultar em benefícios efetivos e justos para os beneficiários do SISREDD+, será necessário que o seu SGRSA seja capaz de identificar, avaliar, mensurar, mitigar e monitorar os prováveis riscos socioambientais oriundos das atividades previstas nos subprogramas REM e no SISREDD+.

Além disso, o funcionamento do SGRSA precisa ser de fácil compreensão, de modo a permitir total transparência e participação da sociedade e dos beneficiários. Neste sentido, é apresentada nesta seção uma proposta de estrutura de funcionamento faseado e

³ Renn, O. (2009). *Concepts of Risk: An Interdisciplinary Review Part 1: Disciplinary Risk Concepts*. Gaia-Ecological Perspectives for Science and Society, 17(1), 50-66.

⁴ Beck, U. (2006). *Living in the world risk society*. A Hobhouse Memorial Public Lecture given on Wednesday 15 February 2006 at the London School of Economics. Economy and society, 35(3), 329-345.

cíclico do SGRSA para o SISREDD+: o SGRSA operará ao longo de quatro fases que se retroalimentam e devem ser executadas na sequência previamente determinada, favorecendo a retroalimentação de fases anteriores, estabelecendo-se uma dinâmica circular⁵.

3.1 SGRSA: escopo e objetivos

Para que os recursos do SISREDD+ cheguem até os beneficiários finais, será necessário que o seu SGRSA seja capaz de identificar, avaliar, evitar, mensurar, mitigar e monitorar os prováveis riscos socioambientais oriundos das atividades previstas em seus subprogramas. O objetivo final é, portanto, aumentar a segurança de quem apoia o SISREDD+ e de quem é, por ele, apoiado. Além de evitar o mau uso dos recursos aportados.

A proposta é que o SGRSA deverá ser, então, elaborado com vistas a (a) responder à demanda da sociedade civil por um acompanhamento dos potenciais riscos das iniciativas que estão sendo financiadas por instituições financeiras; (b) viabilizar o cumprimento do marco internacional de REDD+ e do “no harm” dos financiadores; (c) identificar os responsáveis e saber reagir à ocorrência de riscos; (d) garantir a qualidade da implementação do projeto; e (e) viabilizar a ocorrência de novos financiamentos futuros garantindo a sustentabilidade do programa⁵.

Em última instância, o SGRSA será o mecanismo que garantirá o cumprimento das salvaguardas socioambientais de Cancun, as quais foram incorporadas tanto pelo Brasil como pelo Estado do Acre. A observância dessas salvaguardas via SGRSA resguarda o SISREDD+ de possíveis impactos ambientais, sociais, culturais, econômicos ou político-institucionais negativos advindos das atividades e ações desenvolvidas no âmbito de seus subprogramas. Ressaltando que a elaboração do SGRSA ocorreu de modo participativo e consultivo. Só assim os riscos foram/serão amplamente identificados e validados por diversas instâncias da sociedade.

Integra o SGRSA a matriz de riscos (Anexo 1), a qual foi adaptada de uma desenvolvida na Colômbia, utilizada em projetos de REDD+ daquele país, incluindo outros aspectos e critérios, adaptado à realidade brasileira e acreana que foi percebida e concebida ao longo da execução desta consultoria, a partir da consulta aos atores relevantes e interessados no tema.

⁵ Texto adaptado de IPAM (2018), a partir dos resultados de um trabalho similar a este para o estado do Mato Grosso.

3 INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA PARA REDD+ NO CONTEXTO DO SISA

Processos de tomada de decisão, incluindo salvaguardas

Nível Nacional

A CONAREDD+, instituída pelo Decreto 8.576/2015, é responsável por coordenar, acompanhar e monitorar a implementação da Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+). É formada pelos Ministérios do Meio Ambiente, que a preside; pela Casa Civil da Presidência da República; pelos Ministérios da Fazenda; das Relações Exteriores; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência, Tecnologia e Inovação; do Desenvolvimento Agrário; e da Secretaria de Governo da Presidência da República. São convidados a compor a Comissão Nacional dois representantes de governos estaduais, um representante dos municípios e dois representantes da sociedade civil organizada.

Ao MMA também compete o papel de Secretaria Executiva da Comissão Nacional, sendo responsável por elaborar a documentação técnica sobre os requisitos necessários para acessar pagamentos por resultados de políticas e ações de REDD+, com base nos insumos produzidos por grupo de trabalho sobre REDD+; desenvolver e implementar o sistema de informação de salvaguardas para REDD+; elaborar relatório sobre a implementação das salvaguardas para REDD+ com base em insumos da Câmara Consultiva dedicada ao tema; propor à Comissão Nacional para REDD+ os limites anuais de captação de recursos com base nos resultados de ações de REDD+ e os valores mínimos por tonelada de CO₂e para o pagamento por resultados REDD+; emitir diploma reconhecendo o pagamento por resultados de REDD+ alcançados pelo país; e disponibilizar informações no âmbito internacional para divulgação dos resultados de REDD+ e respectivos pagamentos. Um Grupo de Trabalho Técnico sobre REDD+ é responsável por prover insumos técnicos para o processo de mensuração, relato e verificação dos resultados de REDD+ no âmbito da UNFCCC.

A Comissão Nacional institui Câmaras Consultivas Temáticas (CCTs) para subsidiar seus trabalhos. Essas Câmaras são compostas por especialistas da sociedade civil e de entidades públicas e privadas convidados pela Comissão Nacional. Atualmente operam três Câmaras Consultivas Temáticas, compostas por especialistas da sociedade civil e de entidades públicas e privadas: Salvaguardas (CCT-Salv); Pacto Federativo (CCT-Pact); e Captação Distribuição de Recursos Não Reembolsáveis (CCT-CDRNR). O governo estadual de Acre está representado nas CCT.

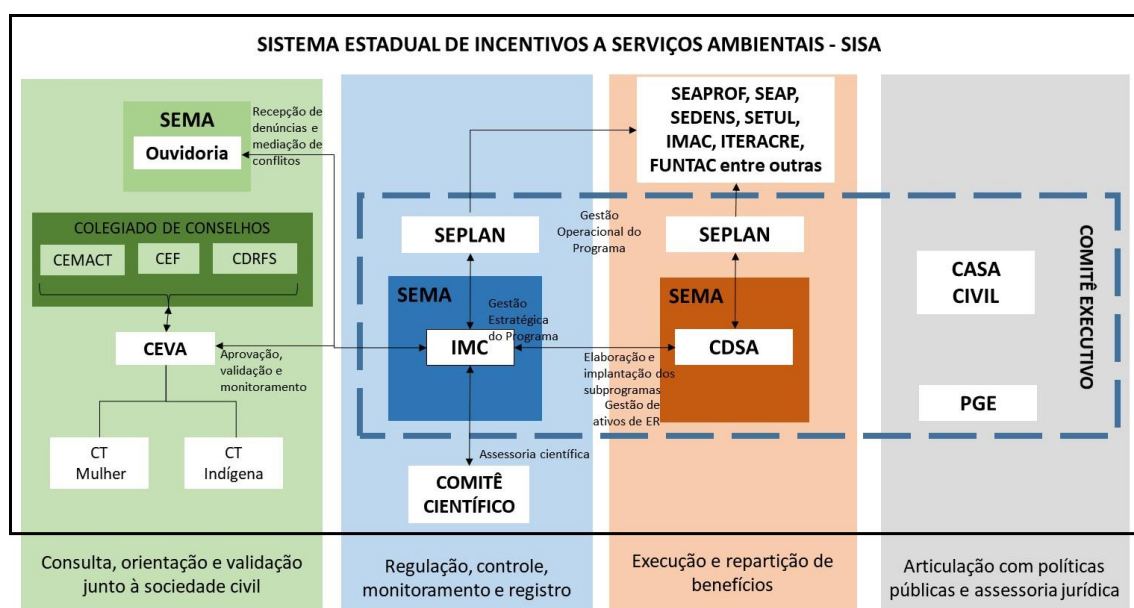
Fonte: MMA, 2016.

Nível Subnacional

A implementação do Programa REM no Acre tem se mostrado um processo gradativo de ampliação do envolvimento da sociedade civil, em que seguem sendo necessários esforços de envolvimento e esclarecimentos aos diferentes grupos de interesse sobre a natureza e os motivos das compensações por resultados alcançados, trazendo ainda a oportunidade de implementação do SISA. Esta segunda fase do Programa promove a oportunidade de se seguir aprimorando as estruturas de governança e transparência do SISA, visando fortalecer o processo de consulta e pactuação da repartição de benefícios com a sociedade acreana, aprimorando as salvaguardas já estabelecidas e monitoradas.

O SISA opera com uma estrutura institucional que separa as funções e responsabilidades de consulta, orientação e validação junto à sociedade civil; regulação, controle monitoramento e registro; execução e repartição dos benefícios; e articulação com políticas públicas; incluindo a participação social, em todas as fases do processo. Este arranjo é esboçado na figura a seguir (Figura 1) e descrito sumariamente na sequência:

Figura 1 - Estrutura de gestão e governança do SISA



Fonte: IMC, 2017.

- **O Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC)**, ligado a SEMA, é responsável por regulamentar, monitorar e controlar as atividades do Programa de redução de emissões de carbono (Programa ISA Carbono) do SISA; é responsável pela criação de protocolos para projetos e programas de carbono florestal. O IMC tem o suporte da Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (UCEGEO), que é ligada à Fundação de Tecnologia do Acre (FUNTAC), e faz o monitoramento dos estoques de carbono, assim como de outros serviços ambientais, subprogramas e projetos do SISA. Sendo ainda responsável por coordenar as atividades relacionadas ao fortalecimento do SISA e seus mecanismos de REDD+.
- **Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA)** tem um papel central na condução da política ambiental do Estado. Preside os Conselhos de Estado de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Floresta e a Comissão Estadual de Gestão de Risco Ambientais, que têm como um dos objetivos planejar e acompanhar as ações de combate ao desmatamento e fogo nas florestas do Estado; é responsável ainda pelo Sistema Estadual de Cadastro Ambiental Rural do Acre (SICAR AC) e implementação do Programa de Regularização Ambiental do Estado do Acre (PRA AC). Atuará no Programa REM como uma entidade subexecutora, responsável por alguns componentes do Subprograma de Territórios Indígenas e várias atividades do Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável e do componente de fortalecimento do SISA, incluindo a Ouvidoria do Sistema.
- **Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN)** tem a atribuição de formular e executar políticas de administração tributária, econômica e financeira do Estado; além de gerenciar a administração financeira e o controle de gastos do Poder Executivo.

Aproveitando de suas atribuições e *expertises* é o ente operacional do Programa (técnico, administrativo e financeiro) dos recursos REM.

- **Comitê Científico** é um órgão consultivo vinculado ao IMC, com uma composição heterogênea formada por pesquisadores de renome nacional e internacional de diversas áreas das ciências humanas e sociais, exatas e biológicas. Os membros são convidados pelo Poder Público Estadual, com a finalidade de opinar sobre assuntos estratégicos do Programa, como questões técnicas, jurídicas e metodológicas relativas ao SISA, trazendo ao Sistema o reconhecimento das atividades do Estado no âmbito nacional e internacional, tendo um papel crucial de assessoria para um modelo de desenvolvimento sustentável de baixas emissões de carbono ao nível estadual e de geração de ativos ambientais no Estado.
- **Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA)**, ligada à SEMA, responde à necessidade de consagrar soluções que conjuguem os esforços do setor público em ser capaz de atrair, simultaneamente, o interesse e a capacidade de investimento e desenvolvimento do setor privado e de instituições interessadas em financiar e contribuir para o efetivo desenvolvimento de longo prazo, em modelos sustentáveis do ponto de vista econômico, ambiental e social. A CDSA fomenta a elaboração de ações e projetos, bem como estabelece e desenvolve estratégias voltadas à captação de recursos financeiros e investimentos nos programas, subprogramas e projetos, buscando investidores privados para tornarem-se sócios do processo. Tem ainda atribuições executivas em relação aos programas, subprogramas, planos de ação e projetos do SISA, podendo, para isso, gerir e alienar, na medida de suas competências, os ativos e créditos resultantes dos serviços e produtos ecossistêmicos oriundos das atividades que desenvolve.
- **SEAPROF, SETUL, SEPN, SEDENS, SEMA, FUNTAC e IDM** entre outras instituições governamentais, implementarão em conjunto, várias atividades do Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável, por meio de ações de assistência técnica e apoio tecnológico para fortalecimento das cadeias produtivas florestais e ainda, pela implementação do CAR e do PRA.
- **SEAP e SEDENS** implementarão várias atividades do Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável através de articulações e ações integradas de recuperação de áreas alteradas em médias e grandes propriedades, além de implantar sistemas de agroenergia, prioritariamente, nas comunidades contempladas com as ações dos Subprogramas.
- **IMAC, CIOPAER e CIPA/CBMAC** implementarão ações de comando e controle previstas no âmbito das atividades que promoverão o fortalecimento do SISA e seus mecanismos de REDD+, por meio de ações previstas no PPCDQ/AC.
- **ITERACRE** promoverá ações de regularização fundiária, trazendo segurança jurídica e diminuição dos conflitos pela terra.

Todas estas instituições consistem em entidades subexecutoras dos subprogramas ou atividades do Programa REM e podem atuar em mais de um subprograma. Estas entidades governamentais atuarão tanto de forma direta como indireta, por meio de

aglutinadoras (ONGs, OSCs, Cooperativas, Associações etc.), e ainda por meio de entidades representativas das comunidades beneficiárias.

Participação da Sociedade Civil

- **Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento do SISA (CEVA)** é composta por oito instituições, sendo quatro representantes do Poder Público: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), IMC, Procuradoria Geral do Estado (PGE) e SEMA, e quatro representantes da sociedade civil organizada: Associação das Indústrias de Madeira de Manejo do Acre (ASIMMANEJO), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e Fundo Mundial para a Natureza no Brasil (WWF-Brasil). A Comissão tem o papel de acompanhar e validar as ações no âmbito do SISA e seus programas, bem como aprovar as regulamentações complementares, os procedimentos para monitoramento e controle dos ativos ambientais e de salvaguardas socioambientais. A CEVA é uma instância vinculada ao Colegiado de Conselhos do Estado, formado por três conselhos estaduais (de Floresta – CEF; de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT; e de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável – CDRFS) no qual estão representados vários setores da sociedade; lhe cabe ainda, reportar as ações de acompanhamento para este colegiado.
- **CT Indígena**, vinculado à CEVA/IMC, instância criada como forma de aprimorar os trabalhos desta Comissão, trata de um modo geral sobre comunidades indígenas e serviços ambientais. Esta Câmara Temática (CT) é composta por entidades governamentais no nível federal e estadual, responsáveis pelas políticas para populações indígenas, bem como por entidades não governamentais e lideranças de diferentes terras e povos indígenas. A Câmara Temática já estabeleceu um conjunto de salvaguardas que foram incorporadas pelo SISA.
- **CT Mulher**, vinculada à CEVA/IMC, instância recém-criada e que visa aprimorar os trabalhos da Comissão, dando tratamento adequado para assuntos relacionados à temática gênero. Esta CT é composta por entidades governamentais no nível estadual responsáveis pelas políticas para mulheres, bem como por entidades não governamentais e lideranças desta causa.
- **Ouvidoria do Sistema**, vinculada à SEMA, criada com a atribuição de ampliar a mediação pública e participação social por meio do recebimento de sugestões, reclamações, denúncias e propostas de qualquer cidadão ou entidade em relação a questões relacionadas ao Sistema.

Canais de acesso à Ouvidoria

Presencial: Ouvidoria SISA – Rua Benjamim Constant, 856, sala 306, Centro, CEP 69.900-160, Rio Branco/AC;

Telefone: (68) 3223-2760;

Correio Eletrônico: e-mail – ouvidoria.sisa@ac.gov.br e

ouvidoria.rem.acre@gmail.com

Instâncias de articulação com Políticas Públicas e Assessoria Jurídica

- **Casa Civil** tem papel central na articulação do Programa ISA Carbono e demais políticas públicas e entre as secretarias estaduais e ainda responsável pelas articulações com entes nacionais e internacionais, seu acento no Comitê Executivo do SISA e junto ao Programa REM tem caráter estratégico.
- **Procuradoria Geral do Estado (PGE)** elabora normas complementares do SISA e realiza supervisão jurídica nos diversos sistemas e arranjos institucionais do Programa REM.

De forma complementar aos papéis de regulação, controle, monitoramento e registro; execução e repartição dos benefícios, fortalecimento do SISA e de seus mecanismos de REDD+, e ainda visando a articulação com demais políticas públicas voltadas para economia de baixo carbono do Estado foi concebida uma instância executiva e estratégica, o Comitê Executivo para o SISA, detalhado a seguir:

Esta instância já atuava de fato desde a primeira fase do Programa, mas será institucionalizada nesta segunda fase, a seguir está descrita a composição e papel deste Comitê.

- **Comitê Executivo do SISA** vinculado ao Comitê Gestor de Mudanças Climáticas, é composto por seis membros que assumirão papéis em conformidade com suas atribuições como segue:
 - i. Casa Civil. Por ter vínculo direto ao Gabinete do Governador, permite maior articulação com demais setores de Governo, é um membro eventual em caso de decisões estratégicas;
 - ii. IMC. Por ter o papel de regulação, controle, monitoramento e registro do SISA e de diálogo constante com a sociedade civil por meio da CEVA, e ainda por ter a responsabilidade de validar as linhas estratégicas e diretrizes do SISA e seu Programa ISA Carbono, e ainda por ter a atribuição de aprovar e homologar as metodologias de projetos, efetuar o pré-registro e o registro dos subprogramas, planos de ação e projetos especiais, bem como a emissão e registro dos serviços e produtos ecossistêmicos;
 - iii. SEMA. Por ser o órgão responsável pelas políticas públicas ambientais e ainda por abrigar a Ouvidoria do Sistema. Além destas atribuições tanto o IMC, como a CDSA estão vinculados a esta Secretaria;
 - iv. CDSA. Pela responsabilidade de gestão frente aos ativos de Redução de Emissões já validados e pela elaboração e implantação dos subprogramas, programas e captação de novos recursos para garantir a sustentabilidade financeira do SISA;
 - v. PGE. Pela coordenação e coerência jurídica de diversos atos necessários para execução do conjunto do Sistema; e
 - vi. SEPLAN. Pela responsabilidade da gestão operacional (administrativa, financeira e técnica) do Programa REM, bem como, acompanhamento e avaliação quanto ao progresso do Programa, cujas ações e recursos são destinados às entidades públicas subexecutoras do Programa.

As atribuições do Comitê Executivo em relação ao Programa REM são:

- i. Possibilitar decisões estratégicas e coletivas sobre o planejamento e execução do Programa;
- ii. Resguardar a consonância com o arcabouço jurídico estadual e nacional na execução técnica e financeira; e
- iii. Monitorar possíveis riscos de execução do Programa.

Em termos operacionais a SEPLAN tem papel fundamental nesta nova fase, esta Secretaria operacionalizará os recursos do Programa alocados na Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), seguindo o esquema de distribuição de benefícios conforme decisões do Comitê Executivo do SISA, validadas pela CEVA, em conformidade com as regras do SISA e acordadas com o KfW.

Cada uma das subexecutoras será responsável pela execução técnica e financeira das atividades que lhe competem, as quais foram estabelecidas na matriz físico-financeira-programática, executando assim as atividades sob sua responsabilidade, como procedimentos de aquisições, elaboração de relatórios etc., estabelecidos no Manual Operativo do Programa (MOP). A SEPLAN também contratará bens e serviços relacionados ao funcionamento dos processos de gestão e coordenação, além de manter o registro de informações, os processos de auditoria e a constante comunicação com o KfW para a verificação de todos os elementos da execução técnica e financeira do Programa, conforme figura a seguir (Figura 2).

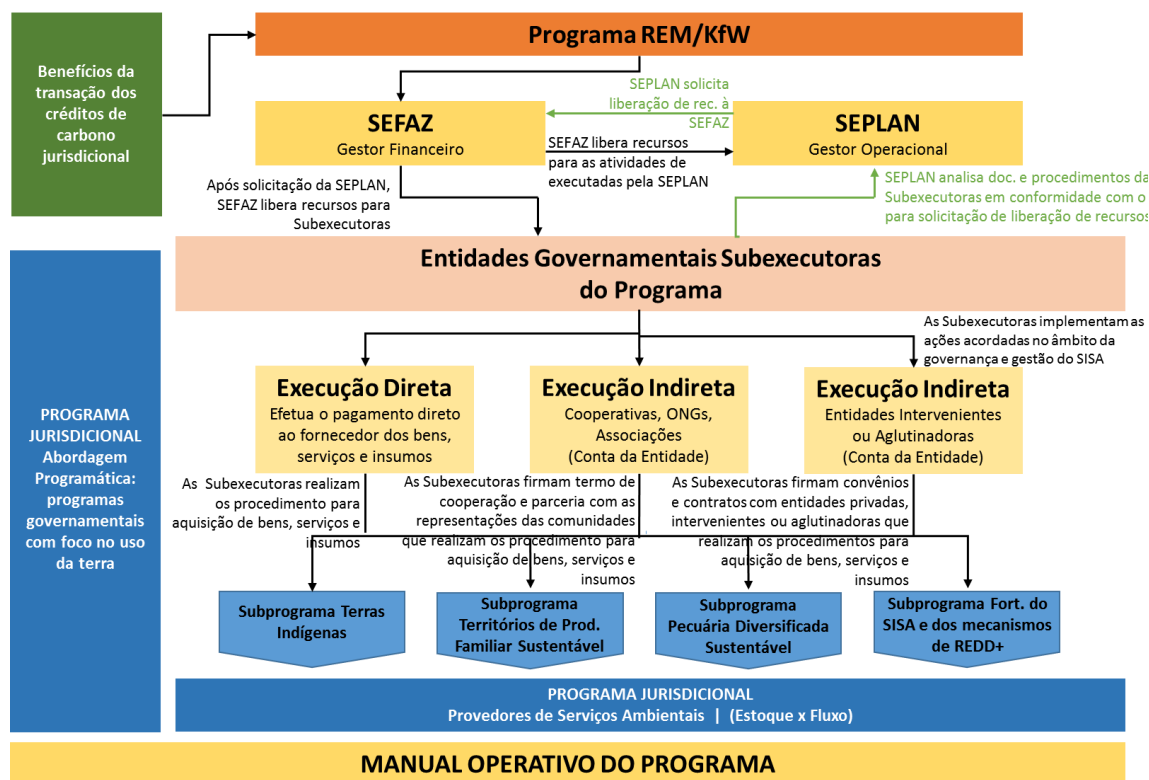
A SEPLAN manterá em seu controle todas as atividades, decisões e acordos relacionados ao Programa REM, cuidando para que somente estas atividades sejam realizadas a partir da contratação de bens, serviços e insumos estabelecidos pela instância de governança e gestão do Programa. A partir do detalhamento de cada atividade, a SEPLAN analisará os procedimentos e documentos técnicos, administrativos e financeiros e solicitará à SEFAZ liberação destes recursos.

A SEFAZ por sua vez, após a solicitação da SEPLAN, libera o recurso diretamente na conta financeira das entidades governamentais que serão chamadas de Entidades Subexecutoras, estas executarão os recursos dos subprogramas de duas formas: direta e indireta.

Na forma direta, as entidades subexecutoras realizam todos os procedimentos legais para a aquisição de serviços, bens e insumos tanto para atender os beneficiários dos Subprogramas, como para atender as atividades de fortalecimento do SISA e seus mecanismos de REDD+, neste caso, as entidades subexecutoras efetuam o pagamento direto aos fornecedores dos bens, serviços e insumos.

Na forma indireta, as entidades subexecutoras firmam convênios ou contratos com entidades privadas, intervenientes ou aglutinadoras, e estas últimas é que realizam os procedimentos legais para a aquisição de serviços, bens e insumos para atender os beneficiários dos Subprogramas.

Figura 2 - Fluxo da operacionalização dos recursos financeiros do Programa REM



Fonte: IMC, 2017.

A entidade aglutinadora será utilizada para enfrentar os problemas relacionados à grande quantidade de convênios necessários com cada grupo de beneficiários, a exemplo do que ocorreu na primeira fase, muitos destes com baixa capacidade de execução, devido à falta de experiência em execução financeira, somando-se à grande burocracia imposta pela legislação brasileira vigente.

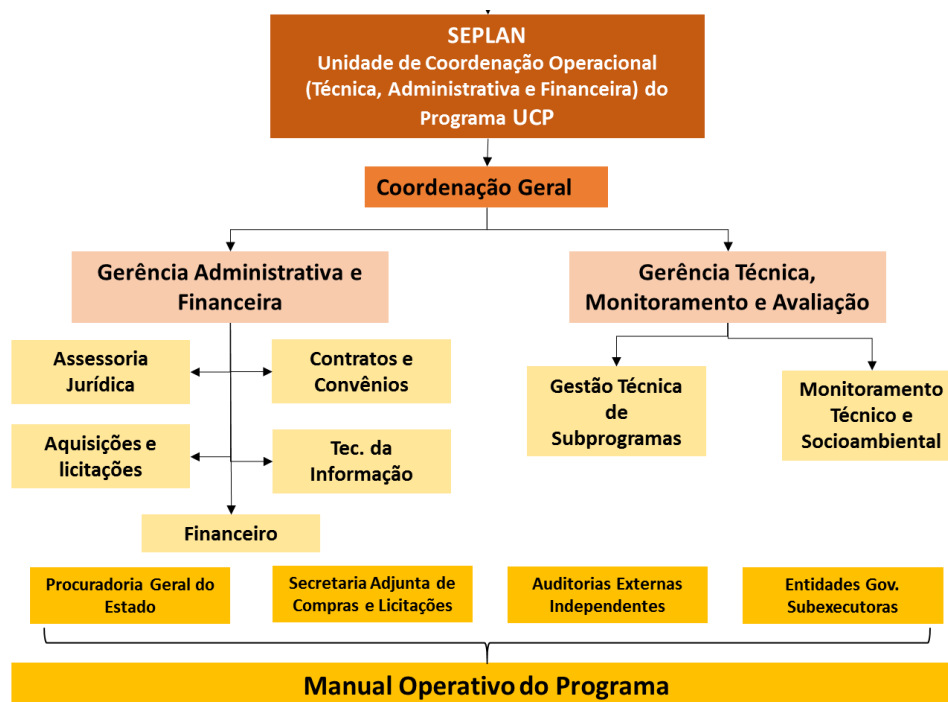
A SEPLAN instalará uma Unidade de Coordenação de Projeto (UCP), seguindo o modelo adotado nos demais programas e projetos executados pelo órgão, composta por uma Coordenação Geral, uma Gerência Administrativo-Financeira e uma Gerência Técnica (Figura 3). A UCP também será responsável pelo monitoramento e fiel cumprimento das etapas de operacionalização de uso dos recursos.

O repasse de recursos às entidades beneficiárias do Programa REM se dará por meio de Termo de Cooperação, no caso de entidades governamentais, ou por meio de Convênio, quando se trata de entidades não-governamentais. Em ambos os casos, o repasse de recursos deve acontecer à base de planos de trabalhos (aprovados pela CEVA), que integram os instrumentos e se justifiquem no contexto dos critérios de repartição de benefícios. Também poderá haver convocação de iniciativas de distribuição de benefícios por meio de editais ou chamadas, tal como já ocorreu no âmbito dos projetos indígenas durante a primeira fase.

Todos os Termos de Cooperação e Convênios no âmbito do Programa REM deverão passar por uma análise de riscos que avalia se as atividades propostas têm riscos em relação as salvaguardas socioambientais e podem, direta ou indiretamente, aumentar o

risco de desmatamento nas áreas de implementação dos mesmos. Processo este que tem relação direta com os resultados desta consultoria.

Figura 3 - Estrutura de gestão operacional do Programa REM



Fonte: IMC, 2017.

4 ATORES RELEVANTES E SUAS VISÕES SOBRE ANÁLISE DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROGRAMA REM

O conhecimento do funcionamento e das instâncias de governança, o processo de tomada de decisão, o entendimento de como se realizam a coordenação, a implementação, o monitoramento, a supervisão do Programa; quem são e como pensam os atores-chaves, levando em conta o conhecimento, a cultura dos agentes envolvidos e qual o significado que eles atribuem a conceitos abstratos como vulnerabilidade, riscos, equidade e justiça, contribuem para o processo de aprimoramento contínuo do Programa REM.

O Sistema de Governança e Gestão do SISA, descrito no item anterior, apresenta alguns destes atores importantes no processo de consulta que se deu ao longo da realização desta consultoria, visando o aprimoramento da execução do Programa REM e construção da Matriz de Riscos e do SGRSA.

A partir do conhecimento das instâncias de governança do SISA e de gestão do Programa REM, incluindo as instituições que as integram, foi possível realizar entrevistas com as instituições relevantes, visando compreender e analisar a visão e opinião dos atores governamentais responsáveis pelo funcionamento destes espaços.

Uma outra abordagem deste trabalho foi o de analisar a participação dos beneficiários diretos do Programa aos fatores que interferem na qualidade da participação, assim como, definição de posicionamentos e compartilhamento de informações, sempre relacionados aos aspectos referentes à gestão de riscos. Sendo a própria alta rotatividade destes técnicos um dos riscos identificados. Estas informações e recomendações quanto à análise de riscos socioambientais do Programa REM e medidas de mitigação destes riscos, foram sistematizadas, visando o estabelecimento do Sistema de Gestão de Riscos Socioambientais dos Subprogramas da Estratégia de Repartição de Benefícios do Programa REM no marco do SISA.

5 SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS DE REDD+

SISREDD+Salvaguardas Nacional e Subnacional

Nível Internacional

A decisão 1/CP.16 da UNFCCC definiu as salvaguardas para REDD+. As salvaguardas formam um conjunto de 7 diretrizes, que visam potencializar os impactos socioambientais positivos e reduzir os impactos negativos relacionados às atividades de REDD+. As salvaguardas de REDD+ também são conhecidas como salvaguardas de Cancun, em homenagem à cidade mexicana que sediou a 16ª Conferência das Partes (COP) em 2010.

As salvaguardas devem garantir que as iniciativas de REDD+ abordem de maneira adequada questões sensíveis como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, a participação social, a preservação de ecossistemas naturais, a permanência dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas. As salvaguardas ainda oferecem aos doadores, garantias de que a aplicação dos recursos transferidos a título de pagamento por resultados de REDD+ não proporcione impactos negativos.

O acompanhamento e os relatos dos países sobre as salvaguardas devem cobrir tanto as atividades que geraram os resultados de REDD+ quanto as iniciativas que receberam financiamento proveniente de pagamentos por resultados. As decisões acordadas sob a UNFCCC preveem que os países em desenvolvimento que desejem obter pagamentos por resultados de REDD+ devem proporcionar meios para que as salvaguardas sejam acompanhadas de duas formas, a saber:

- Com o estabelecimento de um sistema capaz de oferecer informações para o acompanhamento de como as salvaguardas estão sendo abordadas e respeitadas durante a implementação das atividades de REDD+, o Sistema de Informação sobre as Salvaguardas.

- Por meio da elaboração de um sumário de informações sobre como as salvaguardas foram abordadas e respeitadas⁶.

Nível Nacional

O Brasil iniciou o desenvolvimento do seu Sistema de informações sobre Salvaguardas, o SISREDD+, em 2015. O MMA é responsável por coordenar o desenvolvimento do Sistema. A Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas, criada no âmbito da CONAREDD+ e composta por especialistas e representantes da sociedade civil e de entidades públicas e privadas, recebeu a atribuição de contribuir para o desenvolvimento do SISREDD+.

O desenvolvimento do Sistema tomará como base o primeiro sumário de informações sobre salvaguardas submetido à UNFCCC. Este documento teve como referência o acúmulo das discussões sobre salvaguardas para REDD+ no Brasil. Além das orientações

⁶ Disponível em <http://redd.mma.gov.br/images/salvaguardas/2sumariosalvaguardas_20170904.pdf>.

definidas sob a UNFCCC, o SISREDD+ deverá ser participativo, interativo, simples e confiável.

De modo a facilitar o controle social sobre as ações e políticas de REDD+, as informações agregadas no SISREDD+ serão disponibilizadas para toda a sociedade. Essas informações serão de particular interesse para os grupos diretamente envolvidos na implementação de REDD+, como doadores, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, organizações não-governamentais, governos estaduais e municipais, acadêmicos, etc.

A Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas (CCT-Salv) desenvolve insumos para apoiar a tomada de decisão da Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+) sobre questões relacionadas ao acompanhamento de como as Salvaguardas de Cancun (Decisão 1/CP.16) estão sendo tratadas e respeitadas na implementação de REDD+ pelo Brasil.

Esta CCT é responsável por apoiar a CONAREDD+ nos seguintes processos:

- Conceitualização das salvaguardas de REDD+ no Brasil;
- Desenvolvimento de subsídios para o Sistema de Informação sobre REDD+ (SISREDD+);
- Desenvolvimento de insumos e revisão do Sumário de Informações sobre Salvaguardas;
- Desenvolvimento de insumos para o desenvolvimento de um procedimento de ouvidoria sobre violação das salvaguardas;
- Desenvolvimento de plano de capacitação sobre salvaguardas.

A CCT-Salv é coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e é composta por 30 membros, o Acre possui 4 membros.

Nível Subnacional

Nos anos de 2010, 2011 e 2012, o governo do Estado do Acre, em parceria com a CARE Brasil, trabalhou no processo de adequação dos padrões internacionais de salvaguardas de REDD+ para aplicação no Estado. O resultado dessa revisão foi um conjunto de indicadores acreanos para monitoramento das salvaguardas socioambientais em políticas públicas no âmbito do Programa ISA Carbono no SISA, que foram sistematizados em uma publicação: Manual de Monitoramento das Salvaguardas Socioambientais de REDD+ no SISA⁷.

A iniciativa internacional que serviu como base para o desenvolvimento desse sistema no Acre foi a “*REDD+ Social & Environmental Standards Initiative*” (REDD+ SES). Esta iniciativa define as etapas necessárias para o desenvolvimento de parâmetros socioambientais em nível nacional ou subnacional e devem ser empregadas nas políticas e nos programas de REDD+ ou de incentivos a serviços ambientais.

⁷ Acre, Governo do Estado do. 2013. *Manual de Monitoramento das Salvaguardas Socioambientais de REDD+ no SISA*. Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais. Rio Branco: 41 p. Disponível em <<http://imc.ac.gov.br/wp/wp-content/uploads/2016/09/Manual-Monitoramento-Salvaguardas-SISA.pdf>>

O processo REDD+ SES possui 10 etapas, que iniciam com: reuniões de conscientização para o estabelecimento da governança, criação de comitês para adaptação dos indicadores internacionais, construção de indicadores nacionais e/ou subnacionais, consultas públicas para validação dos mesmos, elaboração do plano de monitoramento, desenvolvimento de um relatório sobre o desempenho do programa, validação junto às partes interessadas e, finalmente, a publicação do relatório. Todo o processo de construção dessas salvaguardas socioambientais deve garantir transparência, inclusão dos atores de forma equitativa e, principalmente, trazer benefícios às comunidades locais e aos ecossistemas naturais.

Para garantir a participação social na política de incentivo a serviços ambientais foi criado no âmbito do SISA a Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA) instituída por meio do Decreto nº 4.300, de 18 de julho de 2012.

Essa estrutura de governança, já descrita neste documento, por sua vez, atende também às etapas estabelecidas pelo REDD+ SES e passou a exercer as funções de Comitê Local de Padrões da iniciativa em questão. Desta forma, a CEVA deve participar do aperfeiçoamento permanente dos padrões sociais e ambientais da iniciativa internacional, contribuir na comparação e relação com outros padrões e salvaguardas socioambientais existentes, analisar e validar o processo de Monitoramento, Relatoria e Verificação (MRV), em relação ao cumprimento dos princípios e critérios estabelecidos, e apreciar e aprovar os indicadores acreanos a serem utilizados na avaliação do cumprimento dos princípios e critérios citados. O Acre usou as diretrizes e ferramentas da iniciativa REDD+ SES a partir de 2010, como um meio para monitorar o desempenho do Programa ISA Carbono em relação a estas normas e os princípios estabelecidos pela Lei do SISA (Tabela 1). Sua implementação deve ter continuidade na segunda fase do Programa REM.

Foram necessários quase dois anos para a elaboração e validação dos indicadores acreanos, onde muitos atores foram consultados em várias oficinas e reuniões setoriais preparatórias.

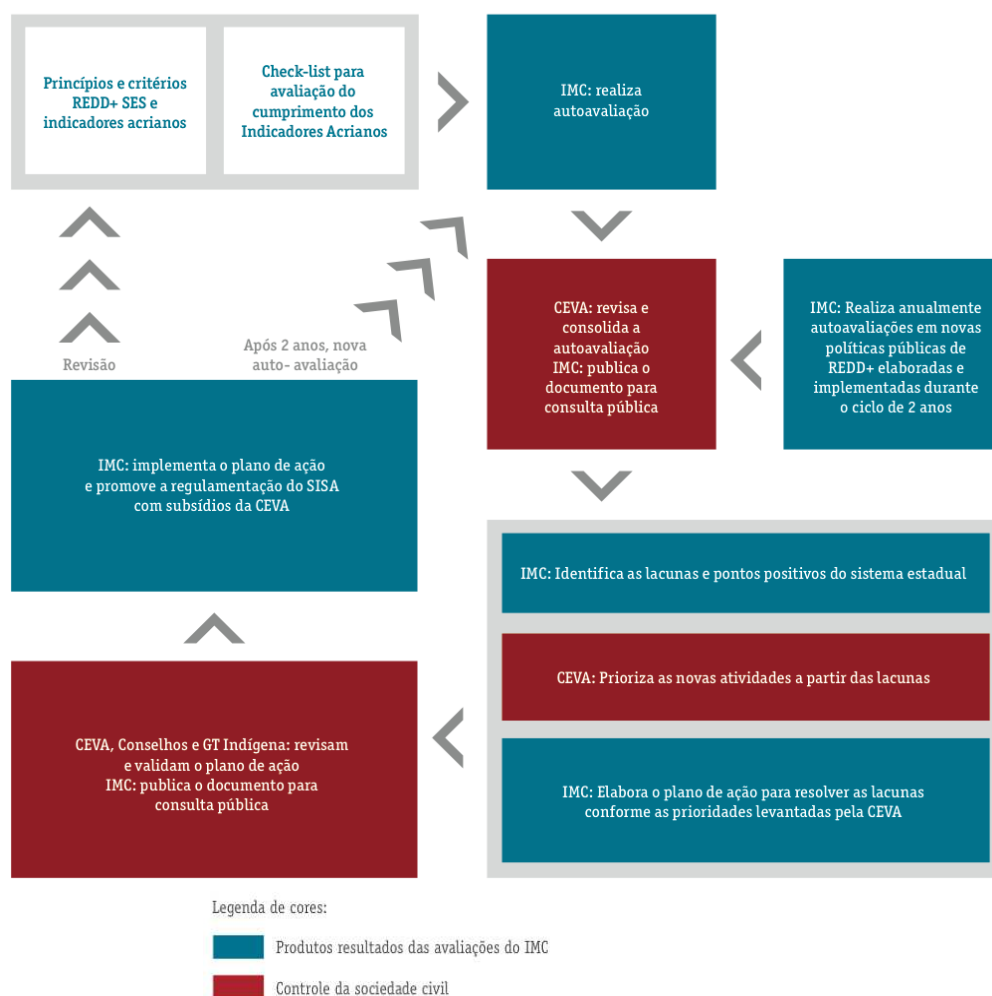
Tabela 1 - Adaptação aos padrões internacionais do processo de REDD+ SES no SISA

<i>Passos</i>	<i>Etapas do Processo REDD+ SES</i>	<i>Aplicação no SISA</i>	<i>Data de Aplicação</i>
Passo 1	CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO	Aplicação integral de REDD + SES	2011-2012
Passo 2	GOVERNANÇA: Estabelecer uma Equipe Facilitadora	Aplicação parcial de REDD + SES	2012
Passo 3	GOVERNANÇA: Criar o Comitê de Padrões	Aplicação integral de REDD+ SES	2011-2012
Passo 4	INTERPRETAÇÃO: Desenvolver um Plano para o Processo da Iniciativa REDD+ SES	Aplicação parcial de REDD+ SES	Março 2012
Passo 5	INTERPRETAÇÃO: Desenvolver Minutas dos Indicadores Específicos para Países	Aplicação parcial de REDD+ SES	2012-2013
Passo 6	INTERPRETAÇÃO: Organizar Consultas sobre os Indicadores	Aplicação parcial de REDD+ SES	2012-2013
Passo 7	AVALIAÇÃO: Preparar Planos de Monitoramento e Avaliação	Aplicação parcial de REDD+ SES	Agosto 2013
Passo 8	AVALIAÇÃO: Coletar e Avaliar a Informação de Monitoramento	REDD+ SES como orientação, não aplicado	2013 Maio 2014
Passo 9	AVALIAÇÃO: Organizar a Revisão do Relatório Preliminar da Avaliação do Desempenho pelos Atores	Aplicação parcial de REDD+ SES	Novembro 2014
Passo 10	AVALIAÇÃO: Publicar o Relatório de Avaliação	Aplicação integral de REDD + SES	Dezembro 2015

Fonte: IMC, 2015.

O Manual elaborado inclui uma matriz com 7 princípios, 22 critérios e orientações para o monitoramento de indicadores conforme REDD+ SES, conta ainda com os 52 indicadores, construídos conforme a realidade do Acre (Figura 4). O monitoramento das salvaguardas é realizado em um ciclo de dois anos, com responsabilidades compartilhadas e complementares entre IMC por monitoramento, análise, avaliação (azul) e CEVA por revisão, priorização, aprovação (vermelho).

Figura 4 - Plano de monitoramento das salvaguardas do SISA



Fonte: Imafiora *et al.* 2013.

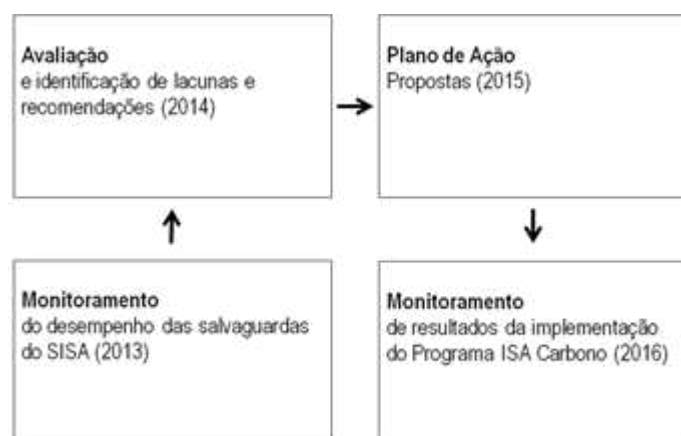
No processo de autoavaliação foram feitas recomendações gerais para os princípios, critérios e indicadores que se constituem em um Plano de Ação. Este Plano visa dar maior objetividade possível, informando as fontes de verificação e metodologias de levantamento, as recomendações específicas estão descritas na tabela a seguir (Tabela 2), organizadas por princípios, além das recomendações estão incorporadas na tabela, as lacunas identificadas.

Tabela 2 - Resumo de Lacunas, Recomendações e Abordagens do Plano de Ação das Salvaguardas

PRINCÍPIO	NÚMERO DE LACUNAS E RECOMENDAÇÕES	ABORDAGENS ESPECÍFICAS E ABORDAGENS GERAIS
1 Direitos a terra	2	Requisitar relatório sobre regularização fundiária do ITERACRE (1), Criar norma complementar para CLPI para registro de projetos especiais (1)
2 Repartição de benefícios	3	Criar CT Mulher atuante no SISA (1), divulgação de informação atualizada (2)
3 Meios de vida	3	Aprimoramento do monitoramento (1), divulgação de informação atualizada (2)
4 Governança	5	Aprimoramento do monitoramento (1), divulgação de informação atualizada (4)
5 Biodiversidade	4	Aprimoramento do monitoramento (4), divulgação de informação atualizada (2)
6 Participação	6	Criar norma complementar referente participação equitativa de gênero (1), aprimoramento do monitoramento (2), divulgação de informação atualizada (3)
7 Legalidade	2	Aprimoramento do monitoramento (1), realizar revisão de inconsistências jurídicas (1)
Total de Lacunas, Recomendações e Abordagens	25	Além de 5 Abordagens específicas são propostas no Plano de Ação: 10 Abordagens de aprimoramento do monitoramento das lacunas e recomendações; 8 Abordagens de divulgação de informação atualizada das lacunas e recomendações (Relatórios de monitoramento, Portal atualizado etc.); e 2 Abordagens conjuntas de aprimoramento do monitoramento e de divulgação de informação atualizada das lacunas e recomendações (Sala de Situação, Força Tarefa etc.)

Em 2016 foi elaborado o Plano de Ação (Figura 5), que tem por objetivo dar continuidade ao monitoramento e aprimorar ao cumprimento das salvaguardas, identificar lacunas e propor formas de superá-las.

Figura 5 - Plano de Ação para as propostas resultantes da avaliação das salvaguardas



O Plano de Ação orienta a sequência das ações relativas às salvaguardas até 2017 e deve ser implementado em conjunto com o Plano de Monitoramento, que é um instrumento mais abrangente que visa otimizar os esforços e recursos necessários para o monitoramento.

Para a implementação da segunda fase o Programa REM se faz necessário uma atenção especial na gestão de riscos, em vista do amadurecimento do Sistema de Informações de Salvaguardas desenvolvido no Estado e de alguns riscos já identificados na

implementação da primeira fase de Programa. Isto se dará no âmbito do Sistema de Gestão de Riscos Socioambientais (SGRSA), através da identificação e análise de potenciais riscos, baseado nas salvaguardas internacionais, nacionais e estaduais. O SGRSA servirá para integrar as salvaguardas na gestão e no monitoramento do SISA, e do Programa REM em particular, que se aplica às ações previstas nos Subprogramas da Estratégia de Repartição de Benefícios.

Referente à sincronização entre nível federal e estadual, destaca-se que indicadores para salvaguardas, assim como um sistema de informação sobre salvaguardas (SIS) estão sendo desenvolvidos no âmbito da CCT-Salv e CONAREDD, conforme já descrito. Falta explorar, num ponto mais no futuro, como o SGRSA poderá contribuir concretamente ao SIS nacional, seja assumindo o levantamento dos indicadores, seja de outra forma adequada. Aparte disso, os Sumários de Salvaguardas REDD+ elaborado pelo MMA, servem para cumprir os requisitos do Programa REM.

Referente ao processo subnacional de salvaguardas, um segundo ciclo de implementação do Plano de Ação em 2017 e nova autoavaliação será executada em 2018. Foi acordado que este deverá ter um foco menos abrangente, no entanto, mais operacional e incluirá um refinamento de indicadores. Será crucial integrar a autoavaliação com o monitoramento do SGRSA.

O apoio da Cooperação Técnica Alemã (GIZ) para o Programa REM contribui com o desenho do SGRSA para as atividades definidas na repartição de benefícios para esta nova fase; resguardando a coerência entre o nível federal e estadual, cujo instrumento a ser definido, elaborado de forma estreita ao trabalho similar a este que vem se desenvolvendo no Mato Grosso, pelo IPAM.

6 CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA OS SUBPROGRAMAS/PROJETOS/ATIVIDADES DO PROGRAMA REM

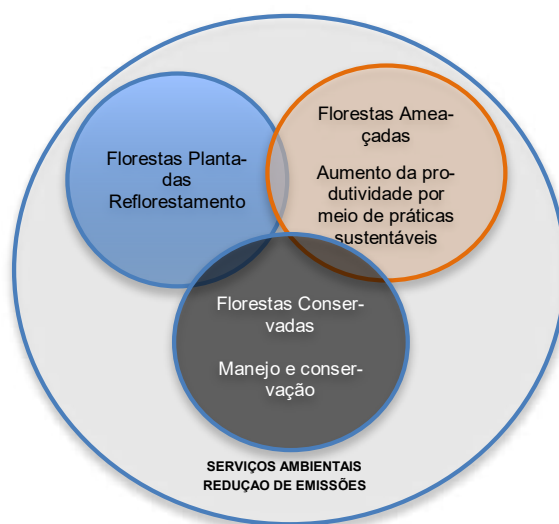
Considerando que a Lei nº 2.308/2010, na Seção III, Art. 4º, qualifica os beneficiários do SISA como sendo todos aqueles que promovam ações legítimas de preservação, conservação, recuperação e uso sustentável de recursos naturais, adequadas e convergentes com as diretrizes desta lei, com o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre (ZEE/AC), com a Política Estadual de Valorização do Ativo Ambiental Florestal e com o PPCD/AC; o modelo de repartição de benefícios baseia-se na abordagem de estoque-fluxo programático que considera não somente a redução de fluxo de emissões, mas também a manutenção do estoque florestal.

Assim, o programa estrutura seus mecanismos de repartição de benefícios a partir de incentivos na forma de custeio de ações e intervenções que levem a manutenção e incremento de serviços ambientais considerando as diferentes situações de pressão a que estas florestas estão submetidas como:

- Florestas ameaçadas pela fronteira agrícola, a partir da inserção e/ou consolidação de práticas produtivas sustentáveis;
- Florestas conservadas, aptas ao manejo de produtos madeireiros e não madeireiros e conservação da biodiversidade; e
- Florestas plantadas, visando a recuperação de serviços ambientais e produção florestal em áreas já desmatadas.

A Figura 6 representa as diferentes situações com as respectivas abordagens visando a provisão de serviços ambientais, como a redução de emissões de CO₂ oriundas do desmatamento e degradação florestal.

Figura 6 - Três dimensões de abordagens necessárias à provisão de serviços ambientais do território

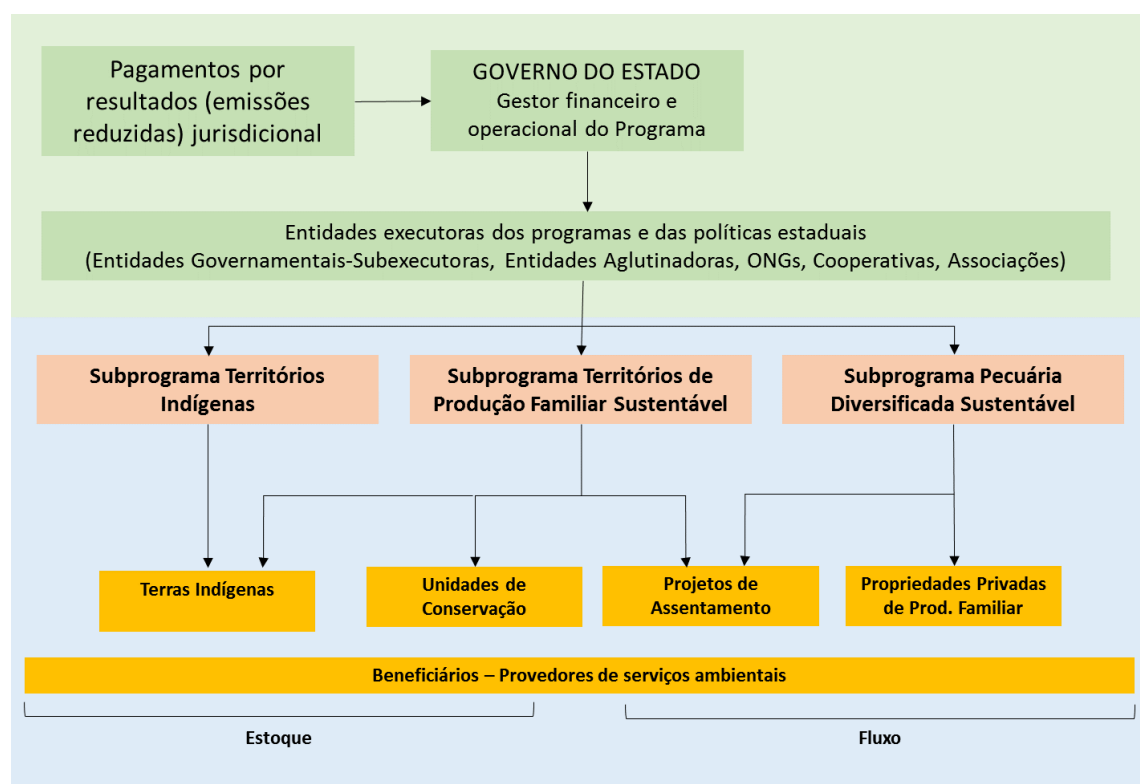


Com base nestes três cenários, os investimentos do SISA poderão ser setoriais (agricultura, floresta, pecuária, etc.), temáticos (cadeias produtivas) ou territoriais (áreas sob risco extremo de desmatamento). Para atender ao princípio de distribuição equilibrada e criteriosa de benefícios, o sistema considerará duas questões importantes: (1) a distribuição das categorias fundiárias no Estado e (2) os setores (extrativista, agrícola, florestal e pecuário). A combinação destes dois pontos resulta na valorização da floresta e na diminuição da pressão por novos desmatamentos.

A repartição de benefícios operacionaliza-se por meio dos Subprogramas. Os Subprogramas desdobram-se em Planos de Ação de caráter estratégico que devem contribuir com a redução de desmatamento e degradação em um setor econômico específico de cadeias produtivas (agricultura, floresta, pecuária etc.), ou em áreas temáticas como territoriais (áreas sob risco extremo de desmatamento, terras indígenas, reservas extrativistas etc.). Projetos podem ser parte de um Plano de Ação ou uma iniciativa particular de uma determinada unidade produtiva.

A Figura 7 mostra essa distribuição, chamada abordagem programática, isto é, uma repartição via projetos que atendam às necessidades de cada subprograma (Territórios Indígenas, Territórios da Agricultura Familiar Sustentável e Pecuária Diversificada Sustentável) do Programa ISA Carbono, devendo desta forma realizar a transição para usos da terra que não dependam de desmatamento.

Figura 7 - Distribuição de benefícios pautada na estratégia de estoque-fluxo programático



IMC, 2017.

Os incentivos do SISA, via Programa REM, também são orientados pelos seguintes critérios:

- Impacto ambiental positivo, não pode gerar novos desmatamentos;
- Pelo menos 70% dos recursos devem ser revestidos no nível local;

- Eficiência operacional na implementação: requisitos para implementação e monitoramento; relação entre custos e benefícios;
- Salvaguardas REDD+ e salvaguardas operacionais;
- Impactos socioeconômicos positivos (melhoria das condições de vida dos grupos-alvo);
- Eficiência operacional do SISA (evitando complicações que resultem em custos adicionais);
- Assegurar os princípios da boa governança (transparência, publicidade e uso eficiente dos recursos);
- Prioridade geográfica em relação aos territórios críticos ao desmatamento;
- Coerência com as políticas públicas vinculadas ao SISA, incluindo o PPCDQ/AC;
- Equilíbrio na distribuição dos recursos no âmbito do portfólio de investimentos; e
- Análise de riscos de implementação, incluindo aspectos ambientais (mudanças climáticas) e de sustentabilidade financeira.

Em relação aos projetos vinculados ao Subprograma Territórios Indígenas os seguintes critérios foram estabelecidos⁸:

- Reconhecimento e respeito às crenças, usos, costumes, línguas, tradições e especificidades de cada povo indígena;
- Reconhecimento e valorização das organizações sociais e políticas dos povos indígenas e garantia das suas expressões, dentro e fora das terras indígenas;
- Reconhecimento e valorização da contribuição das mulheres indígenas e do uso de seus conhecimentos e práticas para a proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais imprescindíveis para o bem-estar e para a reprodução física e cultural dos povos indígenas;
- Contribuição para a manutenção dos ecossistemas nas terras indígenas por meio da proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais imprescindíveis à reprodução física e cultural das presentes e futuras gerações dos povos indígenas;
- Proteção territorial, ambiental e melhoria da qualidade de vida nas áreas reservadas aos povos indígenas e nas terras indígenas;
- Proteção e fortalecimento dos saberes, práticas e conhecimentos dos povos indígenas e de seus sistemas de manejo e conservação dos recursos naturais;
- Reconhecimento, valorização e desenvolvimento da gestão ambiental como instrumento de proteção dos territórios e das condições ambientais necessárias à reprodução física, cultural e ao bem-estar dos povos e comunidades indígenas;
- Garantia do direito à consulta dos povos indígenas, nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004;
- Reconhecimento dos direitos dos povos indígenas relativos a serviços ambientais em função da proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais que promovem em suas terras, nos termos da legislação vigente;
- Fortalecimento da governança florestal nas terras indígenas;
- Monitoramento e avaliação dos projetos implementados.

Os projetos vinculados ao Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável, os seguintes critérios foram estabelecidos⁹:

- Produtos primários que possuam uma maior produtividade comprovada;
- Mecanismos de melhores condições de distribuir os benefícios;
- Promoção de uma maior conservação do meio ambiente;
- Existência de políticas públicas que apoiem o desenvolvimento da cadeia produtiva;

⁸ Elaborado a partir de minuta disponibilizada pelo IMC.

⁹ Elaborado a partir de minuta disponibilizada pelo IMC.

- Registro da propriedade ou posse no CAR, exceto para os projetos localizados em áreas públicas nas categorias de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Assentamentos Diferenciados; e
- Aptidão das áreas a serem trabalhadas;
- Disponibilidade de infraestrutura básica para viabilizar a produção e seu escoamento para transformação nos próprios territórios;
- Questões que fortaleçam a participação das mulheres e jovens nos processos decisórios e de execução dos projetos;
- As áreas de implantação do Turismo de Base Comunitária devem possuir relevante potencial turístico natural e sociocultural;
- O subprograma deve estar em consonância com o Plano Estadual de Turismo e Lei Estadual de Turismo do Estado do Acre;
- O Destino/Produto deve estar localizado em uma das rotas turísticas identificadas pelo Ministério do Turismo no Programa de Regionalização do Turismo (“Caminhos do Acre”).

Os planos de ação e os projetos vinculados ao Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável possuem como diretrizes específicas¹⁰:

- O aumento da produtividade da pecuária bovina sem conversão de novas áreas;
- A diversificação da pecuária para ampliar oferta de proteína animal nas áreas convertidas;
- A redução do desmatamento e a recuperação de áreas degradadas e desmatadas;
- O incentivo às cadeias produtivas sustentáveis;
- O aumento da eficiência das cadeias produtivas;
- A facilitação do acesso a tecnologias sustentáveis;
- A facilitação do acesso ao crédito;
- O estímulo à organização e ao associativismo dos produtores rurais;
- O respeito à legislação trabalhista e às salvaguardas socioambientais;
- O respeito à legislação ambiental e fundiária.

¹⁰ Decreto nº 0, de 22 de maio de 2018, publicado no DOE nº 12.311 de 25 de maio de 2018, que cria o Subprograma de Pecuária Diversificada Sustentável no âmbito do Programa de Incentivos a Serviços Ambientais (ISA-Carbono) do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), e dá outras providências.

7 REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DO PROGRAMA GLOBAL REDD PARA *EARLY MOVERS* PROGRAMA REM ACRE FASE 2

Repartição dos recursos advindos do Programa REM por atividades a serem implementadas

A repartição de benefícios da Fase 2 do Programa REM se deu a partir da realização de reuniões e oficinas com representante das secretarias subexecutoras e aos membros da CEVA, entre outros representantes da sociedade, as quais foram realizadas para garantir a participação dos integrantes do Programa de forma efetiva em todas as etapas do processo de consulta, discussão e definição da repartição de benefícios do Programa REM, resultando no detalhamento das atividades a serem implementadas, as quais estão elencadas abaixo, às quais deverão ser submetidas ao Sistema de Gestão de Riscos ora proposto.

Nesta segunda fase o Programa REM continuou a utilizar a abordagem já adotada para a repartição de benefícios da primeira fase. O (1) critério de fluxo, em que os benefícios de REDD+ são distribuídos de acordo com a contribuição à redução do desmatamento, privilegiando aqueles que historicamente desmataram e passaram a desmatar menos e que devem ser incentivados a adotar práticas que reduzem o desmatamento; a (2) abordagem de estoque, na qual são premiados aqueles que detêm e protegem os maiores estoques de floresta, e a (3) abordagem estoque-fluxo programático, que combina esses dois critérios, aproveitando a estrutura de programas já existentes no Estado.

A estratégia de repartição de benefícios foi baseada no cenário de 30 Mio € e em uma implementação de cinco anos, sempre em função da performance em reduzir o desmatamento.

A repartição dos recursos advindos deste Programa se dá por meio de duas linhas de apoio. A primeira, de até 30% do total dos recursos, se destinou às ações de fortalecimento e consolidação do SISA e seus mecanismos de REDD+. Para esta linha foram contempladas as instituições que contribuem diretamente ou indiretamente com o funcionamento do SISA e ações de fortalecimento, monitoramento e controle.

Entre as atividades consideradas como responsáveis pelo fortalecimento do SISA, inclui-se acompanhamento e monitoramento das atividades estão: processos de acompanhamento e monitoramento do Programa ISA Carbono, capacitação de beneficiários e agentes públicos em vários temas relacionados ao SISA e ao Programa REM; salvaguardas; fortalecimento das estruturas de governança do Sistema, em especial a CEVA, CT Indígena e CT Mulher, Comitê Científico, Ouvidoria); geração e gestão de conhecimento, gestão do IMC e CDSA, ações de comando e controle ao desmatamento e queimadas, incluindo monitoramento; gestão de unidades de conservação (UC); ordenamento territorial e regularização fundiária; e a gestão do próprio Programa.

Os outros 70% são destinados aos beneficiários do Programa seguindo as diretrizes de proteção florestal e apoio às cadeias produtivas sustentáveis por meio da implantação de três subprogramas: i) Subprograma territórios indígenas; ii) Subprograma terri-

tórios de produção familiar sustentável; e iii) Subprograma pecuária diversificada sustentável. Estes três subprogramas pretendem garantir a continuidade da redução de emissões no Estado do Acre, com ênfase àquelas apoiadas pelo Programa REM, visando promover a sustentabilidade do Programa ISA Carbono do SISA.

7.1 SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS

O Subprograma Territórios Indígenas¹¹ objetiva promover a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, bem como a redução de emissões de gases de efeito estufa por desmatamento e degradação, a diminuição do fluxo de carbono, o manejo florestal sustentável e a conservação, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal nas terras indígenas. Dos 70% dos recursos do Programa REM, 17,5% são destinados aos beneficiários deste Subprograma. As ações previstas neste Subprograma foram definidas em conjunto com a Câmara Técnica Indígena, instância de governança do SISA que inclui indígenas e representantes das Terras Indígenas beneficiadas.

7.1.1 Projeto Agentes Agroflorestais

Atividades

Trata-se de um projeto já implementado na Fase 1 e consiste na remuneração dos agentes agroflorestais; apoio a atividades administrativas e contábeis na gestão destes projetos; e monitoramento das ações dos agentes nas terras indígena, realizado pela Associação do Movimento de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAIAC).

As atividades que terão duração de 5 anos, permitirão que estes agentes continuem a realizar ampla diversidade de ações com suas comunidades, dentre elas: introdução e zelo de sistemas agroflorestais, quintais e hortas, produção de mudas e reflorestamento, criação de pequenos animais, manejo de recursos florestais (palheiras), a conservação de sementes tradicionais, a vigilância territorial, bem como participação crucial nas ações de elaboração/atualização de planos de gestão e de implementação de suas ações prioritárias.

7.1.2 Formação e Capacitação

Atividades

Trata-se de um projeto já implementado na Fase 1 e consiste de cursos presenciais de formação de agentes agroflorestais, com duração de 30 dias.

Os cursos deverão ser realizados no Centro de Formação dos Povos da Floresta e a proposta curricular de formação dos agentes deve ser reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) ao longo dos 4 anos de implementação do Programa.

7.1.3 Implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTIs)

Atividades

¹¹ As diretrizes e os critérios elencados foram retirados dos documentos oficiais de criação dos subprogramas que integram o SISA, portanto as atividades previstas para serem executados no Programa REM abrangem estas dimensões.

Para implementação dos Planos será necessário repassar recursos para organizações indígenas, para, de acordo com ações priorizadas nos projetos, realizar investimentos, na aquisição de equipamentos, construção de pequenas edificações e implantação de unidades de produção, bem como de custeio, na aquisição de insumos para a produção, contratação de serviços de terceiros, aquisição de bens de consumo para gestão administrativa e, ainda, pagamento de pessoas físicas para o cumprimento das atividades, realização de treinamentos e reuniões previstas em Plano de Trabalho, durante o tempo de vigência do Programa. A capacitação para execução e gestão de projetos também será uma atividade apoiada, visando o empoderamento destas associações para fazer gestão dos recursos que lhes são destinados.

7.1.4 Formação Intercultural Diferenciada Indígena

Atividades

Trata-se de um novo projeto e consiste em realizar processos formativos articulados entre docentes indígenas e agentes agroflorestais; além disto fomentará práticas pedagógicas interculturais inovadoras nas 132 escolas indígenas da rede estadual de ensino, com ênfase em gestão ambiental e valorização cultural; também pretende elaborar materiais didáticos bilíngues junto à docentes indígenas e Agentes Agroflorestais, com ênfase em práticas pedagógicas interculturais para o letramento, numeramento e gestão etnoambiental e territorial em terras indígenas, pelo prazo de 2 anos.

7.2 SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS DA PRODUÇÃO FAMILIAR SUSTENTÁVEL

O Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável¹² objetiva fortalecer em cada Território e Zona definidos pelo ZEE, projetos produtivos sustentáveis desenvolvidos por produtores tradicionais, extrativistas e agricultores familiares que possam receber pagamentos monetários pelos serviços ambientais na redução das emissões, manutenção ou aumento do estoque de carbono florestal. Dos 70% dos recursos, 46,5% são destinados ao apoio da reestruturação produtiva de produtores familiares que ocupam uma parte significativa das áreas já desmatadas do Estado.

7.2.1 Cadeias Produtivas Consolidadas (Borracha, Castanha, Murmurú, Mel)

Atividades

As quatro cadeias de valor já foram apoiadas na primeira fase do Programa. Em relação à borracha a necessidade de continuidade de apoio se dá devido à ampliação de novas áreas e ainda devido à ampliação do público beneficiado, os quais não foram contemplados na Fase 1, as atividades serão realizadas durante os 5 anos de vigência do Programa.

¹² As diretrizes e os critérios elencados são retirados dos documentos oficiais de criação dos subprogramas que integram o SISA, portanto as atividades previstas para serem executados no Programa REM abrangem estas dimensões.

Para a cadeia de valor da castanha e murmurú serão realizadas capacitação de técnicos e produtores em boas práticas de manejo e enriquecimento de clareiras e capoeiras com o plantio de castanheiras, contando com o acompanhamento técnico das comunidades.

Para o fortalecimento da cadeia de valor do mel serão fomentadas várias atividades: dentre elas será realizado o mapeamento dos produtores e colmeias (Arranjos Produtivos Locais – APL).

7.2.2 Cadeias Produtivas a Estruturar (Bambu, Cacau Silvestre, Óleos Vegetais)

Atividades

Estas são cadeias produtivas que não foram apoiadas na primeira fase do Programa REM. Em relação à cadeia produtiva de bambu pretende-se promover a pesquisa e difusão de técnicas de plantio de bambu da espécie *guadua*; incentivar o plantio junto a produtores rurais; desenvolver uma cesta de produtos à base de bambu; implantar duas bambuzerias; implantar sistema de gerenciamento da produção e comercialização para inserção de matéria-prima e produtos no mercado regional e nacional.

Para a cadeia de valor do cacau silvestre, serão realizadas atividades de apoio técnico e científico; mapeamento em área de várzea na Reserva Extrativista Chico Mendes; ofertar cursos de boas práticas e capacitação em coleta e extração de cacau nativo amazônico; implantar área piloto de pré-beneficiamento em uma comunidade piloto para realização de atividades como abertura de frutos, coleta de polpa, fermentação de polpa e secagem de amêndoas; realizar análises físico-químicas das polpas / amêndoas, incluindo o fornecimento de laudos técnicos.

Para a cadeia de oleaginosas se contempla as seguintes atividades: mapear e prospectar espécies oleaginosas em três áreas; realizar cursos de boas práticas e capacitação em coleta e extração de óleos vegetais; implantar área piloto de pré-beneficiamento em três comunidades para realização de atividades como coleta e secagem de polpas e amêndoas; realizar análises físico-químicas dos óleos extraídos, incluindo o fornecimento de laudos técnicos; orientar tecnicamente a produção de sabonetes artesanais; desenvolver novos produtos na área de fitocosméticos para a Saboaria Xapuri.

7.2.3 Assistência Técnica Agroflorestal e Gestão das UGAIs

Atividades

Trata-se de uma atividade já implementada na primeira fase do Programa REM, a qual perdurará por todo o período de vigência do Programa, consiste na manutenção das atividades nas três Unidades de Gestão Ambiental (UGAIs), sedes das Florestas Estaduais (do Mogno, Rio Gregório, Rio Liberdade, Antimary), administradas pela SEMA.

Na segunda fase do Programa REM, se pretende, como adicionalidade em relação à fase anterior, ampliar de três para quatro unidades de gestão em funcionamento. Além de manter a assistência técnica para as mais de 2.000 mil famílias agroextrativistas residentes nas cinco Florestas Estaduais e entorno.

7.2.4 Florestas Plantadas em SAFs

Atividades

Trata-se de uma atividade já apoiada na primeira fase do Programa, pretende-se nesta segunda fase incluir novas áreas de florestas plantadas, além de atividades de treinamentos e organização social junto às comunidades.

7.2.5 Programa de Regularização Ambiental (CAR-PRA)

Atividades

Trata-se de uma nova atividade. Espera-se financiar a restauração florestal baseada em sistemas agroflorestais, considerando o consórcio de espécies florestais, frutíferas e culturas anuais.

Em princípio, foram definidas como espécies florestais elegíveis para a formação dos sistemas agroflorestais o Açaí (*Euterpe oleracea*), como espécies frutíferas, serão elegíveis a Banana (*Musa spp.*); Abacaxi (*Ananas comosus* L.); e o Maracujá (*Passiflora edulis Sims*), e como cultura anual será admitido o Milho (*Zea mays* L.). Os critérios para escolha destas espécies foram baseados em mercado, viabilidade econômico-financeira, aptidão agrícola na região e principalmente interesse dos produtores rurais.

7.2.6 Turismo de Base Comunitária¹³

Atividades

Trata-se de uma nova atividade. Será elaborado o Plano Estratégico de Turismo de Base Comunitária, incluindo: o diagnóstico preliminar, inventário de produtos e serviços e identificação da cadeia produtiva do turismo; diagnóstico de cenário, entrevistas e oficinas de criação coletiva do Plano; elaboração do Plano; identificação de necessidades e etapas de implementação do Plano.

As outras ações referem-se à implementação do Plano (com base no que foi identificado pela comunidade) e inclui: aquisição de equipamentos e insumos para a viabilidade do desenvolvimento das atividades da produção associada; estruturação do espaço e do acesso; realização de cursos de qualificação profissional; e implantação de estrutura e política de preservação e educação ambiental para o Turismo.

7.2.7 Design em Produtos Madeireiros

Atividades

Trata-se de uma nova atividade, se prevê a realização de um curso/oficina visando a geração de conhecimentos, processos e metodologias na área de *design* em mobiliário; o qual contemplará a formação profissional, o desenvolvimento de produtos (incluindo prototipagem), assessoria técnico/tecnológica e plano de comunicação dos produtos criados;

Espera-se ainda utilizar a metodologia de *design* estratégico para desenvolver processos criativos, buscando o estabelecimento das bases para apoiar o desenvolvimento de microempresas e associações de artesãos no Estado, na criação de pequenos objetos representativos dos saberes da floresta: “*Workshop Acre Design Lab – Objetos da Floresta*”.

¹³ Definido pelo Ministério do Turismo como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando a apropriação por parte desses beneficiados advindos da atividade turística.

7.2.8 Artesanato Florestal

Atividades

Trata-se de uma nova atividade. Espera-se realizar a compra subsidiada do artesanato acreano produzidos com matérias-primas advindos da floresta ou oriundas das áreas rurais e indígenas, por meio do Fundo Especial para o Desenvolvimento da Produção e Comercialização do Artesanato Acreano¹⁴ (FUNCART); Será realizada a administração de transporte (logística necessária para transporte das peças artesanais encomendadas das áreas rurais e indígenas; Operacionalização de ferramentas tecnológicas para implantar mudanças significativas na produção dos artesanatos em látex no Acre, por meio: implantação de unidade de produção de Tecido Emborrachado da Amazônia (TEA).

Também será realizado o desenvolvimento da produção técnica do calçado artesanal de látex; Diversificação em *design* e introdução de corantes naturais e essências; Apoio tecnológico a expressões espontâneas em artesanato de látex; Implantação de ferramentas técnicas e tecnológicas para inserção e utilização do couro do peixe em peças artesanais; Implantação de ferramentas tecnológicas para transformação das cascas do cupuaçu, do amendoim e da banana descartados no Acre, em produtos artesanais utilitários.

7.3 SUBPROGRAMA PECUÁRIA DIVERSIFICADA SUSTENTÁVEL

O Subprograma Pecuária Diversifica Sustentável¹⁵ objetiva ampliar a oferta de proteína animal no Estado por meio do incremento da produtividade e diversificação da criação de animais; incentivar a recuperação de áreas degradadas do Estado (em cumprimento à Lei Federal nº 12.651/2012 - novo código florestal); reduzir a pressão sob novas áreas de florestas, a fim de evitar o desmatamento e/ou queimadas; e fomentar atividades que mantenham e ampliem a oferta dos serviços ecossistêmicos. Dos 70% dos recursos, 36% são destinados a impulsionar investimentos a atividades ligadas à produção de proteína animal, que ocupam uma parte significativa das áreas já desmatadas do Estado.

7.3.1 Cadeia Produtiva Bovinocultura (corte e leite)

Atividades

Trata-se de um projeto já apoiado na primeira fase, pretende-se apoiar práticas conservacionistas por meio da implantação de Sistemas Integrados de Lavoura, Pecuária

¹⁴ Criado pela Lei nº 3.005/2015 que criou o Fundo Especial para o Desenvolvimento da Produção e Comercialização do Artesanato Acreano – FUNCART, que está em processo de organização e pré-operacionalização pela SEPN, a serem aplicados: a) na gestão do Centro de Negócios Artesanais do Acre (compra e venda do artesanato, administração e conservação dos seus ambientes comerciais); b) na gestão do site e da loja E-Commerce; c) na elaboração do planejamento estratégico do setor de artesanato acreano; d) em capacitações, oficinas, laboratórios de design, rodadas de negócios, projetos compradores, participação em feiras nacionais e regionais, e curadorias; e) na promoção de feiras e outros eventos centrados para a promoção e o desenvolvimento do artesanato acreano.

¹⁵ As diretrizes, os objetivos e os critérios elencados são retirados dos documentos oficiais de criação dos subprogramas que integram o SISA, portanto as atividades previstas para serem executados no Programa REM abrangem estas dimensões.

e Floresta (ILPF): manejo pastagens, ILP, consorciação de pastagens com leguminosas, sistema silvipastoril, recuperação de pastagens; realizar fomento que consolida o ciclo da cadeia produtiva – produção (extensão/pesquisa/crédito insumos/escala/logística); industrialização (beneficiamento/distribuição); e comercialização (consumo interno/exportação) em propriedades que se tornarão referência para cadeia produtiva da bovinocultura; Serão realizadas palestras, workshop, seminários (sobre a implantação da bovinocultura no Estado, cursos, dias de campo, implantação de unidades demonstrativas; Elaborados boletins, cartilhas e mídias para difusão da atividade, mas também para utilização nas capacitações a serem realizadas.

7.3.2 Cadeia Produtiva da Piscicultura

Atividades

Trata-se de uma atividade já apoiada na primeira fase, e sua execução tomará todo o tempo de vigência do Programa REM, a cadeia produtiva da piscicultura encontra-se em fase de consolidação, demandando novos investimentos que visam aprimorar as ações já desenvolvidas junto a famílias beneficiadas, assim como novas famílias, que identificam nesta cadeia uma oportunidade de ter sua propriedade sustentável do ponto de vista ambiental e econômico. Assim, haverá ampliação da área de atuação e de beneficiários; os beneficiários compreendem pequenos produtores familiares de subsistência e segurança alimentar; produtores familiares com atuação no mercado local e produtores familiares com foco no fornecimento de pescado para processamento.

7.3.3 Sistemas Biointegrados de Agroenergia

Atividades

Trata-se de uma atividade nova para o Programa, e sua execução tomará todo o tempo de vigência do Programa REM, demandará investimentos junto às famílias que já estão trabalhando em alguma cadeia de valor apoiada por este Programa, visando ampliar os benefícios ambientais e econômicos das atividades desenvolvidas.

Serão instalados poços (principalmente nos assentamentos do INCRA), biodigestores, minigrupo gerador, motor/bomba d'água, sistemas de irrigação, energia fotovoltaica (placa solar), e ainda biofertilizante, ou seja, a infraestrutura necessária para implantação dos sistemas de agroenergia, incluindo aquisição de equipamentos e veículos de apoio às atividades de melhoria tecnológica junto às propriedades rurais, com ênfase para aqueles da bacia leiteira e produtores de café.

7.4 ABORDAGEM DE FORTALECIMENTO DO SISA E MECANISMOS DE REDD+

Os 30% do total dos recursos são direcionados para o fortalecimento do SISA através de capacitação para integrantes das instâncias de governança do Sistema (CEVA/CT Indígena e CT Mulher, Comitê Científico, Ouvidoria); estudos e trabalhos para melhorar a base de informações do SISA; geração e gestão de conhecimento, comunicação e produção de material de divulgação; salvaguardas; processos de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV); intercâmbio de experiências em foros nacionais e internaci-

onais para divulgação de lições aprendidas; comando e controle do desmatamento e queimadas; gestão de unidades de conservação (UC); ordenamento territorial; e gestão operacional administrativa, técnica e financeira do próprio Programa.

Os recursos destinados ao fortalecimento do SISA visam apoiar ações e atividades que contribuam para o fortalecimento do arranjo institucional criado pela Lei do SISA. A seguir são listadas as ações relacionadas ao fortalecimento do Sistema, incluindo Mecanismos de REDD+.

7.4.1 Mecanismos de REDD+

MRV - Atividades

- Monitoramento do desmatamento e queimadas por (Estado, municípios, classes fundiárias e localidades;
- Fortalecimento da UCEGEO com reestruturação, aquisição de equipamentos e software e melhorias na rede lógica, para tornar as ações mais eficazes;
- Fornecer subsídios geoespaciais às instituições de comando e controle e de produção sustentável no âmbito da Força Tarefa;
- Monitoramento da efetividade do Programa REM/KfW Fase 2;
- Implantação do Sistema Monitoramento, Relatoria e Verificação de base comunitária para os programas do SISA nas RESEXs, Florestas Estaduais e nas Terras Indígenas (AAFI), assim como a regulação dos Projetos Privados no âmbito do ISA Carbono;
- Contratação de Consultor para Coordenação técnica do MRV.

Governança, Salvaguardas e Transparência do SISA - Atividades

- Fortalecimento da governança do SISA, incluindo o controle social (CEVA e CT Indígena e CT Mulher), Conselhos Estaduais, Comitê Gestor de Mudanças Climáticas e a Comissão Executiva no âmbito da Secretaria Executiva do SISA;
- Apoio para monitoramento das ações promovidas pelo Programa REM para realizar atividades de campo pelos membros participantes das instâncias de governanças;
- Contratação de consultor de governança, um técnico de apoio e um estagiário e estação de trabalho para a Secretaria Executiva do SISA;
- Implementação do Plano de Ação de Salvaguardas em conjunto com o Plano de Monitoramento do Programa de REDD+ do Estado.

Geração e Gestão do Conhecimento – Atividades

- Aprimorar a geração e gestão do conhecimento envolvendo estudos, sistematização, e difusão das informações e dar mais transparência e visibilidade ao Programa.

Comunicação - Atividades

- Implementar canais de comunicação junto a públicos diferenciados visando disseminar resultados das iniciativas de REDD+ e o SISA;
- Desenvolvimento de publicações para diferentes públicos incluindo jovens e de gênero, contendo as lições aprendidas das experiências e resultados do programa

REM/SISA, produtos audiovisuais e conteúdo técnico para suporte a pesquisas, reportagens e busca por informações;

- Promoção de prêmios, intercâmbios para jovens e mulheres dos subprogramas, criar vídeos, impulsionar as redes sociais existentes com maior interatividade e ferramentas inovadoras e produção conteúdos para as diversas mídias digitais, visando divulgar o tema de clima, SISA e REDD+ e resultados dos subprogramas implementados.

Unidade de Gestão do SISA - Atividades

- Alinhamento do Programa Jurisdicional de REDD+ do Acre com o Governo Federal e Estados subnacionais;

- Intercâmbio de experiências no nível local, nacional e internacional, incluindo intercâmbio entre as experiências exitosas do Programa;

- Estruturação e apoio ao IMC para operacionalização do SISA;

- Contratação de 5 Consultorias para Coordenação Geral do Programa REM, Assessoria Técnica ao Programa, Assessoria Jurídica, Apoio Administrativo e Apoio Financeiro.

7.4.2 Ouvidoria

Atividades

Serão incluídas ações que promovam que a Ouvidoria do SISA seja acessível, operacional, transparente e efetiva.

7.4.3 Gestão de Ativos, Subprogramas, Projetos Especiais e Sustentabilidade Financeira

Atividades

Desenvolvimento (modelagem) e implementação de mecanismos econômicos e financeiros inovadores que contribuam com a sustentabilidade das políticas de desenvolvimento sustentável do Acre, incluindo elaboração de estudos e estabelecimento de parcerias governamentais, não governamentais e privadas que potencializem a implementação da estratégia de captação de recursos que promovam a sustentabilidade do SISA.

7.4.4 Gestão Operacional do Programa

Atividades

Serão operados os recursos do Programa alocados na SEFAZ, seguindo o esquema de distribuição de benefícios conforme decisões tomadas nas instâncias de governança do Programa. Serão contratados bens e serviços de cunho interno ao funcionamento dos processos de gestão e coordenação, incluindo auditorias e elaboração do Manual Operacional do Programa (MOP).

Será instalada na SEPLAN uma Unidade de Coordenação de Projeto (UCP), composta por uma Coordenação Geral, uma Gerência Administrativo-Financeira e uma Gerência Técnica, a UCP também manterá registros de informações e a constante comunicação com o KfW.

7.4.5 Comando e Controle

Atividades

Serão realizadas operações de monitoramento e fiscalização de combate ao avanço do desmatamento, queimadas, transporte de madeira, caça e pesca no Estado, utilizando as ferramentas de geoprocessamento, bem como sobrevôos, equipes em barreiras móveis e fixas nas principais vias de acesso, bem como no atendimento de denúncias, visando reduzir os danos ambientais.

Será realizada a integração da base de dados do licenciamento com a do cadastro de imóveis rurais (SICAR); a capacitação de técnicos do órgão; a atualização e revisão das normas e regramentos, necessários em virtude do novo código florestal; e a inovação tecnológica, no intuito de desburocratizar e dar maior transparência e agilidade ao processo.

7.4.6 Gestão de Áreas Naturais Protegidas

Atividades

Trata-se de uma atividade já implementada na primeira fase. Contudo, para que as UCs continuem buscando melhorias para o cumprimento dos objetivos para quais foram criadas, há a necessidade que suas ações de implementação sejam continuadas.

Propõe-se a consolidação de Conselhos Gestores; Implementação/consolidação de planos de gestão; Educação e sensibilização ambiental; Fomento e execução de pesquisas; Monitoramento da biodiversidade; Manutenção de sedes administrativas (UCs); Realização de cursos, intercâmbios, treinamentos e outros tipos de difusão de informações para as populações tradicionais locais, sendo baseadas na demanda apresentada por essas comunidades, nos temas: alternativas produtivas sustentáveis, sistemas agroflorestais, manejo florestal, educação ambiental, organizações comunitárias, desmatamento, sistemas agroflorestais, entre outros.

Serão feitos, ainda, investimentos nas 9 Unidades de Conservação Estaduais relativos a aquisição de material de campo, sinalização e ações de comando e controle.

7.4.7 Regularização Fundiária

Atividades

Trata-se de uma nova atividade, tendo em vista a necessidade de ter todo o espaço do Estado do Acre mapeado, georreferenciado e identificado, para promover a regularização fundiária de forma plena.

Ações de georreferenciamento das áreas que não possuem informações fundiárias nas regionais do Alto e Baixo Acre, a fim de subsidiar as políticas ambientais e agrárias; Implantação do Módulo de Destinação do Sistema de Gestão Fundiária (SGEF) no ITERACRE; Estruturação e modernização da área técnica por meio da construção de uma base única de dados georreferenciada, para integrar as bases ambientais e agrárias de informação; As atividades serão integrados no planejamento das atuações de campo com as informações do CAR e informações da UCEGEO.

8 Gestão de Riscos Socioambientais (SGRSA) do Sis-REDD+: fases da aplicação do Sistema¹⁶

Este capítulo apresenta as fases e ferramentas relevantes nos processos administrativos e de gerência da gestão de riscos, integrando-as com os instrumentos já existentes. A primeira versão do SGRSA será testada em uma fase piloto – ajustando o processo e as ferramentas apresentadas abaixo.

O SGRSA também se propõe a ser um instrumento para selecionar os projetos (com critérios de exclusão) e refinar o seu desenho (definindo medidas para evitar e mitigar riscos socioambientais).

A operacionalização do SGRSA conta com quatro fases as quais serão implementadas através de ferramentas práticas pelos atores previamente identificados em cada nível de responsabilidade na gestão de riscos:

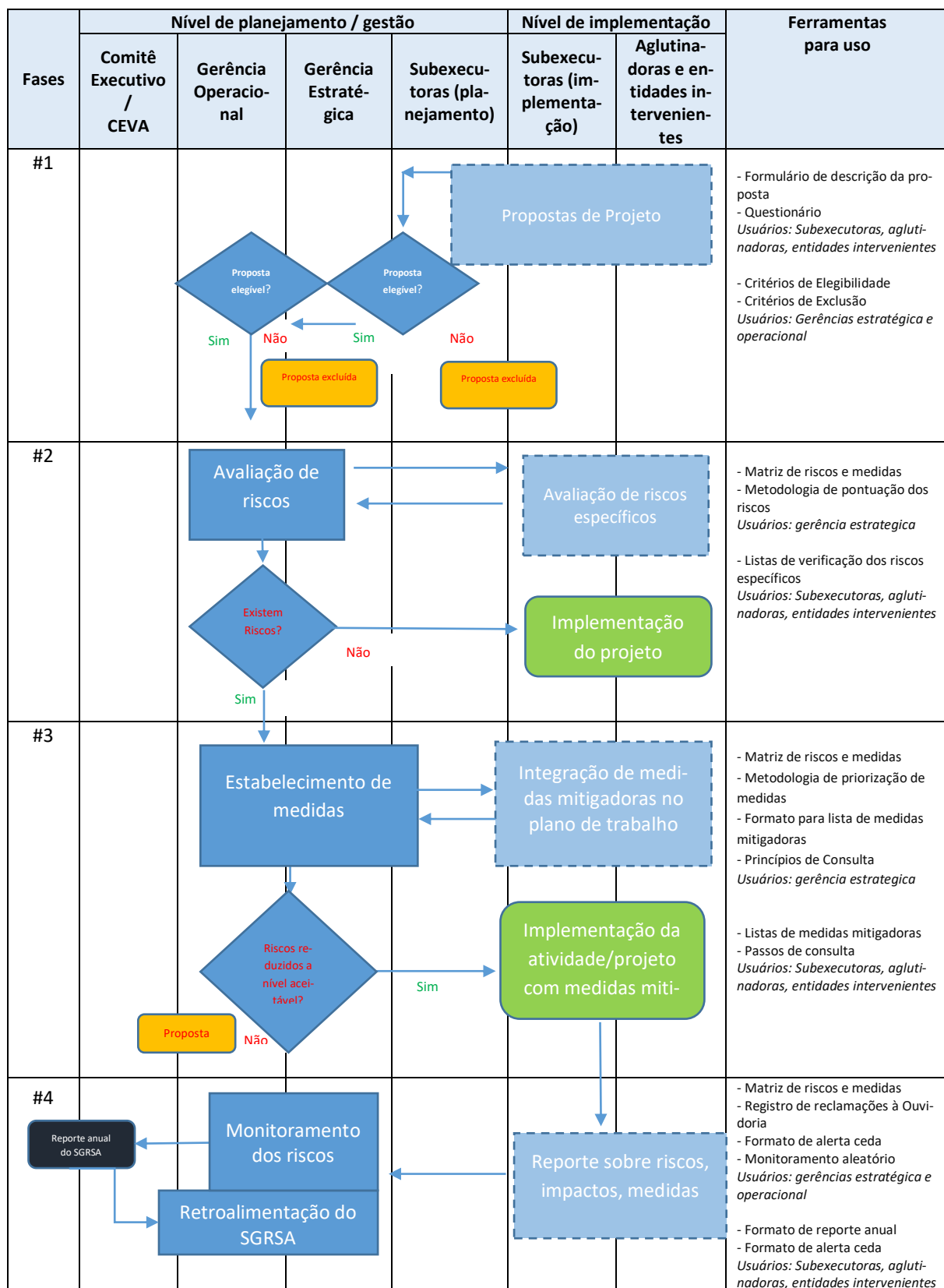
- Fase #1: Seleção de subprogramas, projetos/atividades;
- Fase# 2: Identificação e avaliação de riscos;
- Fase #3: Implementação de medidas de mitigação;
- Fase #4: Monitoramento e avaliação (retroalimentação).

A gestão de riscos com diferentes papéis e níveis de responsabilidades estão resumidos na figura a seguir (Figura 8). Na sequência é apresentada uma tabela descrevendo a composição das instâncias de governanças, seus papéis e responsabilidade, em que fase está envolvida do SGRSA e as ações dentro do sistema (Tabela 3).

¹⁶ Elaborado por Ute Sonntag, com alterações e validação de atores relevantes do Programa REM.

Fluxos, Papeis e Responsabilidades

Figura 8 – Fluxograma dos níveis de planejamento e de implementação do SGRSA do Programa REM



Fases	Ferramentas para uso
#1	- Formulário de descrição da proposta - Questionário <i>Usuários: Subexecutoras, aglutinadoras, entidades intervenientes</i> - Critérios de Exclusão - (Lista de verificação de Elegibilidade e Exclusão) <i>Usuários: Gerências <u>estratégica</u> e operacional</i>
#2	- Matriz de riscos e medidas - Metodologia de pontuação dos riscos <i>Usuários: Gerências <u>estratégica</u> e operacional</i> - Listas de verificação dos riscos específicos <i>Preparação: gerência estratégica</i> <i>Usuários: Subexecutoras, aglutinadoras, entidades intervenientes</i>
#3	- Matriz de riscos e medidas - Metodologia de priorização de riscos e medidas - Princípios de Consulta <i>Usuários: Subexecutoras, gerências <u>estratégica</u> e operacional</i> - Listas de medidas mitigadoras - Passos de consulta <i>Preparação: gerência estratégica</i> <i>Usuários: Subexecutoras, aglutinadoras, entidades intervenientes</i>
#4	- Matriz de riscos e medidas - Registro de reclamações à Ouvidoria - Monitoramento aleatório <i>Usuários: gerências <u>estratégica</u> e <u>operacional</u></i> - Formato de reporte anual - Formato de alerta ceda <i>Usuários: Subexecutoras, aglutinadoras, entidades intervenientes</i>

Tabela 3 – Procedimentos organizacionais do SGRSA

ENTIDADES	COMPOSIÇÃO	PAPÉIS & RESPONSABILIDADES	FASES & AÇÕES
Comitê Executivo	Casa Civil, PGE, IMC, SEPLAN, SEMA, CDSA	Deliberação estratégica e controle	
CEVA	EMBRAPA, IMC, PGE, SEMA, ASI-MMANEJO, CUT, GTA e WWF-Brazil	Gestão estratégica, participação e controle social	Fase #1: Membros da CEVA podem participar da pré-seleção de projetos, incluindo recomendação de exclusão Fase #4: Aprovação do reporte de monitoramento e retroalimentação do SGRSA
Gerência Estratégica (IMC)	Coordenador Técnico do programa REM IMC + equipe técnico	Gestão estratégica e técnica do programa REM	Fase #1: pré-seleção de projetos, incluindo recomendação de exclusão Fase #2: Identificação e análise de riscos dos subprogramas e suas atividades; validação dos riscos específicos dos projetos

	(incl. Ponto focal para riscos)		Fase #3: Priorização dos riscos e medidas, estabelecimento das medidas mitigadoras a serem implementadas; avaliação da necessidade de consulta; aprovação de projetos Fase #4: Monitoramento e retroalimentação técnico-estratégico do SGRSA e ferramentas; redirecionamento técnico de projetos; execução de monitoramento aleatório; investigação de queixas/alertas cedas; elaboração dos relatórios intermediários a serem encaminhados à UCP-REM
Gerência Operacional (UCP-REM)	Coordenador do programa REM SEPLAN + equipe técnica (incl. Ponto focal para riscos)	Gestão operativa do programa REM e consolidação geral do SGRSA	Fase #1: Validação da pré-seleção de projetos, decisão de exclusão Fase #2: Validação da análise de riscos dos subprogramas e suas atividades Fase #3: Validação da priorização dos riscos e medidas mitigadoras; decisão sobre medidas de apoio pelo Estado Fase #4: Monitoramento e retroalimentação operacional do SGRSA e ferramentas; redirecionamento estratégico de subprogramas/atividades; contato direto com a Ouvidoria; reporte imediato de alertas cedas aos doadores; priorização de projetos a serem monitorados; elaboração do relatório consolidado a ser encaminhado aos doadores
Subexecutoras	Órgãos públicos envolvidos na proposta	Elaboração das propostas, incluindo identificação de riscos e medidas mitigadoras Monitoramento dos riscos potenciais e implementação de medidas mitigadoras	Fase #1: elaboração da proposta a partir dos critérios de elegibilidade e de exclusão Fase #2: apoio na identificação de riscos dos subprogramas e atividades; identificação de riscos específicos dos projetos Fase #3: proposição de medidas mitigadoras dos subprogramas e atividades; integração de medidas mitigadoras nos planos de trabalho Fase #4: participação de missões de monitoramento; aplicação e retroalimentação do SGRSA, contribuições ao refinamento das ferramentas; elaboração de relatórios intermediários a serem encaminhados ao IMC
Aglutinadoras e intervenientes	ONGs, associações representantes de comunidades	Elaboração de propostas de projetos, incluindo identificação de riscos específicos dos projetos Execução dos projetos aceitados, incluindo implementação de medidas mitigadoras	Fase #1: elaboração da proposta a partir dos critérios de elegibilidade e de exclusão Fase #2: contribuição com a identificação de riscos específicos dos projetos Fase #3: integração de medidas mitigadoras nos planos de trabalho Fase #4: participação de missões de monitoramento, aplicação e retroalimentação do SGRSA; elaboração de relatórios intermediários a ser encaminhado às aglutinadoras/subexecutoras

Contribuição ao mo-
nitoramento

8.1 O SGRSA e suas fases fundamentais

Fase #1. Pré-seleção de projetos/atividades

Objetivo operacional: esta primeira fase se realiza com o objetivo de avaliar e pré-selecionar os projetos com as suas atividades, pois estas podem não ser elegíveis para obtenção de financiamento com recursos do programa REM.

A pré-seleção de projetos/atividades deve basear-se numa avaliação de alto nível para identificar potenciais alertas que possam sinalizar aos gestores do programa REM motivos para negar financiamento a uma proposta específica.

Responsáveis:

Como se pode ver no fluxograma (Figura 8) acima na fase #1:

- As **unidades de implementação** (*os proponentes de novos projetos/atividades, seja subexecutoras, aglutinadores ou mesmo entidades intervenientes*) são responsáveis pela provisão de informação sobre as atividades planejadas, as quais devem ser detalhadas na ferramenta “*formulário de descrição da proposta*”, em um “*questionário*” (ambos detalhados a seguir) e mediante termos de compromisso se for necessário; e
- As **unidades gestoras** (*gerências operacional e estratégica*) são responsáveis pela avaliação dessas informações elaboradas através de “*critérios de exclusão*”, que formam parte da ferramenta “*Lista de verificação de elegibilidade e exclusão*”. Com isso, se comprometem e são responsáveis pelo detalhamento das atividades específicas a serem conduzidas e financiadas em cada subprograma.

Ferramentas:

1. Formulário de descrição da proposta

Quem deve usar: **unidades de implementação** (os proponentes de novos projetos/atividades: *subexecutoras, aglutinadoras e/ou entidades intervenientes*)

Para o propósito de reconhecer os riscos de uma atividade proposta, precisa-se de uma descrição com informações básicas sobre alguns detalhes da implementação planejada, incluindo sua localização.

Os seguintes dados são relevantes para o tema dos riscos: Localização do projeto (região, município, tipo de paisagem, categorias de unidades de conservação); planejamento do projeto (atividades, partes envolvidas, locais de trabalho, meios de trabalho); descrição de cada atividade planejada; indicação de assentamentos incluindo o número de pessoas que vivem ou trabalham no local. O Programa REM adotará um formulário com estas e outras informações (Tabela 4).

O seguinte formulário foi utilizado pelas *subexecutoras* durante a fase de elaboração das propostas para o Programa REM Fase 2. Para novas propostas, será importante incluir o requisito de um mapa com os detalhes especificados no ponto 5.

Tabela 4 – Formulário de descrição da proposta

#	INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA PROJETO/ATIVIDADES DO PROGRAMA REM
1	Caracterizar a situação problema.
2	Qual o objetivo geral da atividade?
3	Trata-se de uma atividade já implementada na primeira fase ou uma nova atividade? Se é continuidade, por que precisa de mais apoio e qual a adicionalidade em relação a esta continuidade de apoio (ampliou a área? A quantidade de beneficiários? Frequência, etc.
4	Qual vai ser o foco estratégico dos recursos REM para atingir sustentabilidade financeira no final de segunda fase?
5	Quais territórios serão beneficiados? Descrever e incluir mapa básico (incluindo todas as áreas onde as atividades do Programa devem ocorrer, com pontos de referência geográficos (paisagens, florestas, recursos hídricos, etc.)
6	Qual o público será beneficiado? (Incluindo quantidade)
7	Qual o tempo de duração da atividade?
8	Quais ações serão apoiadas?
9	Quais riscos sociais, econômicos e ambientais estão associados com a implementação da atividade? Como serão mitigados?
10	Qual a necessidade de apoio? (Custeio e investimento)
11	As atividades serão realizadas em articulação com outras instituições? Se positivo, quais instituições e como se dará esta parceria?
12	Quais metas foram estabelecidas?
13	Quais resultados esperados?
14	Quais foram os indicadores-chave estabelecidos?
15	Que outros projetos e em que áreas estão previstos recursos para os próximos anos e que se são complementares ao Programa REM/KfW (BID, BIRD, BNDES, Fundo Amazônia, Governo do Acre, etc.)? Qual é a complementaridade com estratégias / programas governamentais (PPCD, plano de ação, etc.)?
16	Como é que os recursos REM se complementam com outros recursos (efeito catalisador)?
17	Qual vai ser o impacto de transformação desta atividade?
18	Como estes resultados contribuirão para a redução do desmatamento? Descrever o compromisso dos beneficiários em relação ao desmatamento, quando for o caso.
19	Os beneficiários deverão assumir compromisso formal de não realizar novos desmatamentos irregulares, além de se comprometerem, via Termo de Compromisso Ambiental – TCA, a recuperar os passivos florestais existentes no seu imóvel rural.
20	Que(ais) entidade(s) será(ão) responsável(eis) pela implementação da atividade (<i>subexecutora do programa, entidades aglutinadoras, organizações locais</i>)? Arranjo já definido ou ainda em construção?

As informações de cada Projeto/Atividade serão integradas no sistema de gerenciamento de dados da SEPLAN. Será incluída uma aba no Sistema de Planejamento e Gestão de Projeto (SPGP).

2. Critérios de exclusão

Quem deve usar: unidades gestoras

(gerência estratégica: pré-seleção de projetos, incluindo recomendação de exclusão de projetos;

gerência operacional: validação da pré-seleção de projetos, decisão de exclusão;

CEVA: membros da CEVA podem participar na avaliação da pré-seleção de projetos, a pedido)

Na cooperação alemã, na KfW e no conceito do programa REM existem algumas restrições em relação ao apoio financeiro; nem tudo que se propõe pode ser financiado com recursos do REM.

Foi elaborada uma tabela que ajuda a identificar rapidamente essas questões, trata-se de uma lista com “*critérios de exclusão*”. Assim, se um projeto se inclui em um ou mais desses critérios de exclusão, as unidades gestoras e o Programa REM os rejeitam de maneira transparente e objetiva.

Os critérios de exclusão foram propostos como segue na tabela a seguir (Tabela 5), e refletem-se na ferramenta “*lista de verificação de elegibilidade e exclusão do Programa REM-AC*” no anexo e no “*questionário*” que segue.

Tabela 5 - Critérios de Exclusão

Critério de Exclusão	Descrição
Desmatamento	- Atividades que envolvem a destruição ou conversão ou degradação de florestas primárias, habitats naturais e outros recursos naturais; Para o Programa REM isto implica: • O REM não financia atividades de destruição ou conversão de florestas primárias • O REM não financia atividades de degradação de florestas • Não financia atividades à conversão ou degradação de outros habitats naturais e outros recursos naturais (Cerrado, Pantanal, rios, etc.) - Atividades que implicam a colheita insustentável de recursos naturais (animais, plantas, madeira e/o produtos florestais não-madeireiros); - Atividades que levariam ao estabelecimento de plantações de monocultura em substituição de habitats naturais. - Atividades que estabelecem novas estradas / ramais dentro de habitats naturais e áreas protegidas existentes ou propostas

Enquanto os critérios de exclusão na tabela 5 aplicam a todos os subprogramas, atividades e projetos apoiados pelo programa REM, os subprogramas e atividades diferentes bem podem ter critérios de exclusão adicionais que definem, p.ex., os requisitos de acesso a fundos ou respondem a riscos específicos.

Sugere-se a transferência de todos critérios de exclusão a uma lista de verificação de elegibilidade e exclusão para sistematizar o processo de pré-seleção de maneira transparente. As unidades gestoras (*gerências operacional e estratégica*) poderiam utilizar esta lista de verificação e pré-seleção não só com fins de exclusão de certos riscos, mas também de gestão estratégica. Veja anexo 2 como sugestão.

3. Questionário

Quem deve usar: unidades de implementação (proponentes de novos projetos: subexecutoras, aglutinadoras e entidades intervenientes)

Para que as unidades gestoras possam pré-selecionar os projetos, tendo também por base os critérios de exclusão, foi elaborada a lista anterior, e as unidades de implementação precisam informar que seus projetos/atividades não possuem nenhum item daquela lista, destacando informações relevantes do proponente do projeto/atividade, o mesmo também se aplica quando são propostos novos projetos/atividades.

Por isso, os proponentes de projetos devem preencher um “questionário”, o qual será anexado ao “*formulário de descrição da proposta*”. Esse questionário é baseado nos critérios de exclusão acima (Tabela 5), o que facilita o entendimento da atividade proposta e a identificação de riscos críticos potenciais, além de ser um documento que explicita que o que está sendo proposto não fere nenhuma regra de financiamento.

Nem todos os critérios de exclusão são capturados pelo Questionário proposto (p.ex. corrupção, falsificação de documentos). É preciso, nesses casos, verificar com outras fontes e formas independentes. No caso de alguns critérios, é recomendável assegurar a sua não-ocorrência com uma declaração de compromisso uma vez que o projeto for aprovado (p.ex. compromisso de não utilizar trabalho escravo ou infantil, de ter registro da propriedade no CAR/PRA, etc.).

Segue o questionário proposto na tabela a seguir (Tabela 6):

Tabela 6 – Questionário que abrange critérios de exclusão das propostas

TÍTULO DO SUBPROGRAMA/PROJETO/ATIVIDADE	
Q1: A atividade proposta envolve a destruição, degradação ou conversão de florestas primárias, florestas e/ou de outros habitats naturais e outros recursos naturais (Cerrado, Pantanal, rios, etc.), e/ou exigem a abertura de acessos (novas estradas/ramais) dentro de habitats naturais e áreas protegidas existentes ou propostas?	Sim / Não
Documentar / Justificar a resposta fornecida acima:	- Atividades que
Q2: A atividade proposta cria a colheita insustentável de recursos naturais (animais, plantas, madeira e/o produtos florestais não-madeireiros) ou o estabelecimento de plantações de monocultura em substituição de habitats naturais?	Sim / Não
Q3: A atividade proposta implica no uso e na introdução de sementes geneticamente modificadas (GMO) e/ou na introdução de espécies alienígenas?	Sim / Não
Documentar / Justificar a resposta fornecida acima e no caso de sim, especificar:	
Q4: A atividade proposta implica a produção, compra, utilização e comercialização em farmacêuticos, pesticidas/herbicidas, fauna e flora selvagens, madeira, tabaco, armas, amianto, químicos, produtos tóxicos e outras substâncias perigosas (p.ex. com propriedades inflamáveis ou tóxicas)?	Sim / Não

Documentar / Justificar a resposta fornecida acima e no caso de sim, especificar:

Q5: A atividade proposta prevê a compra e/ou comercialização de bezerros e bovinos, de motosserras e/ou amortização de dívidas de organizações e/ou pessoas físicas?

Sim / Não

Documentar / Justificar a resposta fornecida acima:

Q6: A atividade proposta está localizada em uma área registrada no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e/ou onde o processo cadastro foi iniciado (CAR e PRA)?

Sim / Não

Documentar / Justificar a resposta fornecida acima:

Q7: A atividade proposta prevê o pagamento de salários de funcionários públicos em substituição de financiamento público?

Sim / Não

Documentar / Justificar a resposta fornecida acima:

Q8: A atividade proposta atende a legislação trabalhista (segurança no trabalho, alojamento, direitos de associação, exclusão de trabalho análogo ao escravo e/ou infantil, etc.)?

Sim / Não

Documentar / Justificar a resposta fornecida acima:

Q9: A atividade proposta beneficia ou oferece condições especiais que garantam a participação de mulheres e de jovens?

Sim / Não

Documentar / Justificar a resposta fornecida acima:

Q9: As atividades propostas têm potencial de impactar povos indígenas ou tradicionais e/ou de levar ao deslocamento econômico ou físico de comunidades?

Sim / Não

Documentar / Justificar a resposta fornecida acima:

Q10: As Atividades impactam a propriedades culturais, tal como locais arqueológicos e históricos, monumentos religiosos ou cemitérios?

Sim / Não

Documentar / Justificar a resposta fornecida acima:

Visando ainda o cuidado com as comunidades tradicionais, deve ser adotado um termo de compromisso das famílias/beneficiários do Programa REM em relação à sua representação pelas entidades aglutinadoras e outras entidades intervenientes. O seguinte formato foi adaptado de outro Programa do Governo do Estado/SEPLAN. Podendo o modelo seguinte sofrer as modificações que forem consideradas pertinentes para melhor adequação do público beneficiário dos diferentes projetos do Programa REM.

TERMO DE COMPROMISSO

Compromisso que celebram os produtores rurais abaixo assinados
em relação Projeto em anexo

Pelo presente Termo de Compromisso, nós, produtores rurais abaixo-assinados, afirmamos que o Projeto em anexo representa os interesses coletivos deste grupo não formalizado e nos comprometemos a realizar os nossos melhores esforços para a realização das atividades nele proposto.

Igualmente, declaramos ter ciência de que o descumprimento do compromisso acima resultará na exclusão do Projeto em anexo do processo de seleção e financiamento do Programa REM.

(Localidade), (dia) de (mês) de ano.

Nome	CPF	Estado Civil	Assinatura

Fase #2. Identificação e avaliação de riscos

Objetivo operacional: Com o objetivo de evitar ou pelo menos mitigar impactos negativos à sociedade ou ao meio ambiente dos projetos/atividades pré-selecionados, as propostas devem ser avaliadas com mais detalhe. Assim, uma vez que o projeto/atividade tenha sido pré-selecionado, uma análise detalhada dos seus riscos potenciais deve ser conduzida. Esta análise deve se basear no contexto externo e nas características da atividade proposta. Se não existem riscos potenciais, um projeto pode ser financiado sem mais delongas – se existem, o projeto precisa tomar precauções (Fase #3).

Responsáveis:

Como se pode ver na Figura 8 (Fluxograma dos níveis de planejamento e de implementação do SGRSA), tanto as unidades de implementação como a de gestão, tem responsabilidades neste nível:

- **As unidades de implementação** (*Subexecutoras, aglutinadoras ou entidades intervenientes*) são responsáveis pela análise de riscos específicos dos seus projetos, incluindo todas as atividades, relacionando os riscos específicos, dependendo do local a ser implementado. Essas unidades fazem a análise através de uma “*lista de verificação de riscos*” adequada para as suas atividades e reportam os resultados dessa análise às unidades gestoras para aprovação e encaminhamentos;
- **As unidades gestoras** (sobretudo a *gerência estratégica*) são responsáveis pela avaliação geral e inicial dos riscos potenciais de todos os subprogramas/projetos/atividades, utilizando como ferramenta a “*matriz de riscos*” (Anexo1). Baseado nessa primeira análise, as unidades gestoras fornecem a cada uma das unidades de implementação a “*lista de verificação de riscos*” para que estas possam ser adequadas para as atividades planejadas no projeto. As unidades gestoras recebem os resultados dessa análise específica dos riscos e completam, se for necessário.

Ferramentas:

1. Matriz de riscos

Quem deve usar: unidades gestoras

(Gerência estratégica: *Identificação e análise de riscos dos subprogramas e atividades – com apoio das subexecutoras; validação da análise de riscos de projetos;*

Gerência operacional: *Validação da análise de riscos dos subprogramas e atividades*)

No âmbito local, nacional e internacional existem múltiplos valores sociais e ambientais que se protegem através de salvaguardas específicas de REDD+. Existem ainda outras normas e padrões mais gerais. Para programas de investimento financiado por um banco de desenvolvimento como o KfW, é obrigatório não só a aplicação de salvaguardas setoriais (nesse caso de REDD+) e da legislação nacional e local, como também o cumprimento de certos padrões internacionais como, e sobretudo, os IFC *Performance Standards* e as Salvaguardas do Banco Mundial.

Desses padrões, se podem derivar riscos potenciais que precisam ser contemplados e gerados sempre e quando se planeja, implementa ou monitora um investimento de recursos de assistência oficial ao desenvolvimento, nesse caso do Programa REM. Com o fim de facilitar a consideração de todos os riscos potenciais (referindo-se a riscos endógenos e também riscos externos de contexto), foi elaborada uma “*matriz de riscos*” em formato Excel (Anexo 1) como uma das ferramentas chaves do SGRSA do programa REM. Essa matriz-mestre servirá não só para a fase #2 do SGRSA, mas também para as fases #3 e #4.

Na fase #2, a matriz é utilizada pelas unidades gestoras (*Gerência estratégica*) – potencialmente com apoio de especialistas e/ou de unidades estaduais de implementação (*subexecutoras*) – para a identificação dos riscos de cada subprograma/atividade (p.ex. extrativismo, bovinocultura, apicultura, soja, outros) que se propõem a receber financiamento do Programa REM.

Para a fase #2, os seguintes itens constantes (5 colunas) na Matriz são mais relevantes: (a) riscos potenciais; (b) padrões, princípios e salvaguardas (padrões internacionais e locais relacionados); (c) projeto analisado; (d) riscos potenciais identificados e impacto socioambiental; e (e,f,g) classificação do risco identificado. A seguir segue o passo a passo para a utilização da matriz:

- Baseado nos padrões internacionais para investimentos e as salvaguardas internacionais, nacionais e estaduais de REDD+, a **coluna A** elenca uma série de possíveis riscos amplos e gerais, com exemplos, que podem acontecer no campo ambiental, sociocultural, econômico e político-institucional. Também podem ser acrescidos riscos adicionais que se identificaram, mas que não tem uma relação direta com nenhum desses temas.
- A **coluna B** apresenta quais os tipos de padrões, princípios e salvaguardas que precisam ser respeitados pelo Programa REM, mas que podem ser ameaçados pelos riscos potenciais identificados. Essa coluna serve para a referência, caso existam incertezas associadas.
- A **coluna C** demonstra traz o título da atividade que está sendo analisado quanto aos riscos potenciais.
- Na **coluna D** são identificados os riscos que podem advir das atividades planejadas. A coluna A serve de inspiração geral para esse passo. É importante descrever o risco específico e enfatizar os riscos endógenos (os riscos que podem ser influenciados) e nos riscos externos de contexto (somente aqueles que é possível reagir). Importante lembrar que sempre existe a possibilidade nesse passo de identificar riscos importantes que não tem exemplo ou categoria na Coluna A.
- Nas **colunas E, F e G** se pontuam os riscos identificados (baixo, médio e alto). Ver a metodologia na descrição da ferramenta “*metodologia de pontuação de riscos*”.

2. Metodologia de pontuação de riscos

Quem deve usar: unidades gestoras (sobretudo a *gerência estratégica*)

Para poder realizar a priorização dos riscos identificados de cada projeto/atividade, é preciso pontuar esses riscos, indicando se o risco é baixo (1), médio (2) ou alto (3). Dependente da pontuação para cada risco identificado, se prioriza a urgência de mitigação e se avalia o custo razoável de medidas mitigadoras na fase #3 do SGRSA. Essa categorização também é importante para deixar o SGRSA mais objetivo, fugindo ao máximo, da subjetividade intrínseca a um Sistema de Gestão de Riscos.

As unidades de gestão (*gerência estratégica*) estimam um risco identificado combinando os seguintes critérios:

- **probabilidade** do risco ocorrer; e
- **magnitude** do impacto potencial, se o risco ocorrer.

Com o objetivo de prover um guia prático para a pontuação, se definem esses dois critérios com mais detalhes:

- **Probabilidade de um risco ocorrer:**
 - **Alta (3):** Seguramente vai ocorrer, aconteceu de 1-5 vezes nos últimos 3 meses em projetos similares;
 - **Média (2):** bem provável que ocorra, mas existe uma certa incerteza, ocorreu de 1-2 vezes no ano anterior, em projetos similares;
 - **Baixa (1):** improvável que ocorra.
- **Magnitude do impacto potencial, se combinam três critérios:**
 - Extensão geográfica do impacto potencial**
 - **Alto (3):** uma grande quantidade da população é afetada: estadual/bioma;
 - **Médio (2):** alteração ocorre de maneira mais ampliada na população: regional/município;
 - **Baixo (1):** alteração ocorre de maneira localizada na população: local/comunidade.
 - População afetada pelo impacto potencial**
 - **Alto (3):** mais de 100 pessoas são afetadas;
 - **Médio (2):** mais de 50 e menos de 100 de pessoas são afetadas;
 - **Baixo (1):** menos de 50 pessoas são afetadas.
 - Persistência do impacto potencial**
 - **Alta (3):** a atividade pode levar a resultados negativos permanentes, por mais de 10 anos;
 - **Media (2):** os resultados negativos do projeto são temporários, mas persistem entre 2 e 10 anos;
 - **Baixa (1):** os resultados negativos são ocasionais e persistem por menos de 2 anos.

Se combinam os resultados desses três critérios para obter a magnitude de acordo com a maior pontuação obtida. Isso significa, p.ex., se em um dos critérios se define o

impacto alto (3) e os outros critérios como baixo (1), a magnitude total é estimada alta (3).

Quando se combinam as pontuações de probabilidade e magnitude como visualizado na Tabela a seguir (Tabela 7), os resultados devem ser inseridos Matriz de Riscos, coluna E.

Tabela 7 – Priorização dos Riscos Identificados

Probabilidade	Alta (3)	2	3	3
	Media (2)	2	2	3
	Baixa (1)	1	2	2
		Baixa (1)	Media (2)	Alta (3)
		Magnitude		

Esse passo permite que as unidades gestoras tenham uma visão geral dos riscos potenciais identificados por atividade. Essa visão é essencial para decisões estratégicas de planejamento e monitoramento.

A identificação e pontuação de riscos dos projetos/atividades que está preparada pela *gerência estratégica* valida-se pela *gerência operacional* antes do próximo passo.

3. Listas de verificação de riscos específicos

Quem deve preparar: unidades gestoras (*gerência estratégica*)

Quem deve usar: unidades de implementação (proponentes de novas propostas: *subexecutoras, aglutinadoras ou entidades intervenientes*)

Embora as unidades gestoras identifiquem previamente riscos potenciais relacionados a projetos/atividades, isso não necessariamente quer dizer que esse risco existe ou mereça a mesma pontuação (probabilidade e magnitude) no caso de um projeto específico (detalhado e com local específico para sua implantação), pois quando uma atividade se implementa numa localidade particular outros ou novos fatores devem ser considerados (com área de influência individual).

Por isso, se faz necessário uma ferramenta adicional, mas que seja de fácil aplicação, para que os proponentes de projetos possam verificar os riscos específicos na localidade particular durante sua implementação: sendo esta a finalidade das “*listas de verificação de riscos específicos*” (Tabela 8).

Partindo da análise e pontuação geral dos riscos de cada projeto, as unidades gestoras (*gerência estratégica*) fornecem uma lista de verificação adequada para cada projeto/atividade (p.ex. se um projeto se propõe para financiamento na atividade “extrativismo”, os proponentes recebem a lista de verificação para a atividade de extrativismo).

Para estabelecer essas listas de verificação por projeto, as unidades gestoras (*gerência estratégica*) extraem os riscos identificados na sua análise de riscos geral já identificados e estes devem ser inseridos na primeira coluna da lista de verificação (Tabela 8). Em geral, todos os riscos identificados na Matriz Riscos devem ser verificados. Mas, em

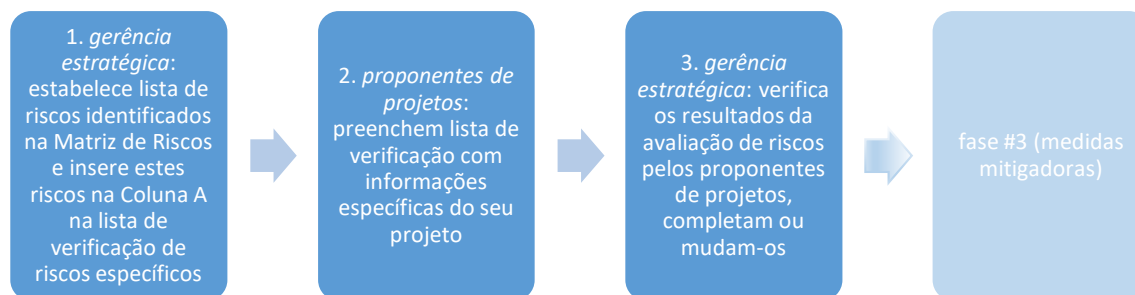
casos excepcionais, para não sobrecarregar às unidades de implementação, as próprias unidades gestoras (*gerência estratégica*) priorizam os assuntos identificados e só extraem um certo número de riscos prioritários para a lista de verificação dos riscos específicos. Os riscos médios (2) e altos (3) sempre devem ser verificados, só no caso dos riscos baixos (1) existe essa margem. No entanto, se um impacto potencial às comunidades indígenas e/ou tradicionais foi pré-identificado – inclusive se esse risco é pontuado como baixo (1), é necessário fazer essa identificação, sempre. Pois a possibilidade de priorização de riscos é uma exceção, não a regra.

Tabela 8 – Lista de Verificação de Riscos Específicos

<i>Risco potencial pré-identificado</i>	<i>Existe esse risco no seu projeto?</i>		<i>Documentar / Justificar a resposta fornecida</i>
	Sim	Não	
1 <i>Gerência estratégica</i> : Inserir riscos identificados na Matriz de Riscos			
2 <i>Gerência estratégica</i> : Inserir riscos identificados na Matriz de Riscos			
3 <i>Gerência estratégica</i> : Inserir riscos identificados na Matriz de Riscos			
...			
<i>Proponente de projeto: Incluir outros riscos adicionais</i>			
...			

Os proponentes de projetos preenchem a lista de verificação com a informação particular das suas atividades planejadas na localidade específica e submetem a avaliação dos riscos específicos às unidades gestoras (*gerência estratégica*), que por sua vez, verificam a plausibilidade dessa avaliação e completam ou mudam, se necessário (Figura 9). Para esse trabalho, a *gerência estratégica* conta não só com os resultados da análise de riscos geral na “*matriz de riscos*”, mas também com as informações do “*formulário de descrição da proposta*” apresentado na fase #1 do SGRSA, incluindo o mapa da localização das atividades planejadas em referência ao contexto. Não é necessário pontuar os riscos específicos identificados. Todos riscos específicos identificados precisam ser respondidos com medidas mitigadoras.

Figura 9 – Processo de verificação de riscos e aprovação de medidas mitigadoras



Fase #3. Fase de Estabelecimento e Implementação das Medidas mitigadoras

Objetivo operacional: uma vez avaliados os riscos de cada subprograma e também de cada projeto (fase #2), é preciso reagir na fase seguinte, fase #3, com o estabelecimento e implementação de medidas mitigadoras adequadas. A implementação dessas medidas mitigadoras como parte das atividades planejadas é essencial para evitar que os riscos ocorram e/ou pelo menos se ocorrerem seus impactos negativos sejam minimizados devido à antecipação.

Responsáveis:

Como se pode ver na Figura 8 (Fluxograma dos níveis de planejamento e de implementação do SGRSA),

- **as unidades gestoras** (sobretudo a *gerência estratégica*) são responsáveis por priorizar e estabelecer as medidas mitigadoras necessárias e fornecer a cada unidade implementadora uma “*lista de medidas mitigadoras*” e um “*guia de participação e consulta*” se necessário. Ao final, as unidades gestoras (*gerência estratégica e operacional*) aprovam ou não um projeto com as medidas mitigadoras acordadas, possivelmente com apoio do Estado.
- **As unidades de implementação** (*subexecutoras, aglutinadoras ou entidades intervenientes*) são responsáveis pela implementação de medidas mitigadoras dos riscos específicos identificados e pela consulta de comunidades afetadas, guiados pelas “*listas de medidas mitigadoras*” e pelo “*guia de participação e consulta*”. As *subexecutoras* como entidades estaduais adicionalmente apoiam às unidades gestoras (*gerência estratégica*) com propostas de medidas de mitigação.

Ferramentas:

1. Matriz de riscos

Quem deve usar: *unidades gestoras (com apoio das subexecutoras)*

(*subexecutoras: proposta de medidas mitigadoras aos riscos dos subprogramas e atividades;*

gerência estratégica: Priorização e estabelecimento das medidas mitigadoras a serem implementadas; aprovação final de projetos;

gerência operacional: Validação da priorização dos riscos e medidas mitigadoras; decisão sobre medidas de apoio à mitigação de riscos pelo Estado)

Apesar do nome, a Matriz de Riscos também é utilizada para a identificação geral das medidas mitigadoras, o que deve ser feito na fase #3, já que esse passo se conecta diretamente ao passo anterior da avaliação dos riscos.

Os itens importantes da Matriz que são relevantes para a fase #3 são os contidos em 3 colunas (Anexo 1): (h) medida de mitigação, (i) orçamento necessário para mitigação (R\$), e (j) atividade necessária, incluindo o responsável. A seguir está listado o passo a passo para a utilização da matriz:

- Na **coluna H** da matriz de riscos, as unidades gestoras preenchem as medidas mitigadoras que respondem adequadamente aos riscos identificados. As identificações das medidas mitigadoras devem ser feitas por especialistas, e idealmente também deve contar com a participação das *subexecutoras*. Para um risco potencial identificado, pode existir a possibilidade de se responder com mais de uma medida mitigadora, complementares ou alternativas. É preferível anotar todas possibilidades para depois avaliar quais são as mais adequadas, viáveis e eficientes. Importante ressaltar que nem sempre se requerem medidas extras para evitar ou mitigar um risco – muitas vezes a solução pode ser muito fácil, modificando ligeiramente as atividades planejadas (p.ex. ampliar a participação dos envolvidos; mudar o local de implementação; aquisição de insumos alternativos).

- Na **coluna I** se faz uma estimativa de previsão orçamentária para implementar as medidas mitigadoras identificadas. Os custos são um dos fatores determinantes para a avaliação se uma medida pode ou não ser implementada, já que a partir dele, se conclui se a medida será viável para um proponente de projeto/atividade, se há a necessidade de contar com apoio adicional do Estado ou não (veja próximo parágrafo, coluna J).

- A **coluna J** serve para incluir as atividades necessárias para facilitar a implementação da medida mitigadora identificada. Em algumas ocasiões, pode ser que não são os proponentes dos projetos as instâncias adequadas para implementar uma medida mitigadora – seja por falta de capacidades ou recursos, seja por outras causalidades. A *gerência estratégica* e as *subexecutoras* também devem considerar que o Estado pode/deve assumir algumas medidas mitigadoras-chaves (p.ex. estudos de viabilidade ou capacidade requeridos; contratação de consultoria para apoiar associações proponentes; monitoramento especializado). A *gerência operacional* toma a decisão sobre estas medidas de apoio pelo Estado. Se um apoio do Estado não é necessário para realisticamente evitar ou mitigar os riscos identificados, essa coluna não será preenchida.

2. Regras de priorização de riscos e medidas

Quem deve usar: unidades gestoras

(gerência estratégica: priorização dos riscos e medidas mitigadoras;

gerência operacional: validação da priorização; exclusão de projetos com alto risco)

Em geral, entende-se que todos os riscos que se identificam precisam ser evitados e/ou mitigados. No entanto, nem todos riscos identificados precisam da mesma atenção por parte das unidades gestoras e implementadoras. Por isso, em vários momentos do

SGRSA, se faz necessário priorizar riscos e medidas mitigadoras correspondentes, tendo em visto que vários foram identificados.

As seguintes regras de priorização podem ajudar às unidades gestoras nessa tomada de decisão:

- Riscos baixos (1) são aceitáveis e requerem medidas mitigadoras sim, mas de tipo genérico e com menor prioridade;
- Riscos médios (2) requerem avaliação para definir medidas particulares que mitiguem os riscos até um nível aceitável (1). Se não se podem mitigar, é necessário realizar acompanhamento mais detalhado e constante durante a implementação do projeto;
- Se um risco é pontuado como alto (3), a atuação sobre esse risco tem que ter alta prioridade. Riscos altos (3) sempre requerem medidas que mitiguem os riscos pelo menos até um nível médio (2). Se isso não é possível, o projeto não deve ser executado.
- O custo de uma medida mitigadora deve ser proporcional ao grau de risco e à capacidade da unidade de implementação. Isso significa que, se uma medida mitigadora identificada é muito custosa ou requer capacidades especiais para sua implementação, pode ser que não é razoável pedir ao proponente do projeto integrar essa medida no seu plano de trabalho. Nesse caso, se deve pensar num apoio financeiro ou técnico para a implementação da medida, buscar uma medida alternativa, ou, caso ambas opções não existam ou não possíveis de executar, declarar o risco como não mitigável.
- Se um risco se refere a impactos potenciais a povos ou terras indígenas e/ou comunidades e populações tradicionais, a medida prioritária é a participação e consulta das comunidades potencialmente afetadas. A consulta sempre precisa ser priorizada como uma medida mitigadora (ferramenta 4, a seguir).

Baseado nessas regras, as unidades gestoras (*gerências estratégica e operacional*) decidem quais os riscos que as unidades implementadoras devem atender prioritariamente, preparam listas de medidas mitigadoras (prioritárias e também de longo prazo) com as quais as unidades implementadoras têm que responder aos riscos identificados, excluem projetos com risco alto não mitigável, e decidem quais as necessidades de monitoramento da sua parte.

3. Listas de medidas mitigadoras

Quem deve preparar: unidades gestoras (gerência estratégica)

Quem deve usar: unidades de implementação (subexecutoras, aglutinadoras e/ou entidades intervenientes)

Uma vez decidido quais os riscos prioritários a evitar e/ou mitigar, as unidades gestoras (*gerência estratégica*) preparam uma lista de medidas mitigadoras com os quais é possível e razoável responder adequadamente aos riscos específicos priorizados por um projeto.

O objetivo dessa ferramenta é que a *gerência estratégica* não só comunique a exigência de evitar e/ou mitigar os riscos às unidades de implementação, mas também que ela também possa apoiar as unidades implementadoras no cumprimento das exigências, provendo diretrizes de como fazer.

A lista de medidas mitigadoras é um conjunto de medidas, adaptadas ao projeto com os seus riscos e capacidades. Para estabelecer essa lista, as unidades gestoras (*gerência estratégica*) extraem da coluna H da Matriz de Riscos as medidas mitigadoras pré-identificadas, dependendo da pontuação geral (1 ou 2 ou 3) e também da natureza dos riscos específicos do projeto. As medidas mitigadoras pré-identificadas precisam especificação ou inclusão de aspectos complementares por parte da gerência estratégica. Isso significa, no caso de riscos baixos (1), que medidas genéricas podem ser suficientes, mas para riscos médios (2) ou altos (3), as medidas precisam ser adaptadas bem ao contexto.

Em um próximo passo, a gerência estratégica inclui essa informação no formulário, o qual depois elas entregam às unidades de implementação (*subexecutoras, aglutinadoras e/ou entidades intervenientes*) (Tabela 9).

As unidades de implementação recebem esse formulário que contém a lista de medidas mitigadoras (possivelmente com anexos mais detalhados) e retornam para a gerência estratégica com o compromisso de incluí-las nos seus planos de trabalho, nomeando responsáveis e uma data para sua implementação medidas. Esse seria o momento oportuno para obter as declarações de compromisso para temas especiais (p.ex., não realização de trabalho escravo/de crianças, ou outros).

Tabela 9 – Lista de medidas mitigadoras

Riscos a serem evitados/ mitigados (prioritários)	Medidas mitigadoras	Responsável	Data tentativa de implementação	Comentários
1 <i>gerência estratégica</i> inserir riscos identificados	A Gestores incluir medidas B Gestores incluir medidas C Gestores incluir medidas			
2 <i>gerência estratégica</i> inserir riscos identificados	E Gestores incluir medidas F Gestores incluir medidas			
3 <i>gerência estratégica</i> inserir riscos identificados	G Gestores incluir medidas			

As unidades gestoras (*gerência estratégica*) avaliam o compromisso das unidades de implementação em executar as medidas mitigadoras, e aprovam o projeto. Ao final, as unidades gestoras (*gerência operacional*) registram os compromissos acordados para que o processo seja executado (fase #4).

4. Princípios de participação e consulta obrigatória, passos mínimos de consulta

Quem deve usar: unidades gestoras (gerência estratégica: avaliação da necessidade de consulta)

A participação e consulta é uma das medidas mitigadoras mais importantes e sempre obrigatória no caso em que comunidades ou territórios indígenas e/ou de populações tradicionais estão potencialmente afetadas por um projeto. Os critérios que definem se a participação e consulta obrigatórios, são os que se seguem:

- Projeto planejado em áreas próximas/contíguas a terras indígenas e/ou áreas onde habitam povos indígenas ou populações tradicionais;
- Projeto que resultem em impactos potencialmente positivos ou negativos em terras indígenas e/ou áreas onde habitam povos indígenas ou populações tradicionais;
- Projeto a ser executado em terras indígenas e/ou áreas onde habitam povos indígenas ou populações tradicionais – requerem ainda o consentimento livre, prévio e informado.

5. Princípios e passos mínimos para a consulta

Quem deve usar: unidades de implementação (subexecutoras, aglutinadoras, e/ou entidades intervenientes)

Sempre e quando as unidades gestoras (*gerência estratégica*) notam que um projeto precisa envolver comunidades, elas devem enviar às unidades de implementação uma diretriz que contenha princípios de participação, e passos mínimos para a consulta.

Seguem os princípios de participação sugeridos:

- Informar sobre acesso à Ouvidoria do SISA;
- Prover informações atualizadas e de forma transparente sobre todas as etapas do projeto;
 - Envolver representantes (homens, mulheres, jovens) das comunidades afetadas no planejamento e monitoramento do projeto, sendo que este procedimento deve ser documentado e publicado;
 - Consultar sobre a localização exata, riscos e impactos das atividades;
 - Envolver as comunidades na implementação do projeto, considerar homens, mulheres e jovens nas oportunidades de contratação de serviços, incluindo outras formas de repartição de benefícios do projeto.

Fase #4. Monitoramento

Objetivo operacional: A fase #4 de monitoramento do SGRSA tem como objetivo monitorar tanto a implementação e efetividade das medidas mitigadoras como também o monitoramento da evolução dos riscos previamente identificados e a ocorrência de outros impactos/riscos não antecipados.

O monitoramento irá viabilizar uma retroalimentação do Sistema, possibilitando às unidades gestoras refletir sobre a necessidade de exigir novas medidas mitigadoras às unidades de implementação, reorientar, ou mesmo encerrar, os projetos mais problemáticos.

Responsáveis:

Como se pode ver na Figura 8 (Fluxograma dos níveis de planejamento e de implementação do SGRSA), o monitoramento deverá ser realizado em dois níveis:

- As **unidades de implementação** (*subexecutoras, aglutinadoras e entidades intervenientes*) são responsáveis pelo relato da implementação das medidas mitigadoras e os impactos/riscos que se concretizaram nos seus projetos, e tem para isso um “*formulário de relatório anual*”;
- As **unidades gestoras** (sobretudo *gerência operacional*, apoiada pela *gerência estratégica*) são responsáveis por monitorar se as medidas mitigadoras foram implementadas (através da “*matriz de riscos*”, “*constatação direta por meio de amostragem*”, e os “*relatos da Ouvidoria*”), avaliar e assegurar a qualidade dos relatórios das unidades de implementação, e responder rapidamente no caso de ocorrer impactos negativos antecipados e não antecipados. Elas precisam obter a visão geral sobre a *performance* de toda gestão de riscos.

Com as informações obtidas, as unidades gestoras (*gerência operacional*) reportam aos doadores. É uma possibilidade de reportar em porcentagens ou números absolutos se as medidas mitigadoras foram implementadas; se os riscos foram evitados; e se outros riscos apareceram.

As unidades gestoras (*gerências estratégica e operacional*) também retroalimentam o SGRSA e as suas ferramentas, baseando-se nas experiências de implementação (p.ex. revisar/complementar a matriz de riscos, as listas de verificação de riscos e/ou as listas de medidas mitigadoras).

Ferramentas:

1. Matriz de riscos

Quem deve usar: *unidades gestoras (gerência operacional)*

A Matriz de Riscos também facilita o acompanhamento das medidas mitigadoras acordadas para cada projeto, já que esse passo se conecta diretamente ao passo anterior do estabelecimento das medidas mitigadoras.

A parte da Matriz de Riscos relevante para a fase #4 é formada por 4 colunas: (k) medida requerida no projeto xxx, (l) responsável para executar a medida, (m) data de implementação, e (n) *status* de implementação. Segue o passo a passo para a utilização da matriz:

- Na **coluna K**, deve se registrar os nomes dos projetos que precisam implementar a medida mitigadora em questão. Se for relevante, também se especifica a medida acordada com as unidades de implementação na fase #3;
- De acordo com o formulário preenchido pelas unidades de implementação, se inclui na **coluna L** a pessoa responsável em cada projeto pela execução da medida mitigadora;
- Na **coluna M** é registrada a data que se pretende implementar ou iniciar a implementação da medida; e
- Na **coluna N** o *status* da implementação é registrado por meio de um sistema de semáforos (verde – feito, amarelo – no prazo, vermelho – atrasado).

2. Formato de relatório anual

Quem deve usar: unidades de implementação (subexecutoras, aglutinadoras ou entidades intervenientes)

Com a finalidade de prover, uma vez por ano, um relato sobre a implementação das medidas mitigadoras acordadas, riscos/impactos ocorridos no território e observações em relação ao funcionamento do SGRSA, as unidades de implementação têm que incluir essas informações no seu relatório às unidades gestoras.

A seguir uma sugestão de formato para este relato (Tabela #10) que contém as categorias básicas necessárias para o monitoramento do SGRSA. O mais adequado seria integrar essa tabela no formulário geral de monitoramento, para não sobrecarregar as unidades de implementação com demais formulários.

Tabela 10 – Relatório Anual do SGRSA

Título do projeto/atividade			Responsável:		Data:
Atividades principais:					
Localização:					
Riscos	Medidas mitigadoras acordadas	Data de implementação	Ocorreu o risco/impacto antecipado? (incluir data)	Sugestão de outras medidas mitigadoras	Outras observações
Mapa básico (indicar onde ocorreu o impacto negativo)					

3. Relatos da Ouvidoria

Quem deve usar: unidades gestoras

(Gerência operacional: contato principal à Ouvidoria, responsável pelos relatos e retroalimentação/redirecionamento estratégico de subprogramas/atividades;

Gerência estratégica: investigação de queixas, redirecionamento técnico de projetos)

A ouvidoria tem um papel essencial no monitoramento do SGRSA, buscando evitar a necessidade de estabelecer um sistema complexo de monitoramento por meio de estudos de base, indicadores e amplas missões de monitoramento. Uma Ouvidoria com bom funcionamento e uma boa vinculação entre a Ouvidoria e a gerência operacional em termos de fluxo de informação, ajudam a complementar e checar os relatórios anuais das unidades de implementação, e a retroalimentar o SGRSA.

Sugere-se que pelo menos relatórios trimestrais (para poder reagir de forma mais imediata) seja requerido, de forma a manter um fluxo constante de informações – da Ouvidoria à gerência operacional que devem conter todas as queixas e reclamações em relação à execução dos projetos do programa REM.

O registro de reclamações da Ouvidoria ajuda na sistematização e no rastreamento das queixas e reclamos de partes interessadas no programa REM. As unidades gestoras são responsáveis

- (i) Pela investigação de assuntos que levaram às queixas e reclames;
- (ii) Pelo redirecionamento de projetos, atividades e subprogramas, seja através de medidas mitigadoras novas ou alteradas, seja através de um planejamento alterado das atividades núcleos;
- (iii) Pela retroalimentação do SGRSA e as suas ferramentas;
- (iv) Pelo reporte aos doadores sobre queixas e reclamos e as respostas tomadas.

Para poder atuar como indicado, sugere-se para a gerência operacional ter um **registro de reclamações**. Os dados que ela precisa receber da parte da Ouvidoria e gerenciar sobre cada submissão vinculada ao programa REM são os seguintes:

- Numero de referência para a parte interessada que submeteu o assunto
- Nome e detalhes de contato (só no caso que não foi submissão anônima)
- Data de contato(s)
- Assuntos levantados (comentário, sugestão, questão, reclamação, queixa, etc.)
- Respostas e ações propostas a serem tomadas pela Ouvidoria em coordenação com a unidade gestora
- Status da submissão (recordada, ativa, fechada)

É importante notar que, se um reclamante desejar permanecer anônimo, isso tem que ser aceito e respeitado. Nenhum dado pessoal pode ser divulgado publicamente.

4. Missões de monitoramento aleatórios

Quem deve usar: unidades gestoras

(Gerência operacional: priorização de projetos a serem monitorados;

Gerência estratégica: execução do monitoramento aleatório;

CEVA: participação no caso de riscos altos)

Sugere-se que sejam realizadas missões de monitoramento aleatórios para verificar se um risco está sendo mitigado de forma adequada. Essa forma de controle independente é especialmente importante no caso em que um projeto tenha riscos identificados como médios (2), ou se foi requerido a participação e consulta de comunidades afetadas. No caso de um projeto que tenha um risco alto (3), as missões de monitoramento devem ser prioritárias para estes projetos e devem ser conduzidas com a participação da sociedade civil (*membros da CEVA*). É recomendável sincronizar e alinhar estas missões com o sistema geral de monitoramento operativo e técnico do programa REM.

5. Sistema de Alerta Ceda

Quem deve usar: unidades gestoras e de implementação

(Subexecutoras, aglutinadoras, entidades intervenientes: passam a informação sobre incidentes imediatamente à gerência operacional;

Gerência operacional: avisa imediatamente aos doadores;

Gerência estratégica: investiga o incidente relatado e passa a informação à gerência operacional)

Qualquer Incidente Maior ocorrido num projeto financiado pelo programa REM ou causado pelas atividades financiadas deverá ser relatado aos doadores o mais rápido possível e não depois de 24 horas após o incidente ocorrido.

Definição de Incidente Maior:

Qualquer incidente ou acidente social, de trabalho, de saúde e segurança, proteção ou meio ambiente que tenha, ou que seja razoável esperar, que tenha um impacto negativo no Programa, incluindo o risco da reputação. Isso pode incluir explosões, incêndios, derramamentos ou acidentes de trabalho ou de uso comunal. Qualquer lesão de qualquer funcionário (das subexecutoras ou de aglutinadoras, entidades intervenientes, ou bem outros subcontratados / fornecedores) que cause perda de tempo de trabalho é considerado como um incidente grave. A inquietação social e a violência dentro ou perto da comunidade onde o projeto está localizado, bem como as greves trabalhistas no canteiro de obras financiados pelo programa são consideradas incidentes importantes. Qualquer queixa ou acusação grave precisa ser tratado da mesma forma.

As unidades de implementação têm a obrigação de relatar imediatamente à gerência operacional, responsável pelo relato imediato aos doadores. Qualquer ocorrência deve ser investigada pela gerência estratégica para maior esclarecimento e mitigação, num passo posterior à alerta aos doadores.

Se propõe o seguinte formulário para submeter os incidentes maiores.

Tabela 11 – Formulário de Alerta Ceda

Informação geral			
Nome do Projeto, Atividade, Região			
Nome da unidade de implementação (subexecutora, aglutinadora, entidade interveniente)			
Nome de outros subcontratados/fornecedores			
Nome, posição e afiliação das pessoas envolvidas no incidente maior			
Detalhes do incidente maior			
Data e hora do incidente maior			
Localização do incidente maior			
Tipo do incidente maior	<i>Por exemplo: Fatalidade, Lesão, grande vazamento de petróleo, agitação social, explosão de violência, greves trabalhistas, etc.</i>		
Descrição detalhada do incidente maior (ajuntar fotos se necessário)	<i>Descreva em detalhes o que aconteceu de maneira cronológica. Quem estava envolvido?</i> <i>Quais atividades foram realizadas? Em que circunstâncias externas ocorreu o incidente? Qual foi o motivo do incidente? Etc.</i>		
Descreva vítimas e danos	<i>Fatalidades (incluindo número de mortos e diferenciação entre mortes de funcionários / contratados e membros do público).</i> <i>Número ferido (mencionar hospitalizações / perda de membros).</i> <i>Número de feridos na comunidade (se houver).</i> <i>Perda / dano às instalações financiadas ou ambiente operacional.</i> <i>Danos ambientais (por exemplo, poluição da água).</i>		
Descreva resposta imediata	<i>Qual atividade imediata foi realizada? Por exemplo. Atividades de construção interrompidas, primeiros socorros prestados, feridos levados ao hospital, polícia informada, força tarefa implementada etc.</i>		
Descreva resposta a longo prazo	<i>Descreva atividades de longo prazo para evitar que esse incidente aconteça novamente. Descreva investigações adicionais, se houver. Descreva como as lições aprendidas serão compartilhadas entre os funcionários.</i>		
Aprovação do Reporte			
	Posição	Nome	Data
Preparado por			
Aprovado por			

6. Reporte e retroalimentação do SGRSA

Reporte

Os reportes intermediários e anuais aos doadores do SGRSA serão submetidos nos formatos estabelecidos.

Gerência operacional: baseado nos reportes intermediários, elaboração do relatório consolidado a ser encaminhado aos doadores;

Gerência estratégica: baseado nos reportes das unidades de implementação, elaboração dos relatórios intermediários a serem encaminhados à gerência operacional;

CEVA: Aprovação do reporte anual aos doadores.

Retroalimentação do SGRSA

Esta primeira versão do SGRSA será testada em uma fase piloto – ajustando o processo e as ferramentas apresentadas à realidade administrativa e procedural do SISA e do Programa REM em específico. As contribuições do trabalho de retroalimentação e revisão do SGRSA estarão repartidas como segue:

Gerência operacional: Monitoramento operacional do SGRSA e suas ferramentas;

Gerência estratégica: Monitoramento técnico e estratégico do SGRSA e suas ferramentas;

Subexecutoras: Contribuições ao refinamento das ferramentas que se aplicam;

CEVA: Aprovação da retroalimentação e revisão do SGRSA.

Poluição	- Introdução de espécies alienígenas, a menos que estejam estabelecidas na região tecnicamente e culturalmente ou conhecidas de contextos semelhantes e comprovadas como não invasoras e a menos que reforcem a sua competitividade econômica em comparação com espécies e variedades nativas/endógenas; - Atividades que implicam no uso e na introdução de sementes geneticamente modificadas (GMO) - Atividades que implicam a produção, compra, utilização e comércio em farmacêuticos, pesticidas/herbicidas, químicos, substâncias que destroem o ozônio e outras substâncias perigosas que estão sujeitas a proibições internacionais.¹⁷
Regularização ambiental	- Não possuir Cadastro Ambiental Rural (CAR) <u>ou</u> não ter iniciado o processo de regularização ambiental (CAR e PRA) <i>Exceção: este critério não aplica para territórios de posse coletivo que não possuem regularização ambiental. Ao contrário, estes territórios seriam priorizados para regularização ambiental e para financiamento do Programa REM.</i>
Produtos ilegais	- Iniciativas que estimulem a produção ou a comercialização de produtos considerados ilegais em leis ou regulamentos brasileiros ou convenções e acordos internacionais, ou sujeitos a proibições internacionais (produtos farmacêuticos, pesticidas/herbicidas, substâncias que destroem a camada de ozônio, a vida selvagem ou produtos regulados sob a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagens (CITES)) - Comercialização de madeira ilegal - Atividades ilícitas (Falsificação de documentos)
Produtos, serviços e empresas não apoiáveis	- Produção, compra e/ou comercialização de tabaco, armas, produtos tóxicos, amianto - Empresas multinacionais/internacionais do agronegócio - Organizações que têm um histórico de corrupção comprovado - Compra e/ou comercialização de bezerros e bovinos - Compra e/ou comercialização de motosserras - Dívidas de organizações e/ou pessoas físicas
Remuneração de funcionários públicos	- Pagamento de salários de funcionários públicos em substituição de financiamento público
Regulamentação trabalhista	- Atividades associadas ao trabalho escravo ou atividades análogas ao trabalho escravo - Atividades associadas a trabalho infantil - Ausência de conformidade com a legislação trabalhista <u>ou</u> de compromisso formal a iniciar o processo de regularização trabalhista de acordo com a disponibilidade de recursos e pontos críticos identificados
Gênero	- Atividades que de antemão excluem e discriminam mulheres ou jovens entre os beneficiários dos subprogramas e seus projetos
Povos indígenas e populações tradicionais	- Atividades que produzam impactos em Terras Indígenas ou Unidades de Conservação, e que sejam propostas <u>sem</u> anuência e o consentimento livre, prévio e informado documentado dos povos indígenas e comunidades tradicionais

Terras e patrimônio cultural

- Atividades que levem ao deslocamento econômico ou físico de comunidades;
- Atividades que prejudicam a segurança e soberania alimentar de atores na agricultura familiar e de povos indígenas e comunidades tradicionais;
- Atividades que prejudicariam propriedades culturais, tal como locais arqueológicos e históricos, monumentos religiosos ou cemitérios.

¹⁷ - substâncias listadas na Convenção de Estocolmo (<http://www.pops.int/TheConvention/Overview/TextoftheConvention/tabid/2232/Default.aspx>), na Convenção de Rotterdam (<http://www.pic.int/Implementation/PICCircular/tabid/1168/language/en-US/Default.aspx>) assim como no Protocolo de Montreal (http://ozone.unep.org/new_site/en/historical_meetings.php)

- substâncias que são definidas como extremamente ou altamente perigosas listadas nas Diretrizes de OMS de Classificação como classes I a e I b (http://www.who.int/ipcs/publications/pesticides_hazard_2009.pdf), a menos que o usuário final tem os controles apropriados estabelecidos em relação à fabricação, aquisição ou distribuição e/ou utilização destes químicos;

- substâncias que são definidas como moderadamente perigosas listadas nas Diretrizes de OMS de Classificação como classes II (http://www.who.int/ipcs/publications/pesticides_hazard_2009.pdf), a menos que o usuário final tem os controles apropriados estabelecidos em relação à fabricação, aquisição ou distribuição e/ou utilização destes químicos;

- substâncias que são definidas como altamente perigosas em acordo com a Lista FSC sobre “pesticidas altamente perigosas” (<https://ic.fsc.org/preview.fsc-std-30-001a-en-fsc-list-of-highly-hazardous-pesticides.a-4050.pdf>)

- substâncias que são listadas na Convenção Singular sobre Estupefacientes (1961) e na Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (1971), assim como Novas Substâncias Psicotrópicas (NPS) definidas pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (https://www.unodc.org/documents/scientific/NPS_2013_SMART.pdf) como substâncias “que não são controladas pela Convenção Singular sobre Estupefacientes (1961) e pela Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (1971), pero que representam uma ameaça para a saúde pública.

ANEXO II

RELATÓRIO ANUAL FINANCEIRO

1. Recursos recebidos e adquiridos

Em dezembro de 2017 o Governo do estado do Acre recebeu € 5.000.000,00 (cinco milhões de Euros) do KFW, através da conta financeira 00071042-6, agência 0534-7, da CAIXA ECNÔMICA FEDERAL, esse recurso foi internalizado com uma taxa de câmbio de R\$ 3,9330, totalizando R\$ 19.665.000,00 (dezenove milhões e seiscentos e sessenta e cinco mil reais).

Durante o ano de 2018 foi elaborado o PDI 2 com a previsão dos recursos a serem recebidos e planejados para o ano de 2019. Com isso em dezembro de 2018 tivemos duas internalizações referente ao projeto, uma de £ 7.140.000,00, que totalizou R\$ 35.450.020,26 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil, vinte reais e vinte e seis centavos) referente ao PDI 01 e € 2.499.925,00 (dois milhões e quatrocentos e noventa e nove mil e novecentos e vinte e cinco euros), que totalizou R\$ 11.164.665,05 (onze milhões, cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e cinco centavos).

Esse recurso foi direcionado a uma conta de aplicação financeira, com isso no período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018 o projeto obteve um rendimento financeiro de R\$ 578.435,61 (quinhentos e setenta e oito mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos), o qual todo encontrasse em conta para sua utilização nas atividades do projeto.

Diante do exposto podemos observar que no período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018 o programa obteve um total de R\$ 66.858.120,92 (sessenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, cento e vinte reais e noventa e dois centavos) de internalizações, e um total de pago de R\$ 16.302.775,98 (dezesseis milhões, trezentos e dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos), restando um saldo em conta de R\$ 50.573.773,95 (cinquenta milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos), conforme quando abaixo:

VALORES INTERNALIZADO					
PDI 1		PDI 2		RENDIMENTO	TOTAL EM REAIS
€ 5.000.000,00	R\$ 19.665.000,00	€ 2.250.000,00	R\$ 11.164.665,05		
£ 7.140.000,00	R\$ 35.450.020,26			R\$ 578.435,61	R\$ 66.858.120,92
TOTAL	R\$ 55.115.020,26	TOTAL	R\$ 11.164.665,05		

2. Balanço do saldo em conta

VALOR INTERNALIZADO			TOTAL DE SAÍDAS		
Valor Internalizado	R\$	66.279.685,31	Valor Pago	R\$	16.302.733,98
Valor do Rendimento	R\$	578.435,61	Valor de taxas bancárias	R\$	42,00
TOTAL	R\$	66.858.120,92	TOTAL PAGO	R\$	16.302.775,98

VALOR DEVOLVIDO	R\$	18.429,01
SALDO EM CONTA (1)	R\$	50.573.773,95
TOTAL CONTRATADO A PAGAR (2)	R\$	8.391.100,42
Saldo considerando todas as contratações (2) e (3)	R\$	42.182.673,53

3. Pagamentos/contratações por subprogramas

Programa REM Acre, Fase II						
Subprogramas	Valor Planejado PDI 01 (R\$)	VALOR CONTRATADO (R\$)	VALOR PAGO (R\$)	SALDO DE CONTRATO (R\$)	SALDO A CONTRATAR (R\$)	% DE EXECUÇÃO
I. ATIVIDADES COM NÍVEL LOCAL/BENEFICIÁRIO (70%)	R\$ 33.126.579,55	R\$ 17.464.719,70	R\$ 11.194.790,87	R\$ 6.269.928,83	R\$ 15.661.859,86	47,28%
Subprograma 1: Territórios Indígenas	R\$ 5.679.653,59	R\$ 3.498.116,43	R\$ 2.229.785,35	R\$ 1.268.331,08	R\$ 2.181.537,17	38,41%
Subprograma 2: Territórios da Produção Familiar Sustentável	R\$ 15.619.047,36	R\$ 5.881.851,25	R\$ 3.848.235,71	R\$ 2.033.615,54	R\$ 9.737.196,11	62,34%
Subprograma 3: Territórios da Pecuária Diversificada Sustentável	R\$ 11.827.878,60	R\$ 8.084.752,02	R\$ 5.116.769,81	R\$ 2.967.982,21	R\$ 3.743.126,58	31,65%
II. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS (30%)	R\$ 14.199.133,97	R\$ 7.228.719,21	R\$ 5.107.943,11	R\$ 2.120.776,10	R\$ 6.970.414,75	49,09%
REDD+ e SISA	R\$ 11.516.967,33	R\$ 5.884.329,68	R\$ 4.431.224,70	R\$ 1.453.104,98	R\$ 5.632.637,65	48,91%
Gestão Operacional do Programa	R\$ 2.682.166,64	R\$ 1.344.389,53	R\$ 676.718,41	R\$ 667.671,12	R\$ 1.337.777,11	49,88%
TOTAL	R\$ 47.325.713,52	R\$ 24.693.438,91	R\$ 16.302.733,98	R\$ 8.390.704,93	R\$ 22.632.274,61	47,82%

4. Pagamentos/contratações por sebexecutoras

Programa REM Acre, Fase II					
Secretarias	Valor Planejado PDI 01 (R\$)	VALOR CONTRATADO	VALOR PAGO	SALDO DE CONTRATO	SALDO A CONTRATAR
SEPLAN	R\$ 2.682.166,64	R\$ 1.344.389,53	R\$ 676.718,41	R\$ 667.671,12	R\$ 1.337.777,11
SETUL	R\$ 790.483,22	R\$ 356.162,30	R\$ 228.427,43	R\$ 127.734,87	R\$ 434.320,92
SESP - CIOPAER	R\$ 760.000,00	R\$ 651.543,39	R\$ 621.019,92	R\$ 30.523,47	R\$ 108.456,61
SEPN	R\$ 1.380.966,43	R\$ 834.461,76	R\$ 598.733,18	R\$ 235.728,58	R\$ 546.504,67
SEE	R\$ 614.667,85	R\$ 343.350,80	R\$ 29.008,64	R\$ 314.342,16	R\$ 271.317,05
PMAC - BPA	R\$ 500.000,00	R\$ 370.492,09	R\$ 261.688,25	R\$ 108.803,84	R\$ 129.507,91
IMAC	R\$ 1.245.796,48	R\$ 129.615,21	R\$ 93.444,29	R\$ 36.170,92	R\$ 1.116.181,27
SEDENS	R\$ 7.575.164,36	R\$ 6.297.796,54	R\$ 4.523.235,93	R\$ 1.774.560,61	R\$ 1.277.367,82
IMC	R\$ 4.550.743,41	R\$ 2.284.321,27	R\$ 1.435.879,62	R\$ 848.441,65	R\$ 2.266.422,14
SEMA	R\$ 12.755.705,43	R\$ 5.343.302,99	R\$ 3.469.611,85	R\$ 1.873.691,14	R\$ 7.412.402,44
SEAPROF	R\$ 6.073.107,40	R\$ 2.960.179,94	R\$ 2.454.829,56	R\$ 505.350,38	R\$ 3.112.927,46
SEAP	R\$ 4.252.714,24	R\$ 1.786.955,48	R\$ 593.533,88	R\$ 1.193.421,60	R\$ 2.465.758,76
CDSA	R\$ 599.134,47	R\$ 131.256,85	R\$ 131.256,85	R\$ -	R\$ 467.877,62
CBMAC	R\$ 1.000.000,00	R\$ 624.263,27	R\$ 624.263,27	R\$ -	R\$ 375.736,73
FUNTAC	R\$ 1.829.824,17	R\$ 714.405,49	R\$ 145.024,24	R\$ 569.381,25	R\$ 1.115.418,68
ITERACRE	R\$ 715.239,43	R\$ 520.942,00	R\$ 416.058,66	R\$ 104.883,34	R\$ 194.297,43
TOTAL	R\$ 47.325.713,53	R\$ 24.693.438,91	R\$ 16.302.733,98	R\$ 8.390.704,93	R\$ 22.632.274,62

5. Controles de execução

O processo de execução orçamentário-financeira consiste no acompanhamento e realização de procedimentos, incluindo a coleta e sistematização de dados de natureza quantitativa e qualitativa de forma a constituir um instrumento fundamental no gerenciamento do REM II.

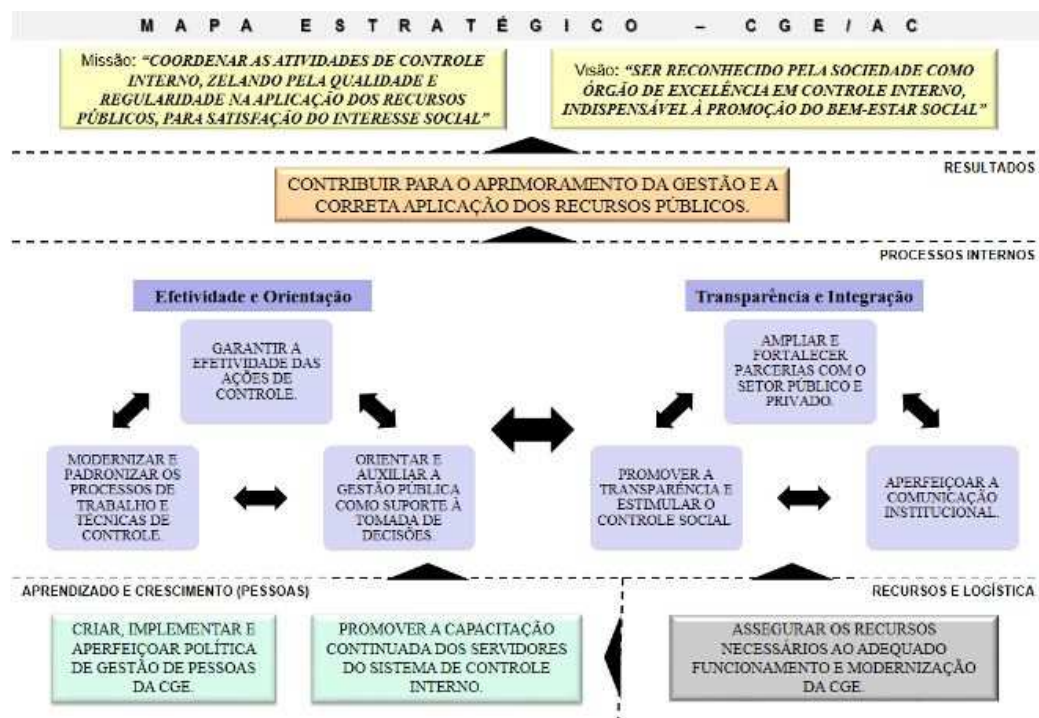
Para a execução, é exigido um controle que atenda ao a SEPLAN e as Subexecutoras do REM II, com informações confiáveis de quanto, como, onde e quando foram utilizados os recursos, viabilizando, desta forma, a sua administração financeira. O rol de informações descritas é indispensável para que sejam exercidos os controles financeiros, conforme descrito abaixo.

As liberações financeiras são divididas em diárias e contratos (contratos/convênios). As diárias passam pelo setor financeiro e posteriormente para o setor de monitoramento para aprovação. Os contratos passam pelo setor financeiro, posteriormente pelo setor de contratos e em seguida para o setor de monitoramento para aprovação.

Na sequência, é feito um ofício de solicitação de liberação financeiro para a secretaria da Fazenda - SEFAZ. Feito isso, aguarda-se a realização da liberação pela SEFAZ e acompanha-se o pagamento a ser feito pela secretaria solicitante da liberação, sendo este pagamento feito de acordo com o valor na liberação financeira.

Posterior o pagamento temos a Controladoria Geral do Estado do Acre - CGE/ACC, órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo estadual, nos termos do Decreto Estadual nº 3.847, de 10 de fevereiro de 2009.

Atualmente, regida pela Lei Complementar Estadual nº 247, de 24 de fevereiro de 2012, a CGE/AC é responsável por exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das conversões e renúncia de receitas. Conforme demonstrada no organograma abaixo.



Anexo III – Registro Fotográfico

Área de Atuação : Territórios Indígenas



Agente Agroflorestal Indígena - AAFI orientando aluno da escola a realizar o plantio definitivo e Levantamento do senso populacional dos SAFs pelos AAFIs, na TI Rio Gregório, Tarauacá-AC.



Aspectos do processo de formação indígena em sala de aula e aprendizagem sobre sistemas agrícolas como área de conhecimento escolar.



Capacitação indígena em cartografia do conhecimento I e II

Área de Atuação : Produção Familiar Sustentável



Oficina de Extração de Óleo Vegetal na Associação Igarapé Branco - FUNTAC



Oficina de Manipulação para Produção de Fitocsméticos de Higiene Pessoal – Saboaria Xapuri



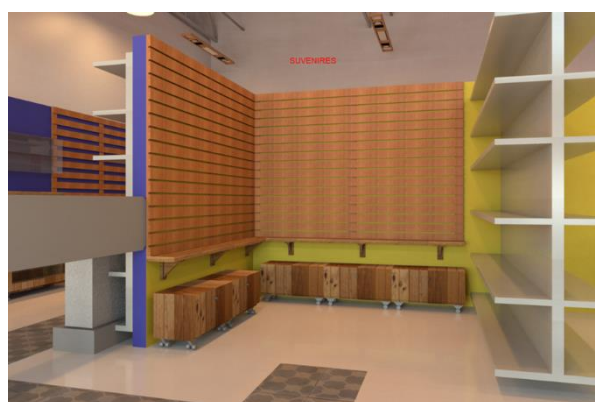
Ações de apoio ao Programa de Regularização Ambiental - PRA



Participação dos artesãos do Acre na FENEARTE – Maior Feira de Artesanatos da América Latina



Caminhão Baú para transporte dos produtos comercialização artesanais do Estado do Acre



Loja Casa Arte Nativa – Loja Matriz para do Artesanato Acreano



Oficina Participativa de Elaboração do Plano TBC
TBC — Trilha Chico Mendes



Oficina Participativa de Elaboração do Plano
Resex Cazumbá-Iracema



Visita Técnica de Reconhecimento e Inventário Participativa



Apresentação do Programa e Oficina

Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Corte e Leite



Apresentação Pecuária + Eficiente para produtores nos Municípios/SEAP



Visitas técnicas da equipe da SEAP à produtores onde será implantada UD's nos Municípios/SEAP





Transporte de alevinos para distribuição aos produtores
No âmbito da Piscicultura crescimento



Tanque recebendo alevinos – controle do
e desenvolvimento dos peixes

Área de atuação: Fortalecimento do SISA e Instrumentos de REDD+



Equipe técnica IMC em ações de monitoramento de base comunitária



Ações de formação e planejamento junto as comunidades indígenas, parceria IMC e IMAC



Visita qualificada realizadas nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR (A) e Instituição de Governo (B), municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul – AC, respectivamente. No âmbito das ações de revisão e atualização do ZEE/AC. Fonte: SEMA, 2018



Visita qualificada realizadas nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Instituição de Governo, município de Xapuri – AC. Fonte: SEMA, 2018.



Estruturação física da Ouvidoria do SISA instalada na sede da SEMA



Ação de combate a incêndios florestais no município de Plácido de Castro/AC



Formação de brigada de incêndio florestal com membros da Prefeitura do Município de Santa Rosa do Purus e comunitários



Áreas degradadas, isoladas e identificadas através de sobrevoo



Orientação de boas práticas alternativas de uso do fogo e repressão a práticas ilegais



Operação de combate ao transporte ilegal de madeiras no município de Sena Cruzeiro do Sul



Ações de Capacitação/Intercâmbio/Formação, Apoio Comunitário, Educação Ambiental, Monitoramento, Conselho Gestor, Voluntariado, Difusão e Pesquisa na APA Lago do Amapá/SEMA/AC



Reunião da equipe técnica do ITERACRE com representantes das comunidades



Reunião da equipe técnica do ITERACRE com representantes dos municípios

ANEXO IV

AGENDA DE LICITAÇÕES 2018 - REM/KFW

Item	Ação POA	Subexecutor	Modalidade	Objeto	R\$ Estimado	R\$ Contratado	Nº Contrato	Situação
1	4.3.1	SEPLAN	Tomada de Preço por Técnica e Preço Nº 001/2018	Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Física para a UCP/REM (Técnico Financeiro, Licitação e Aquisição, Gestor de Subprogramas e Assessor Jurídico)	510.000,00	108.000,00	54/2018	Rescindido
2	4.3.1					150.000,00	55/2018	Rescindido
3	4.3.1					117.600,00	56/2018	Contratado
4	2.1.5.1.1	SEMA	Concorrência por Técnica e Preços Nº 010/2018	Contratação de Serviços de Pessoa Jurídica para prestar assistência técnica as comunidades extrativistas das Florestas Públicas Estaduais (UGAI)	784.358,85	R\$ 784.326,69	052/2018	Contratado
5	4.3.2	SEPLAN	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 032/2017	Prestação de serviços de Manutenção preventiva e corretiva em geral em veículos automotores, incluindo serviços de lanternagem, pintura, funilaria, borracharia, alinhamento, balanceamento e cambagem. Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 029/2017 - MPAC	80.600,00	R\$ 80.600,00	013/2018	Contratado
6	4.3.2	SEPLAN	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 120/2017	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de transporte aéreo (agenciamento de viagens para emissão de passagens aéreas), incluindo reservas, marcação/remarcação de bilhetes em trechos, interestadual e internacional, bem como, demais serviços correlatos Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 008/2017 - SEMCAS	75.000,00	R\$ 75.000,00	036/2018	Contratado
7	2.2.1.1.5	SETUL	Pregão Presencial Nº 108/2018	Contratação de empresa para Locação de Veículo para execução do projeto	71.884,60	R\$ 41.720,00	008/2018	Contratado
8	4.2.1.7.8	ITERACRE	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 023/2017	Aquisição de Combustível (Diesel S10 e gasolina) Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 029/2017 -	145.558,50	R\$ 145.558,50	008/2018	Contratado
9	3.1.2.2.3	SEDENS	ADESÃO A ATA Pregão Eletrônico SRP nº 018/2017	contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel e óleo diesel S10) Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 046/2017 - Depasa	110.026,00	R\$ 110.026,00	002/2018	Contratado
10	3.1.2.2.3	SEDENS	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 003/2017	Aquisição de Material de Consumo (Água Mineral em garrafa de 20 litros, garrafas de 50 ml, gelo em barra, gelo drink e gás de cozinha) Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 002/2017 - Câmara Municipal de Rio Branco	10.000,20	R\$ 10.000,20	003/2018	Contratado

11	3.1.2.2.7	SEDENS	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 442/2017	Contratação de empresa para o fornecimento de material de consumo (material gráfico) Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 004/2017	80.002,29	R\$ 80.002,29	007/2018	Contratado
12	3.1.2.2.4	SEDENS	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 058/2017	Contratação de empresa para aquisição de material de consumo (expediente). Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 012/2017	161.761,62	R\$ 161.761,62	006/2018	Contratado
13	3.1.2.2.4	SEDENS	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 116/2017	Contratação de empresa para aquisição de material de consumo (Cartuchos e toners). Ata de Registro de Preço Nº 006/2017	46.340,00	R\$ 46.340,00	005/2018	Contratado
14	2.2.1.1.5	SETUL	Pregão Presencial Nº 123/2018	Aquisição de equipamentos de informática para a execução do Projeto" Turismo de Base comunitária	11.418,33			FRACASSADO
15	4.1.1.4.1	IMC	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 073/2014	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial , com fornecimento de mão de obra Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 001/2014 - IMAC	65.283,12	65.283,12	Nº 044/2014	Contratado
16	4.1.1.4.1	IMC	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP Nº 1.380/2013	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços transporte/mensageiro (motoboy), destinados a atender as necessidades do IMC Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 001/2014 - SGA	36.862,44	36.862,44	Nº 027/2014	Contratado
17	4.1.1.3.3	IMC	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP Nº 012/2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens a nível regional, nacional e internacional em voos regulares, destinados a atender as necessidades do IMC Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 007/2017 - TCE	150.000,00	187.500,00	Nº 006/2018	Contratado
18	4.1.1.4.3	IMC	Chamamento Público Nº 001/2013	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Agente de Integração para Intermediação do Programa de Estágio , destinados a atender as necessidades do IMC Instituto Euvaldo Lodi - IEL	64.908,00	64.908,00	Nº 001/2014	Contratado
19	4.2.1.7.9	ITERACRE	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 032/2017	Prestação de serviços de Manutenção preventiva e corretiva em geral em veículos automotores, incluindo serviços de lanternagem, pintura, funilaria, borracharia, alinhamento, balanceamento e cambagem. Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 029/2017 - MPAC	91.042,50	R\$ 91.042,50	010/2018	Contratado

20	4.2.1.7.7	ITERACRE	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 1352/2013	Prestação de emissão de passagens aéreas , incluindo reservas, remarcação de bilhetes em trechos intermunicipais e interestaduais. Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 028/2014 - FEM	23.671,05	R\$ 23.671,05	036/2014	Contratado
21	4.2.1.2.3	SESP	APOSTILAMENTO Pregão Eletrônico SRP nº 092/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de 1º, 2º e 3º níveis, nas especialidades de Célula, Grupo Motopropulsor e Aviônicos , com aplicação de peças, acessórios e componentes, cumprimento de diretrizes técnicas (SB's, ASB's, DT's, DA's e etc.), com prestação de apoios técnico operacional na sede do Contratante, para aeronave de asa rotativa modelo AS350 B2 com VEMD, prefixo PRCJD da SESP, operado pelo Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAER	352.099,97	R\$ 352.099,97	090/2018	Contratado
22	4.3.2	SEPLAN	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 108/2017	Aquisição de Equipamento de Tecnologia da Informática (Nobreak e Áudio Conferência) Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 003/2018 - RBPREV	10.439,13	R\$ 8.908,50	046/2018	Contratado
23	4.3.2	SEPLAN	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 025/2016	Aquisição de materiais de Informática e de consumo (Notebook 15", Monitor 23" e HD Externo) Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 014/2017 - MPAC	21.053,00	R\$ 12.473,00	024/2018	Contratado
24	4.2.1.2.4	SESP	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP nº 399/2013	Fornecimento de combustível (querosene aeronáutico JET-AI) , para suprir as necessidade das aeronaves de propriedade ou operadas pelo Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAER.	79.994,18	R\$ 17.700,93	Nº 013/2018	Contratado
25	4.2.1.2.10	SESP	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP nº 399/2013	Contratação de empresa para prestação de serviços de agenciamento de viagens (reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aereas nacionais.	64.999,97	R\$ 46.370,75	Nº 026/2013	Contratado
26	4.3.2	SEPLAN	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 301/2017	Aquisição de Equipamento de Informática (Desktop) Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 019/2017 - FEM	81.400,00	R\$ 81.400,00	038/2018	Contratado
27	4.2.1.2.7	SESP	APOSTILAMENTO Pregão Eletrônico SRP nº 003/2017	Fornecimento de Peças , componentes, acessórios e ferramentas aeronáuticos nas categorias célula e aviônicos para aplicação na aeronave da asa rotativa, prefixo PR-CJD, modelo AS350 B2 com VEMD e respectivo motor Arriel 1D1.	80.000,00	73.609,57	030/2018	Contratado
28		SEPLAN	Tomada de Preço por Técnica e Preço	Contratação de serviços de terceiros pessoa física para a UCP-REM, para prestar Serviço de Monitoramento Técnico e Socioambiental , para subsidiar as Ações da SEPLAN no âmbito das políticas	120.000,00			Cancelado

29	2.1.9.1.4	SEMA	ADESÃO A ATA Pregão Eletrônico SRP Nº 023/2016	Aquisição de veículos automotor utilitário tipo caminhonete Adesão a Ata de Registro de Preço nº 023/2016 - 7º BEC	124.895,25	124.895,25	019/2018	Contratado
30	4.2.1.7.3	ITERACRE	ADESÃO A ATA Pregão Eletrônico SRP Nº 011/2017	Aquisição de equipamentos de Geoprocessamento (GNSS com RTK completo) Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 39/2017 - IFMG	119.799,90	119.799,90	13/2018	Contratado
31	2.2.1.1.5	SETUL	Pregão Presencial Nº 193/2018	Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza	33.471,99	R\$ 19.849,55	012/2018	Contratado
32	2.2.1.1.5	SETUL				R\$ 11.431,90	011/2018	Contratado
33	4.3.2	SEPLAN	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 013/2017	Contratação de pessoa jurídica na prestação de Serviços Diversos e Materiais Análogos, como: Cópias de Chaves; Abertura e Conserto de Fechaduras; Confeção de Carimbos e Substituição de Borrachas, Refil, Filtro, Tinta e Acessórios para Carimbos; Confeção de Crachás e fornecimento de suporte e cordão para crachás; Serviços de Reprografia incluindo impressões, fotocópias, encadernações e plastificações; Confeção de Banners Informativos e Magneto para veículos Ata de Registro de Preço Nº 008/2017	9.986,13	R\$ 9.986,13	045/2018	Contratado
34	2.2.1.1.5	SETUL	PARTICIPANTE DA ATA Pregão Eletrônico SRP Nº 142/2016	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustível (Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e S-10) em ponto interno e em rede de pontos credenciados através de sistema (software) de gerenciamento integrado para captura eletrônica de dados mediante uso de cartão magnético Ata de Registro de Preço Nº 002/2017	54.000,00	R\$ 54.000,00	018/2018	Contratado
35	3.1.2.2.6	SEDENS	Contratação Direta	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de Manutenção corretiva e preventiva (Serviços e peças) de veículos	2.610,68	R\$ 2.574,12	009/2018	Contratado
36	3.1.2.2.6	SEDENS	Contratação Direta	Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de Manutenção de veículos	3.130,01	R\$ 3.000,00	008/2018	Contratado
37		IMC	Tomada de Preço por Técnica e Preço Nº 014/2018	Contratação de serviços de consultoria para Assessorar no gerenciamento dos Procedimentos e Ações de Governança do SISA	96.000,00			revogado
38	4.1.1.9.1	IMC	Tomada de Preço por Técnica e Preço Nº 008/2018	Contratação de serviços profissionais de Especialista para Assessoramento Estratégico do Programa REM-ACRE Fase II do SISA	164.000,00	162.152	029/2018	Contratado
39	2.2.3.1.4	SEPN	Contratação Direta	Transporte Aéreo de Carga (produtos regionais artesanais) no trecho Rio Branco/ Brasília, com peso total de 877,159 Kg	6.533,95	R\$ 6.533,95	Empenho 7590040011/2018	Contratado

40	4.1.1.2.4	IMC	ADESÃO A ATA Pregão Eletrônico SRP nº 045/2017	Aquisição de veículos Camionete , compreendendo fornecimento e assistência técnica através da concessionária do fabricante no período da garantia para atender as demandas do Instituto de mudanças Climáticas - IMC Ata de Registro de Preço Nº 051/2017	120.000,00	119950	013/2018	Contratado
41	4.2.1.5.3	IMAC	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP nº 403/2016	Contratação de Empresa Especializada para o fornecimento de serviços de agenciamento de viagens aéreo – em níveis regional, nacional e internacional – e terrestre – em níveis regional e nacional – compreendendo: reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento e endosso	40.000,00	R\$ 20.000,00	13/2018	Contratado
42	4.2.1.5.3	IMAC	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP nº 403/2016	Contratação de Empresa Especializada para o fornecimento de serviços de agenciamento de viagens aéreo – em níveis regional, nacional e internacional – e terrestre – em níveis regional e nacional – compreendendo: reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento e endosso	40.000,00	R\$ 20.000,00	14/2018	Contratado
43	3.1.1.1.7	SEAP	PARTICIPANTE DA ATA Pregão Eletrônico SRP nº 142/2016	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis (Gasolina comum, óleo Diesel comum e S-10) em rede de postos credenciados através de sistema (software) de gerenciamento integrado para a captura eletrônica de dados mediante uso de cartão magnético Ata de Registro de Preço nº 002/2017	272.600,00	R\$ 4.994,33	Nº 044/2017	Contratado
44	3.1.1.5.5	SEAP	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP nº 328/2018	Contratação de empresa para prestação de serviço de Manutenção Preventiva de (Alinhamento e Balanceamento , Cambagem, Conserto, troca de óleo, Rodízio e Montagem de Pneus)	72.000,00	R\$ 2.990,00	023/2018	Contratado
45	3.1.1.5.5	SEAP				R\$ 4.140,00	034/2018	Contratado
46	3.1.1.1.6	SEAP				R\$ 39.986,00	052/2018	Contratado
47	3.1.1.5.6	SEAP	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP nº 385/2017	Contratação de empresa para especializada para prestação de serviços de Manutenção Corretiva e/ou Preventiva para frota de tratores e implementos agrícolas com fornecimento de peças de reposição/acessórios (Genuínas e Similares) e quaisquer outros componentes	15.000,00	R\$ 15.000,00	048/2017	Contratado
48	3.1.1.5.6	SEAP					049/2017	Contratado
49	3.1.1.5.6	SEAP	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP nº 458/2017	Contratação de empresa para prestação de serviço de Manutenção Corretiva e/ou Preventiva de retifica de motores (tratores e caminhões), bombas injetoras (Caminhões), bombas hidráulicas (tratores e caminhões) e serviços elétricos (tratores e caminhões)	15.000,00	R\$ 8.251,74	053/2018	Contratado

50	3.1.1.1.5	SEAP	ADESÃO A ATA Pregão Eletrônico SRP nº 662/2016	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de agenciamento de viagens , incluindo reservas, emissão, marcação/remarcação, cancelamentos, endosso, ordens de passagens (PTA) ou entrega de bilhetes em voos nacionais e internacionais Adesão a Ata de Registro de Preço nº 002/2018 - SECT	46.800,00	R\$ 46.800,00	021/2017	Contratado
51	3.1.1.4.4	SEAP	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 442/2017	Aquisição de Material Gráfico (Consumo) Adesão a Ata de Registro de Preço nº 004/2017 - SECT	19.898,00	R\$ 19.898,00	28/2018	Contratado
52	3.1.1.1.2	SEAP	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 343/2017	Aquisição de Motocicletas Adesão a Ata de Registro de Preço nº 145/2017 - SEE	124.000,00	R\$ 62.000,00	025/2018	Contratado
53	4.2.1.5.3	IMAC	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP nº 343/2017	Prestação de Serviços de Manutenção preventiva e corretiva em geral em veículos automotores e barcos, incluindo serviços de lanternagem, pintura, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, estofaria, tapeçaria, com fornecimento e troca de peças, acessórios, equipamentos obrigatórios.	12.000,00	R\$ 7.000,00	001/2018	Contratado
54	4.2.1.5.3	IMAC				R\$ 5.000,00	002/2018	Contratado
55	4.2.1.2.9	SESP	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 1429/2013	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos , com fornecimento de peças e acessórios, além de serviços de guincho para veículos Adesão a Ata de Registro de Preço nº 013/2014 - SEPC	21.900,00	R\$ 20.322,01	Nº 004/2015	Contratado
56	2.2.1.1.5	SETUL	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 112/2017	Prestação de serviços de emissão de bilhetes eletrônicos de Passagens Aéreas (e-ticket) Nacionais, remarcação, cancelamento, dentre outros serviços necessários, visando o deslocamento de servidores do SETUL, membros do comitê de Investimentos e de colaboradores eventuais	36.000,00	R\$ 36.000,00	009/2018	Contratado
57	4.1.1.12.1	IMC	Tomada de Preço por Técnica e Preço Nº 010/2018	Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, especializada no assessoramento e funcionamento da câmera técnica Mulher no âmbito do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA	300.000,00	298829,6	035/2018	Contratado
58	3.1.2.2.6	SEDENS	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 005/2017	Prestação de serviços de manutenção de veículos automotores com reposição de peças , destinados a atender as necessidades da secretaria de Estado de Desenvolvimento da Indústria, do Comércio, e dos Serviços Sustentáveis	70.000,00	R\$ 70.000,00	12/2018	Contratado
59	4.2.1.2.5	CBMAC	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP Nº 159/2015	Contratação de empresa especializada em fornecimento de passagens aéreas , objetivando fortalecimento das ações do CBMAC	102.726,24	R\$ 102.726,24	09/2016	Contratado

60	4.1.1.3.3	IMC	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 186/2017	Contratação de Pessoa Jurídica especializada em serviços de intermediação de transporte aéreo (hora/voo), para transporte de pessoas em trechos intermunicipais Ata de Registro de Preço Nº 002/2017	39.050,00	39050	015/2018	Contratado
61	4.1.1.9.2	IMC	Contratação Direta	Contratação de Serviços Especializado para o Aprimoramento das salvaguardas socioambientais do SISA do Estado do Acre e implementação do programa REDD + do Acre (Programa ISA Carbono)/ Intercambio de conhecimento Sul-Sul (SSKE)	7.970,00	7.970,00	014/2018	Contratado
62	4.2.1.4.4	PMAC	Contratação Direta	Aquisição de um (telefone via satélite destinados a atender as necessidades do Batalhão	6.500,00	R\$ 6.500,00	6080010195/2018	Contratado
63	4.2.1.4.11	PMAC	PARTICIPANTE DA ATA Pregão Eletrônico SRP nº 142/2016	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis (Gasolina comum, óleo Diesel comum e S-10) em rede de postos credenciados através de sistema (software) de gerenciamento integrado para a captura eletrônica de dados mediante uso de cartão magnético Ata de Registro de Preço Nº 002/2017	60.000,00	039/2017	039/2017	Contratado
64	4.2.1.4.6	PMAC	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP nº 001/2017	Contratação de empresa especializada em fornecimento de passagens aéreas , incluindo reservas, emissão, marcação/remarcação de bilhetes em voos nacionais e internacionais	15.000,00	R\$ 15.000,00	nº 014/2017	Contratado
65	4.2.1.4.9	PMAC	Pregão Eletrônico SRP Nº 282/2018	Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção corretiva e/ou preventiva , bem como o fornecimento de peças de reposição/acessórios (novas - primeiro uso) e quaisquer componentes necessários para a frota de veículos automotores	70.866,34	R\$ 51.700,00	034/2018	Contratado
66	2.2.1.1.6	SETUL	Contratação direta Parcer Jurídico 013/2018	Compra Direta de material de expediente destinados a execução do Projeto "Turismo de Base Comunitária"	7.448,60	R\$ 7.488,00	7510030017/2018	Contratado
67	4.1.1.4.4	IMC	Contratação Direta	Contratação de empresa para fornecimento de Material de Consumo (Pneus)	6.768,00	6.768,00	016/2018	Contratado
68		SEPLAN	Tomada de Preço por Técnica e Preço Nº 012/2018	Contratação de empresa para Realizar Serviços de Auditoria Financeira Independente do Programa Global REDD para Early Movers	437.140,36			Em andamento
69		SEPLAN	Concorrência por Técnica e Preços Nº 024/2018	Contratação de empresa para realizar serviços de Auditoria Técnica independente do programa Global REDD para EARLY MOVERS	1.308.623,39			Fracassado

70	3.1.2.2.4	SEDENS	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP Nº 251/2017	Contratação de empresa pessoa jurídica especializada no fornecimento de matérias de limpeza e higienização destinado a atender as necessidades da SEDENS Ata de Registro de Preço Nº 004/2017	27.984,12	R\$ 27.984,12	011/2018	Contratado
71	3.1.2.2.5	SEDENS	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP Nº 012/2017	Prestar serviços de agenciamento de viagens , especializada em emissão de passagens aéreas (e-Ticket) ou de ordens de passagens, com o respectivo “código localizador”, destinados a atender as necessidades da SEDENS Ata de Registro de Preço Nº 007/2017	20.000,00	R\$ 20.000,00	010/2018	Contratado
72	4.2.1.5.3	IMAC	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP Nº 310/2016	Contratação de empresa especializada para o fortalecimento de gasolina comum, óleo diesel e óleo diesel S10 para o abastecimento da frota de veículos do Instituto de Meio Ambiente do Acre, nos municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Brasília, Tarauacá, Feijó e Cruzeiro do Sul	166.000,00	R\$ 17.000,00	008/2018	Contratado
73	4.2.1.5.3	IMAC				R\$ 119.000,00	009/2018	Contratado
74	4.2.1.5.3	IMAC				R\$ 30.000,00	010/2018	Contratado
75	4.2.1.5.3	IMAC	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP Nº 552/2016	Contratação de empresa especializada para Fornecimento de Material de Consumo para manutenção de veículos	53.000,00	R\$ 53.000,00	003/2018	Contratado
76	4.3.2	SEPLAN	ADESÃO A ATA Pregão Eletrônico SRP nº 200/2017	Aquisição de Veículos tipo van, caminhonete – utilitária e motocicleta Ata de Registro de Preço Nº 100/2018	276.470,58	R\$ 276.470,58	041/2018	Contratado
77	4.2.1.4.10	PMAC	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº286/2017	Contratação de empresa especializada prestação de serviços de Locação de veículos (sem condutor) para atender as necessidades do Batalhão de Polícia Ambiental - BPA	122.400,00	R\$ 122.400,00	023/2018	Contratado
78	4.2.1.5.3	IMAC	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP Nº 050/2018	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gasolina comum, óleo diesel S10 para abastecimento da frota de veículos do Instituto de Meio Ambiente do Acre, nos municípios de Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul	35.000,00	R\$ 35.000,00	026/2018	Contratado
79		SEMA	Concorrência por Técnica e Preços Nº 021/2018	Contratação de Serviços de Consultoria , Pessoa Jurídica, para atender as necessidades técnicas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente no gerenciamento de projetos no âmbito do Programa de Regularização Ambiental do estado do Acre - PRA-ACRE, e serem desenvolvidos nos imóveis rurais do complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório localizado entre os municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul.	722.192,86			Em andamento
80	4.2.1.4.3	PMAC	Contratação Direta	Contratação de empresa especializada em adesivagem de veículos para atender as necessidades da BPA, no âmbito do Programa REM ACRE fase II	7.500,00	R\$ 6.570,00	6080010322/2018	Contratado

81	4.2.1.2.4	CBMAC	ADESÃO A ATA Pregão Eletrônico nº 142/2016	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de gerenciamento de unidades consumidoras, com utilização de cartão magnético e com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustível para frota, máquinas e equipamentos pertencentes ou sob responsabilidade dos órgãos e entidades do poder executivo Estadual Ata de Registro de Preço Nº 002/2017	182.085,00	R\$ 182.085,00	047/2017	Contratado
82	2.2.1.1.3	SETUL	Pregão Presencial Nº 288/2018	Aquisição de equipamentos de informática para a execução do Projeto " Turismo de Base comunitária do Programa REM acre fase II.	16.000,00	R\$ 16.000,00	015/2018	Contratado
83	4.1.1.11.1	IMC	Tomada de Preço por Técnica e Preço nº 011/2018	contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de assessoramento dos trabalhos da Câmara Temática Indígena no âmbito do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA.	300.000,00	299.060,00	031/2018	contratado
84	2.2.2.1.1	SEPN	INEXIGIBILIDADE	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço para aumento da competitividade da cadeia produtiva da madeira e de mobiliário no Estado do Acre , no âmbito do Programa REM ACRE FASE II KFW) SENAI	712.000,00	R\$ 712.000,00	013/2018	Contratado
85	4.1.1.4.4	IMC	Contratação Direta	contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de assessoramento dos trabalhos da Câmara Temática Indígena no âmbito do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA.	1.800,00	1.800,00	017/2018	contratado
86	2.1.4.1.9 2.1.4.2.5 2.1.6.1.6	FUNTAC	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 800/2016	Aquisição de Combustível para atender as demandas da FUNTAC. Ata de Registro de Preço Nº 006/2017	42.623,63	R\$ 29.303,84	002/2018	Contratado
87		SEPLAN	Tomada de Preço por Técnica e Preço Nº 023/2018	Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Física para a UCP/REM, para prestar serviços Técnicos especializados na área Financeira, Aquisição e Licitações, Tecnologia da Informação, Contratos e Termo de Colaboração e Monitoramento e Avaliação Socioambiental	600.000,00			Cancelado
88	3.1.1.1.2 3.1.1.5.1	SEAP	Pregão Presencial SRP Nº 300/2018	Aquisição de veículo utilitário tipo caminhonete, cabine dupla, para atender os recursos do Programa de redução do desmatamento e Conservação Ambiental/REDD EARLY MOVERS (REM) ACRE - FASE II	379.400,00	R\$ 144.900,00	001/2019	Contratado
89		SEAP	Pregão Presencial SRP Nº 304/2018	Contratação de Técnico Agrícolas para atender os recursos do programa de redução do desmatamento e Conservação Ambiental/REDD EARLY MOVERS (REM) ACRE - FASE II (KFW)	1.027.005,12			Cancelado

90		ITERACRE	Pregão Eletrônico Nº 136/2018	Aquisição de material de consumo – Marco de Concreto para Georreferenciamento, para atender os recursos do Programa de desmatamento e Conservação Ambiental (KFW /REDD EARLY MOVERS (REM) Acre – FASE II (KFW)	36.000,00			Revogado
91	4.2.1.5.3	IMAC	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP Nº 003/2017	Contratação de pessoa jurídica na prestação de Serviços Diversos e Materiais Análogos, como: Cópias de Chaves; Abertura e Conserto de Fechaduras; Confeção de Carimbos e Substituição de Borrachas, Refil, Feltro, Tinta e Acessórios para Carimbos; Confeção de Crachás e fornecimento de suporte e cordão para crachás; Serviços de Reprografia incluindo impressões, fotocópias, encadernações e plastificações; Confeção de Banners Informativos e Magneto para veículos	5.900,00	R\$ 5.900,00	nº 025/2018	Contratado
92	4.2.1.5.3	IMAC	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP Nº 415/2017	Aquisição de suprimentos de informática, periféricos, toners e cartuchos	38.944,00	R\$ 23.720,00	020/2018	Contratado
93	4.2.1.5.3	IMAC				R\$ 14.185,00	021/2018	Contratado
94	4.2.1.5.3	IMAC				R\$ 1.034,00	022/2018	Contratado
95	4.2.1.2.5	SESP	APOSTILAMENTO Pregão Eletrônico SRP Nº 77/2016	Contratação de empresa especializada em seguro aeronáutico com registro válido e atualizado na superintendência de seguros privados (SUSEP) para a cobertura de seguro contra sinistro aeronautico de (CASCO) e adicionais de "DESPESAS MEDICAS", "COBERTURA DE ACIDENTES PESSOAIS" (PASSAGEIROS e TRIPULANTES) "LIMITE UNICO COMBINADO - L.U.C SPAREPARTS e GUERRA/SEQUESTRO CONFISCO" para o helicóptero modelo Esquilo de prefixo PR-CJD (tipo AS 350-B2 VEMD). pertencentes à Secretaria de Estado e Segurança Pública /Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAER, com todos seus equipamentos e apetrechos técnicos nas condições e especificações constates no Termo de Referência e seus Anexos.	103.000,00	R\$ 103.000,00	036/2016	Contratado
96	4.2.1.4.7	PMAC	Contratação Direta	Contratação de empresa especializada prestação de serviços de comunicação para atender as necessidades do BPA, no âmbito do Programa REM ACRE fase II	4.699,00	R\$ 4.699,00	6080010213/2018	Contratado
97	4.1.1.6.3	IMC	INEXIGIBILIDADE	Contratação de serviços de terceiros pessoa jurídica para prestação de serviços de Arte e Diagramação de material de divulgação (Revista e Cartaz), no âmbito do programa REM ACRE FSE II (KfW)	7.950,00	R\$ 7.950,00	018/2018	Contratado
98	4.1.1.4.4	IMC	INEXIGIBILIDADE	Contratação de empresa para prestação de serviços de instalação, desinstalação e programação de Central Telefônica PABX Corp 8000 intelbras, a fim de atender as necessidades estruturais da sede do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais - IMC	4.999,00	R\$ 4.999,00	019/2018	Contratado

99	4.1.1.4.1	IMC	INEXIGIBILIDADE	Aquisição de Material de Consumo para o conserto da impressora Brother DN8085	400,00	R\$ 400,00	7202150195/2018	Contratado
100	2.1.9.1.9	SEMA	ADESÃO A ATA. Pregão Presencial SRP nº 012/2017	Contratação de pessoa jurídica para prestação de Serviços de agenciamento de viagens , especializada em emissão de passagens aéreas nacionais, internacionais e intermunicipais, visando atender as atividades de logística para execução das ações da SEMA, no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	189.680,92	R\$ 189.680,92	046/2018	Contratado
101	4.2.1.6.3	SEMA	ADESÃO A ATA Pregão Eletrônico nº 83/2017	Contratação de empresa especializada no fornecimento de gás de cozinha 13kg (recarga) , destinados a atender as necessidades das Unidades de Conservação gerenciadas pela SEMA, no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II.	2.460,00	R\$ 2.460,00	042/2018	Contratado
102	2.1.4.1.2	FUNTAC	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 511/2017	Contratação de Serviços de Pessoa Jurídica para Aluguel de Veículo) - FUNTAC, no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	36.393,00	R\$ 31.194,00	017/2018	Contratado
103	4.2.1.6.3	SEMA	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 026/2018	Contratação empresa para fornecimento de água mineral, sem gás, acondicionado em garrafão de 20 litros , destinados a atender as necessidades da UGAI's do Rio Liberdade do Rio Acuraua e do Acampamento Operativo do Antimary, no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	19.305,00	R\$ 19.305,00	049/2018	Contratado
104	4.1.1.8.1	SEMA	INEXIGIBILIDADE	Contratação Pessoa Jurídica especializada para Prestação de Serviço de Revisão e Atualização do ZEE-ACRE , no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	799.958,00	R\$ 799.958,00	041/2018	Contratado
105	2.2.1.1.5	SETUL	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 026/2018 CPL/PMRB	Contratação de Serviços de Veículos tipo caminhonete destinado a atender as necessidades da Secretaria de Estado de Turismo e Lazer, no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II Ata de Registro de Preços 005/2018 - SAFRA	27.000,00	R\$ 27.000,00	013/2018	Contratado
106	3.1.1.1.2	SEAP	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 737/2016 CPL 02	Aquisição de Veículos (Quadriciclo) para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Agropecuária - SEAP, no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II Ata de Registro de Preços 016/2017 - DETRAN	30.000,00	R\$ 30.000,00	029/2018	Contratado
107	1.1.4.1.3	SEE	Pregão Eletrônico Nº 135/2018	Aquisição de material de consumo (expediente) para atender as necessidades da Coordenação de Educação Indígena, setor integrante da Diretoria de Ensino da Secretaria de Educação no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	121.258,61	R\$ 19.152,00	479/2018	Contratado
108	1.1.4.1.3	SEE				R\$ 2.643,49	478/2018	Contratado
109	1.1.4.1.3	SEE				R\$ 19.191,79	480/2018	Contratado

110	3.1.1.3.1	SEAP	Pregão Presencial SRP N° 323/2018	Aquisição de insumos (calcário, adubo super fosfato simples, adubo ureia (N), adubo cloreto de potássio (KCL), semente de forragem, fertilizantes granulados, para atender as ações da SEAP, no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	654.045,21	R\$ 408.950,00	063/2018	Contratado
111	3.1.1.3.1	SEAP				R\$ 547.700,00	066/2018	Contratado
112	3.1.1.3.1	SEAP				R\$ 172.740,00	067/2018	Contratado
113	4.1.1.4.1	IMC	Contratação Direta	Contratação de empresa para aquisição de material de consumo e prestação de serviço com a finalidade de atender as necessidades deste Instituto, no âmbito do Programa REDD Early Movers REM ACRE FASE II	3.650,00	R\$ 3.650,00	021/2018	Contratado
114	4.1.1.1.3	IMC	ADESÃO A ATA Pregão Eletrônico SRP N° 022/2018	Contratação de empresa para prestação de serviços de terceiros - pessoa jurídica (hospedagem, alimentação e locação de espaço físico) , afim de atender as necessidades do Instituto de Mudanças Climáticas - IMC, no âmbito do Programa REDD Early Movers REM ACRE FASE II Adesão a Ata de Registro de Preço N° 004/2018 - SEDS	171.000,00	R\$ 171.000,00	020/2018	Contratado
115	4.2.1.2.6	SESP	Contratação Direta	Contratação de empresa especializada em seguro aeronáutico com registro válido e atualizado na SUSEP	1.652,11	R\$ 1.652,11	7190030152 - 2018	Contratado
116	2.1.4.2.6	FUNTAC	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP n° 012/2017	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens para atender as necessidades da FUNTAC Ate Registro de Preços 07/2017 - TCE	49.900,00	R\$ 49.900,00	015/2018	Contratado
117	2.1.8.1.6	SEAPROF	Pregão Presencial SRP N° 028/2018	Contratação de empresa para fornecimento de mudas frutíferas de abacaxi , no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	450.000,00	R\$ 450.000,00	024/2018	Contratado
118	3.1.2.2.1	SEDENS	INEXIGIBILIDADE	Contratação empresa especializada na prestação de serviços de assessoria no âmbito das ações de investimentos das cadeias produtivas da piscicultura para atender as demandas da SEDENS, no âmbito do Programa REM ACRE FASE II KFW)	150.000,00	R\$ 150.000,00	014/2018	Contratado
119	4.2.1.6.3	SEMA	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP N° 396/2017	Contratação de empresa para fornecimento de material de consumo/expediente , no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II Ata Registro de Preços n° 001/2018 - SEHAB	45.976,52	R\$ 12.353,92	057/2018	Contratado
120	3.1.1.1.7	SEAP	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP N° 297/2017	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis (Gasolina comum, óleo Diesel comum e S-10), para atender as ações da SEAP, no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II Ata de Registro de Preços n° 001/2018 - PMRB	150.000,00	R\$ 34.220,00	041/2018	Contratado
121	3.1.1.1.7	SEAP				R\$ 5.185,20	064/2018	Contratado
122	3.1.1.1.7	SEAP				R\$ 9.209,74	070/2018	Contratado

123	4.1.1.4.1	IMC	ADESÃO A ATA Pregão Eletrônico SRP Nº 10/2018	Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância patrimonial ostensiva armada (noturna) nos espaços externos da sede do Instituto de Mudança Climáticas – IMC, no âmbito do Programa REDD Early Movers REM ACRE FASE II Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 10/2018 - UFAC	52.219,00	R\$ 41.775,20	022/2018	Contratado
124	4.1.1.9.2	IMC	Contratação Direta	Contratação de empresa especializada pra elaboração do Projeto Trilhas para a Sustentabilidade com a finalidade de atender as necessidades deste Instituto, no âmbito do Programa REDD Early Movers REM ACRE FASE II	7.900,00	R\$ 7.900,00	024/2018	Contratado
125	2.2.1.1.5	SETUL	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP nº 598/2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços sob demanda de lavagem e lubrificação atender as necessidades da Secretaria de Estado de Turismo e Lazer, no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	1.790,00	R\$ 1.790,00	014/2014	Contratado
126	4.2.1.4.2	PMAC	Contratação Direta	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionados para atender as demandas do BPA, no âmbito do Programa REM ACRE fase II	3.790,00	R\$ 3.660,00	6080010342/2018	Contratado
127	1.1.4.1.8	SEE	Pregão Eletronico Nº 156/2018	Contratação de empresa para fretamento terrestre destinados a atender a Formação Intercultural Diferenciada Indígena no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	33.072,00			Em Andamento
128	4.2.1.6.3	SEMA	Contratação Direta	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de tecnologia da informação, transmissão de dados para atender o Escritório de Apoio em Cruzeiro do Sul , no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	41.592,00	R\$ 15.800,00	076/2018	Contratado
129	1.1.4.1.4	SEE	Pregão Eletronico Nº 167/2018	Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	134.317,51			Em Andamento
130		SEMA	Tomada de Preço	Contratação de consultor individual para realizar Assessoramento Jurídico a Ouvidoria do Sistema de Incentivos Ambientais - SISA , no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	200.000,00			Em andamento
131	4.1.1.3.2	IMC	ADESÃO A ATA Pregão Eletrônico SRP Nº 186/2018 - CPL 03	Contratação de empresa para aquisição de baterias seladas para nobreak , afim de atender as necessidades do Instituto de Mudanças Climáticas - IMC, no âmbito do Programa REDD Early Movers REM ACRE FASE II Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 004/2018 - SEDS	16.740,00	R\$ 16.740,00	025/2018	Contratado

132		IMAC	ADESÃO A ATA Pregão Eletrônico SRP Nº 045/2017	Aquisição de camionete para apoiar nas ações de fiscalização do IMAC, no âmbito do Programa REDD Early Movers REM ACRE FASE II Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 051/2018 - TRT 8º	239.900,00			Em Andamento
133	4.2.1.2.1	CBMAC	Pregão Presencial SRP Nº 398/2018	Aquisição de Veículo tipo caminhoneta com tração nas quatro rodas (4x4), no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	154.071,91			Em Andamento
134	4.2.1.2.8	SESP	Contratação Direta	Contratação de empresa especializada para atualização do banco de dados de navegação aérea , no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	4.500,00	R\$ 4.500,00	7190030707/2018	Contratado
135	4.2.1.2.2	CBMAC	APOSTILAMENTO Pregão Eletrônico SRP Nº 04-025/2017	Aquisição de coturnos , objetivando atender as demandas do CBMAC, no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	87.877,50	R\$ 87.877,50	014/2018	Contratado
136	4.2.1.1.6	CDSA	APOSTILAMENTO Dispensa de Licitação Parecer nº 01/2018	Contratação de empresa para prestar serviços de contabilidade para atender as necessidades da CDSA, no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	33.500,00	R\$ 33.380,00	001/2018	Contratado
137	4.2.1.1.7	CDSA	APOSTILAMENTO Dispensa de Licitação Parecer nº 02/2018	Contratação de empresa para de auditoria externa dos balanços financeiros e relatórios contábeis para atender as necessidades da CDSA, no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	17.000,00	R\$ 16.800,00	002/2018	Contratado
138	4.1.2.2.2	IMC	Contratação Direta	Locação de veículo tipo passeio com a finalidade de atender as necessidades deste Instituto, no âmbito do Programa REDD Early Movers REM ACRE FASE II	9.000,00	9.000,00	027/2018	Contratado
139	4.1.1.3.2	IMC	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP Nº 301/2017 - CPL 03	Aquisição de equipamento de informática (notebook e destop) com a finalidade de atender as necessidades deste Instituto, no âmbito do Programa REDD Early Movers REM ACRE FASE II Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 019/2017 - FEM	108.600,00	98.640,00	023/2018	Contratado
140	2.1.8.1.2	SEAPROF	Pregão Presencial SRP Nº 001/2018	Contratação empresa para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva , com fornecimento de peças e acessórios, nos tratores de esteira, pás carregadeiras, escavadeiras hidráulicas, tratores de pneus, colheitadeiras e implementos agrícolas de diversas marcas pertencentes a frota da SEAPROF, no âmbito Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	597.300,00	145.000,00	018/2018	Contratado
141	2.1.8.1.2	SEAPROF				80.000,00	022/2018	Contratado
142	2.1.8.1.2	SEAPROF				150.000,00	019/2018	Contratado
143	2.1.8.1.2	SEAPROF				125.000,00	020/2018	Contratado
144	2.1.8.1.2	SEAPROF				150.000,00	017/2018	Contratado
145	2.1.8.1.2	SEAPROF				250.000,00	021/2018	Contratado

146	2.1.8.1.2	SEAPROF				100.000,00	023/2018	Contratado
147	4.2.1.4.8	PMAC	Pregão Eletrônico SRP N° 207/2018	Contratação de empresa para fornecimento de coturno e cinto de guarnição completo para atender as demandas do BPA, no âmbito do Programa REM ACRE fase II	53.174,10			Em Andamento
148	4.2.1.1.10	CDSA	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP nº 362/2013	Contratação de serviços de terceiro pessoa jurídica para prestar serviços de limpeza para atender as necessidades da CDSA, no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	22.206,48	18.846,48	013/2014	Contratado
149	3.1.1.1.7	SEAP	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP N° 535/2017	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis (Gasolina comum, óleo Diesel comum e S-10), para atender as ações da SEAP no município de Capixaba, no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II Ata de Registro de Preços nº 031/2018 - SEE	23.082,47	23.082,47	047/2018	Contratado
150	1.1.4.1.10	SEE	Pregão Eletrônico N° 179/2018	Contratação de empresa para prestação de serviços de reprodução gráfica/xerox no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	12.915,00			Em Andamento
151	1.1.4.1.7	SEE	Pregão Eletrônico N° 203/2018	Contratação de empresa para prestação de serviços de agenciamento de passagens no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	29.990,34			Em Andamento
152	4.1.1.4.1	IMC	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP N° 142/2016 - CEL 01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de uniades consumidoras com a utilização de cartão magnético para fornecimento de combustível com a finalidade de atender as necessidades deste Instituto, no âmbito do Programa REDD Early Movers REM ACRE FASE II Adesão a Ata de Registro de Preço N° 002/2017 - SGA	119.221,20	119.221,20	010/2018	Contratado
153	4.1.1.4.4	IMC	Contratação Direta	Contratação de empresa para prestação de serviços de reprografia, impressão, plotagem, encadernação e aquisição de banners, carimbos, chaves, crachás, almofadas e borrachas de carimbos com a finalidade de atender as necessidades deste Instituto, no âmbito do Programa REDD Early Movers REM ACRE FASE II	7.995,00	7.995,00	002/2018	Contratado
154	4.1.1.4.1	IMC	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP N° 032/2017	Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva em geral em veículos automotores , para atender as necessidades deste Instituto, no âmbito do Programa REDD Early Movers REM ACRE FASE II Adesão a Ata de Registro de Preço N° 029/2017 - MPAC	70.000,00	70.000,00	012/2018	Contratado

155	1.1.4.1.6	SEE	Pregão Eletrônico Nº 209/2018	Contratação de empresa para fornecimento de combustível , no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II	78.618,52			Em Andamento
156	2.2.1.1.2	SETUL	Pregão Eletrônico Nº191/2018	Contratação de empresa para confeção de materiais gráficos de impressão, referente a impressão de revistas dos Planos de Turismo de Base Comunitária para a execução do Projeto" Turismo de Base comunitária do Programa REM acre fase II.	47.750,00			Em Andamento
157	4.2.1.4.1	PMAC	APOSTILAMENTO Pregão Presencial SRP nº 037/2017	Contratação de empresa para manutenção predial para atender as necessidades do batalhão de Policiamento Ambiental da Polícia Militar, no âmbito do Programa REM ACRE fase II	70.000,00	70.000,00	nº 025/2017	Contratado
158	2.1.6.1.5	FUNTAC	APOSTILAMENTO Pregão Eletrônico SRP nº 041/2017	Contratação de empresa para fornecimento de 4.200 kg de fluido de silicone para atender as necessidades da Fábrica de Preservativos - FUNTAC Ate Registro de Preços 002/2017	184.800,00	184.000,00	018/2017	Contratado
159	2.1.6.1.5	FUNTAC	APOSTILAMENTO Pregão Eletrônico SRP nº 191/2016	Contratação de empresa para fornecimento de filme individual frente e verso para atender as necessidades da Fábrica de Preservativos - FUNTAC Ate Registro de Preços 001/2017	262.170,00	262.170,00	017/2017	Contratado
160	2.2.2.1.3	SEPN	Pregão Eletrônico Nº	Aquisição de máquinas e equipamentos para atender necessidades da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios, no âmbito do Programa REM ACRE FASE II KFW	30.169,33			Em Andamento
161	2.2.3.1.2	SEPN	Contratação Direta	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do caminhão baú que atende aos artesões., no âmbito do Programa REM ACRE FASE II KFW) SENAI	14.990,00	14.990,00	7590040149/2018	Contratado
162	3.1.2.2.4	SEDENS	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 001/2018	Contratação de empresa para aquisição de material de consumo cartuchos e toner. Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 003/2018 - TCE	34.929,00	R\$ 34.929,00	018/2018	Contratado
163	4.2.1.7.10	ITERACRE	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP Nº 619/2017	Aquisição de material de expediente , no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM) Acre Fase II Adesão a Ata de Registro de Preço Nº	30.334,10	R\$ 2.186,85	029/2018	Contratado

164	2.2.3.1.6	SEPN	ADESÃO A ATA Ata de registro de Preços nº 001/2018	Contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de bilhetes eletrônicos e passagens aéreas (e-ticket) nacionais e internacionais e passagens terrestres em trechos interestaduais, no âmbito do Programa REM ACRE FASE II KFW) Pregão Presencial SRP nº 112/2017 - RBPREV	24.103,36	24.103,36	012/2018	Contratado
165		SEDENS	ADESÃO A ATA Pregão Presencial SRP nº 008/2018	Contratação de empresa para aquisição de material de limpeza. Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 003/2018 - SEMCAS	33.310,90			Em Andamento
166	2.1.6.1.3	FUNTAC	Contratação emergencial	Contratação Emeergencial de empresa Especializada para realização de Serviço de calibração e ajustes de equipamentos de monitoramento e medição e validação de respectivos softwares, utilizados no controle materias-primas e dos processos de fabricação de preservativos masculinos	53.271,60	53.271,60	027/2018	Contratado
167	4.1.1.1.2	IMC	Contratação Direta	Elaboração e Análise do Relatório Semestral do Programa REM ACRE Fase I	16.800,00	16.800,00	033/2018	Contratado
168	4.1.1.1.3	IMC	Contratação Direta	Serviços de Manutenção Preventiva , Corretiva, Instalação e Desinstalação de Aparelho de Refrigeração tipo Split	7.975,00	7.975,00	003/2018	Contratado
169	4.1.1.2.1	IMC	Contratação Direta	Contratação de empresa do ramo de desenvolvimento de sistemas, para assessorar na elaboração de conteúdo técnico (parametrização, configuração, integração, implementação) para a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento dos Impactos do Clima do Estado do Acre	15.100,95	15.100,95	038/2018	Contratado
170	4.1.1.3.1	IMC	Contratação Direta	Coleta e Sistematização das Informações dos Trabalhos Desenvolvidos pela Governança do SISA	7.950,00	7.950,00	029/2018	Contratado
171	4.1.1.4.1	IMC	Contratação Direta	Aquisição de Materiais de Consumo (água mineral, gás de cozinha e generos alimentícios) e material de limpeza e higiene	7.990,00	7.990,00	011/2018	Contratado
172	4.1.1.4.1	IMC	Contratação Direta	Contratação de Profissional de Contabilidade para Realizar Análise do Relatórios Contabeis	16.000,00	16.000,00	028/2018	Contratado
173	4.1.1.4.1	IMC	Contratação Direta	Aquisição de Material de Consumo e Serviços de Consexão de Fibras	6.134,00	6.134,00	007/2018	Contratado
174	4.1.1.4.1	IMC	Contratação Direta	Aquisição de Material de Consumo (Cilindro, Mouse e Tonner para Impressora a Laser)	7.965,00	7.965,00	004/2018	Contratado
175	4.1.1.4.1	IMC	Contratação Direta	Prestação de assistencia especializada na fase de formalização de processos administrativos e convênios (Apoio Adm prestação de contas)	8.000,00	8.000,00	008/2018	Contratado
176	4.1.1.4.4	IMC	Contratação Direta	Fornecimento de Material de Exoediente	7.829,03	7.829,03	001/2018	Contratado

177	4.1.1.4.4	IMC	Contratação Direta	Alinhamento, Balanceamento, Cambagem e Conserto de Pneus	3.465,00	3.465,00	009/2018	Contratado
178	4.1.1.4.4	IMC	Contratação Direta	Serviços de Lavagem de Veículos	5.500,00	5.500,00	005/2018	Contratado
179	4.1.1.4.4	IMC	Contratação Direta	Aquisição de Equipamento de Informática	4.989,00	4.989,00	032/2018	Contratado
180	4.1.1.6.1	IMC	Contratação Direta	Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de Material Gráfico para atender as necessidades do IMC, visando a transparência das ações do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA e seus Programas	16.000,00	16.000,00	056/2018	Contratado
181	4.1.1.6.1	IMC	Contratação Direta	Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento e material gráfico para atender as necessidades do Instituto de Mudanças Climáticas – IMC, visando a transparência das ações do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais – SISA e seus Programas	16.000,00	16.000,00	037/2018	Contratado
182	4.1.1.10.1	IMC	Contratação Direta	Serviços Profissionais de Especialista para Assessoramento Estratégico do Programa REM - Acre Fase II	16.900,00	16.900,00	030/2018	Contratado
183	4.1.1.10.1	IMC	Contratação Direta	Contratação de serviços profissionais para mediar o processo de revisão do planejamento estratégico 2016-2018, a construção da estruturação organizacional do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais e propor plano de ação até o ano 2020	16.500,00	16.500,00	036/2018	Contratado
184	4.1.1.10.1	IMC	Contratação Direta	Sistematização de Dados e Informações para Elaboração dos Relatórios Finais Analíticos	16.050,89	16.050,89	034/2018	Contratado

ANEXO V
Lista de Convênios 2018

Secretaria	Chamamento Público	Objeto	Instituição	Objeto/Projeto	Convênio	R\$ Convênio	Data do Convênio
SEICT	001/2018	Selecionar projetos para estruturação da Cadeia Produtiva Sustentável da Piscicultura , apoiando estratégias para o fortalecimento da agricultura familiar, cintemplando mulheres, jovens e comunidades tradicionais.	Associação de Produtores e Produtoras Jóia Rara	Nº 99/2018 - Piscicultura Sustentável de Substistência nas Associações Produtoras Rurais de Capixaba	Termo de Fomento nº 004/2018	R\$ 249.955,75	16/07/2018
SEICT			Associação de Produtores Rurais do Pólo Agroflorestal Dom Moacir - APADOM	Nº 97/2018 - Aprimoramento da Piscicultura de Substistência Familiar em Associações Rurais no município de Bujari	Termo de Fomento nº 003/2018	R\$ 249.674,49	16/07/2018
SEICT			Cental de Cooperativas dos Piscicultores do Acre - ACREPEIXE	Nº 96/2018 - Projeto de Organização das Bases Produtivas da Cadeia da Piscicultura - Integra Peixe	Termo de Fomento nº 002/2018	R\$ 4.086.510,00	04/06/2018
SEICT			Instituto Tecnológico Peixes do Brasil	Nº 98/2018 - Centro de Treinamento e Tecnologia para Piscicultura Sustentável do Acre	Termo de Fomento nº 005/2018	R\$ 897.785,50	18/07/2018
SEMA	Inexigibilidade	Implementação do componente do sub programa indígena no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo a Serviços ambientais – SISA, visando fortalecimento do Sistema Agroflorestais (SAFs) e Viveiros localizados nas terra indígenas com a participação direta dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFs)	Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIAC	Fortalecimento do Sistema Agroflorestal (SAFs) e Viveiros localizados nas terras indígenas, com a participação direta dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFs).	Convênio nº 001/2014	R\$ 2.010.340,00	20/01/2014
SEMA	002/2018	Concessão de apoio da administração pública estadual para atividades de formação de agentes agroflorestais indígenas (AAFs)	Comissão Pró-Índio do Acre - CPI/AC	Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas para a Gestão Territorial e Ambiental no Acre	Termo de Fomento nº 002/2018	R\$ 643.560,00	18/12/2018
SEPA	Lei nº 1277 de 13/01/1999 - Lei Chico Mendes, altera pela Lei 1427 de 27/12/2001.	REM Fase I Apostilado fonte 200 4º TA	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre - COOPERACRE	Concessão de Subvenção exclusivamente aos produtores de borracha natura bruta, mediante a comercialização pela Cooperacre.	Convênio nº 030/2017	R\$ 1.335.807,53	09/01/2007
SEPA	Decretos nº 868, 4988 e 7433.	REM Fase I	Cooperativa dos Produtos de Agricultura Familiar e Economica Solidária de NOVA CINTRA	Concessão de Subvenção econômica exclusivamente aos produto do fruto/coco de Murmuru e demais produtos florestais.	Convênio nº 02/2014	R\$ 148.259,70	04/07/2014

ANEXO VI

MONITORAMENTO FLORESTAL COMUNITÁRIO

Experiências na Reserva Extrativista
Chico Mendes, Acre-Brasil



O Projeto Sinal Verde

O Projeto Sinal Verde, uma parceria entre atores comunitários, da sociedade civil e do governo estadual e federal, busca incentivar a participação dos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes no monitoramento. Este projeto faz parte de uma iniciativa chamada Forest Compass (www.forestcompass.org) do Global Canopy Programme.

O Global Canopy Programme (GCP)

O Global Canopy Programme (GCP) é um think tank sobre florestas tropicais que atua em defesa da proteção dos ecossistemas florestais e da garantia da seguridade de água, alimentos, energia e saúde a partir de perspectivas científicas, políticas e econômicas. GCP trabalha com sua rede internacional – de comunidades florestais, especialistas científicos, políticos, e líderes corporativos e financeiros – com o objetivo de recolher evidência, gerar entendimento e catalisar ações para deter a perda florestal e melhorar os meios de vida dos povos dependentes das florestas.

www.globalcanopy.org

Citação

Autor principal: David Sabogal

Autores contribuintes: Stoney Nascimento, Luis Meneses

Citação:

Sabogal, D. et al. 2015. Monitoramento florestal comunitário: experiências na Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre-Brasil. Global Canopy Programme.

Foto de capa: © iStock.com/luoman

Financiamento

Agradecemos o imprescindível apoio financeiro da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD).

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer primeiramente os membros da equipe de monitores comunitários da Reserva Extrativista Chico Mendes, e todas as famílias que participaram nas entrevistas.

O desejo pelo conhecimento sempre foi mais forte que as dificuldades que encontramos ao longo do caminho. É impossível não citar o quanto aprendemos ao longo desse período.

Agradecemos aos núcleos de base e associações concessionárias (Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Chico Mendes em Brasileia e Eitaciolândia – AMOPREBE; Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Chico Mendes em Xapuri – AMOPREX; Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Chico Mendes em Assis Brasil – AMOPREAB; Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Chico Mendes em Sena Madureira – AMOPRESEMA; Associação de Moradores e Produtores da Reserva Chico Mendes em Rio Branco e Capixaba – AMOPRECARB) e membros do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes.

O Global Canopy Programme (GCP), sediado no Reino Unido e realizador do projeto Sinal Verde, agradece também as instituições parceiras do projeto e indivíduos de cada instituição que viabilizaram o projeto: o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação dos Serviços Ambientais (IMC), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), assim como a Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA) pelo acompanhamento e interesse no projeto.



Índice

Resumo executivo	4
Impacto & aprendizados	4
Resultados gerais	5
1. Introdução	6
1.1 Conservação florestal e desenvolvimento sustentável no Estado do Acre, Brasil	6
1.2 Necessidades de monitoramento e participação	7
2. Monitoramento florestal comunitário na Reserva Extravista Chico Mendez	8
2.1 Matriz de monitoramento	8
2.2 Capacitação	10
2.3 Uso da tecnologia	11
2.4 Amostragem	11
3. Resultados & discussão	14
3.1 Bem-estar social	14
3.2 Desenvolvimento econômico	16
3.3 Governança florestal	17
4. Impactos & próximos passos	20
4.1 Oportunidades	20
4.2 Desafios	20
4.3 Conclusão	21
Acrônimos & abreviações	22
Literatura	22

Resumo Executivo

Sistemas de monitoramento florestal são componentes fundamentais para entender a eficácia e o impacto de iniciativas e investimentos em conservação e na redução de emissões de carbono por desmatamento e degradação florestal (REDD+) na Amazônia, assim como no desenvolvimento e implementação de salvaguardas socioambientais. Existem hoje diversas iniciativas e metodologias de monitoramento que surgem da tentativa de suprir as necessidades de entender as dinâmicas socioambientais das florestas tropicais. O protagonismo das populações da floresta no monitoramento, conhecido como monitoramento comunitário ou participativo, vem sendo incentivado mundialmente como uma ferramenta eficaz e de baixo custo para a coleta de informações e observações florestais relevantes para fortalecer a gestão e governança dos recursos florestais. O monitoramento comunitário é compreendido como um modelo importante para incorporar o conhecimento tradicional e gerar oportunidades de capacitação e apropriação das comunidades locais das estratégias de conservação florestal.

No estado do Acre, foi desenvolvido um projeto piloto de monitoramento comunitário na Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM) entre 2014-2015, o projeto Sinal Verde, cujo objetivo era criar um sistema participativo de monitoramento *in loco* utilizando tecnologias digitais que atendessem às necessidades locais e externas de monitoramento. O projeto gerou dados sobre temas sociais, econômicos e ambientais, e fez uma avaliação independente dos impactos de programas e políticas públicas ambientais voltadas para a conservação e desenvolvimento dos meios de vida das comunidades extrativistas dentro da RECM. Com estas informações, a iniciativa buscou criar sinergias entre diferentes atores e escalas de governança para auxiliar a gestão compartilhada da RECM e orientar as políticas e estratégias dentro do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) do Estado do Acre, com foco específico nas salvaguardas socioambientais.

O presente documento é o relatório final das experiências e impactos do projeto de monitoramento comunitário no âmbito da RECM. No *Capítulo 1* buscamos contextualizar

o monitoramento comunitário dentro da estrutura política e atuais andamentos no estado do Acre, seguido por uma descrição da metodologia e implementação do projeto (*Capítulo 2*). Alguns dos resultados do projeto são apresentados e discutidos no *Capítulo 3*. Para concluir, no *Capítulo 4*, discutimos os desafios, oportunidades e próximos passos para o modelo de monitoramento comunitário dentro dos processos e andamentos em nível estadual, nacional e internacional.

Impacto & aprendizados

- A participação de atores comunitários em atividades periódicas e sistemáticas de monitoramento pode gerar fluxos importantes de informação para entender o impacto e efetividade de programas e incentivos socioeconômicos e garantir o cumprimento de salvaguardas socioambientais;
- Sistemas de monitoramento comunitários podem gerar intercâmbios de informação, maior participação na tomada de decisões e um alinhamento de estratégias de gestão;
- Um equilíbrio entre as necessidades e interesses dos atores locais e governamentais é fundamental para garantir a relevância da informação e a sustentabilidade do monitoramento ao longo prazo;
- Mesmo sendo uma fonte importante de informação, o monitoramento comunitário de certos temas como de vetores de desmatamento e uso da terra, por exemplo, se torna difícil e limitado quando estão presentes níveis baixos de coesão social e conflitos sobre os direitos de uso dos recursos florestais;
- Entre as vantagens do uso de tecnologias no monitoramento está a coleta de uma variedade de dados georeferenciados (e.x. texto, áudio e fotografias) com maior precisão e rapidez para análise e compartilhamento. Porém existe uma dificuldade em se gerar resultados acessíveis e facilmente compreensíveis para as diferentes audiências.

Resultados gerais do monitoramento na Reserva Extrativista Chico Mendes¹:



67% criam gado, 71% para corte e 29% para leite



80% afirmam conhecer as regras do Plano de Utilização da RECM



O Cedro Rosa (*Cedrela odorata*), Jitô (*Guarea trichilioides*) e Amarelão (*Aspidosperma vargasii*) são as espécies madeireiras mais extraídas pelos moradores



75 colocações atualmente tem conflitos com vizinhos



21% cortam seringa, a maioria no município de Xapuri



172 registros de invasão, dos quais 41% para caça



10% afirmam criar peixes em açudes, 65% conhecem o programa de piscicultura, e 5% recebem algum benefício do programa



70% dizem valorizar mais a floresta em pé do que derrubada



84% acham que estão ocorrendo alterações climáticas. O aumento da temperatura é a mudança mais observada



89% responderam que não tem acesso à campanha de vacinação



77% dizem conhecer o Programa Bolsa Verde, 16% participam



86% das escolas dentro da RECM carecem de serviços como transporte e 82% não tem acesso a energia



28% dizem ter comprado a colocação em que residem

¹ Em base à amostragem detalhada por tema na Tabela 3 na página 13.

1. Introdução

1.1 Conservação florestal e desenvolvimento sustentável no estado do Acre, Brasil.

O estado do Acre conta com 86% de cobertura florestal original (Governo do Acre 2006; WWF 2013) e como parte de esforços estaduais para manter estas florestas em pé vem estabelecendo uma série de políticas e incentivos ambientais voltados à redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (conhecido com REDD+²), à conservação florestal e ao desenvolvimento sustentável, como parte do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) – ver Box 1. Dentro do marco do SISA estão sendo criados mecanismos, em cumprimento a um conjunto de indicadores estabelecidos dentro do padrão de salvaguardas socioambientais REDD+ SES³, para controlar e monitorar os riscos e potencializar as oportunidades do sistema.

Grande parte das florestas do Acre está distribuída em áreas protegidas (ver Figura 1), entre elas as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como as Reservas Extrativistas (RESEX).

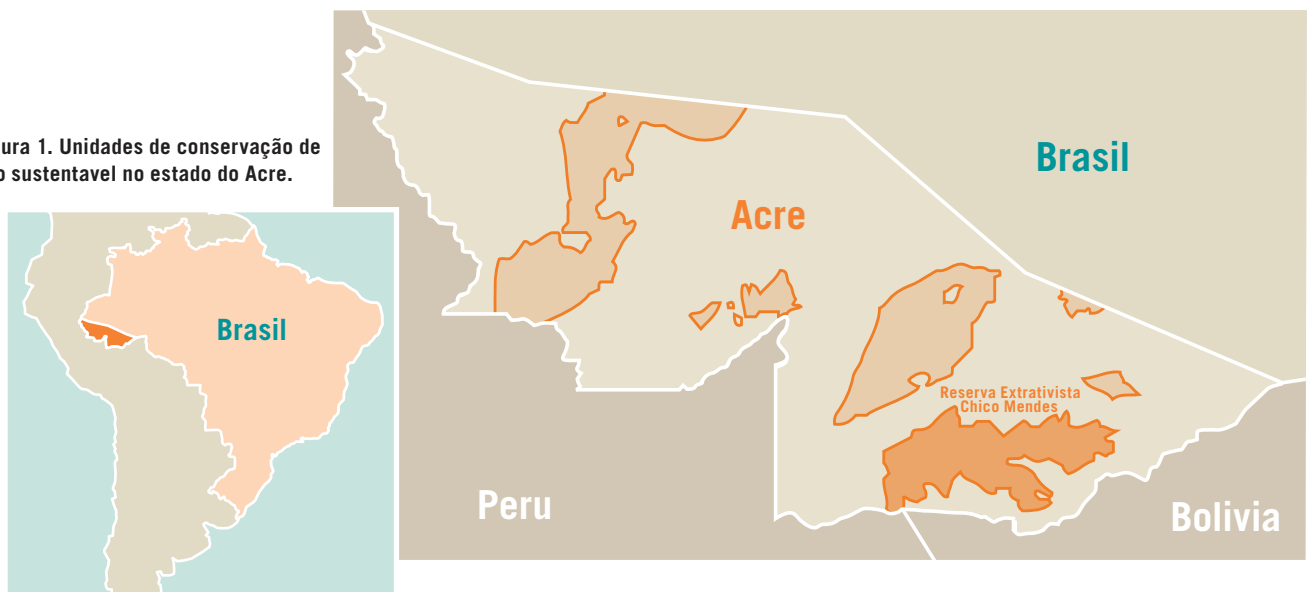
As RESEXs representam 16,5% do território do estado (totalizando 2.704.334 hectares) e são áreas estratégicas do sistema nacional e estadual de unidades de conservação (SNUC & SENCUC), e de políticas federais e estaduais de contenção do desmatamento, da proteção da biodiversidade, na manutenção de serviços ambientais e no respeito à diversidade social e cultural.

Apesar das RESEX proporem um modelo de gestão que afirma o princípio de compatibilizar a conservação da natureza com o aproveitamento sustentável dos recursos naturais, existe pouco entendimento sobre as dinâmicas de desenvolvimento rural florestal dentro destas unidades de conservação e sobre o alinhamento com os objetivos do REDD+ frente às mudanças nos meios de vida e padrões de uso da terra das populações aí residentes em resposta às pressões de mercado e à expansão agropecuária na região amazônica.

Box 1. Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), do Estado do Acre^{4,5}

O Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), criado pela Lei nº 2308, de 22 de outubro de 2010, é uma iniciativa pioneira que promove ações de conservação, recuperação e incremento de diversos serviços ambientais do estado, através de instrumentos de planejamento, regulação, monitoramento, controle e registro de emissões. O SISA apresenta vários programas que buscam a conservação do ativo florestal, melhoria da qualidade de vida com incremento da produtividade e de renda de atividades econômicas voltadas para a manutenção e valorização dos serviços ambientais. Entre estes, o programa de Incentivos aos Serviços Ambientais do Carbono Florestal - ISA Carbono, que está desenvolvendo um mecanismo de REDD+ em escala jurisdicional no estado com base na comercialização de créditos de carbono.

Figura 1. Unidades de conservação de uso sustentável no estado do Acre.



2 REDD mais o manejo florestal sustentável, conservação, recuperação e aumento dos estoques de carbono.

3 Os padrão REDD+ SES ("REDD+ Social & Environmental Standards") foram elaborados e desenvolvidos de forma participativa pela facilitação da Aliança para o Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCBA) e da CARE Internacional.

1.2 Necessidades de monitoramento e participação

O fortalecimento de instrumentos de monitoramento florestal e a criação de sistemas de informação de salvaguardas é um componente fundamental para compreender a eficácia, efetividade e equidade de modelos de conservação como as RESEXs e de políticas e incentivos a investimentos ambientais que atuam nessas áreas, tais como o SISA.

Ferramentas existentes de monitoramento, como a Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (UCEGEO) do Acre que monitora a cobertura florestal e queimadas no estado, assim como o sistema PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), estão gerando dados precisos sobre a cobertura florestal do Acre. Existe, porém, a necessidade de outras ferramentas de monitoramento para entender as dinâmicas locais do uso da terra e meios de vida, os estoques e fluxos de carbono, o impacto sobre a biodiversidade no contexto socioeconômico. Tais modelos são essenciais para calibrar⁶ o entendimento sobre a efetividade e cumprimento de salvaguardas de estratégias REDD+ e outras políticas ambientais na Amazônia.

Neste contexto, o monitoramento florestal comunitário ou participativo (ver Box 2) pode ser uma ferramenta eficaz⁷ e de baixo custo para a coleta de informações e observações florestais relevantes para gerar esse tipo de informação necessária para fortalecer a gestão e governança de recursos florestais de UCs. Este modelo pode também ser importante para gerar oportunidades de capacitação e apropriação local das comunidades florestais dentro estratégias conservação.

Recentemente estão sendo integradas tecnologias digitais (como aparelhos celulares smartphone com capacidade GPS, e *drones* com câmaras/sensores) para aperfeiçoar a precisão e a rapidez da coleta e análise de dados dentro destes modelos. O uso de tecnologia no monitoramento serve como uma ferramenta para alinhar os dados gerados no nível local com outras metodologias e escalas de monitoramento.

Box 2. O que é monitoramento florestal comunitário?

O monitoramento comunitário ou participativo é um modelo heterogêneo que se define de maneira geral pela participação local ou comunitária. Porém, essa participação também varia em forma e intensidade. Em alguns casos as populações locais participam somente na coleta de dados e em outros modelos as comunidades participam em mais etapas: na definição de temas, na coleta e análise de dados, etc. Os níveis de participação têm sido um critério para categorizar e gerar uma tipologia dos diferentes modelos de monitoramento (Danielsen et al. 2009). Estes modelos participativos tem sido aplicados no monitoramento e para coleta de indicadores de uso de recursos naturais e bem-estar de comunidades florestais, buscando também incorporar conhecimentos tradicionais.

Para mais informações veja forestcompass.org



Figura 2. Monitor comunitário da Guiana Inglesa

4 Leitura adicional: WWF. 2013. O Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais do Estado do Acre, Brasil: Lições para Políticas, Programas e Estratégias de REDD Jurisdicional. Rio Branco, Acre, Brasil. Disponível: http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/acre_brazil_sisa_report____portuguese_10_13.pdf

5 Leitura adicional: IMC, CARE BRASIL, IMAFLORA. 2013. Manual de monitoramento das salvaguardas socioambientais de REDD+ no SISA. Rio Branco, Acre, Brasil. Disponível: https://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/521b9f64930b5_Manual_Sisa_Final.pdf

6 A precisão da UCEGEO é 0.5 ha. Os fragmentos dentro áreas degradadas e desmatadas são menores e não são identificados o que pode inferir na soma geral do desmatamento – o monitoramento pode ser um verificador in loco do desmatamento e degradação (ver: Pratihast et al 2014)

7 Resultados de Danielsen et al. 2013 mostram que as florestas podem ser monitoradas por comunidades com a mesma acurácia dos cientistas .

2. Monitoramento Florestal Comunitário na Reserva extrativista Chico Mendez

A Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), criada pelo Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990, localizada na região sudeste do Estado do Acre, cobre uma área total de 970.550 ha que sobreposição os municípios de Assis Brasil, Brasília, Xapuri, Capixaba, Rio Branco e Sena Madureira (ver Figura 8). A reserva é habitada por uma população dinâmica de aproximadamente 2.000 famílias⁸, em torno de 10 mil pessoas, que vivem da coleta de produtos florestais (como a castanha, seringa, caça, pesca) e da agricultura familiar. Porém, nos últimos anos, a pecuária e outras atividades predatórias, estão contribuindo para uma perda crescente da cobertura florestal.⁹

Visando entender as dinâmicas locais e contribuir para o conhecimento detalhado sobre aspectos socioeconômicos e ambientais, o projeto Sinal Verde estabeleceu um projeto piloto de monitoramento com uma abordagem participativa e tecnológica. Os objetivos do projeto foram:

- (1) Criar capacidade técnica local para a coleta de dados e oportunidades de aprendizagem e conscientização comunitária;
- (2) Fortalecer e orientar a gestão compartilhada da RECM;
- (3) Informar o desenvolvimento e a implementação de políticas ambientais e salvaguardas ligadas ao marco do SISA do Acre;
- (4) Desenvolver boas práticas no uso de ferramentas tecnológicas em modelos de monitoramento florestal comunitário.

2.1 Matriz de Monitoramento

O projeto iniciou em novembro de 2013 consultando diversos atores comunitários, governamentais e da sociedade civil atuando ou interessados na RECM. Uma matriz de monitoramento foi elaborada em oficinas com a participação de representantes das comunidades, principalmente o conselho gestor da RECM, órgãos do governo estadual e federal, e sociedade civil¹⁰, buscando entender os temas e indicadores de prioridade e equilibrar as necessidades e interesses locais e externos em monitoramento.

A matriz final é composta por três áreas temáticas (e os indicadores correspondentes): (1) Desenvolvimento econômico, (2) bem-estar comunitário, e (3) governança florestal. A partir desta estruturação, as perguntas metodológicas foram definidas pela equipe técnica em conjunto com os monitores comunitários do projeto, buscando entender como um modelo de monitoramento comunitário poderia ser viável para gerar a informação necessária, e para orientar e contextualizar as perguntas que suplementariam os indicadores.



Figura 3. Monitoria comunitária do Projeto Sinal Verde

8 O censo SEMA/ICMBio que registrou 1766 unidades familiares na RECM em 2009.

9 Cerca de 11% de área desmatada (ICMBio) http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/guia_resex_chicomendes.pdf

10 Atores do governo estadual (IMC, SEMA, CDSA), atores do governo federal (ICMBio, UFAC), sociedade civil organizada (Centro dos Trabalhadores da Amazônia)

Tabela 1. Matiz de monitoramento comunitário do projeto Sinal Verde

	Tema	Indicador	Relevância
Desenvolvimento econômico	Produção extrativista florestal ¹¹	Quantidade e frequência de extração (anual & mensal); espécies em uso; comercialização e preço pago; tipo e escala de operação; existência de plano de manejo; acesso a subsídios e políticas relacionadas à produção.	Meios de vida ¹²
	Produção agropecuária Agricultura ¹⁴	Frequência de abertura de roçados; tipo de cobertura vegetal e área utilizada; tipos de cultivo; comercialização; métodos e insumos agrícolas.	direitos de uso ¹³
	Produção Pecuária ¹⁵	Tipo e número de criação; comercialização; Produtos derivados; acesso a serviços/políticas públicas.	vetores de desmatamento e degradação florestal.
Bem estar comunitário	Acesso a serviços públicos	Conhecimento; percepção sobre serviço; número de participantes/beneficiários.	Geração de benefícios ¹⁶ Direitos sociais básicos
	Uso e qualidade da Educação	Localização e número de escolas; média de alunos e gênero; meio de transporte utilizado; tipos de serviços e infraestrutura existentes nas escolas.	
	Atendimento à Saúde	Percepção sobre incidência de doenças; localização e números de postos de saúde; frequência de visitas/uso dos postos; gastos por família com saúde.	
	Uso e qualidade da Água	Frequência e número de famílias tratando água de consumo; modos de acesso à água; número e tipo de atividades realizadas com água; armazenamento e tratamento de água.	
	Trafegabilidade das vias de acesso	Localização, número e tipo de obstáculos/problemas.	
Governança florestal	Efetividade e participação na gestão	Participação na estrutura coletiva de gestão comunitária ¹⁷ ; conhecimento e perspectivas sobre os instrumentos de gestão da RESEX ¹⁸ .	Repartição de benefícios ¹⁹ Consentimento livre prévio e informado (FPIC) ²⁰ Boa governança e participação ²¹
	Ocupação do território	Frequência, ocorrência, tipo ²² e localização de invasão e conflitos territoriais; período de permanência na RECM e emigração; aquisição de colocações; conhecimento dos limites da colocação.	
	Percepção e conhecimento local	Conhecimento e compreensão de temas ambientais; percepções de mudanças climáticas e valorização florestal.	
	Impacto de políticas públicas ²³	Conhecimento, acesso/participação e percepção do impacto da política ou programa.	

11 Borracha (CVP; latex líquido; FDL), castanha (processada), açaí, peixe e caça tradicional e comercial; carvão vegetal; madeira.

12 Princípio 3, critério 3.1 d checklist do manual de monitoramento de salvaguardas socio-ambientais do SISA

13 Princípio 1, critério 1.1, do checklist

14 Roçados brancos & permanente (frutíferas e palmeiras).

15 Gado, pequenos animais, piscicultura.

16 Princípio 2, Critério 2.1 do checklist

17 Conselho Deliberativo, Associações, Núcleos de Base, Adjunto.

18 Plano Desenvolvimento Comunitário - PDC, Plano de Manejo - PM, Plano de Utilização - PU

19 Princípio 2, Critério 2.1 do checklist

20 Princípio 1, Critério 1.3 do checklist

21 Princípio 4, critério 4.1, 4.2, 4.3; Princípio 6

22 Para caça, retirada de castanha e madeira, pesca, pasto e roçado.

23 Programas incluem: Pequenos Animais; Florestas Plantadas; Piscicultura; Subsídio da borracha; PGPM; PNAE; PAA; Bolsas; Crédito Habitação; Energia (Luz para todos, e solar).

2.2 Capacitação

Uma equipe de 40 monitores comunitários (30 homens e 10 mulheres) com faixa etária de 18 a 38 anos, residentes da RECM foram inicialmente selecionados para participar por meio de uma convocatória e processos de entrevistas por parte das associações com os instituições parceiras do projeto. Estes receberam uma bolsa de incentivo no valor mensal de R\$ 300.00, equivalentes a 10 dias trabalhados em tarefas de monitoramento e áreas de atuação previamente acordadas. A alocação dos monitores dentro da RECM foi realizada por critério demográfico:

Cada monitor participou de 11 oficinas de treinamento (sobre metodologias de levantamento²⁴, uso de celulares e formulários eletrônicos, técnicas de entrevista e comunicação), para a elaboração de perguntas, verificação e relatoria dos resultados para as comunidades.

Uma equipe de gestão capacitada (com integrantes das organizações parceiras) realizou oficinas de capacitação e visitas mensais, criou os formulários eletrônicos de levantamento, e realizou a análise e parte da relatoria de dados para as lideranças comunitárias e outros atores.

Tabela 2. Alocação dos monitores por município da RECM

Município	Total de habitantes (famílias) ²⁵	Monitores comunitários ²⁶
Xapuri	2825 (626)	12
Brasileia e Epitaciolândia	3008 (664)	13
Assis Brasil	1411 (275)	6
Sena Madureira	324 (54)	3
Capixaba & Rio Branco	652 (147)	6



²⁴ A abordagem (método, perguntas) é adaptada ao contexto local com a participação dos moradores da reserva.

²⁵ Considerando o censo SEMA/ICMBio 2009 que registrou 1766 unidades familiares (UF) na RECM

²⁶ O número final de monitores capacitados foram 36.

2.3 Uso da tecnologia²⁷

Para a coleta de dados foram utilizados aparelhos celulares smartphone (*Samsung Galaxy X cover 2*²⁸) e questionários digitais usando um aplicativo de livre acesso e de interface amigável da Google chamado *Open Data Kit*²⁹. Este aplicativo permite utilizar a função de texto, câmera, gravação de áudio e *GPS* do aparelho celular.

A criação dos formulários foi feita com *Excel* e depois transferida a uma plataforma local e online chamada *Smap*³⁰, que foi utilizada para gestão destes formulários.

O *upload* e *download* de dados dos celulares para o computador foram feitos usando uma conexão *wifi* local.

A visualização e processamento inicial dos dados foram feitos usando *Smap* que também permite fazer downloads dos resultados em formatos diferentes como planilhas e shape files para uma análise e visualização aprofundada usando *Microsoft Excel*, *ArcGIS* e *Google Maps Engine*.

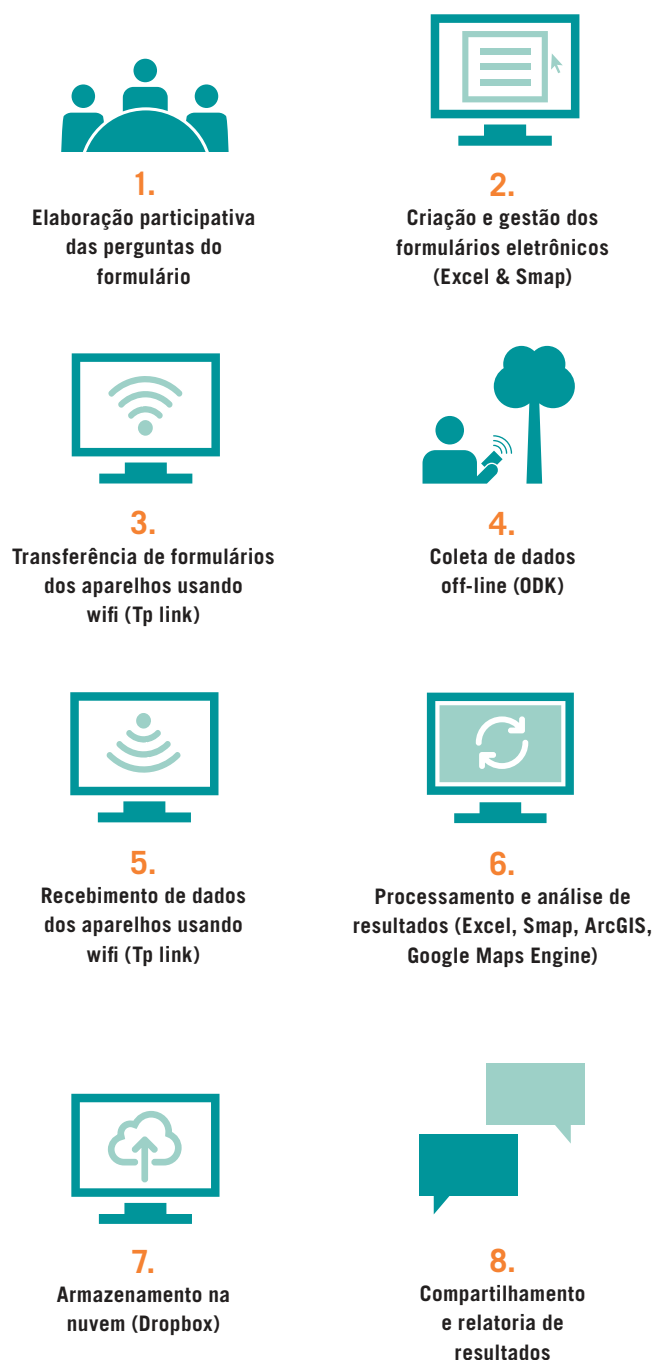
Cópias dos dados foram armazenadas em um hard drive local e na nuvem (*Dropbox*), com acesso múltiplo baseado no *Smap* instalado no computador, e acessíveis online.

O uso de tecnologias digitais tem um grande potencial em atividades de monitoramento local e mais abrangentes. Entre as vantagens, está a coleta de uma variedade de dados georeferenciados (e.x. texto, áudio e fotográfico) instantâneos e com maior precisão (redução no número de erros no cadastro). Outro atributo importante do monitoramento comunitário baseado em tecnologias digitais é a rapidez com que estas informações podem ser compartilhadas e analisadas, mantendo a relevância e aplicabilidade das informações.

2.4 Amostragem

De março 2014 à fevereiro 2015 foram visitados 56 seringais, alcançando uma média de 25% do total de família que residem na RECM. Por volta de 6.169 formulários foram preenchidos neste período, por meio de observações, entrevistas estruturadas e georeferenciadas nas unidades familiares dentro da RECM.

Figura 7. Sistema monitoramento e uso de tecnologias do projeto Sinal Verde



²⁷ A metodologia foi adaptada de experiências na Guiana Inglesa: <http://forestcompass.org/how/resources/case-study-report-community-based-monitoring-systems-redd-guyana>

²⁸ O aparelho deve ser robusto, ser resistente a água e possuir memória extensa para coleta de dados.

²⁹ www.opendatakit.org

³⁰ <http://www.smap.com.au/>

Figura 8. Mapa da abrangência do monitoramento comunitário na RECM

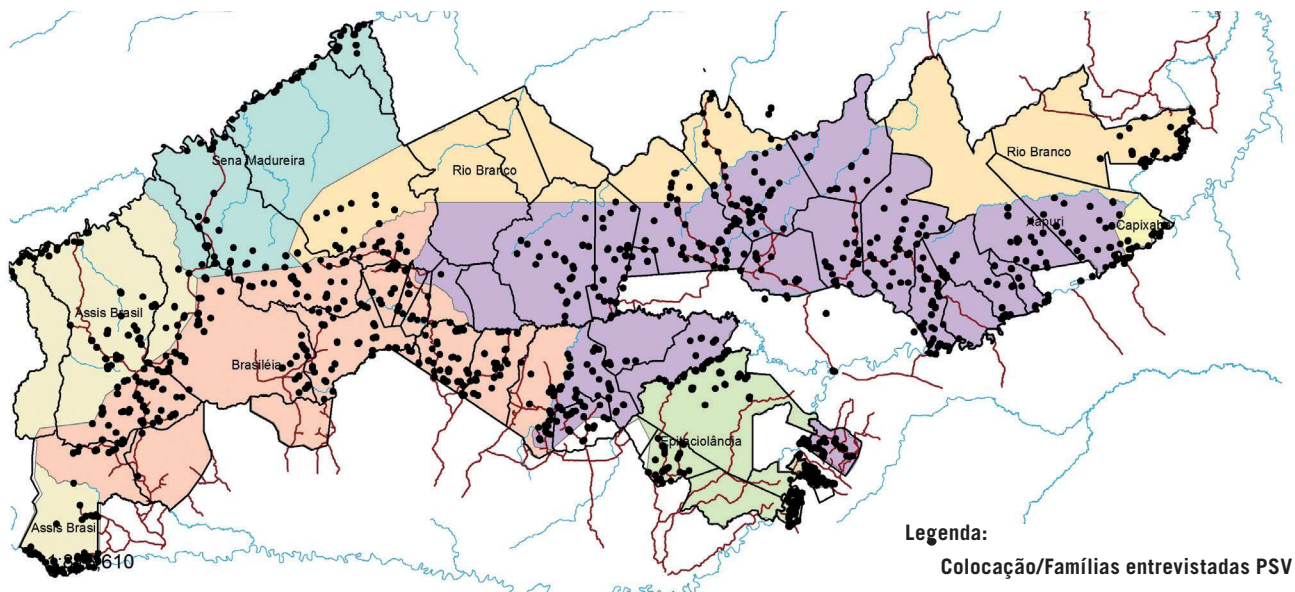


Tabela 3. Período e amostragem do monitoramento

Temas de monitoramento	Período de coleta														Fonte	Nº formulários (% UF) ³¹	Suficiência amostral
	2014												2015				
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F			
Impacto de políticas públicas															Entrevistas	931 (53%)	3%
Ocupação do território															Entrevistas	931 (53%)	3%
Trafegabilidade das vias de acesso															Observações	637 (36%)	4%
Conhecimento de temas ambientais															Entrevistas	326 (18%)	5%
Educação e saúde															Observações entrevistas	89 ³² ; 719	3%
Uso e qualidade da água															Entrevistas	699 (40%)	3%
Produção extrativista florestal															Entrevistas	722 (41%)	3%
Efetividade da gestão florestal															Entrevistas	660 (37%)	5%
Produção agropecuária															Entrevistas	539 (31%)	4%
Avaliação do projeto															Entrevistas	389 (22%)	5%

31 Considerando o censo SEMA/ICMBio 2009 que registrou 1766 unidades familiares (UF) na RECM.

32 Visitas e entrevistas nos centros educacionais da RECM.

Tabela 4. Cronograma de implementação do projeto

Participação ³³			Atividade	Duração	Comentários
Baixa	Media	Alta			
			Elaboração e revisão participativa da matriz de monitoramento	Nov. 2013 – Jan. 2014; Set. 2014	• Buscar um equilíbrio entre as necessidades, interesses e prioridades locais e externas de monitoramento para manter relevância e alinhar os resultados às iniciativas existentes e relevantes em diferentes escalas; • Entender os limites do monitoramento feito com metodologias participativas (e.x. desmatamento).
			Seleção dos monitores feita pelas associações de moradores ³⁴ em função da capacidade e perfil ³⁵	Dez. 2013 – Jan. 2014	• Seleção deve ser feita pelos órgãos comunitários com base no perfil definido junto às instituições parceiras; • Uma avaliação antes e depois da seleção dever ser feita para entender a disponibilidade e comprometimento do candidato (a);
			Formação dos monitores por meio de 11 oficinas de treinamento sobre temas, métodos de entrevistas e uso de tecnologias e logística do monitoramento.	Mar. – Dez. 2014	• Diagnósticos periódicos de capacidades são importantes para o nivelamento de conhecimento e habilidades entre os monitores e para desenhar o processo de capacitação; • A troca de aprendizados entre os monitores é fundamental assim como a disponibilidade de material de leitura nos mesmos aparelhos celulares;
			Comunicação com a comunidade para divulgar o projeto, discutir prioridades de monitoramento e explicar próximos passos.	Mar. 2014 – Fev. 2015	• A disseminação de informação é fundamental para obter apoio local e evitar qualquer desentendimento ou conflito; • Folhetos informativos assim como monitores capacitados e informados sobre as perguntas e respostas são essenciais.
			Coleta de dados usando formulários ODK e aparelhos celulares, e transferência de dados usando Smap.	Mar. 2014 – Dez. 2014 (Mensal)	• A participação comunitária é indispensável na elaboração e definição das perguntas e abordagem do monitoramento; • O georeferenciamento dos dados é importante para entender a distribuição espacial do monitoramento e desempenho dos monitores.
			Análise e visualização de dados por meio do Smap, Excel & ArcGIS		• É necessário entender a compatibilidade dos resultados para permitir o cruzamento com dados existentes; • Processamento e análise requerem tempo e precisam ser verificados por atores comunitários;
			Relatoria de resultados realizadas em 20 diferentes encontros	Set. – Nov. 2014, Fev. – Abr. 2015	• As necessidades de informação são diferentes nos diversos níveis de gestão – o governo federal e estadual, ONGs, e comunidades - demandando diferentes informações que respondam as suas necessidades. • Participação comunitária na relatoria para garantir relevância e aprovação local.
			Compartilhamento de dados para diferentes partes interessadas		• É importante que sejam estabelecidos acordos entre comunidades e partes interessadas, de forma que os dados coletados não causem impactos negativos e garantam o domínio da comunidade sobre os dados coletados.

33 Participação dos membros da comunidade (lideranças, monitores, etc.) nas diferentes atividades realizadas.

34 AMOPRESENA, AMOPRECARB, AMOPREX, AMOPREB e AMOPREAB.

35 Escolaridade, disposição física, conhecimento local, liderança, e caráter de voluntariedade, disponibilidade de tempo, etc.

3. Resultados & discussão

O projeto tem produzido uma série de relatórios (disponíveis como anexos e no site www.forestcompass.org) com base nas temáticas da matriz de monitoramento (Tabela 1). Estes foram distribuídos às partes interessadas em diversas escalas de governança e discutidos em reuniões participativas ao longo do projeto. Os resultados apresentados abaixo servem para ressaltar a relevância do monitoramento comunitário para suprir as necessidades de informação que existem dentro e fora da RECM, tanto por comunitários como governamentais.

3.1 Bem-estar Comunitário

Com base nas necessidades locais identificadas na elaboração da matriz, o projeto avaliou o fornecimento de serviços básicos na RECM como água, saúde e educação³⁶,

quanto ao uso, acesso e percepções de qualidade destes serviços, assim como a trafegabilidade das vias que estão relacionadas com o acesso a estes serviços.

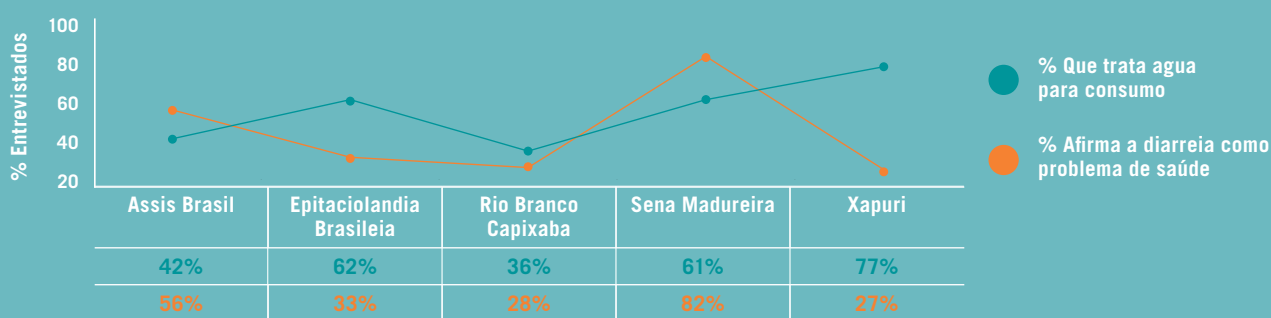
É evidente que a qualidade de vida das comunidades que habitam as florestas está ligada ao fornecimento destes serviços básicos. Indicadores sobre bem-estar são relevantes para estratégias que buscam gerar benefícios sociais. Dentro da política de salvaguardas socioambientais do SISA³⁷, um entendimento sobre o bem-estar de populações florestais tradicionais é um importante aspecto para medir os resultados de programas ou projetos que buscam melhorar os meios de vida. Garantir direitos básicos para as comunidades é um fator importante para o sucesso de sistemas de REDD+ que propõem a geração de benefícios para as populações que moram dentro da floresta.

Box 3. Resultados gerais sobre o uso e qualidade da água na RECM

As principais fontes de abastecimento de água na RECM são cacimbas e igarapés. O armazenamento da água é feito em sua maior parte em baldes e em caixas de água. 58% dos moradores utilizam a água para a criação de pequenos animais, 27% usam água na agricultura, 14% para criação de gado e 1% para a piscicultura.

Entre as 719 famílias entrevistadas, existe uma porcentagem significativa (39%) que não realiza nenhum tipo de tratamento na água para consumo. Aqueles que afirmam tratar o fazem com uso de cloro/água sanitária. Embora seja difícil definir a correlação entre doenças relacionadas à água e a falta de tratamento de água, os resultados visíveis no gráfico abaixo apontam a um problema de doenças ligadas a descuidos sanitários e consumo de água não tratada.

Figura 9. Relação entre tratamento de água e ocorrência de diarreia na RECM



Outro resultado interessante e importante é que 66% dos entrevistados não consideram a água como fator relacionado a problemas de saúde, o que indica uma falta de conhecimento sobre os riscos.

Estes resultados dão um entendimento adicional sobre o bem-estar das populações dentro da reserva. Informações

como estas podem orientar ações de programas de saúde, na conscientização sobre o tratamento de água, para que os moradores sejam informados dos riscos de consumir água não tratada e que seja feita a capacitação em boas práticas do uso de água: coleta, armazenamento, tratamento. A distribuição de cloro também poderia trazer resultados positivos.

³⁶ <http://www.ipsamazonia.org.br/metodologia>

³⁷ O princípio 3 do manual de monitoramento de salvaguardas socioambientais diz que o SISA e seus programas devem melhorar e assegurar os meios de vida em longo prazo e bem-estar dos povos indígenas e populações locais com atenção especial para mulheres vulneráveis. IMC 2013



3.2 Desenvolvimento Econômico

A política ambiental do estado do Acre está direcionada para o desenvolvimento sustentável com base num modelo econômico “verde” alinhado com mecanismos de REDD+, que tem como estratégia impulsionar as cadeias produtivas extrativistas existentes em áreas como a RECM, a fim de aliviar as pressões sobre a floresta associadas a modelos de desenvolvimento econômicos predatórios, como a pecuária extensiva e as limitações de mercado (ex. escoamento, preço justo). Como parte destes esforços é necessário gerar informações para entender o desempenho econômico e a sustentabilidade da produção florestal extrativista, assim como o acesso e a participação da população local nas políticas voltadas para a produção comparadas aos sistemas convencionais de exploração.

Com o objetivo de suprir estas necessidades, o projeto tem gerado uma fotografia atual da produção florestal baseado na coleta de dados qualitativos (ex. perspectivas comunitárias – Box 4) e quantitativos por meio de entrevistas com unidades familiares dentro da RECM.

Depoimentos comunitários

“Em pé (a floresta), porque é mais frio e eu vivo dela, eu não sou fazendeiro, eu sou seringueiro e castanheiro, então eu vivo dela”

Você acha que a floresta vale mais em pé ou no chão/derrubada?

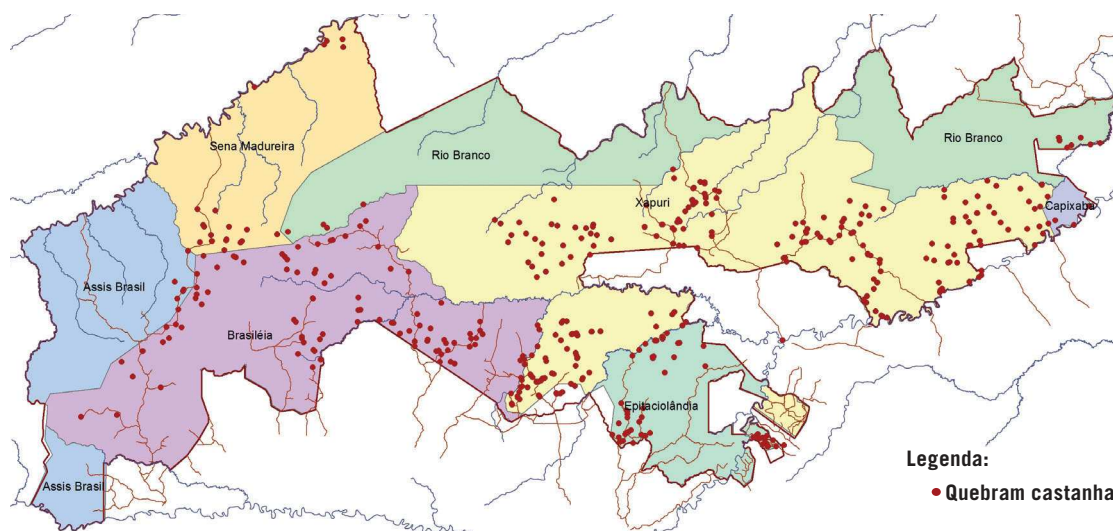
Porque com ela (floresta) no chão a gente planta as coisas pra se alimentar, a macaxeira, faz a farinha, planta o arroz, onde a gente cria galinha, a bananeira que a gente vende, e com a mata em pé ninguém vai comer a folha”

Box 4. Resultados gerais da produção extrativista florestal

Os principais produtos florestais extraídos na RECM são a castanha e seringa. Das 738 famílias entrevistadas cerca de 60% (461 famílias – ver mapa abaixo) quebra castanha, e o município de Xapuri apresenta maior ocorrência. A quantidade média extraída por família é por volta de 172 latas por safra

com um valor médio de R\$ 29,50 por lata de castanha. Vale a pena destacar que os preços pagos são muito diferenciados (entre R\$ 16,50 - R\$ 43,25/lata) dependendo do município sendo que a venda é feita na maioria para marreteiros³⁸ e por tanto existem rendas muito diferentes na reserva.

Figura 10. Famílias que quebram castanha na RECM 2014



38 O marreteiro (atravessador) é uma figura emblemática que percorre as colocações comprando a produção de castanha por preço inferior ao de mercado.

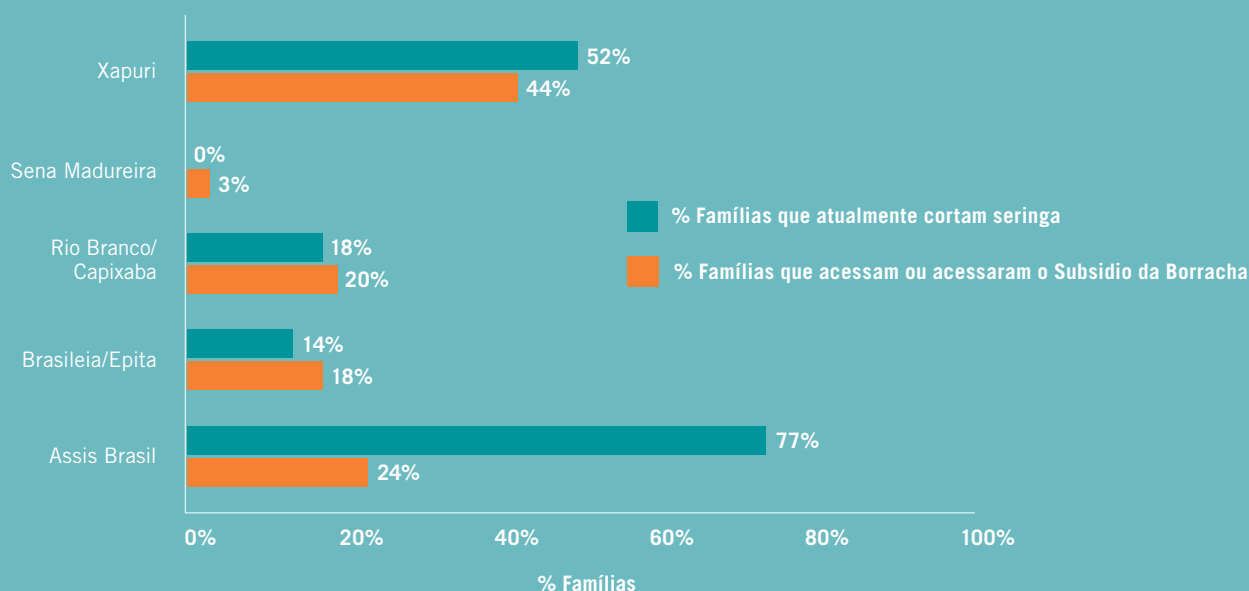
Box 4. Resultados gerais da produção extrativista florestal

Foram identificadas 166 famílias que atualmente cortam seringa na RECM (22% dos 738). Os municípios de Assis Brasil e Xapuri apresentam maior número de famílias que cortam seringa. Das 166 famílias que cortam seringa a maioria (73%) produz látex (borracha seca), 19% cernambi virgem prensado (CVP) e o restante (8%) produz folha de defumação líquida (FDL). Para entender a produção da seringa na RECM o projeto também procurou compreender o impacto de ações governamentais, especialmente os atuais subsídios para a cadeia da borracha criados pela Lei Chico Mendes. Com base em uma amostra de 931 entrevistas, 34% (ou

319 famílias) afirmam conhecer a política de subvenção da borracha (Subsídio da Borracha – SB) e 168 famílias (53%) recebem ou receberam o benefício em 2014. O gráfico³⁹ abaixo mostra a distribuição e o acesso diferenciado por município.

Os resultados apresentados mostram a fragilidade do extrativismo e a necessidade de se ter um melhor entendimento sobre como as famílias estão buscando outros meios de produção para subsistência e geração de renda e como está sendo feita a repartição de benefícios.

Figura 11. Relação entre famílias que cortam seringa e acessam o Subsídio da Borracha (SB) por município da RECM



Depoimentos comunitários

Quais são os conflitos que existem com colocações vizinhas?

“...aí o cara vem com o cachorro, eles comem, a gente fica sem, e ainda espanta os outros!”

3.3 Governança Florestal

A RECM busca unir a conservação ambiental com o desenvolvimento e para isso são necessárias medidas e estruturas que viabilizem este objetivo. A participação na governança, o conhecimento local acerca das ferramentas e normas de gestão e a valorização das instituições e dos agentes gestores da UC, são indicadores importantes para entender a efetividade deste modelo. Além disso, dados sobre a coesão social, por exemplo, a ocorrência de conflitos relacionados ao uso da terra pode auxiliar na gestão e governança do território em áreas protegidas como as RESEX e, também podem informar processos em outras escalas de atuação e governança em nível jurisdicional.

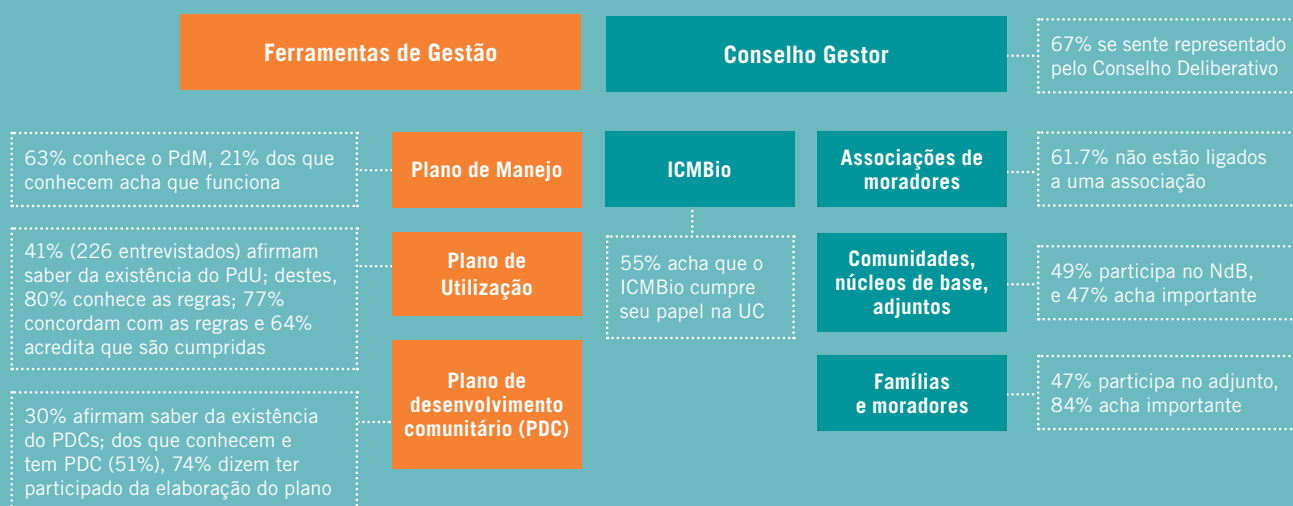
39 Gráfico referente a dados de dois formulários diferentes.

Box 5. Resultados gerais de governança e gestão da RECM

Na RECM as principais ferramentas de gestão são os planos de manejo e utilização da RESEX e Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC) que funcionam juntamente com uma estrutura de gestão compartilhada (por meio do conselho gestor⁴⁰) para direcionar, de forma participativa, a tomada de decisão e a validação dos instrumentos de gestão e o uso dos recursos naturais. Por tanto o projeto buscou gerar um entendimento aprofundado sobre o desempenho desses

mecanismos de gestão quanto à participação, conhecimento, perspectivas e acompanhamento das regras e normas estabelecidas nos planos de gestão, e também como são valorizados estas instituições e agentes gestores da UC.

Figura 12. Estrutura de gestão da RECM e os resultados encontrados pelo projeto.

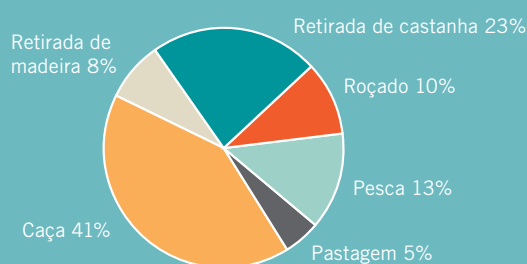


Outros fatores importantes que podem ter um impacto na gestão da RECM são as dinâmicas de ocupação, em termos de assentamentos e dispersão demográfica, e conflitos sobre o uso da terra.

Resultados do projeto mostram que metade (54%) dos entrevistados mora na RECM desde, ou antes, da sua criação em 1990. Dos moradores entrevista dos dentro da RECM, 35% (539 entrevistados) já mudaram de colocação pelo menos uma vez, e 26% dos entrevistados dizem ter comprado à colocação em que residem.

Foram também identificadas 75 colocações que atualmente têm conflitos sobre limites com as colocações vizinhas, e 172 registros de invasão, dos quais 41% foram para caça como indica o gráfico abaixo:

Figura 13. Tipos de invasão que ocorrem na RECM



A rotatividade de famílias dentro da RECM, e a compra de colocações, tanto como a presença de conflitos, traz prejuízos para a execução dos planos de manejo e de utilização. É preciso conscientização das famílias que estão sendo assentadas para que todos os usuários da UC estejam nivelados quanto ao conhecimento das regras.

40 O Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes foi criado pela Portaria IBAMA nº 28, de 22 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União – edição nº 98 – em 23 de maio de 2003, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à sua efetiva implantação, implementação do Plano de Manejo e ao cumprimento dos seus objetivos de criação.



4. Impactos & Próximos passos

4.1 Oportunidades

Experiências na RECM, demonstram o potencial de modelos de monitoramento florestal comunitários como ferramenta para gerar importantes fluxos de informação, tanto para as populações locais como para agentes externos, a fim de possibilitar tomadas decisões informadas sobre o uso e gestão dos recursos naturais e melhoria dos meios de vida dentro de áreas dinâmicas e de difícil acesso como a RECM. Em nível jurisdicional também serve como modelo para avaliar de forma independente o impacto e efetividade de instrumentos de governança. O *feedback* do monitoramento poder ser usado para desenvolver e melhorar os impactos de políticas ambientais como REDD+ em programas como o SISA, quanto o cumprimento de salvaguardas socioambientais como o REDD+ SES. Promovendo assim a transparência e responsabilidade destas iniciativas e contribuindo para uma governança e repartição de benefícios mais equitativa.

O monitoramento comunitário torna-se assim um modelo que pode catalisar outros benefícios como uma maior participação em atividades conservação e criar intercâmbios entre atores em diversas escalas de governança. A capacitação de agentes comunitários na coleta de dados periódicos e sistemáticos tem criado uma nova categoria funcional de mão-de-obra especializada, o monitor comunitário, que tem um potencial importante dentro de um sistema abrangente de monitoramento florestal, replicável em outras regiões e UCs. Monitores comunitários têm o acesso, o conhecimento tradicional e a credibilidade para realizar a coletas de dados, que muitos atores externos carecem. Estes atores também podem ser pontos focais para disseminação e troca de informações, e na intermediação do diálogo entre diferentes níveis e atores. Tal diálogo é necessário para estabelecer uma ligação e promover a sensibilização entre diferentes escalas de atores e interesses (comunidades florestais, governo estadual e governo federal) para a implementação de políticas como REDD+.

4.2 Desafios

Apesar dos benefícios e oportunidades que vêm se demonstrando, ainda existem desafios na integração, valorização e uso de dados provenientes de iniciativas locais de monitoramento por parte de sistemas e instituições em outras escalas. O monitoramento deve gerar resultados que possam ser utilizados nos processos de tomada de decisão nos diversos níveis de governança. O empoderamento das comunidades e da informação é fundamental, mas ele continua sendo um desafio por existirem barreiras na geração de resultados acessíveis e facilmente compreensíveis por membros da comunidade, assim como falta de valorização e capacidade institucional ao nível de base.

As atividades de monitoramento com base comunitária também se tornam mais difíceis e limitadas (quanto ao acesso à informação), quando estão presentes níveis baixos de coesão social e conflitos sobre os direitos de uso dos recursos florestais. Relações históricas com órgãos do governo na RECM por exemplo, geram desafios na coleta de dados. O monitoramento de vetores de desmatamento e uso da terra é frequentemente relacionado com fiscalização e multas por autoridades causando resistência e desconfiança por parte dos membros da comunidade no fornecimento de informações e realização de atividades.

Existem também desafios logísticos na coleta de dados e disseminação de informação em áreas de remotas como a RECM. O tamanho da reserva (quase 1 milhão de hectares) e dispersão demográfica das unidades familiares dentro da RECM dificultam o monitoramento. Estas realidades aumentam os custos de transporte, o tempo necessário para realizar a coleta de dados os quais impactam a disponibilidade e a capacidade de a retenção dos monitores.⁴¹

Vale salientar que os resultados obtidos pelo projeto devem ser entendidos como uma fotografia da situação atual na RECM por ser uma amostra da população total da reserva durante um período de tempo. Também é importante que perguntas sensíveis relacionadas à extração de madeira e caça, por exemplo, também podem gerar resultados incompletos pela natureza das perguntas e pela desconfiança dos extrativistas já que existem planos e regulações quanto ao uso destes recursos florestais dentro da reserva.

41 O incentivo para participar no projeto é marginal (R\$ 300,00/mês), por tanto o custo de oportunidade é maior em comparação a outras fontes de renda dentro da RESEX e região.

Por ser uma experiência piloto no Acre e de curto prazo, será necessário refinar a metodologia para que ela se torne facilmente replicável e duradoura, tomando em conta os desafios e aprendizados apresentados.

4.3 Conclusão

Existe uma necessidade de informação sobre o estado das florestas e povos, sobre os estoques e fluxos de carbono, a biodiversidade, e os impactos de esforços de conservação. A disponibilidade destas informações será fundamental para atingir, entre outros objetivos, uma eficiente e efetiva governança florestal para regimes de REDD+ no Acre e ao nível nacional no Brasil.⁴²

Esta experiência de monitoramento comunitário no Acre tem buscado demonstrar o potencial deste modelo para gerar dados locais sobre indicadores de desempenho, participação social, geração e repartição de benefícios, que são importantes para a gestão de áreas protegidas e para informar o desenho e implementação de REDD+ e suas salvaguardas (REDD+ SES) no Acre.

Resultados desse projeto piloto e de outras iniciativas no mundo mostram que as florestas podem ser monitoradas por comunidades. Porém será necessário avançar e alinhar metodologias e ferramentas de monitoramento existentes, e incentivar a criação de mecanismos financeiros e mandatos institucionais que possibilitem a longevidade e a incorporação destes modelos em sistemas holísticos de monitoramento e estratégias de conservação florestais.



Figura 14. Monitor comunitário saindo para a coleta de dados dentro da RECM

42 A implementação de sistemas de informação de salvaguardas é uma obrigação nacional dentro dos acordos Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC, em inglês), decisão 1/CP.16.

Acrônimos & abreviações

AMOPREAB	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Chico Mendes em Assis Brasil
AMOPREBE	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Chico Mendes em Brasília e Eptaciolândia
AMOPRECARB	Associação de Moradores e Produtores da Reserva Chico Mendes em Rio Branco e Capixaba
AMOPRESEMA	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Chico Mendes em Sena Madureira
AMOPREX	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Chico Mendes em Xapuri
CDSA	Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais
CTA	Centro dos Trabalhadores da Amazônia
FPIC	Consentimento livre, prévio e informado
GCP	<i>Global Canopy Programme</i>
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IMC	Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISA Carbono	Incentivos a Serviços Ambientais do Carbono
NORAD	Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento
ODK	<i>Open Data Kit</i>
PDC	Plano de Desenvolvimento Comunitário
PRODES	Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia
PSV	Projeto Sinal Verde
RECM	Reserva Extrativista Chico Mendes
REDD+	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação e Manejo Florestal Sustentável, Conservação, Recuperação e Aumento dos Estoques de Carbono
REDD+ SES	<i>REDD+ Social & Environmental Standards</i>
RESEX	Reservas Extrativistas
SISA	Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidades de Conservação
UCEGEO	Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto

Literatura

Danielsen, F., T. Adrian, S. Brofeldt, M. van Noordwijk, M. K. Poulsen, S. Rahayu, E. Rutishauser, I. Theilade, A. Widayati, N. The An, T. Nguyen Bang, A. Budiman, M. Enghoff, A. E. Jensen, Y. Kurniawan, Q. Li, Z. Mingxu, D. Schmidt-Vogt, S. Prix, V. Thoutone, Z. Warta, and N. Burgess. 2013. Community monitoring for REDD+: international promises and field realities. *Ecology and Society* 18(3): 41.
<http://dx.doi.org/10.5751/ES-05464-180341>

Danielsen, F. N. D. Burgess, M. Enghoff. Quadro 15.3 Do nível mundial ao nível local no MRV de REDD+: Ligar abordagens comunitárias e governamentais. *Análise de REDD+: Desafios e escolhas*. A. Angelsen, M. Brockhaus, W. D. Suderlin, L. V. Verchot. 2013. CIFOR, Bogor, Indonesia.
http://www.cifor.org/publications/pdf_files/Books/BAngelsen130415P.pdf

Governo do Acre. Programa Estadual de Zoneamento EcológicoEconômico, Fase II: Documento Síntese – Escala 1:250.000. Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), Rio Branco, 356 p., 2006.

IMC, CARE BRASIL, IMAFLORA. 2013. Manual de monitoramento das salvaguardas socioambientais de REDD+ no SISA. Rio Branco, Acre, Brasil.
https://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/521b9f64930b5_Mannual_Sisa_Final.pdf

Ministerio do Meio Ambiente - ICMBio, Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes. Portaria Nº 60, de 28 de agosto de 2008 – ICMBio

Ministerio do Meio Ambiente ICMBio, Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes - 2006.

Pratihast, Arun Kumar 1, *, Ben DeVries 1, Valerio Avitabile 1, Sytze de Bruin 1, Lammert Kooistra 1, Mesfin Tekle 2 and Martin Herold 1Combining Satellite Data and Community-Based Observations for Forest Monitoring. *Forests* 2014, 5, 2464-2489; doi:10.3390/f5102464

Saraiva Rando, A., M. Nogueira de Azevedo. 2015. Controle social no sistema estadual de incentivos a serviços ambientais do acre: relato da experiência de implantação e funcionamento do comitê local de padrões redes. *Santa Cruz do Sul*, v. 20, nº 1, p. 108 – 128, jan./abr. Disponível: https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/4685/pdf_20

SEMA. 2010. Diagnóstico Socioeconômico e Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes. Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre – SEMA.

WWF. 2013. O Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais do Estado do Acre, Brasil: Lições para Políticas, Programas e Estratégias de REDD Jurisdicional. Rio Branco, Acre, Brasil.
http://d2ouvy59podg6k.cloudfront.net/downloads/acre_brazil_sisa_report_portuguese_10_13.pdf

WWF. 2015. Guia informativo da gestão participativa na Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre
http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/guia_resex_chicomendes.pdf



